

5º ENCONTRO INTERNACIONAL
CIDADE + CONTEMPORANEIDADE
+ morfologia urbana



FRONTEIRAS

FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor: Maurício Couto Polidori
Vice-Diretora: Isabel Tourinho Salamoni

Laboratório de Urbanismo da FAUrb (LabUrb)

Coordenador: Otávio Martins Peres

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU-UFPeI)

Coordenadora: Nirce Saffer Medvedovski

Coordenadores

Carolina Mesquita Clasen
Eduardo Rocha
Otávio Martins Peres
Mauricio Couto Polidori

Organizadores

Adriana Camisa
Ana Paula Neto de Faria
Ana Paula Zechlinski
Ana Paula Vieira
Andréia Camisa
Andre de Oliveira Torres Carrasco
Antonella dos Santos Pons
Barbara de Barbara Hypolito
Carolina Magalhães Falção
Caroline Quadrado
Debora Souto Allemann
Emanuela Di Felice
Fabrício Encarnação
Felipe Dotto
Fernanda Tomielo
Gabriel Fischer Garcia

FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



Guilherme Santos
Jan Patric Stufkens Salgado
Junior Moraes
Lorena dos Santos Maia
Luana Pavan Detoni
Lúcia Lopes
Nadiane Castro
Rafaela Barros de Pinho
Rubens Barbosa Leal
Sarah Dorneles da Silva
Taiana Pitrez Tagliani
Talita Vieira Correa da Silva
Thays França
Vanessa forneck

Comissão Editorial

Ana Paula Neto de Faria
Luana Pavan Detoni
Nadiane Castro
Rafaela Barros de Pinho

Diagramação, projeto gráfico e capa

Carolina Mesquita Clasen
Nadiane Castro

FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



Realização:



ufpel**faurb**
faculdade de arquitetura e urbanismo



Apoio:



FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

REFLEXÕES COM A CIDADE - Anais do 5º Encontro Internacional de
Cidade + Contemporaneidade e Morfologia Urbana

Organizado por Carolina Mesquita Clasen, Maurício Couto Polidori,
Otavio Peres, Eduardo Rocha.

FAUrb/UFPeI, (2016). – Pelotas (RS).

211p.

Publicação da FAUrb/UFPeI e coordenação do Laboratório de
Urbanismo – LabUrb e PROGRAU

ISSN

1. Urbanismo 2. Contemporaneidade 3. Morfologia





EDITORIAL

As fronteiras políticas estão dadas como relações subjetivas e legislativas presentes não só nos limites das cidades como nas relações intrínsecas aos seus habitantes. O interesse em discutir estas fronteiras não é para eliminá-las, senão dissolver e compreender em que movimentos ela une. O evento buscou trazer a fronteira para o platô do contato, das implicações limítrofes, das subversões políticas, redescobrimo essa esfera que se constitui no entorno da linha imaginária. A forma como os espaços estão permeados por uma lógica do controle está muito atrelado às fronteiras geopolíticas, por uma sociedade que se preocupa em controlar as relações.

Por isso a fronteira não é somente mapa-espacial, mas abarca também relações, criações, pensamentos, configurando-se como e na arte, como e na ciência, como e no espaço de possibilidades de todas as áreas, tempos e espaços.

Essa fronteira, portanto, não existe na linha geográfica que delimita os países, as regiões ou as cidades e assim por diante; ela se constrói e é criada-recriada nas ações, na estética que se aterra no território em desterritorialização, ou seja, na potência, na Zona de Experiência. As proposições das falas acerca da morfologia do cotidiano na fronteira foram, portanto, lançá-la no nomadismo, ou seja, na ação ativa de possibilidades. Não arquiteturas do abandono (corpos) dóceis, mas arquiteturas (corpos) potentes. Não passivas, mas ativos. Composto por acadêmicos da arquitetura, do urbanismo, da geografia e da filosofia, o encontro é uma recriação dos espaços de fronteira política para uma zona fronteiriça dos pensamentos, à experiência do plasma que emerge da união da diferença para além das características que separam cada área do conhecimento.

O evento promoveu a sua 5ª edição, reiterando os atravessamentos das diferentes abordagens acerca do urbanismo.

Eduardo Rocha





SUMÁRIO

ALÉM DAS FRONTEIRAS POLÍTICAS:.....	10
MEDIDA DE CENTRALIDADE ESPACIAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE JAGUARÃO E RIO BRANCO	12
OFICINA AEROMOVEL	16
SISTEMA AEROMOVEL	20
ALEXANDER E SUA TEORIA DOS CENTROS:.....	24
AGLOMERAÇÕES URBANAS	28
MODELAGEM E MEDIDAS URBANAS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO EM JAGUARÃO	32
PRESERVAÇÃO DO PRATRIMÔNIO CULTURAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI.....	36
PERCURSOS SONOROS.....	40
CORPORALIDADES URBANIZADAS	43
FRONTEIRAS INVISÍVEIS:	47
CORPOGRAFIAS DO MOVIMENTO NA CIDADE	51
ÂNALISE DA MORFOLOGIA URBANA DA AVENIDA RUI BARBOSA EM PASSO FUNDO-RS	55
CADERNO DE ESTUDOS SOBRE A QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM ORLAS URBANAS.....	59
A PERCEPÇÃO DE CENTRALIDADES URBANAS PELOS USUÁRIOS REPRESENTADA ATRAVÉS DE MAPAS MENTAIS.....	63
DA CIDADE AO BAIRRO:	67
PROJETANDO UM DESAFIO	71
A CRIANÇA E A CIDADE:.....	75
UMA GENEALOGIA DO ARQUITETO E URBANISTA CAMINHANTE	78
AS INTER-RELAÇÕES ENTRE O “ESPAÇO DE HABITAR” O “MORADOR” E O “MOBILIÁRIO” EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	81
O DESAFIO DA HOSPITALIDADE URBANA DE PELOTAS/RS	85
OLHARES SOBRE A FRONTEIRA	88
FUELLES EN LA FRONTERA:.....	92
TELURICA.....	95
FORMA URBANA E ROTAS DE PEDESTRES	99
CAPELAS DE MADEIRA DO ALTO URUGUAI GAÚCHO.....	103





FRONTEIRAS URBANAS: O CASO DO ASSENTAMENTO PRÉCARIO SERRA DA SANTA CRUZ NA CIDADE DE TAQUARANA – AL.	107
FLEXIBILIDADE NA HABITAÇÃO CONTEMPORÂNEA	111
CARTOGRAFIA DA FRONTEIRA EM CIDADES PEQUENAS:.....	115
SOBRE O CONCEITO DE TIPO E O ESTUDO DE TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI.....	119
O LAZER E A CIDADE:.....	123
A DESCARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DE TRANSFORMAÇÕES URBANAS.....	127
MURO BRANCO, POVO MUDO	131
ENCONTRAR-SE EM VIAGEM:.....	135
MUTAÇÕES DO PERCEBER:	139
(DES)ACESSIBILIDADE GEOMÉTRICA DE BORDA, EXCLUSÃO E AUTOEXCLUSÃO	143
PRAÇA VIVA.....	147
CAMPI UNIVERSITÁRIOS DESCENTRALIZADOS: Processo Orientacional e Seus Usuários	151
APOIO AO ENSINO DO SIG E AS DIFERENTES ABORDAGENS A PARTIR DA FAURB – UFPEL.....	155
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E MORFOLOGIA URBANA	160
FEIRA DAS PULGAS	164
PANORÂMICAS IMERSIVAS 360° X 180°	168
TURISMO: UMA PRÁTICA DE APROPRIAÇÃO, DOMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA	172
MOBILIDADE E FUNCIONALIDADE ECOSSISTÊMICA GLOBAL DA PAISAGEM PARA O MUNICÍPIO DE JAGUARI-RS.....	176
METODOLOGIAS DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA ÁREAS VERDES	181
OCUPAÇÕES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	185
A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA	188
PLANEJAMENTO URBANO NA FRONTEIRA BRASIL -	192
URUGUAY: MORFOLOGIA URBANA E HIDROGRAFIA	192
PARA-FORMAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY:	196
SEGREGAÇÃO E REDES DE SOCIABILIDADE.....	200



FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL, GEOTECNOLOGIA E MODELAGEM URBANA	204
APP+SAÚDE	208

FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016





ALÉM DAS FRONTEIRAS POLÍTICAS: As Cores dos Centros Históricos Entre Brasil e Uruguai

Adriana Pagliani Ança¹

Palavras-chave: Cores; Fronteira Brasil/Uruguai, Contemporâneo.

O Projeto Para-formal na Fronteira coordenado por Cláudia Mariza Brandão e Eduardo Rocha contemplou uma gama de investigadores que muitas vezes não dialogavam em suas áreas de conhecimento, mas onde ambos tinham o princípio mútuo de pesquisar a fronteira do extremo sul do nosso estado. Para isso, através de transporte rodoviário foram visitadas as fronteiras entre Chuí-Chuy, Jaguarão-Rio Branco, Santana do Livramento- Riveira, Quaraí- Artigas, Barra do Quaraí- Bella Unión e Aceguá-Aceguá.

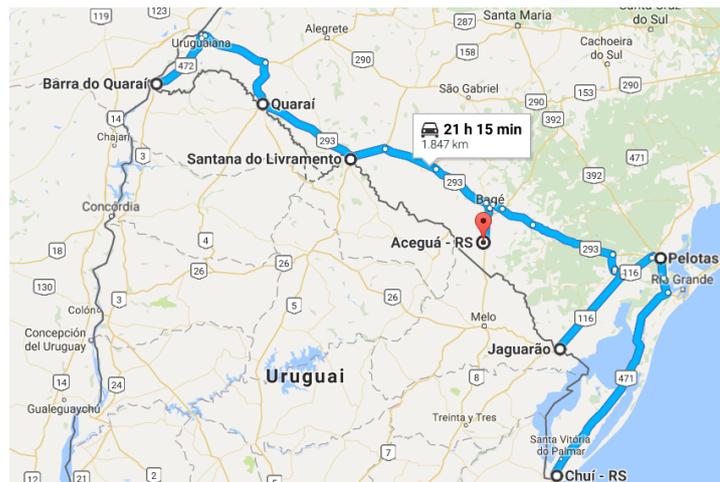


Figura 1: Fonte: Google Maps- Destinos percorridos durante a investigação

Nesta viagem consegui saciar alguns dos meus questionamentos sobre o plano de cores utilizados nesses espaços fronteiriços e qual seria a relação e o distanciamento entre ambos, pensando a representação contemporânea da morfologia urbana. Levando em consideração que nesse contexto não temos fronteiras que nos distanciam, mas sim espaços que nos entrelaçam formando o já dito *entre-lugar* que recria todo um cenário cultural, histórico e político.

Em um espaço híbrido, como será que foi realizada a seleção das cores de todos esses centros históricos? Serão eles fontes desse movimento que transita entre o presente e o passado, já que o contemporâneo não é algo tão presente quanto pensávamos como reflexiona AGAMBEN (2009) em *O que é o contemporâneo*. Mais

¹ Arquiteta e Urbanista.CAU:A 38109-0. E-mail:adriana-pagliani-anca@hotmail.com





que a necessidade de respostas aos meus anseios, temos que desenvolver investigações desse porte para pensar a consistência de uma cidade futura, de um espaço passado que marcará o presente das futuras gerações. RAJCHMAN (2002) questiona-se sobre qual o pensamento crítico adotado para as cidades do porvir, para manter ainda a permanência de vida nas grandes cidades (JACOBS, 2011).

Ao discutirmos esses princípios estaremos repensando também a organização de um novo plano de urbanismo que visa à preservação do patrimônio dos centros históricos, o fato da atualização não deve ser considerado um elemento transgressor, ao tempo em que o mesmo deve ser visto com certas noções de limite (ASCHER, 2010) para que não se constitua um processo distanciado dos princípios da arquitetura e de seu contexto social.

Pretendo compartilhar o que consegui identificar nessas experiências entre Brasil e Uruguai, mostrando através do meu relato de viagem e também dos registros fotográficos que em diálogo com referenciais teóricos nos demonstram a pluralidade de representações contidas nos ambientes fronteiriços, não traçando limites, mas sim mostrando as características próprias de cada realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Projeto Para-formal na Fronteira coordenado por Cláudia Mariza Brandão e Eduardo Rocha que viabilizou está viagem pela fronteira.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** In: Agamben, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, 2009.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- RAJCHMAN, John. **Construções**, Lisboa: Relógio D'Água, 2002.





MEDIDA DE CENTRALIDADE ESPACIAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE JAGUARÃO E RIO BRANCO

Adriana Teixeira Camisa¹
Natália Dâmaso Bertoldi²
Maurício Couto Polidori³

Palavras-chave: preservação; patrimônio; fronteira; centralidade; comunidade.

INTRODUÇÃO

O Laboratório de Urbanismo (LabUrb) está desenvolvendo juntamente com o Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), ambos abrigados pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL (FAURB), o Programa de extensão "Preservação do patrimônio cultural edificado na fronteira Brasil-Uruguaí". Este trabalho trata de ação integrada a outras que já vem sendo entendidas como necessárias pela comunidade das cidades de fronteira do Brasil e do Uruguai e pela instituição. Assim, busca-se despertar para a importância da preservação patrimonial de edifícios e lugares de maior interesse das cidades de Jaguarão – BR, cerca de 28 mil habitantes (IBGE, 2010), e Rio Branco – UY, cerca de 15 mil habitantes (INE, 2011), com um total de aproximadamente 43 mil pessoas.

Pretende-se analisar a estrutura urbana destas cidades através de suas morfologias e fazer uso de modelagem urbana através do software UrbanMetrics (elaborado pela equipe do LabUrb e disponível em <http://wp.ufpel.edu.br/urbanmetrics/>), o qual permite a aplicação do modelo de centralidade, que diferencia o espaço a partir de conectividades, distâncias e interações (POLIDORI e POLIDORI, 2008).

A partir disso, serão realizadas oficinas internacionais de identificação de lugares de centralidade espacial relevante para priorizar a preservação patrimonial, com base nos estudos anteriores e na percepção das comunidades envolvidas.

¹Universidade Federal de Pelotas. adrianat.camisa@gmail.com.

²Universidade Federal de Pelotas. ndbertoldi@gmail.com.

³Universidade Federal de Pelotas. mauricio.polidori@gmail.com





METODOLOGIA

De acordo com Krüger (1979), Hillier e Hanson (1984) e Krafta (1999), a modelagem computacional baseada na teoria de grafos, melhor definida a seguir, tem-se mostrado uma das formas adequadas para estudar as propriedades da estrutura configuracional e morfológica do espaço urbano. Por isso, este trabalho fará uso do software UrbanMetrics (SARAIVA e POLIDORI, 2015) para estudar a evolução urbana e identificar as relações entre medidas de centralidade e os lugares diferenciados para a valorização da preservação do patrimônio cultural edificado, ofertando oficinas para treinamento das equipes municipais e para a comunidade destas cidades.

Segundo Krafta (1994), centralidade é uma medida morfológica de diferenciação espacial, gerada por tensões entre unidades de forma construída alocadas em parcelas espaciais discretas e conectadas pelo tecido urbano, sendo considerada mais central a parcela que participa com maior intensidade da rota de ligação mais eficaz entre cada um dos espaços com os outros, considerando caminhos preferenciais e atritos de percurso. Esta medida é calculada com base na teoria de grafos, a qual diz que um grafo é uma entidade matemática que representa o sistema através dos elementos espaciais (denominados nós ou vértices) e das relações (físicas e/ou abstratas) entre esses elementos, caracterizados por traços ou setas que ligam esses pontos (denominadas arestas ou arcos) (GOLDBARG e GOLDBARG, 2012).

A aplicação dessas medidas também permite realizar estudos evolutivos para observar para onde se deslocam os centros médios ao longo do tempo, em função de diferentes crescimentos em áreas de estudo, em diferentes escalas (MIEREZ, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma base raster binacional foram traçados os eixos das vias de Jaguarão e Rio Branco e feita a modelagem urbana destas cidades verificando-se por meio do software UrbanMetrics as diferentes classes representadas por gradientes correspondes as medidas de centralidade, considerando primeiramente as cidades fronteiriças de forma separada, como nas Figuras 1 e 2, e depois considerando-as de forma integrada, exemplo na Figura 3 (quanto mais escuro o tom de azul e maior a espessura da linha, mais central a entidade).



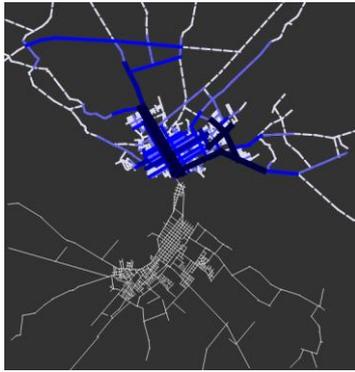


Figura 1: Resultado parcial de centralidade espacial da cidade de Jaguarão.

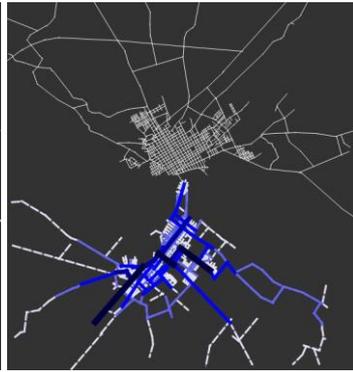


Figura 2: Resultado parcial de centralidade espacial da cidade de Rio Branco.

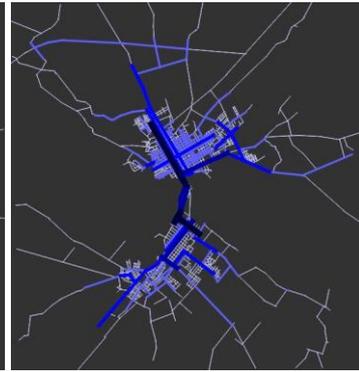


Figura 3: Resultado parcial de centralidade espacial das cidades de Jaguarão e Rio Branco.

Comparando as simulações, identificam-se resultados parciais diferentes para cada cidade quando estas são analisadas individualmente e juntas, mostrando que há importante influência de uma em relação à outra para seu estudo de centralidade.

Com a continuidade do levantamento em campo será possível adicionar ao banco de dados informações (uso do solo, infraestrutura e dados culturais) sobre os ambientes estudados, capazes de conferir aos espaços atributos qualitativos e quantitativos (POLIDORI e POLIDORI, 2008). Também serão traçados os eixos das ruas de ambas as cidades em época anterior, com uso de imagem aérea da década de 40 do Século XX, para comparar com a atualidade e verificar a evolução dos lugares centrais.

Na sequência dos trabalhos serão realizadas oficinas com a população das duas cidades, mapeando as percepções das pessoas integradas ao trabalho, por intermédio das prefeituras municipais dos dois países. Deste modo serão identificados lugares de interesse para preservação pela comunidade, que serão superpostos com estudos de base morfológica. Ao mesmo tempo serão repassadas as tecnologias e instrumentos de análise espacial para as equipes locais, na busca de sua autonomia. Conjuntamente estão sendo realizadas análises tipológicas do espaço construído pelo Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), parceiro no trabalho, com o objetivo de identificar diretrizes e prioridades para a preservação patrimonial na fronteira.

CONCLUSÕES

Nas cidades de Jaguarão e Rio Branco, depois de completado o levantamento, será possível identificar as áreas com maior probabilidade de mudança, que podem, ou não, ser localizadas nos locais de maior concentração de edificações ou lugares de





interesse para a preservação, tendo a possibilidade de interferência e minimizando o risco da destruição das áreas onde estão inscritos os patrimônios culturais edificados.

Com o levantamento obtido nas áreas em estudo, as prefeituras das duas cidades poderão desenvolver políticas voltadas ao controle de modificações nas áreas de preservação, evitando assim a descaracterização do patrimônio cultural edificado.

REFERÊNCIAS

GOLDBARG, M.; GOLDBARG, E. **Grafos: conceitos, algoritmos e aplicações**. Elsevier Editora Ltda., Rio de Janeiro. 2012.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. London: Cambridge University Press. 1984.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Acessado em 09 ago. 2016. Online. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431100>>.

INE. **Censos 2011**. Acessado em 09 ago. 2016. Online. Disponível em: <<http://www5.ine.gub.uy/censos2011/resultadosfinales/cerrolargo.html>>

KRAFTA, R. **Modelling intra-urban configurational development**. Environment and Planning B: Planning and Design, London, 21, 1994. 67-82.

KRAFTA, R. **Spatial self-organization and the production of the city**. Urbana n.24, p. 49-62. 1999.

KRÜGER, M.J.T. **An approach to built-form connectivity at the urban scale: system description and its representation**. Environment and Planning B: Planning and Design, v 6, p. 67- 88. 1979.

MIEREZ, A. **Análisis de accesibilidad e interacción espacial a través del potencial dinámico: su aplicación a los partidos de la Cuenca del Río Luján**. 2004. Tesis (Licenciatura en Información Ambiental) - Universidad Nacional de Luján

POLIDORI, M.C.; Polidori, M.C.L. **Centralidade, exclusão e o caso de matinhos, pr, brasil**. in: pluris, 3º congresso luso brasileiro para o planejamento, urbano, regional, integrado e sustentável, santos, 2008.

POLIDORI, M.; SARAIVA, M. (2016). **Software UrbanMetrics versão 2.2**. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/urbanmetrics/>> .Pelotas: Laboratório de Urbanismo, FAUrb, UFPel.





OFICINA AEROMOVEL

Proposta de Traçado Exploratório para Pelotas-RS

Afonso Carlos Reginatto¹
Mauricio Couto Polidori²
Heitor Vieira³
Otávio Martins Peres⁴

Palavras-chave: Aeromovel; Transporte Público; Traçado Exploratório; Mobilidade Urbana.

INTRODUÇÃO

É consenso que os sistemas de mobilidade urbana, principalmente nos países emergentes, estão ultrapassados, uma vez que poluição, congestionamentos e acidentes evidenciam tal fato. A falta de planejamento em conjunto com o monopólio do uso de automóveis retornou em cidades que priorizam os veículos sobre as pessoas. A saída é simples: planejamento e investimento em transporte público.

Das novas tecnologias em transporte público, uma que certamente salta aos olhos é o Sistema Aeromovel. Diferencia-se dos demais por utilizar a propulsão do ar para mover veículos leves e não motorizados em via elevada, diminuindo o uso do solo e demandando uma quantidade ínfima de consumo de energia. Resumidamente, os veículos são movidos através do ar pressurizado por ventiladores de alta eficiência energética, instalados nas estações, como um barco a velas invertido. Como existem poucos exemplares do sistema, cabem análises sobre sua inserção nas cidades atuais.

Este trabalho tem como objetivo propor, através de uma oficina, uma proposta de traçado exploratório do Sistema Aeromovel na cidade de Pelotas RS, para que seja possível observar a inserção do conjunto dentro de uma cidade de médio porte. O trabalho refere-se ao Trabalho de Graduação em Engenharia Civil do autor, em desenvolvimento.

METODOLOGIA

¹ Acad. Engenharia Civil - UFPel. afonsoreginatto@hotmail.com

² Prof. Dr. FAURb - UFPel. mauricio.polidori@gmail.com

³ Prof. Dr. Escola de Engenharia – FURG. heitor.furg@gmail.com

⁴ Prof. Ms. FAURb - UFPel. otmperes@gmail.com





O trabalho sucedeu-se em uma oficina realizada no dia 19 de julho de 2016, no saguão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, desenvolvido pelos autores supracitados. Como material utilizou-se um mapa de larga escala que contém a cidade de Pelotas. A partir deste, é possível contemplar a cidade na sua totalidade, sem a necessidade de mover telas ou cursores (quando em softwares). Para não danificar o mapa base, colocou-se sobre ele um plástico transparente cristal de média espessura, onde os traçados serão desenvolvidos. Na Figura 1 pode-se observar o desenho dos traçados no mapa.



Figura 1 - Mapa da cidade de Pelotas
Fonte: Autor

Para elaboração dos traçados, iniciou-se marcando no mapa possíveis polos geradores de viagens – como unidades de saúde, unidades educacionais, zonas comerciais, entre outros. De posse disso, mapeou-se os destinos preferenciais, considerando que a maior parcela das viagens é previsível: de casa para o trabalho e do trabalho para casa. Além de verificar possíveis locais preferíveis para “passar a linha”.

Levou-se em consideração também, conceitos da metodologia *Transit-Oriented Development* (TOD) ou Desenvolvimento Orientado ao Transporte Público, tais como: conectar, adensar e compactar. (ITDP, 2013, p.7-26). As linhas serão concebidas em via dupla e elevada, demandando um menor uso do solo e melhores dados de desempenho na operação, apesar de um investimento mais elevado inicialmente.





Por fim, levando em considerações estes detalhes, lançou-se as propostas de traçados e suas estações. Após, avaliou-se as propostas, verificando suas coerências, sua inserção dentro da área urbana e seus principais problemas. De posse de todo o material desenvolvido na oficina, o mesmo deve ser digitalizado ao Google Earth.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da metodologia descrita, definiu-se a primeira versão da proposta. O traçado exploratório proposto está apresentado na Figura 2. Como pode-se observar, foram dispostas quatro linhas, sendo elas: Linha 1 em vermelho, Linha 2 em verde, Linha 3 em azul escuro e Linha 4 em azul claro. Além destas, existe uma possibilidade de expansão, em marrom.

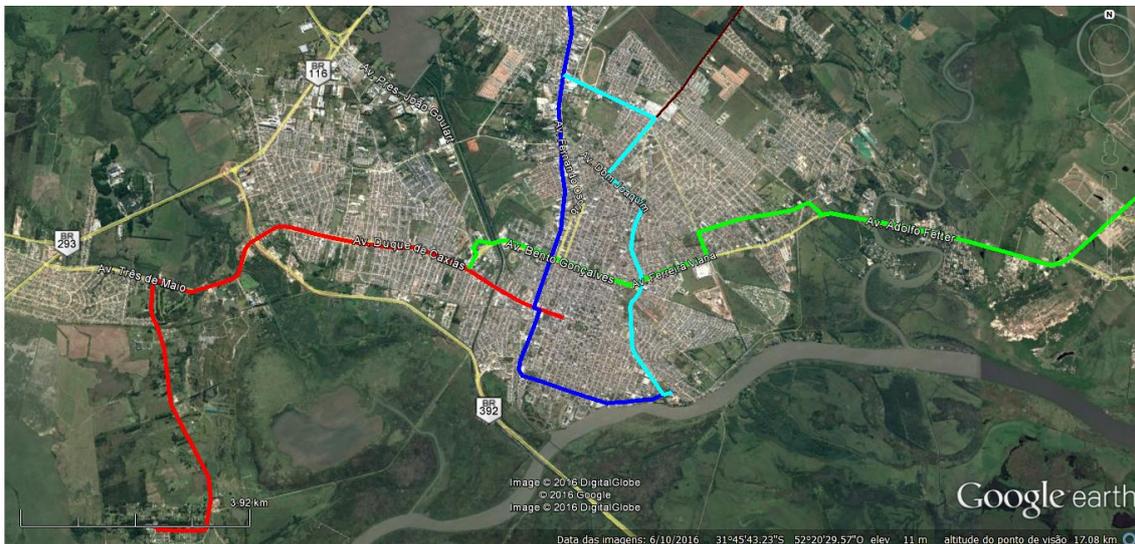


Figura 2 - Traçado exploratório para Pelotas
Fonte: Autor

A Linha 1 consegue abranger o transporte de universitários do centro da cidade de Pelotas até o Campus, além de absorver a parcela de moradores do Capão do Leão que se desloca para Pelotas. Além disso, abrange o bairro Fragata, um dos maiores e mais populosos da cidade. Inicia no interior Campus Capão do Leão da UFPel, seguindo pela Av. Eliseu Maciel até a Av. Três de Maio – onde sai do município de Capão do Leão e entra no município de Pelotas. Da Av. Três de Maio conecta-se com a Av. Duque de Caxias, onde segue até por fim encontrar a Rua Mal. Floriano. Percorre 13,3km em seu trajeto.

Já a Linha 2, contempla os bairros Laranjal e Areal, conectando-os com o centro da cidade. Inicia na Colônia Z3 na Av. Amazonas, encontra-se com a Av. Adolfo Fetter, que por sua vez entra na Rua do Obelisco para após alimentar a Av. Domingos de Almeida até a Av. São Francisco de Paula. Da Av. São Francisco de Paula segue





até a Av. Ferreira Viana que se conecta com a Av. Bento Gonçalves, finalizando o trajeto na Av. Duque de Caxias, com uma breve alça na Rodoviária de Pelotas. Percorre 16,7km em seu trajeto.

A Linha 3 por sua vez, consegue transportar boa parte do fluxo de universitários pelos campi da UFPel, tais como o Campus Anglo e os prédios da região do porto. Além disso, abrange os bairros Centro e Três Vendas. Inicia no Campus Anglo e percorre o Canal São Gonçalo até adentrar a Rua Conde de Porto Alegre, para após conectar à Rua Manduca Rodrigues e a Rua Dr. Araújo. Da Rua Dr. Araújo faz uma curva até a Rua Marcílio Dias, por onde percorre até encontrar a Av. Fernando Osório que por sua vez encontra a Rua Leopoldo Broad e termina na BR-116. Percorre 13,6km em seu trajeto.

Por fim, a Linha 4, fecha a malha em torno do Bairro Centro, alimentando o Bairro Areal e complementando ao Bairro Três Vendas. Inicia no Campus Anglo, inserindo-se na Rua Vereador Boaventura Barcelos, percorrendo pela Av. Pres. Juscelino Kubitschek de Oliveira até adentrar a Av. Dom Joaquim. Da Av. Dom Joaquim, conecta-se a Av. República do Líbano, percorrendo até a Av. Salgado Filho e finalizando na Av. Fernando Osório. Percorre 7,6km em seu trajeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, após a oficina e a proposta de traçado exploratório, foi possível a consideração de uma malha complexa, com mais de 50km, que consegue abranger grande parte da população pelotense. Como os traçados conectam-se, é possível a integração entre as linhas. Além disso, há possibilidade do rebaixamento das vias em alguns trechos vias únicas (com desvios). As linhas devem ser complementadas com sistemas de menores capacidades como ônibus e ciclovias. Enfim, o Sistema Aeromovel demonstra-se de grande conectividade com as cidades do porte de Pelotas, mostrando-se uma alternativa sustentável e econômica.

REFERENCIAS

BRASIL; MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Trensurb e Aeromovel**: A inovação da Trensurb conectando a população ao futuro da mobilidade e da integração. Governo Federal, 2013.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE & DESENVOLVIMENTO. **Padrão de Qualidade TOD, 2013**. Disponível em: <<http://itdpbrasil.org.br/padrao-de-qualidade-tod/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.





SISTEMA AEROMOVEL Apanhado Histórico

Afonso Carlos Reginatto¹
Mauricio Couto Polidori²
Heitor Vieira³

Palavras-chave: Aeromovel; Transporte Público; Responsabilidade Ambiental; Mobilidade Urbana.

INTRODUÇÃO

O panorama dos transportes públicos se torna uma pauta cada vez mais frequente no cotidiano das cidades. Sabe-se que o modelo de mobilidade instaurado – principalmente em países subdesenvolvidos – prioriza a utilização dos automóveis tendo como consequências prejuízos como: poluição, acidentes, congestionamentos, entre outros. Em contrapartida, novos sistemas vêm à tona para buscar alterar essa perspectiva, priorizando a pessoa sobre carros e motocicletas.

Dentro destas novas alternativas, surge no final da década de 1970 o Sistema Aeromovel, um meio de transporte que utiliza a propulsão do ar para mover veículos leves e não motorizados em via elevada. Diversas características o tornam indicado ao uso nas cidades atuais, tais como: responsabilidade ambiental, economia, segurança, rapidez, conforto, etc.

A forma pelo qual o sistema se move é o grande potencial do Aeromovel. De forma breve, a sua tecnologia tem como base a propulsão pneumática, onde o ar é pressurizado por ventiladores de alta eficiência energética, através da própria via - que funciona como um duto. Seus motores estão fixos nas estações, o que livra os veículos de carregar um grande peso e possibilita o uso de vias elevadas, com um pequeno uso do solo. (COESTER, 2013).

Este trabalho tem como objetivo descrever a história do Sistema Aeromovel, explicitando seus avanços e suas potencialidades como componente estruturante das cidades atuais. O trabalho refere-se à etapa inicial do Trabalho de Graduação em Engenharia Civil do autor, em desenvolvimento.

¹ Acad. Engenharia Civil - UFPel. afonsoreginatto@hotmail.com

² Prof. Dr. FAURb - UFPel. mauricio.polidori@gmail.com

³ Prof. Dr. Escola de Engenharia – FURG. heitor.





METODOLOGIA

Através de revisão bibliográfica sobre o Sistema Aeromovel realizou-se uma análise crítica, buscando, não somente, relatar os fatos em ordem cronológica como também analisar as consequências dos mesmos. Para tal, utilizou-se de encartes técnicos, relatórios e memoriais, além da transcrição de entrevistas e acesso a arquivos digitalizados. Com isso, foi possível explicitar e discriminar os principais acontecimentos, apresentados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, cabe mencionar o criador do sistema. O pelotense Oskar Hans Wolfgang Coester concebeu a ideia do Sistema Aeromovel enquanto ainda era funcionário da Varig, em 1959. Nesta época, a companhia passou a oferecer voos de apenas uma hora e meia entre Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Coester percebeu então que levava mais tempo indo de casa ao aeroporto do que no voo entre as duas cidades. Esse fato o instigou a buscar novas alternativas para o cenário. (ZERO HORA, 2013).

Partindo da ideia de um barco a velas invertido, em 1977 o primeiro protótipo foi desenvolvido, onde uma cadeira movia-se com propulsão do ar por cerca de 30 metros. Buscou-se avaliar o comportamento e o desempenho energético do veículo. Na Figura 3 pode-se observar o funcionamento do sistema. No ano de 1978 é concedida pela Inglaterra a patente a Coester. Já em 1979, em parceria com a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), estuda-se a viabilidade técnica e econômica para transporte urbano. Na Feira de Hannover, Alemanha, em 1980, um veículo teste opera transportando 18 mil pessoas em 9 dias. (BRASIL, 2013).

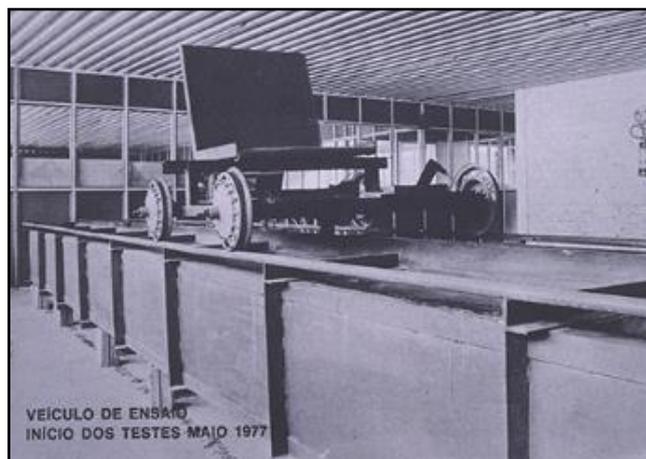


Figura 3 - Veículo de ensaio do experimento de 1977
Fonte: AEROMOVEL, 2016.





Para avaliar o sistema, em 1981, o Ministério dos Transportes assina o contrato com a Coester para execução de um trecho experimental em Porto Alegre. Com o início dos testes se dá em 1983, constata-se que o sistema convencional não corresponde em desempenho. Este fato é importante, pois faz com que seja proposta a propulsão no exterior do veículo, o que diminuiu o seu peso, livrando-se do motor. Em 1984, à linha é permitido testes com passageiros. (BRASIL, 2013).

Em 1988, o Grupo PT Citra Patenindo Nusa Pratama recebe concessão para desenvolver a tecnologia do Aeromovel em Jacarta, Indonésia. A obra é concluída em apenas oito meses, dispondo de uma linha de 3,2km de extensão, com seis estações e três veículos. (AEROMOVEL, 2016). Na Figura 4 a seguir, pode-se observar o funcionamento da linha em Jacarta. Este foi um grande marco para o sistema, pois entrou em operação plena para transportes de passageiros, apesar de ter um caráter recreativo.



Figura 4 Aeromovel em funcionamento em Jacarta, Indonésia.
Fonte: COESTER, 2013.

Em parceria com a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), em 2010, é lançado o projeto de implementação do Aeromovel em Porto Alegre, ligando o Aeroporto à Estação Aeroporto. A execução do projeto é iniciada em 2012 e, no ano de em 2013, entra em funcionamento a linha, se tornando um marco na história dos transportes do país. (BRASIL, 2013). Na Figura 5 pode-se observar o sistema em funcionamento.

Já em 2015, é assinado um contrato para construção do Aeromovel em Canoas (RS), além de iniciar os projetos executivos das obras civis e de tecnologia. Em 2016, ocorre a assinatura de contratos com fornecedores e início da obra civil. Os serviços de realocação da rede de distribuição de energia de média tensão e iluminação iniciam. (AEROMOVEL, 2016).





Figura 5 Aeromovel em funcionamento em Porto Alegre
Fonte: CLICRBS, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pode-se observar que o Sistema Aeromovel, apesar de ser uma “tecnologia nova”, vem sendo aprimorado ao longo de décadas. Além de ser uma possibilidade de futuro à mobilidade urbana, é uma tecnologia 100% nacional, o que justifica seu incentivo. Vale ressaltar que, embora existam demais linhas, a primeira vez que o sistema é concebido para transporte de massa foi o projeto de Canoas, até então tivemos uma linha piloto, uma linha recreativa circundando um parque e uma linha complementar ao Aeroporto. Portanto, em pouco tempo será possível avaliar a real potencialidade de estruturação das cidades atuais através de sua implementação.

REFERENCIAS

AEROMOVEL. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.aeromovel.com.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em 17 jun. 2016.

BRASIL; MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Trensurb e Aeromovel: A inovação da Trensurb conectando a população ao futuro da mobilidade e da integração**. Governo Federal, 2013.

CLICRBS. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/estamosembras/tag/aeromovel/?topo=52,1,1,,171,e171>>. Acesso em 16 jun. 2016.

COESTER, O.. **Aeromóvel: Automated People Mover**. Encarte técnico. Coester – Soluções Inovadoras em Automação. Porto Alegre, 2013.

ZERO HORA. **Banco de dados**. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/04/inventor-do-aeromovel-realiza-sonho-de-decadas-4103965.html>>. Acesso em 06 out. 2016.





ALEXANDER E SUA TEORIA DOS CENTROS:

Perspectivas de Modelagem

Alice Rauber Gonçalves¹

Palavras-chave: Teoria da complexidade, Teoria dos centros, *Wholeness*, Desenho Urbano.

Percebe-se um grande distanciamento entre o desenho urbano – posto em prática, atualmente, nas cidades e nos ateliers dos cursos de Arquitetura – e os avanços recentes da Ciência. O desenho urbano, via de regra, é baseado em critérios subjetivos e em condicionantes legais, não incorporando abordagens surgidas mais recentemente. Christopher Alexander é um importante teórico que tem se dedicado a desenvolver maneiras de projetar melhor. Vem, desde a década de 1960, esboçando uma teoria de projeto do espaço construído que busca superar a produção arquitetônica/urbanística como algo concebido exclusivamente de forma autoral, arbitrária e subjetiva. Minha pesquisa pretende se pautar em suas preciosas contribuições, especialmente as mais recentes, para avançar em direção a um modelo de desenho urbano sob a luz dos recentes avanços teóricos e metodológicos da Teoria da Complexidade e da nova Ciência das Cidades.

O nome de Christopher Alexander é comumente associado à obras como *A PatternLanguage* (1977) e *The city is not a tree* ([1965] 1988). Essas já foram extensamente abordadas na literatura. Contudo, meu maior interesse está em seus trabalhos mais recentes, cuja obra central é *The Nature of Order* (2002). As contribuições e indagações científicas contidas nessa obra e nos trabalhos subsequentes (Alexander, 2002, 2003, 2009) receberam, até o momento, pouca atenção no meio acadêmico.

Um conceito-chave para essa nova teoria é a noção de *wholeness*, que se refere à característica global de uma determinada configuração, e que se encontra na base dos processos de emergência de ordem, presentes, em maior ou menor grau, em todas as estruturas vivas e criadas pelo homem. Para o autor, essa característica não viria da configuração em si, mas de um *processo*, que se dá de forma incremental e que gera configurações coerentes. Existiria, assim, um nível de estrutura mais profundo sob os padrões, e um processo de formação de centros (*centering process*)

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul. alicerauber@hotmail.com.





seria responsável por gerar *wholeness* em processos de crescimento urbano ou de desenho urbano.

Wholeness é, portanto, uma estrutura recursiva formada por centros, que, por sua vez, são formados por outros centros. Alexander identifica quinze propriedades que descrevem como esses centros interagem uns com outros, e como eles se ajudam mutuamente a intensificar sua força e a gerar novos centros. A aplicação sucessiva de transformações baseadas nessas propriedades levaria à formação de estruturas vivas, belas e harmoniosas, uma vez que todas elas buscam preservar a estrutura e aperfeiçoá-la.

Para Alexander (2003), os cientistas que estudam fenômenos da biologia e da física, por exemplo, são passivos quanto ao aspecto da criação. Os arquitetos, por outro lado, são proponentes ativos, cujos erros de projeto interferem na vida de bilhões de pessoas. Portanto, a criação de estruturas complexas bem adaptadas – como encontramos na arquitetura – deveriam se tornar um importante tópico científico. Alexander sugere que estética tem um papel decisivo na co-adaptação de sistemas complexos, ou seja, que as transformações que levam à emergência de certas formas na natureza e nos artefatos humanos não seriam aleatórias, mas obedeceriam a certas regras universais que conduzem à harmonia e beleza das formas (as 15 propriedades). Sustenta, assim, que a complexidade adaptativa é um rico campo para a ciência.

Alexander (2002, 2003, 2009) enfatiza que a noção de *wholeness* é passível de descrições matemáticas, uma vez que as propriedades podem ser observadas e descritas de forma precisa. No entanto, o próprio autor admite que ainda não temos uma representação matemática ou um método computacional para alcançar isso. Reconhece que seus *insights* são ainda iniciais, e propõe uma agenda de pesquisa (Alexander, 2009). O primeiro passo seria estabelecer versões mais precisas das quinze transformações, pois ele entende que ainda são um tanto evasivas para permitir que se criem, por exemplo, operações computacionais.

A grande questão da pesquisa, portanto, está em como descrever e como modelar esse processo delineado por Alexander. Poucos autores (Salingaros, 2005; Hoverd e Stepney, 2010; Jiang, 2015 e 2016) têm se aventurado a trilhar os caminhos esboçados por Alexander, embora quase quinze anos já tenham se passado desde a publicação de *The Nature of Order*.

O desenvolvimento metodológico envolveria, no mínimo: a) método descritivo que permita modelar relações entre centro; b) método que permita verificar o grau de coerência ente centros, permitindo não apenas verificações de estado, mas também sua evolução ao longo do tempo; c) métricas para verificar o grau de *wholeness*.

Para o item 'a' já temos suficiente evidência de que o melhor método descritivo para modelar relações é por meio gráficos. Jiang (2015) sugere algo nesse sentido. Diversas medidas e indicadores de desempenho permitem descrever certas





propriedades espaciais e capturar a hierarquia entre os nós de um grafo (centros) sob determinado aspecto. Assim, cada indicador captura alguma forma de relação entre centros, de modo que poderiam ser utilizados para medir o grau de coerência entre centros, atendendo o item 'b'. Reinterpretações das propriedades de Alexander poderiam ser feitas sob a forma de métricas de centralidade, por exemplo – sabidamente algo que não é possível para todas as 15 propriedades, mas pelo menos para algumas. O item 'c' permanece como o mais nebuloso, por enquanto, mas parece estar na forma de estabelecer articulações entre diferentes indicadores.

A presente pesquisa encontra-se em fase inicial, fazendo parte do meu doutorado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, iniciado em 2015, sob orientação do prof. Romulo Krafta. Possui interface com o projeto de pesquisa chamado *Um modelo "harmony-seeking" de desenho urbano*, de Romulo Krafta.

A justificativa de levar a cabo tal investigação está na sua contribuição para a construção de um sistema de indicadores que sirva de suporte à decisão em desenho urbano. Como diria Alexander, "não podemos esperar encontrar um bom desenho apenas olhando para essas opções de solução. Ao invés disso, devemos ter um processo que, aplicado desde o início, nos leve a boas respostas"(Alexander, 2003, p.19).A contribuição para o Grupo de Pesquisa de Sistemas Configuracionais Urbanos consiste na possibilidade de transpor os procedimentos analíticos já estudados para um contexto projetual.

REFERENCIAS

ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S., SILVERSTEIN, M., JACOBSON, M., FIKSDAHLKING, I. AND ANGEL, S. **A Pattern Language**. New York: Oxford University Press, 1977.

ALEXANDER, C. A city is not a tree. In: THACKARA, J. **Design after modernism**. Londres: Thames and Hudson, 1988.

ALEXANDER, C. **The nature of order**:An essay on the art of building and the nature of the universe.Volumes 1-4. Berkeley: The Center for Environmental Structure, 2002.

ALEXANDER, C. **New concepts in complexity theory**: arising from studies in the field of architecture. <http://www.natureoforder.com/library/scientific-introduction.pdf>, 2003. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

ALEXANDER, C. Harmony-Seeking Computations: a science of non-classical dynamics based on the progressive evolution of the larger whole. **International Journal for Unconventional Computing**, 5, 2009.

HOVERD, T.;STEPNEY, S.Formalising harmony seeking rules of morphogenesis.In XII Artificial Life Conference. **Proceedings of...**Odense: 2010. p. 386–393.





KRAFTA, R. **Um modelo “harmony-seeking” de desenho urbano.** Projeto de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

JIANG B., Wholeness as a hierarchical graph to capture the nature of space, **International Journal of Geographical Information Science**, 29(9), 2015, p. 1632–1648.

JIANG, B. A Complex-Network Perspective on Alexander's Wholeness. **arXiv preprint arXiv:1602.08939**, 2016.

SALINGAROS, N. **Principles of urban structure.** Amsterdam: Techne Press, 2005.





AGLOMERAÇÕES URBANAS

Ensaio Sobre Acessibilidade em Cidades Aglomeradas

Ana Lilian Brock¹

Palavras-chave: Acessibilidade, Aglomerações Urbanas, Configuração Espacial.

No final do século XX com a aceleração do processo de urbanização, as cidades passaram a apresentar expressivos dados de crescimento demográfico e expansão territorial assumindo inclusive novas relações socioeconômicas entre si. Neste período é possível perceber que as vinculações interurbanas se tornam cada vez com maior intensidade, fomentadas principalmente pelos avanços tecnológicos da época (como o automóvel e os meios de telecomunicação) que facilitam as trocas – sociais, culturais e informação - entre elas. Em consequência a isso, novos modos de estruturação espacial emergem, dentre os quais é possível destacar as aglomerações urbanas.

As aglomerações urbanas são aqui entendidas como um produto sócio espacial do crescimento das cidades, no qual são estabelecidos fortes laços de interdependência entre as cidades vizinhas, de modo a provocar o surgimento de uma nova unidade territorial com características próprias que ultrapassa a dimensão municipal (VILLAÇA, 2001; SOUZA, 2008). Essa reorganização espacial pode incutir em efeitos na configuração urbana das cidades aglomeradas, na qual a relevância de determinadas porções de espaço tende a variar conforme diferentes escalas de análise são consideradas.

O estudo da estrutura da cidade pode ser realizado de inúmeros modos, entretanto, esse artigo enfoca sua análise para uma abordagem configuracional do tema, ou seja, através de uma exploração sistêmica, com a aplicação modelos e cálculo de medidas de diferenciação espacial, permitindo que o espaço urbano seja estudado de forma quantitativa e com dados desagregados.

O modelo utilizado nesse trabalho para a análise consiste no modelo de centralidade por proximidade, que permite o cálculo da medida de acessibilidade. Esta, segundo Ingram (1970), pode ser vagamente definida como a vantagem de um lugar no que se refere a superar alguma forma de espacialidade que atue como fonte de fricção. Conforme Krafta (2014) a acessibilidade está relacionada à distância relativa entre as células que formam o sistema, estando intuitivamente associada à ideia de proximidade e de facilidade de alcance, de modo que os espaços mais acessíveis comportariam um número maior de atividades e maiores movimentos.

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. brock.lilian@gmail.com





Isto posto, esse trabalho busca analisar efeitos das aglomerações urbanas na acessibilidade intra e interurbana das cidades que a compõem, através do estudo empírico de diferentes recortes espaciais em cidades aglomeradas. O estudo de caso contempla três cidades da Serra Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa, destacadas em vermelho na Figura 1, que foram selecionadas devido a disponibilidade de dados e pela distribuição de sua mancha urbana que permite o recorte da área de modo a amenizar possíveis efeitos de borda.

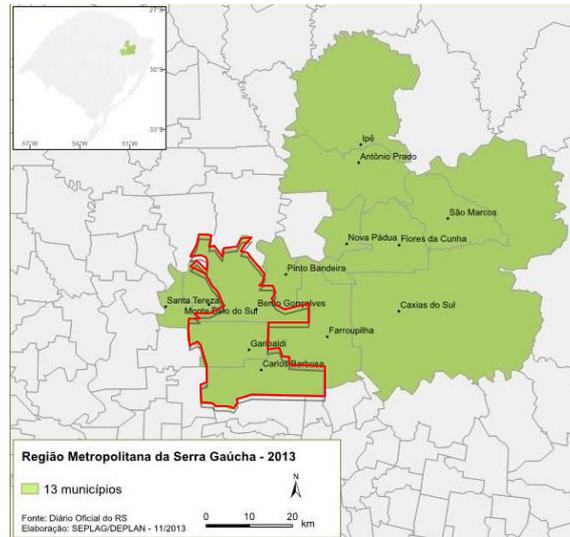


Figura 1 - Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Fonte: Atlas Socioeconômico do RS, disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>>, acessado em: 14/06/2016.

Na sequência da definição da área de estudo, quatro diferentes cenários foram modelados: três deles contendo cada uma das cidades em separado e um contemplando a aglomeração com as três cidades em conjunto. A representação espacial empregada foi a por trechos de vias (entre duas esquinas), elaborada a partir de mapas fornecidos pelas prefeituras locais. Por fim o processamento da acessibilidade foi realizado pelo do *software* Medidas Urbanas (POLIDORI et. all, 2001), resultando em mapas temáticos nos quais os valores da medida aparecem diferenciado por cores, nos quais quanto mais quente a cor do trecho mais acessível este é.



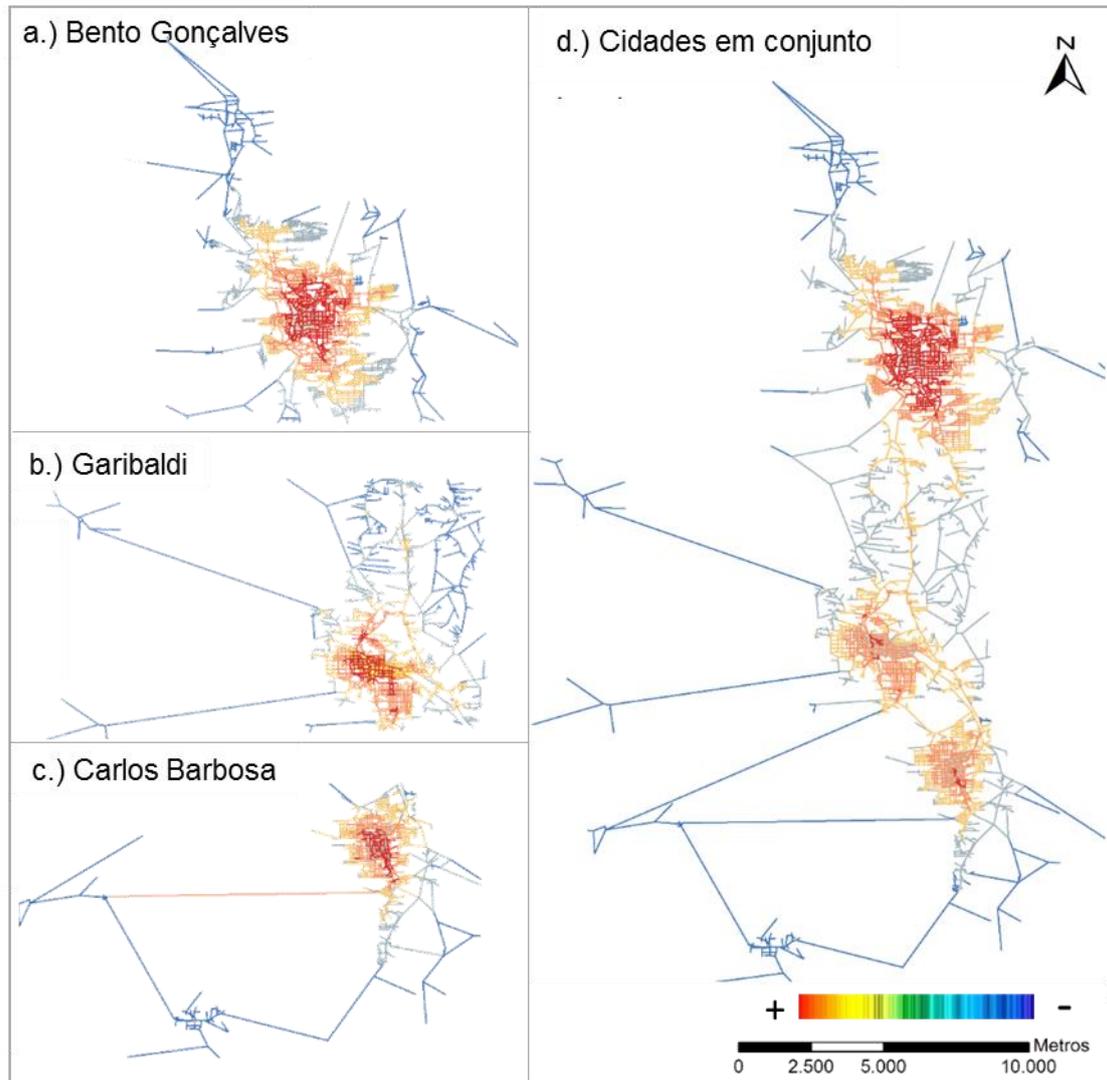


Figura 2 – Acessibilidade Total de raio “n”. Medida geométrica em valores relativos (quebras naturais em 5 classes.), em cada um dos cenários: Elaboração: Brock (2016)

Os resultados obtidos estão demonstrados na Figura 2. Em relação as cidades em separado é possível identificar a presença de espaços centrais que concentram altos valores de acessibilidade em cada um dos cenários, demonstrando que as áreas centrais destas cidades têm relevância na escala local. Também foi possível observar que alguns dos eixos que conectam as principais áreas urbanas das cidades se evidenciaram em relação a seu entorno imediato, indicando sua importância em termos de acessibilidade. Já, quando as cidades foram vistas em conjunto, os maiores valores de medida tenderam a se concentrar em Bento Gonçalves, indicando que, a nível regional, é esta cidade e seus trechos internos que apresentam relevância como o ponto de maior acessibilidade interurbano, enquanto Garibaldi e Carlos Barbosa perderam em importância, não apresentando altos valores de acessibilidade na escala regional.





Desta forma, o presente estudo demonstra a ocorrência de variação de hierarquia dos trechos que compõem os sistemas aglomerados quando analisados em diferentes escalas. É interessante ressaltar que, neste caso, quando a escala interurbana foi considerada, apenas uma das três cidades estudadas concentrou os trechos de maior acessibilidade, enquanto as demais demonstraram ter relevância apenas na escala intraurbana. Essas análises são uma breve abordagem a respeito do tema das aglomerações urbanas com o intuito de contribuir na identificação de efeitos provocados pela mesma, auxiliando planejadores e pesquisadores no seu entendimento deste fenômeno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio financeiro FAPERGS/CAPES para a realização do trabalho.

REFERÊNCIAS

- KRAFTA, R. **Notas de aula de morfologia urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- INGRAM, D. R. **The concept of accessibility: a search for an operational form**, *Regional Studies*, v.5, 1971, p. 101-107.
- POLIDORI, M. C, GRANERO, J, KRAFTA, R. **Medidas urbanas v1.5 Software**. Pelotas: FAUrb-UFPEL, 2001.
- SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.





MODELAGEM E MEDIDAS URBANAS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO EM JAGUARÃO

Ana Paula de Castro Vieira¹
Maurício Polidori²
Otávio Martins Peres³

Palavras-chave: morfologia, modelagem, urban metrics, medidas urbanas, planejamento.

O trabalho está dedicado a resumir o processo de planejamento urbano que está sendo implementado com a participação de múltiplos atores e com o uso de tecnologias avançadas de análise espacial. Os atores estão representados pela UFPEL (através do Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que agrega pesquisa e ensino ao processo), pela Prefeitura Municipal de Jaguarão (através da equipe da Secretaria de Urbanismo) e pela iniciativa privada (através da empresa 3C Arquitetura e Urbanismo, que venceu edital público para contratação). Sendo assim, estão articulados três grupos de trabalho através de uma atividade de extensão, num esforço de aproximar a ação acadêmica do trabalho profissional, em apoio ao poder público municipal.

As atividades têm apoio financeiro através edital PROEXT 2015, com o programa "Horizonte Urbano no Pampa: compatibilizando ambiente natural, crescimento urbano e mobilidade social no Plano Diretor de Jaguarão-RS", que dentre seus objetivos aponta para o fortalecimento das atividades de planejamento urbano em Jaguarão, abordando o espaço da cidade pela vertente da morfologia e modelagem urbana. A morfologia urbana é uma vertente para entendimento do espaço urbano que extrai da forma e das relações entre as partes da cidade nexos de estrutura e de ordenação espacial, como um modo de leitura da realidade e de proposição de mudanças (Lamas, 1993). A forma urbana, segundo Krafta (2014), resulta da distribuição de grandes quantidades de formas construídas sobre um território, sendo que esta distribuição pode ocorrer segundo alguns padrões recorrentes nas cidades, resultante da interação social que ocorre no espaço urbano. Da necessidade de prover acesso a cada uma dessas formas construídas resulta a criação de um terceiro elemento, de mediação, chamado de espaço público.

A modelagem urbana é um caminho para indicar possíveis soluções de planejamento urbano a partir dos seus aspectos morfológicos. Um dos modos de

¹ Universidade Federal de Pelotas. Email: anape.vieira@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas. Email: mauricio.polidori@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas. Email: otimperes@gmail.com





modelar o espaço urbano tem sido realizado através de análises espaciais de mapas axiais das cidades, onde a medida de centralidade (Krafta, 2014) tem possibilitado importantes estudos aplicados ao planejamento.

A medida de centralidade é um tipo de análise morfológica configuracional que, segundo Colusso (2007), analisa as propriedades espaciais provindas das relações entre os aspectos físicos, práticas sociais e a dinâmica dessas relações. De acordo com Krafta (2014), a centralidade é uma medida morfológica de diferenciação, gerada por tensões entre unidades e conectadas pelo tecido urbano, onde a célula que possui maior centralidade é a que participa com maior intensidade da rota de ligação mais eficaz entre cada um dos espaços com todos os outros, considerando caminhos preferenciais e atritos de percurso.

A metodologia aplicada vai ao encontro dos temas principais tratados atualmente no programa de extensão, que são a distribuição de densidades urbanas, de áreas de livre comércio e de habitação de interesse social. A equipe é composta considerando conhecimentos de diferentes modalidades de profissionais: professores da UFPel, técnicos do escritório de Arquitetura e Urbanismo 3C e alunos de Arquitetura e Urbanismo da UFPel e UFRGS. Está estabelecido um cronograma de trabalho comum, com entregas e reuniões semanais entre todos os participantes, realizadas nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Jaguarão, via videoconferência ou pessoalmente, resultando em decisões e indicações técnicas sobre o processo e produtos.

Um instrumento de trabalho importante que está sendo utilizado é o software Urban Metrics, de produção do Laboratório de Urbanismo da FAUrb – UFPel. Esse software, que traz ao programa de extensão uma atividade de pesquisa, é dedicado a realizar análises espaciais intraurbanas, com base na morfologia e nas relações com a cidade e sociedade, através de medidas de centralidade, acessibilidade e conectividade, considerando os espaços públicos, as construções e as características do sistema viário. Podem-se carregar quesitos como demandas e ofertas, aplicando-se pesos para cada atributo, obtendo-se assim trajetos mais acessados pela população. Também pode-se carregar o tipo de pavimentação do sistema viário, aplicando medidas de impedâncias destinadas a cada tipo de pavimento, questionando e pensando melhorias e ampliação do sistema viário urbano. As análises utilizam dados coletados através de atividades de ensino de planejamento urbano na graduação, complementadas por levantamentos no local e por dados do IBGE.

A medida de centralidade pode ser considerada como indicador de relevância de localização de certos espaços na cidade, diferenciando-os pelo potencial de estimular encontros entre as pessoas, o que vem sendo assumido como indicador para locais de maior densidade habitacional, presença de comércio e valorização do solo urbano. Para os temas deste trabalho, está sendo realizada a construção de modelos digitais que consideram a centralidade simplificada (considerando apenas a





morfologia da malha viária) e centralidade ponderada (com aplicação de atributos de usos do solo, pavimentação urbana, localização de equipamentos e densidades urbanas).

O resultado esperado é a elaboração de propostas de localização de habitações de interesse social, e o estabelecimento de áreas de livre comércio, assim como seu porte e seu tempo de implementação. Para este trabalho foi realizado a modelagem espacial de duas propostas de planejamento: A proposta de Polarização Periférica e Cidade Compartilhada. Cujo resultado foram análises de medidas urbanas que compõe uma série de estudos para o embasamento das propostas finais.



Mapa 1: Modelagem no software Urban Metrics das propostas de Polarização Periférica (esquerda) e Cidade Compartilhada (direita). Representação da medida de centralidade, classificada por Quebras Naturais em cinco classes. Considera o uso do solo existente e a impedância por porcentagem de pavimentação.

A possibilidade de utilização de uma medida da centralidade para o processo de planejamento urbano foi possível através da utilização do software Urban Metrics, que representa o avanço da área da informática atrelada a questões de planejamento urbano, com representação computacional das dinâmicas sócio-espaciais.

Através dos elementos que compõe a cidade, conjuntamente aos avanços na explicação do fenômeno urbano, opinião técnica e da população, este trabalho pretende viabilizar a obtenção de subsídios relevantes para a construção de propostas que melhor auxiliem na melhoria das tomadas de decisões sobre a localização de uma nova área de livre comércio e habitações de interesse social, compreendendo e respeitando a vida urbana da população de Jaguarão-RS.

REFERÊNCIAS

KRAFTA, Romulo. **Notas de aula de morfologia urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.





LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** Lisboa: Dinalivro, 1993.

SABOYA, Renato e KARNAUKHOVA, Eugenia. **Uma metodologia para a obtenção de possíveis objetivos e eixos estratégicos para planos diretores a partir dos dados da leitura comunitária.** XII Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional, Belém do Pará, 2007.

PERES, Otávio e POLIDORI, Maurício. **Modelagem urbana e cidades visuais: fundamentos e convergências.** XII Encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional, Florianópolis, 2009.

COLUSSO, Izabele. **Apossamento dos espaços públicos abertos na área central de Santa Maria-RS.** Porto Alegre, 2007.

Krafta, Romulo. **Urban Centrality. A fully configuration model of a self-organizing process.** Porto Alegre, 2001.

Krafta, Romulo. **Fundamentos del análisis de centralidad espacial urbana.** Revista de la Organización Latinoamericana y Del Caribe de Centros Históricos. Porto Alegre 2008.

LIMA, Leandro. **Centralidades em redes espaciais urbanas e localização de atividades econômicas.** Porto Alegre, 2015.





PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA FRONTEIRA BRASIL- URUGUAI

Andréia Teixeira Camisa¹
Vinícius Fossati da Silva²
Maurício Couto Polidori³

Palavras-chave: fronteira; patrimônio; preservação; centralidade; evolução.

INTRODUÇÃO

A complexa questão que visa estudar as faixas territoriais de fronteira entre os países Brasil e Uruguai – região onde se situam as chamadas “cidades gêmeas” – tem sido uma das prioridades acadêmicas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Neste contexto, o Laboratório de Urbanismo (LabUrb), em parceria com o Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), está desenvolvendo o programa de extensão Preservação do Patrimônio Cultural Edificado na Fronteira Brasil-Uruguai.

As regiões de fronteira, à primeira vista, representam apenas o limite entre dois países, porém, sob o ponto de vista das cidades, a fronteira potencializa as relações culturais de forma a integrar os territórios.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.

Para identificar, analisar e descrever o patrimônio cultural edificado, este programa de extensão trabalha com duas etapas principais: a) diferenciar a estrutura intraurbana e apontar lugares estratégicos para priorizar a preservação do patrimônio edificado; b) realizar análise tipológica desses lugares e indicar diretrizes de preservação. Nesse caminho, este artigo está dedicado ao item (a), para o que utiliza recursos de morfologia e modelagem urbana, mediante a medida de centralidade espacial. Essa medida é obtida simulando o potencial de copresença humana nos espaços abertos, o qual será assumido como indicador de possibilidade de mudança nas edificações. Concordando com Vargas (2006), os espaços urbanos não são uniformes, havendo convergência e concentração que diferenciam a cidade internamente, o que neste trabalho será utilizado em conjunto com o tema da preservação patrimonial.

¹Universidade Federal de Pelotas. andreiat.camisa@gmail.com.

²Universidade Federal de Pelotas. viniucius.fossati@gmail.com.

³Universidade Federal de Pelotas. Mauricio.polidori@gmail.com





METODOLOGIA

Na concepção de Krafta (1994), centralidade é uma das medidas morfológicas de diferenciação espacial, gerada por tensões entre unidades de forma construída alocadas em parcelas espaciais discretas e conectadas pelo tecido urbano. A estrutura urbana de uma cidade pode ser representada por diferentes graus de centralidade, cujos valores estão correlacionados com vários indicadores de atividade do sistema urbano, sendo considerada mais central a parcela que participa com maior intensidade da rota de ligação mais eficaz entre os espaços.

Além disso, a medida de centralidade é calculada com base na Teoria dos Grafos, a qual estuda as relações entre pontos, linhas e superfícies, a partir de suas conexões (SANCHEZ, 1998). Um grafo pode ser considerado como um conjunto finito de elementos ou vértices, conectados por arestas ou arcos. Dessa forma, diversas medidas podem ser tomadas de um grafo, como por exemplo, a centralidade.

Diante deste panorama, o trabalho visa, primeiramente, desenvolver o conhecimento empírico acerca das particularidades do espaço urbano das cidades gêmeas, através de saídas de campo às cidades de estudo para que assim possam ser identificados e priorizados lugares de centralidade espacial relevantes sob o ponto de vista da percepção. Para Braga e Rigatti (2015), esse tipo urbano é exemplar das interações entre descontinuidade territorial imposta pelos limites entre os países, contiguidade e continuidade do tecido urbano e conexão com redes de infraestrutura transnacionais. Para tanto, é utilizado o software UrbanMetrics (POLIDORI e SARAIVA, 2016), que opera como um Sistema de Informações Geográficas (SIG) e, com a importação dos dados do mapa axial das cidades de estudo, o qual permite a aplicação do modelo de centralidade.

Ademais, será oferecido um treinamento às equipes municipais que permita a realização dos trabalhos com repasse de tecnologias utilizadas. Desse modo, o conhecimento acerca das áreas inscritas ao espaço urbano de alta centralidade espacial é difundido e compartilhado por todos, permitindo a replicação dos processos noutras situações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É buscado descrever o traçado urbano das cidades de forma simplificada, considerando os espaços abertos para que assim seja possível traçar mapas os quais consideram as ruas como linhas axiais.

Usando o software UrbanMetrics, as cidades gêmeas foram analisadas, verificando-se uma diferenciação espacial setorizada por gradientes de centralidade espacial. Os primeiros resultados aparecem na Figura 1, adiante, representados em 5





classes por intervalos naturais; linhas mais grossas e mais escuras representam áreas de maior concentração.

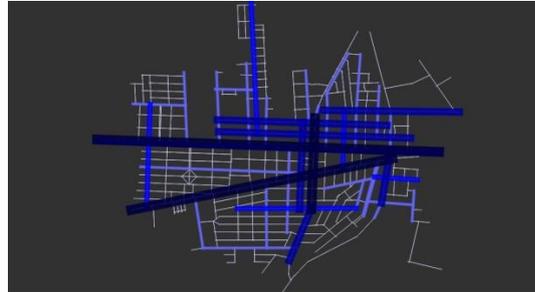


Figura 1: Resultado para a medida de centralidade espacial nas cidades de Chuí/ Chuy.

Evidencia-se, através dos resultados parciais, a influência direta que uma cidade exerce na outra, uma vez que os níveis referentes à centralidade espacial diferenciam-se conforme o espaço urbano é considerado. Tal fator corrobora a tese que entende as cidades de fronteira de forma integrada e interdependente.

O mapeamento do espaço urbano com a centralidade espacial evidenciada deverá ser correlacionado com as análises tipológicas do patrimônio cultural edificado, realizado em paralelo ao desenvolvimento deste trabalho pelo Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), de forma a identificar os prédios e lugares fundamentais para a memória coletiva das cidades.

Além disso, o projeto também busca analisar as cidades através da sua evolução urbana, no intuito de levantar informações sobre a centralidade espacial dos territórios no passado, analisando como se deu o crescimento ao longo da história e relacionando com a presença de prédios e lugares de interesse para a preservação. Uma primeira etapa está sendo de identificar mapas antigos, como o que aparece na Figura 2, abaixo.



Figura 2: Mapa Aerofotogramétrico das cidades gêmeas Chuí-Chuy, no ano de 1964.

Fonte: Acervo da Agência Lagoa Mirim, da UFPEL.





CONCLUSÕES

O trabalho está em fase inicial, devendo ainda em 2016 serem realizadas oficinas com a comunidade, discutindo o tema do patrimônio cultural edificado e repassando os dados e as tecnologias. Nesse início pôde ser observada a importância de um tratamento integrado das cidades dos dois países, no intuito de compreender a estrutura intraurbana e até de combater os processos de exclusão socioespaciais, resistindo à globalização que tende cada vez mais a apagar marcas culturais características das regiões. Certamente a questão da preservação será influenciada por essa integração, o que será tratado na sequência do programa de extensão.

No andamento das atividades de extensão, os resultados serão construídos de modo dialogado com as prefeituras e com a comunidade interessada no tema, procurando identificar simultaneamente lugares com maior potencial de mudança e presença de prédios de interesse patrimonial.

REFERÊNCIAS

BRAGA, A.; RIGATTI, D. A Configuração espacial da conturbação Chuy (UY) / Chuí (BR) e a emergência de um território transfronteiriço. In: **4ª CONFERÊNCIA DO PNUM- MORFOLOGIA URBANA E OS DESAFIOS DA URBANIDADE**, Brasília, 2015, Anais da 4ª Conferência do PNUM- Morfologia Urbana e os Desafios da Urbanidade. Brasília: faunb, 2015

KRAFTA, R. Modelling Intraurban Configurational Development. **Environment and Planning B, Planning and Design**, London, v.21 p. 67-82, 1994.

POLIDORI, M.; SARAIVA, M. (2016). **Software UrbanMetrics versão 2.2**. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/urbanmetrics/>>. Pelotas: Laboratório de Urbanismo, FAUrb, UFPEL.

SANCHES, D. Teoría de Grafos aplicada a redes naturales y antrópicas. **Sistemas Ambientales Complejos: Herramientas de Análisis Espacial**. Buenos Aires, p. 321-345. 1998

UNESCO. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

VARGAS, J. C. B. O fenômeno da centralidade – teoria e prática em Porto Alegre. In: **X Encontro de História E Teoria da Arquitetura - RS - Cidades Gaúchas – Transformações e Permanências**, Caxias do Sul, 2006, Anais do X Encontro de História E Teoria Da Arquitetura – RS – Cidades Gaúchas – Transformações e Permanências. Caxias do Sul: UCS, 2006.





PERCURSOS SONOROS

Reflexões acerca da escuta na cidade

Antonella dos Santos Pons¹
Eduardo Rocha²

INTRODUÇÃO

Este estudo, fragmento do projeto de pesquisa intitulado **Percursos Sonoros: cartografia sensível da paisagem sonora urbana**, em andamento no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, busca analisar a paisagem sonora urbana contemporânea valendo-se da imersão do corpo emocional e sensorialmente desperto em percursos cotidianos. Com base em um estudo de caso individual, o trabalho examina significados subjetivos, nuances sociais e culturais mediadas por uma investigação sonora intersubjetiva. Além disso, demonstra como a realização de percursos sonoros pode promover o enriquecimento da experiência urbana, resultando em ações perceptivas e leituras urbanas multifacetadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Enquanto Merleau Ponty faz uma crítica à hegemonia da visão considerando a percepção como uma atitude corporal absoluta, não separável em sentidos específicos, para Pallasmaa, a ausência do diálogo corporal com as cidades e a arquitetura desestabiliza o sistema sensorial humano, provocando o aumento da alienação e solidão próprias do mundo tecnológico atual. A essência da vivência humana e de nossa percepção do mundo depende de um encontro corporal com as situações, possibilitado pela provocação de todos os sentidos simultaneamente (PALLASMAA, 2011).

Paola Jacques versa sobre o urbanista errante: aquele especialista urbano que, tomado por um devir errante, passa a se interessar pelas práticas, ações e percursos. Escolhe vivenciar a cidade por dentro em lugar de vê-la por cima, a partir de representações, planificações e mapas, característica da dominância visual difundida no urbanismo tradicional (JACQUES, 2010). Por outro lado, a indicação da paisagem acústica de uma sociedade como um sintoma de sua época e condições sociais é mencionada por Raymond Murray Schafer em seu extenso estudo sobre a paisagem

¹ PROGRAU/UFPeL - antonella_pons@hotmail.com

² PROGRAU/UFPeL - amigodudu@yahoo.com.br





sonora mundial, o qual gerou uma série de conceitos relacionados ao ambiente acústico que farão parte do andamento desta pesquisa (SCHAFER, 2011).

METODOLOGIA

O estudo tem como recurso metodológico básico o Método da Cartografia (KASTRUP et. al, 2010). Além de entrevistas semiestruturadas, lança mão de procedimentos metodológicos empíricos como os Soundwalks (traduzidos aqui como percursos sonoros) desenvolvidos por Schafer (SCHAFER, 2011). O estudo de caso em questão - Teco, o artista - representa um de três indivíduos escolhidos a partir da metodologia de amostragem Bola de Neve (ADLER, 1990).

Foram realizadas três entrevistas com o participante, além de um percurso sonoro delimitado por ele, o qual deveria fazer parte de sua vivência cotidiana na cidade de Pelotas. O mesmo percurso sonoro foi então repetido pela pesquisadora em horários e dias alternativos. As gravações de áudio das entrevistas foram transcritas e os textos analisados qualitativamente com base na revisão bibliográfica. O áudio registrado nos percursos foi transformado pela pesquisadora em leituras perceptuais da paisagem sonora urbana.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Teco, além de artista visual é músico e trabalha o som em suas instalações. Apesar de sua familiaridade com conceitos relativos à sonoridade abordados na pesquisa, mantinha-se fechado à experimentação sonora urbana. Percorria a cidade de bicicleta, utilizando fones de ouvido. No entanto, sua imersão na pesquisa trouxe vários insights sobre a compreensão da relação entre sonoridades urbanas e seu cotidiano na cidade de Pelotas. Além disso, abriu espaço para a percepção e relação corporal do artista com a cidade e sua paisagem sonora.

A realização deste estudo permitiu a compreensão do papel essencial da escuta no reconhecimento e apropriação espacial, porquanto o território pessoal humano é escalonado em sons, através dos significados simbólicos atribuídos a eles (BARTHES, 2009). Por outro lado, conforme observado nos resultados, a realização dos percursos sonoros promoveu a sensibilização do corpo participante à experimentação urbana.

REFERÊNCIAS

- ADLER, P. **Requirements for Inductive Analysis**. Rockville, MD 20857, 1990.
BARTHES, R. **O Óbvio e o Obtuso**. Portugal: Edições 70, 2009.
JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (Org.) **Corporcidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.



FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



KASTRUP, V.; PASSOS, E. ; ESCÓSSIA, L. (orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

PALLASMAA, J. **Os Olhos da Pele: a arquitetura e os sentidos.** Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SCHAFFER, R. M. **A Afinação do Mundo.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016





CORPORALIDADES URBANIZADAS

Deslocamentos entre o direito à cidade e as crianças na contemporaneidade

Carolina Mesquita Clasen¹
Eduardo Rocha²

Palavras-chave: urbanismo; contemporaneidade; corpo.

O tópico central mauridiscutido será a conduta ética moderna em sua tendência antropocêntrica no urbanismo contemporâneo que é experienciada no que denominaremos *corpos escolarizados*. O espaço urbano, mediador de relações, será o plano para a discussão de autonomia do homem que age por puro respeito ao dever e não obedece a outra lei a não ser a que sua consciência moral lhe dita. Uma das concepções da pesquisa é de que a estrutura de planejamento urbanístico acaba por definir para além do desenvolvimento de programas e serviços prestados à vida da população e atua de maneira incisiva na subjetividade dos transeuntes destes espaços; diante disso, os livros do sociólogo francês Henri Lefebvre serão fundamentais para a fundamentação teórica acerca das cidades. Para a apreensão da corporalidade de tal conduta, as instituições de arte e de educação serão determinantes no objetivo de compreender a apropriação da malha urbana a partir dos deslocamentos. O plano teórico está pautado em conceitos da filosofia da diferença; a corpografia, em abordagem metodológica de ramificação pós-estruturalista. Em Deleuze, vetor para compreensão do organismo urbano e biológico, há a investigação do *dever-criança* como mote problematizador da inventividade desconstrutiva da enunciação hegemônica das cidades.

Para a metodologia serão ocupados os instantes de contato entre escolas e urbanizações do cotidiano. Com a ocupação dos encontros, transmutado do monitor da galeria de arte, o mediador artístico é agente do contato com a criação, acessando leituras e críticas artísticas mais próximas da perspectiva do espectador (ativo) mas não apenas como avaliação estética. Estes procedimentos metodológicos serão indispensáveis para a construção de uma perspectiva urbanística outra, já que as cartografias sensíveis serão norteadas por deslocamentos de escolas entre instituições de ensino e instituições de arte.

A mediação artística que é proposta pelo Grupo Patafísica: Mediadores do Imaginário está sendo utilizada como vetor para as corpografias (JACQUES, 2008)

¹ UFPel. Carolina.mescla@gmail.com.

² UFPel. amigodudu@yahoo.com.br.





das urbanidades contemporâneas, pois abarca uma espécie de metodologia do intempestivo, do que acontece a meio caminho, o entre, que se dá no encontro dos corpos, no habitar dos espaços. O grupo, caracterizado como projeto de pesquisa e extensão, é o setor educativo residente da galeria A Sala (Centro de Artes-UFPEL); composto por olhares das artes, memórias da antropologia, convivências com a filosofia e descontinuidades do cinema, desenvolvendo a “mediação artística” (PUPO, 2011). Uma visita propositiva à galeria que tem como objetivo, mais do que propor ou informar os aspectos poéticos da obra, produzir processos de subjetivação. Para além do plano intensivo (DELEUZE, 2010) e da construção habitada pela arte contemporânea, há o Acolhimento. Importante fator metodológico, os enunciados de chegada no espaço que é historicamente elitista, opera uma postura do mediador que recria este espaço quando estilhaça a corporeidade resultando em nós de nós, trazendo a estranheza como forma de acolhimento. Assim, o modus operandi da pesquisa descarta as análises explicativas para acessar o campo exploratório a fim de construir corporalmente estas disfunções heterogêneas. Pés descalços, contramovimentação, direções contrárias numa tentativa de trazer à materialidade a obra, compor-se com algo que instigue os espectadores emancipados, espectadores heterogêneos, múltiplos, de acordo com as conversas dos processos artísticos vigentes na exposição. Estas são algumas características das mediações artísticas e desestruturações no Acolhimento da/na/com a Galeria A Sala, que vetoriza a visita à galeria e nesta pesquisa é utilizado como método em seus deslocamentos. Mantendo, desta forma, perspectivas que se afastam de uma dialética pormenorizante da pluralidade dos olhares, pois é coletiva, deforma e reinventa a obra visitada, no mesmo sentido da escrita de Spinoza (2009) quando propõe atravessamentos de naturezas diversas, está dialogando do ponto de partida de uma ética do encontro. Esta ética, que constantemente se ressignifica, experimenta os mais diversos enunciados corpóreos numa relação adversa à transmissão de conhecimento hierárquica e polarizada, informativa, potencializando este corpo em devir para a apropriação crítica da partilha sensível da arte.

Nestas condições, perambularemos o espaço urbano como mediador a fim de perceber a escolarização corpórea homogeneizante dos espaços como materializantes discursivos. Deslocamentos de crianças até o 5º (quinto) ano da primeira metade do ensino fundamental, com média de 12 (doze) anos, para propor que percebamos sob esta ótica epidérmica a urbanidade dada.

Quando Foucault (1979) dedicou-se ao entendimento das microfísicas do poder, dissertou, sobretudo, acerca dos espaços. Delineamento corporal limitador de relações e indutor de trajetões. Das fábricas às escolas a distribuição de possíveis afecções se dá também pelo controle do tempo livre, do não trabalho, das relações além da fábrica. A Vila Operária Maria Zélia, no Belenzinho, em São Paulo, nos idos de 1920, propõe a criação de hábitos, enuncia desejos, gestualidade, orienta o comportamento dos sujeitos, define subjetividades, tempo e, acima de tudo, sociabilidade. A moralidade do discurso, herança atemporal, ainda cimenta a





urbanidade contemporânea a fim de superar a modernidade e espacialidades pós-industriais, deslocamentos de corpos em *devir-criança* (DELEUZE, 1997).

Inicialmente estes deslocamentos permitiram um acesso a corporalidades, ações intrínsecas ao organismo vivo, ao vívido urbano. A urbanidade às avessas demonstra que o direito à cidade não é senão o direito à coexistência, ao reconhecimento de si no pluralismo da cidade; onde morfologia urbana mais do que constituir a mobilidade destas vivências deve ser constituída dela, para que os territórios sejam discutidos não apenas no âmbito do espaço-mercadoria. A urbanidade não é secundária mesmo se considerada sob os vetores capitalistas. O cotidiano do capital é reproduzido como desigualdade, nas e pelas desigualdades sociais – sendo este outro necessário e constitutivo do seu inverso (CARLOS, 2015). Por suas posturas ético-ideológicas de estratificação do ser através da materialidade urbanista, o valor de uso (LEFEBVRE, 1960) requer devir-criança (DELEUZE, 2001), que por extensão, por derivação, reconstrói a urbanidade propondo lapsos da normalização capitalista. O devir está subentendido no trajeto assim como nossos gestos estão delineados pelas afetações urbanas. Esta dinâmica da corporalidade infantil, percebidamente está docilizada (FOUCAULT, 2010). Com algumas corpografias já em processo, deslocamentos e dispositivos de pesquisa redesenhados reinscrevem-se neste texto partituras de movimentos que quando em deslocamento pelo espaço público são mais primitivas e próprias de cada corpo, o que não ocorre nos espaços de educação. A instituição ordena uma receita de convivência. Assim como no momento do término um coletivo de pensares sugere um novo começo, uma outra possibilidade de estar, a errantologia da urbanista Paola Jacques discute a ética caminhante na composição dos espaços (2009). Por isso o esvaziamento de sentidos que instrumentalizam os corpos para ser, no organismo corpóreo que habitamos, instrumento. Uma sugestão de alternância deste enunciado de obediência para respeito, de ordem para órgão. O que antes seria uma ida em grupo até a galeria de arte vem a ser a confabulação artística, despindo receituários do caminho e da visita. Um par de sapatos no chão, ao lado do contêiner de lixo, foi motivo de vestimenta para uma performance que iniciava na apropriação de discussão sobre o descarte, valor de troca, valor de uso. O performer, aluno da Escola Estadual Félix da Cunha (Pelotas-RS), enunciava sobretudo uma deformação moral da estrutura urbana e ética que se torna espaço da arte e da experiência do corpo para este grupo de alunos secundaristas em uma visita à Galeria A Sala.

Derrida (SOLIS, 2015) dá nome a um lugar que está na linha tênue, pele, de contato com o outro. E somente neste lugar. Khôra é a relação. Mas não permite apenas ser a relação, é como o fazer coletivo do pensamento, quase fabulístico, de reinvenção de si no outro, no espaço, na obra. A galeria de arte habitada pela ação educativa, a obra, a nomenclatura do artista em questão e as temporárias ocupações dos corpos, está em potencial espaço criador e criativo. Isto ocorre não só pelas possibilidades da representação e interpretação da obra ou de um espaço onde se expõe, um artista que se mostra, mas por estas imagens todas geradas nos olhos da





pele e na moldura do artista, da obra. Diante deste olhar de justaposição, de aglutinação de relações, agrega-se às teorias da arte/educação os processos passantes na linha de contato da esfera público-privada: as calçadas. O espaço geográfico híbrido contém uma significação sempre relativa, já que para esta pré-existência espacial sugere-se uma intrusão social em suas formas e objetos. Estes elementos estagnados no urbano e nos espaços de arte, não necessitam de uma mudança de lugar, pois estão sempre mudando sua função. O geográfico e o humano pressupõem-se um ao outro por significantes e dicotomias coexistentes. Com isso, para esta movimentação entre a materialidade, os sistemas de encontro estão para além de uma estrutura, mas não apenas. A pesquisa ainda em fase inicial busca dispositivos possíveis para apreensão corpográfica (2008) das experiências com as crianças e seus percursos.

O registro da produção dos encontros acontece de forma material e imaterial, já que a cartografia sugere métodos de inscrição dos processos da pesquisa de diferentes formas: do papel à epiderme. Esta possibilidade de análise, onde se insere a corpografia, é utilizada pelo seu tato com o objeto, pela desmistificação do objetivo da pesquisa – já que a produção está para as ciências sociais, nada mais justo que aceitar o intempestivo contemporâneo. Dadas as espacialidades, o entre-lugar carrega em si um "quase" que deixa de ser imperativo como os dois pontos extremos do itinerário porque estes perceptores estão em trânsito e são corpos em constante negociação e reafirmação de si, condição que lhes é negada no discurso homogeneizante.

O desafio da pesquisa está em construir uma movimentação social remoendo *intraurbanamente* as relações das cidades atravessadas pela arte/educação. Para a democratização deste discurso, a pesquisa vem sendo compartilhada em espaços das grandes áreas que compõem o trajeto: arte, urbanismo e educação. Por fim, a práxis, não apenas como operação, mas como manifestação política da contemporaneidade, e a constante ressignificação urbana, no seu sentido mais amplo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015
- DELEUZE, G. (1997). **O que as crianças dizem?** In: G. Deleuze (Org.). *Crítica e clínica* (pp. 73-79). Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- _____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no College de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JACQUES, Paola. Arqtextos. **Corpografias Urbanas**, Vitruvius Revista Digital, 8 fev 2008. São Paulo Acessado em 12 julho. 2016. Online. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.093/165>
- SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e Arquitetura: uma abordagem a partir de Jacques Derrida**. - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.





FRONTEIRAS INVISÍVEIS: Reflexões sobre forma urbana e centro histórico em cidades conurbadas

Clarice Maraschin¹

Palavras-chave: morfologia urbana, conurbação, centro histórico.

O trabalho apresenta reflexões geradas a partir de um estágio de pós-doutorado desenvolvido junto ao Departamento de *Landscape Architecture and Urban Planning* da *Texas A&M University*, Texas, EUA, no ano de 2015.

O objetivo desta comunicação é problematizar aspectos da configuração urbana em cidades conurbadas, tendo como estudo empírico duas cidades no Texas: Bryan e College Station, esta última sede da *Texas A&M University*, a quarta maior universidade americana e a maior do Texas (Figura 1). Enfoca-se mais especificamente o papel do centro histórico de Bryan na estrutura espacial da conurbação Bryan-College Station.

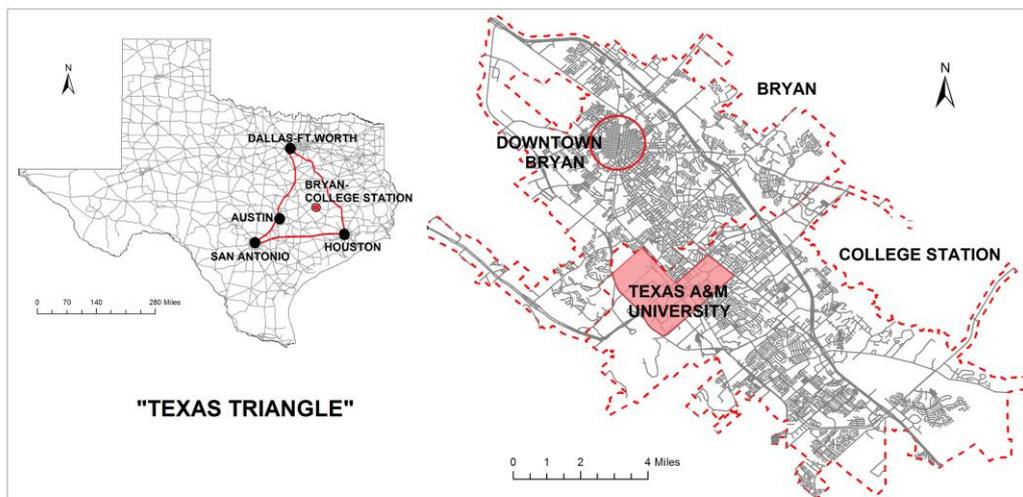


Figura 6 – Localização de Bryan e College Station no Texas (esquerda) e mapa das cidades, identificando o centro de Bryan e o campus da Texas A&M University (direita).

A população das duas cidades é de 173.139 habitantes (Bryan: 77.139 e College Station: 96.000 habitantes, Censo 2013). Bryan foi criada em 1859, com a chegada da ferrovia central Houston Texas, a partir de um traçado xadrez, paralelo à ferrovia, constituindo a área que hoje é seu centro histórico. A cidade cresceu fortemente devido a seu papel de entreposto comercial da região (produção de algodão) e seu centro histórico concentrava as instituições e o principal comércio,

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do PROPUR, e-mail: clarice.maraschin@ufrgs.br





vivendo uma época áurea na virada do século XIX e início do XX. Em 1876, a *Texas A&M University* foi implantada a 6 km ao sul de Bryan, iniciando a ocupação na nova cidade de College Station. Ao longo do tempo, a Universidade passou a ter um forte papel econômico, atraindo população e desenvolvimento para College Station. A área urbanizada de Bryan começou a crescer para o sul, atraída na direção de College Station, formando a conurbação. É interessante notar que College Station não tem um “centro” de fato, apresentando grandes vias arteriais com comércio no entorno da Universidade. Os anos de 1950 e 60 marcaram o início do processo de decadência do centro histórico de Bryan. O intenso processo de suburbanização induziu à saída do comércio principal do centro de Bryan e à abertura de shopping centers nos subúrbios. De forma semelhante a outras cidades norte-americanas, o centro histórico de Bryan transformou-se numa cidade fantasma (Burris, 2000). No final da década de 1990 iniciaram os esforços para sua revitalização e em 2001 foi elaborado um plano diretor de revitalização do centro histórico de Bryan.

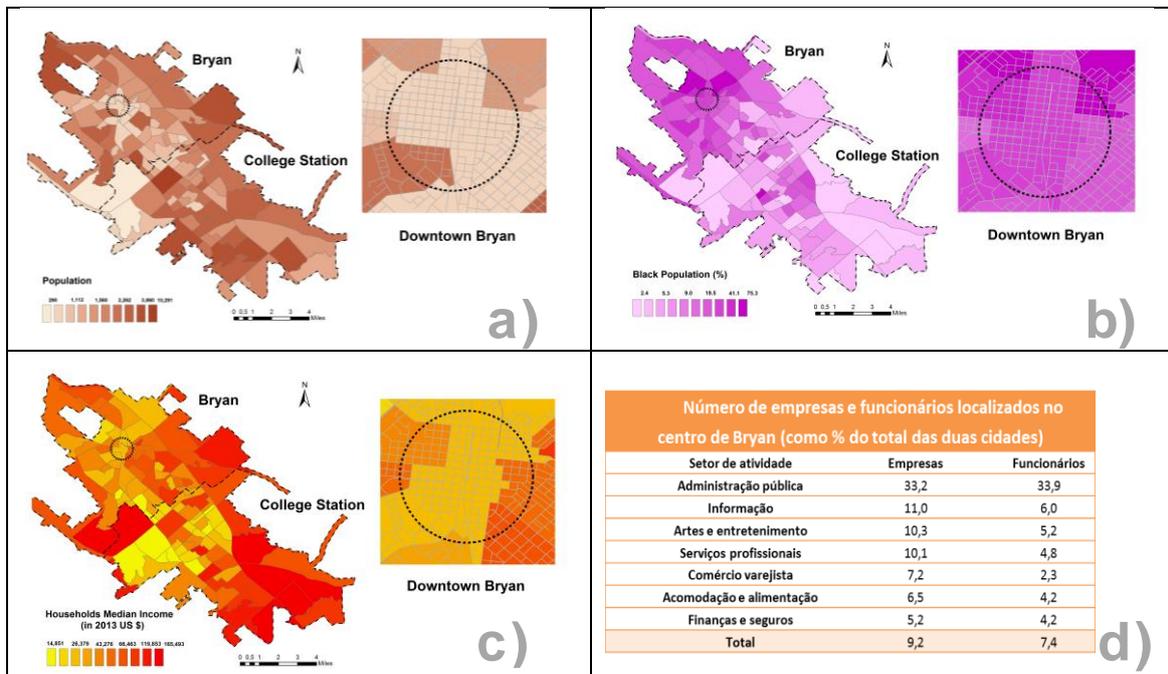


Figura 2 – Dados sócio-econômicos de Bryan e College Station, com destaque para o centro de Bryan, a) População; b) Percentual de população negra; c) Renda mediana dos chefes de família; d) Atividade econômica. Fonte: Giusti e Maraschin, 2017.

A Figura 2 mostra que atualmente o centro de Bryan é uma das áreas com menor população, relativamente ao conjunto (2a) e concentra população negra (2b). Os dados também mostram que o centro histórico não é um local de população de altas rendas, as quais tendem a se concentrar mais ao sul de College Station (2c). Em termos de atividades econômicas, o centro de Bryan concentra atividades de administração pública e seu comércio varejista tem pouca relevância no conjunto das duas cidades (Figura 2d).





A Figura 3 mostra uma análise configuracional das duas cidades a fim de avaliar a condição do centro histórico na conurbação. Em termos de acessibilidade, verifica-se que o centro histórico de Bryan apresenta uma relativa segregação no conjunto das duas cidades, enquanto que a Universidade está em posição mais integrada no sistema.

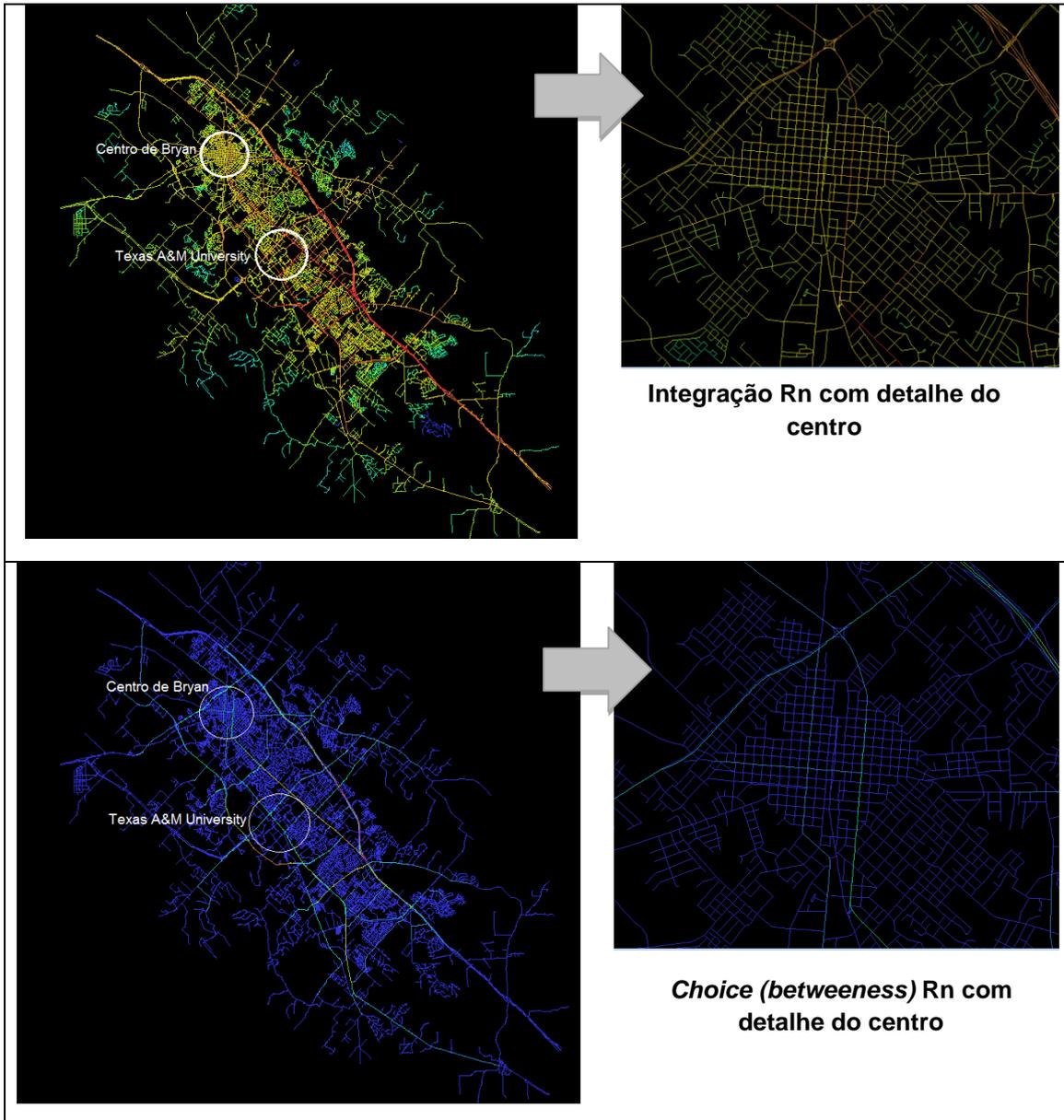


Figura 3 – Configuração espacial em Bryan e College Station Fonte: autora, software DephtmapX, análise angular por segmentos.

A medida de *Choice* destaca o papel das vias arteriais (by-pass) que encurtam distâncias globais e criam atratividade para usos de comércio e serviços voltados ao trânsito veicular de passagem, fomentando a descentralização.





É interessante destacar que o processo de revitalização do centro de Bryan foi iniciado pela própria comunidade e posteriormente assumido pelo poder público, que investiu pesadamente na recuperação da paisagem e da infraestrutura. Esse processo vem sendo bem sucedido na reversão da imagem de abandono do centro, através do resgate de seus valores simbólicos, históricos e culturais. Um efeito disso reflete-se na valorização imobiliária que recentemente vem ocorrendo nas propriedades do centro. No entanto, a população residente no centro não vem apresentando crescimento, conforme esperado. Pode-se identificar que tensões da escala global exercidas pela conurbação também estão jogando seu papel nesse processo. A primeira tensão é relacionada à forte tendência à suburbanização residencial, dada a valorização do modo de vida suburbano nas cidades norte-americanas, fato que torna difícil o aumento da população no centro. Relacionado a isso, existe uma tensão de descentralização da atividade econômica, que reforça a competição com as empresas localizadas no centro, especialmente o comércio. A análise preliminar da configuração da malha viária do conjunto mostrou que a localização do centro de Bryan no sistema é assimétrica e que a Universidade, ao atrair urbanização ao seu redor, constitui-se no centro configuracional das cidades. Cabe destacar que tal centralidade se relaciona à visão modernista da cidade na escala do veículo, concentrando conjuntos de lojas, hotéis e serviços ao longo de grandes eixos rodoviários. Já o centro de Bryan apresenta as qualidades da cidade tradicional, da valorização do pedestre, da presença das atividades próximas da rua e do encontro.

Nesse contexto da conurbação, um aspecto importante refere-se às dificuldades do planejamento urbano, em que atuam três instâncias de gestão separadas: a administração de Bryan, a de College Station e a da Universidade que, pelo seu porte e poder de transformação sócio-espacial se constitui numa força importante atuando sobre o mesmo território, no qual as fronteiras são invisíveis para os cidadãos. Concluindo, esta análise evidencia a complexidade que cerca a revitalização das áreas centrais, que dependem de condições sócio-espaciais locais e globais, muitas vezes de difícil análise e antecipação.

REFERÊNCIAS

- BURRIS, Charlie. **The Revitalization of Downtown. The Birth and Rebirth of Bryan, Texas.** Archivoltum, AIA, March, 2009. Pgs 1-3. Link: <<http://www.arkitex.com/Our%20People/Resources/Revitalization.pdf>>
- GIUSTI, Cecilia e MARASCHIN, Clarice. **Downtown revitalization and urban space: A case study in downtown Bryan, Texas.** Cities, Volume 60, Part A, February 2017, Pgs 50-63.





CORPOGRAFIAS DO MOVIMENTO NA CIDADE

o uso da rua pelo...AVOA! Núcleo Artístico

Débora Souto Allemand¹
Eduardo Rocha²

Palavras-chave: dança; cidade; intervenções urbanas; ...AVOA! Núcleo Artístico; São Paulo.

Este trabalho é resultado da dissertação de mestrado da autora, apresentada em abril de 2016 ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel. A pesquisa volta-se para o estudo das intervenções urbanas, buscando encontrar relações entre cidade e dança, a partir do projeto “Entre-espacos” do ...AVOA! Núcleo Artístico³, na Rua São Bento, centro da cidade de São Paulo/SP.

A revisão teórica do trabalho passa por conceitos de ritornelo, território, corpografia urbana, corpo-espaco, intervenções urbanas, dança contemporânea, cidade, espaco e contemporaneidade, buscando relacionar movimentos da sociedade moderna e pós-moderna para compreender os processos de subjetivação contemporâneos. Os principais autores que conosco dançam neste caminho são: Paola Jacques, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Michel Foucault e David Harvey.

ENTRE-ESPAÇOS: RELAÇÕES POSSÍVEIS NO ENCONTRO COM A RUA

O projeto atual do ...AVOA! – Entre-espacos: relações possíveis no encontro com a rua - estuda as relações entre a dança e a rua, através de pesquisas relacionadas à Rua São Bento, com auxílio do 16º Programa Municipal de Fomento à Dança para a Cidade de São Paulo. A forma como o grupo trabalha na rua procura modificar produzindo diferença a partir do interior, não de fora para dentro, de forma delicada, não rompendo totalmente, mas transformando de forma micro, compreendendo como é a estrutura do sistema e fazendo vazar, criando fissuras no sistema e dando-lhe novas formas e possibilidades de potência criadora, coexistindo com as outras atividades do local.

Esta performance se dá em movimento pela Rua São Bento indo de uma ponta a outra, iniciando no Largo São Francisco, atravessando toda a rua com ações em alguns pontos específicos e finalizando antes do Largo São Bento. Por isso, a próxima

¹ Professora substituta no curso de Dança-Licenciatura da Universidade Federal de Pelotas. deborallemand@hotmail.com

² Professor Doutor no curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Pelotas. amigodudu@yahoo.com.br.

³ ...AVOA! Núcleo Artístico é um grupo que realiza intervenções urbanas no centro de São Paulo-SP e busca fazer movimentos que tenham significado a partir do espaco em que está inserido. Para saber mais, acesse: <http://www.nucleoavoa.com/>.





parte do trabalho divide-se em oito partes, dissertando sobre cada ponto de parada do ...AVOA! na São Bento. As estações seguintes nos ajudam a compreender a cidade a partir do movimento do corpo no espaço:

1- Territorialização: localizado no Largo São Francisco. É onde o grupo inicia o trabalho corporal, com um momento de concentração e aquecimento, conectando-se com os colegas e com o entorno, um “entrar já estando na rua”. Discute-se neste tópico sobre a relação de ritornelo¹ dos corpos nos espaços urbanos. Além da não-separação do momento da cena com o momento do ensaio: “O ensaio é a ação”.

2- Micro-Resistências: Esta ação surgiu de observações e de fotografias dos integrantes na Rua São Bento. Esta metodologia de (des)coberta do micro serviu como um disparador para o grupo pensar as relações da rua e surgiu como uma metáfora da natureza na cidade. Discutem-se aqui as transformações naturais que acontecem na cidade, modificando, conseqüentemente, os corpos e os movimentos dos cidadãos, assim como sugere Paola Jacques (2008) no conceito de “corpografias urbanas”. Em suas intervenções os bailarinos instauram-se em vãos, em um trabalho pensado para surpreender quem vê, pois muitas vezes os artistas passam despercebidos na velocidade da cidade contemporânea. O ...AVOA! inventa novas formas de viver e ocupar a cidade e transforma vagarosamente produzindo o território como um lugar familiar para os que por ali transitam.

3- Redemoinho: Na esquina da Praça do Patriarca, o ...AVOA! estudou os diferentes trajetos dos transeuntes da Rua São Bento. Discutindo os encontros e desencontros e as diferentes (multipli)cidades São Paulo, que se encontram e se transformam. As várias “São Paulos” se confundem nos corpos de seus habitantes e os heterogêneos se cruzam, no centro, lugar de convergência, de redemoinho. Tudo isso acontecendo e a maioria das pessoas não enxergando, os corpos-máquina não são sensibilizados, não se emocionam, nem sentem.

4- Som-espaço, corpo-espaço: Mais adiante, o som da sanfona entra em jogo e vai criando o espaço cênico também. O grupo busca dialogar de alguma maneira com as pessoas que passam na Rua São Bento no momento da ação, fazendo com que elas possam se tornar espectadores ativos (RANCIÈRE, 2005). Neste ponto, pensa-se que o artista tem que ter o cuidado para não afastar as pessoas e, para isso, é importante não criar uma barreira que rompa com o seu cotidiano, mas criar uma linha de fuga a partir daquilo que elas estão acostumadas. Para isso, o ...AVOA! transforma o gesto de cumprimento do Rui² em dança, uma das formas que os artistas encontraram de se aproximar das pessoas que estão ali na São Bento todos os dias. Além disso, esses gestos que compõem a cidade ficam inscritos nos corpos dos integrantes do AVOA! e passam a formar aqueles corpos também, que se desterritorializam e se reterritorializam a partir do movimento, da cultura, dos espaços e da sociedade com que trocam, o corpo torna-se corpo-espaço, em eterno vir a ser.

¹ Ritornelo é um conceito criado por Deleuze e Guatarri (1997), que parte do princípio da tríade territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

² Vendedor de Sabão na Rua São Bento.





5- Caminhada Lenta e Pausa: Neste ponto da Rua São Bento, o grupo fica em pausa e inicia uma “caminhada lenta”. Para o grupo, a lentidão é uma tática para apreender a cidade contemporânea e, ao mesmo tempo, uma maneira de resistir à racionalidade, “dilatando” o tempo daquele espaço, que é uma rua de muitos fluxos. Então, percebe-se que a lentidão do ...AVOA! é uma alternativa anticapitalista para a produção da cidade, pois se encontra fora do tempo do trabalho, o qual o capitalismo tanto reivindica e reproduz na cidade, a partir do escoamento dos excedentes da produção, através das vias expressas, do trem bala e dos meios de transporte cada vez mais velozes. A lentidão é também uma luta pelo direito à cidade (HARVEY, 2014), pelo simples direito de estar na cidade, coexistindo naquele território central que reúne e comporta diversas atividades. Lutam pela diferença no modo e na velocidade de movimentar-se na Rua São Bento, através de ações simples, que modificam a dinâmica do lugar. Diferenças e dissensos que produzem a cidade enquanto polis (RANCIÈRE, 2005). Assim, a tensão gerada pelo convívio entre os diferentes é capaz de transformar as cidades e, conseqüentemente, as sociedades, a partir de negociações entre os seres humanos e as ruas, entre as culturas e os espaços.

6- Relação com os vendedores informais: A Rua São Bento é, também, um lugar de muitas sonoridades, principalmente em função dos vendedores que passam o dia inteiro anunciando seus produtos. Muitos deles fazem sons para vender produtos, como o “Seu Edson” que vende “Natura e Avon” e, para o ...AVOA!, eles também compõem o trabalho do grupo. Esses vendedores informais desestabilizam a realidade veloz da metrópole, pois passam o dia em contato com ela, uma experiência de relação do corpo com a cidade e com seus cidadãos. Resistem. Inventam suas próprias realidades, diferentes da representação da cidade-museu.

7- Grades: A última parada do grupo é nas grades da São Bento, elementos que fomentam as relações entre dentro e fora e causam estranhamento em quem vê: outro tipo de relação possível na cidade. É, também, um movimento de questionamento sobre o que pode nas sociedades de controle (FOUCAULT, 1988). As próprias pessoas que passam controlam os corpos dos bailarinos do ...AVOA! com o olhar, pois estes desestabilizam a homogeneidade da cidade contemporânea, habitando o entre, o espaço que não foi definido pelas sociedades de controle. O ...AVOA!, aqui, não submete-se aos processos do capitalismo e subverte o espaço da cidade, estabelecendo uma nova realidade, uma nova forma de ocupar a rua. Esse é o momento em que as pessoas mais param para olhar a ação do grupo, é como se fosse criado um palco naquele lugar, um elemento vertical que é delimitado, e onde não é comum ver nenhum tipo de movimento corporal.

8- Outros Territórios: O que mais possibilitou que as potências do trabalho fossem reveladas foi quando o grupo realizou uma intervenção fora do local de estudo. Eles apresentaram o trabalho no SESC Ipiranga, num casarão reformado. As duas ações principais que eles trabalharam - as micro-resistências e a lentidão -, acabaram não funcionando da mesma forma que acontecia na rua, pois as vegetações que surgem nos vãos na rua, por exemplo, são muito diferentes das de um local fechado. É a relação de “tensionamento” do tempo, trabalhado na Rua São Bento, um local de





grande fluxo de pessoas, não foi possível de perceber com a mesma facilidade porque o SESC Ipiranga é um lugar muito mais calmo que a rua em questão. Com isto, o território da Rua São Bento, quando comparado a outros lugares com características diferentes, fez o grupo refletir mais ainda sobre as qualidades da rua que estudam.

CONCLUSÕES

A partir da lente do ...AVOA! Núcleo Artístico, a pesquisa conclui que a cidade pode passar a ser vista também a partir das pessoas que a habitam, porque os principais motivadores de criação para o ...AVOA! foram o ritmo e o movimento das pessoas do local, bem como os sons produzidos por elas.

As paradas também nos mostraram que existe um controle do corpo dos bailarinos pelos próprios cidadãos. Controle este que é fruto de um processo das sociedades de controle, onde todos estão sendo controlados a todo o momento. O corpo é tão menosprezado, que um movimento incomum na rua gera incômodo, resistência. Os artistas tencionam essa linha de normalidade e os padrões de civilidade no espaço urbano. Nesta análise, foi visível também o tempo veloz da cidade contemporânea, já que a lentidão chocou os cidadãos. Compreendeu-se o tempo da urbe durante o movimento de oposição, percebendo-se que ainda existem os contrastes, os que contemplam a cidade, os que resistem ao tempo da produção e que experimentam a rua, a observam e, com ela, dançam.

A arte de rua é, desta maneira, um potente dispositivo de transformação dos corpos, um dispositivo de fazer sentir e, com isso, uma possibilidade de escape, uma válvula que se abre de dentro do próprio sistema espetacular. Arte como forma de resistência ao que nos é imposto pelo capital e, por isso, arte como forma de fazer política na polis.

REFERÊNCIAS

- ...AVOA! Núcleo Artístico. Disponível em: <<http://www.nucleoavoa.com/>>. Acessado em: 21/jul/2016.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. V.4. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. Trad. Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas**. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 18/jul/16.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental org./ Editora 34, 2005.





ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA DA AVENIDA RUI BARBOSA EM PASSO FUNDO-RS

Analisando o impacto da implantação do Parque Linear do Sétimo Céu

Édhyna Grando Cenci¹

Makeli Maschen²

Evanisa Fátima Reginatto Quevedo Mello³

Palavras-chave: morfologia urbana; parque linear; paisagem urbana.

RESUMO

As mudanças ocorridas na forma da cidade tem um significado e consequências. Tais mudanças acontecem por diversos motivos, porém todos com o mesmo objetivo: melhorar o funcionamento da cidade, alterando, assim, a morfologia urbana. O estudo da implantação do Parque Linear do Sétimo Céu, na cidade de Passo Fundo, que ocorreu nos canteiros centrais da Avenida Rui Barbosa, possibilita a análise das mudanças ocorridas na morfologia urbana do entorno.

ABSTRACT

The changes in the city's form has meaning and consequences. Such changes occur for various reasons, but all with the same goal: to improve the functioning of the city, thereby altering the urban morphology. The study of the implementation of the Parque Linear do Sétimo Céu in the city of Passo Fundo, which occurred in the medians of Avenida Rui Barbosa, enables the analysis of changes in the urban morphology of the surroundings.

INTRODUÇÃO

A aplicação do conceito de morfologia urbana na Arquitetura e no Urbanismo teria acontecido, primeiramente, na Itália, na área de preservação histórica. Segundo Vicente Del Rio em seu livro, Introdução ao Desenho Urbano, identifica-se Saverio MURATORI como o primeiro a aplicar o conceito na análise das tipologias no processo evolutivo e as mudanças ocorridas no tecido urbano de Veneza. Caracteriza-se morfologia urbana como o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, dos processos e das pessoas que o formataram. Estuda, portanto, o tecido urbano e seus elementos construídos formadores através de sua evolução, transformações, interrelações e dos processos gerais que os geraram (DEL RIO,

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, FEAR/UPF. edhynacenci@hotmail.com

² Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, FEAR/UPF. kelimaschen@yahoo.com.br

³ Eng^a Agr^a, Eng^a Flor^al, Dr. Prof^a, FEAR/UPF. evanisa9@gmail.com.br





2000, pág. 71). A base da morfologia urbana é a ideia de que a organização do tecido da cidade em diferentes períodos e o seu desenvolvimento não são aleatórios, mas seguem leis que a morfologia urbana trata de identificar. Portanto, a formação física da cidade tem dinâmica própria, ainda que condicionada por fatores culturais, econômicos, sociais e políticos.

José Iamas, em seu livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (1993, pág. 80) descreve como elementos morfológicos do espaço urbano os seguintes itens: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado da rua, a praça, o monumento, a árvore e a vegetação e o mobiliário urbano. Tais elementos compõem a paisagem urbana e se destacam em suas formas. O artigo tem como objetivo trazer reflexões sobre o impacto da implantação do parque linear do Sétimo Céu nos canteiros centrais da Avenida Rui Barbosa, no bairro Petrópolis na cidade de Passo Fundo - RS, analisando a morfologia urbana ao longo da avenida e as modificações ocasionadas com a transformação dos canteiros em um parque linear.

METODOLOGIA

A pesquisa e a análise se deram a partir da revisão bibliográfica, inicialmente, em busca da conceituação de morfologia urbana e das mudanças do traçado urbano ao longo do tempo conforme as necessidades locais. Em sequência se partiu para as análises da áreas de estudo, como era sua estruturação antes da transformação em um parque linear e como está agora, após a inauguração do mesmo, analisando como a mudança de uso do local influencia na morfologia da área.

ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA DA AVENIDA RUI BARBOSA

Localizado no Rio Grande do Sul, Passo Fundo é o maior município do norte do estado com área territorial de 783.421km² (IBGE 2015), classificando-se como cidade de porte médio. Segundo informações do (IBGE 2010), o município conta com uma população 196.739 habitantes e sendo uma das cidades mais densas do estado com 235,92 pessoas/Km² (IBGE, 2010). Dentro da malha urbana o Parque Linear do Sétimo Céu, localiza-se no bairro Petrópolis conforme mostra a (Figura 01).

O bairro Petrópolis é o segundo bairro mais valorizado e importante da cidade, possuindo cerca de 20 mil habitantes, 10,16% do total do município; o bairro possui dois importantes delimitadores territoriais que são o rio Passo Fundo e a BR 285.





Figura 01: Localização da área de estudo na cidade.

A área de estudo apresenta uma malha urbana ortogonal, com traçado geométrico e com ruas perpendiculares entre si, conforme Figura (02). As edificações limítrofes da Avenida possuem uso predominantemente residencial e misto com alturas que variam de um a três pavimentos com poucas edificações de maior altura, este fator é positivo para a área, pois possibilita uma boa permeabilidade entre a massa construída em toda a extensão da Avenida Rui Barbosa.



Figura 02: Tipologia das vias do entorno.

Anterior à implantação do parque linear do Sétimo Céu a área central da Avenida era apenas canteiros sem uso específico e não comportava nenhum equipamento urbano. A requalificação desta área sempre foi solicitada pela comunidade local, assim como espaços de lazer e entretenimento. De forma a atender a solicitação da comunidade foi criado o Parque Linear do Sétimo Céu que hoje conta com equipamentos e mobiliários urbanos qualificados e adequados a todas as idades.

O ambiente urbano foi transformado com a presença do parque, pois além de uma nova caracterização para esta área da cidade, a implantação do parque atraiu novos investidores para a área, observa-se que anteriormente a requalificação da área com o parque não se tinha edifícios em altura, hoje já se tem a presença de dois edifícios e outros mais em fase de projeto e construção. O comércio local também foi fortalecido e novos pontos comerciais estão surgindo nesta área que anteriormente era exclusivamente residencial.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A requalificação de áreas ociosas e a implantação de parques que constituem espaços verdes na malha urbana caracteriza-se como uma importante atitude para a qualidade de vida da população no meio urbano e para a melhoria da paisagem urbana, bem como é o motivo das principais mudanças na morfologia urbana, visto que atrai novos investimentos para o entorno e novas possibilidades de crescimento. A modificação dos canteiros centrais da Avenida Rui Barbosa trouxe ao bairro Petrópolis novas possibilidades de investimento e um crescimento instantâneo da massificação do entorno, principalmente com edificações em altura.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Comissão Organizadora do 5º Encontro Internacional Cidade, Contemporaneidade e Morfologia Urbana pela realização do evento.

REFERÊNCIAS

DEL RYO, VICENTE, 1955. **Introdução ao Desenho Urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbekian, 1993.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431410/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/total-de-habitantes-das-areas-urbanas-cresce-e-chega-a-84-4-em-2010>>. Acesso em 13 set. 2016.





CADERNO DE ESTUDOS SOBRE A QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM ORLAS URBANAS

Fabricio Sanz Encarnação¹
Eduardo Rocha²

Palavras-chave: Urbanismo Contemporâneo; Orlas Urbanas; Mapas Temáticos; Neourbanismo; Diagramas.

Este trabalho vem enaltecer a magnífica costa brasileira, habitada por uma complexa sociedade, que não muito raro passa por momentos de futuros incertos, e que certamente, necessita de atitudes mais reflexivas sobre um novo olhar para a questão do urbanismo. (ASCHER, 2010). A riqueza das orlas brasileiras, marítimas e fluviais, lugar do pleno exercício da democracia, cantadas em verso desde o descobrimento, é fonte de estudo inesgotável. No panorama internacional, planejamento e projeto caminham juntos, e proporcionam espaços públicos emblemáticos de orlas, tais como: Bilbao, Barcelona, Buenos Aires, Lisboa e Marselha, dentre outras. Essas urbanizações caracterizam-se pelo grande investimento público dirigido para esses espaços, pelo esforço político despendido e, também, pela premissa de servir como atrativo turístico e aquecer a economia das cidades. No Brasil, destacam-se as orlas marítimas do Rio de Janeiro e de Vitória, dentre outras.

O processo de urbanização das orlas, conforme observado em inúmeras cidades nacionais e internacionais, está habitualmente vinculado ao grau de investimento público e privado concedido ao longo do processo de transformação, fator determinante para converter a natureza do lugar e aprimorar a interlocução desse espaço com a cidade. Em muitos casos, projetos urbanos em orlas foram responsáveis por imprimir uma identidade completamente nova às cidades, entretanto, é importante reconhecer que há distintas escalas de atuação urbanísticas e tipologias variadas que podem gerar muitas ambiências peculiares em orlas públicas. Esses investimentos fomentaram a construção de projetos urbanísticos que transformaram suas cidades, para o bem ou para o mal. A variedade de projetos implantados em orlas atualmente permite que seja feita uma pesquisa sobre os fundamentos do urbanismo usando a experiência destes projetos como base para o estudo. Os investimentos em urbanismo de grandes proporções, tem alavancado uma fervorosa e revigorante discussão sobre as questões fundamentais do urbanismo, e apontam para novas e múltiplas formas da relação entre o homem e a cidade. Essa é a condição, *sine qua non*, para promover uma discussão sobre a efetiva aplicação de “conceitos

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Pelotas. fabricioencarnacao@hotmail.com

²Professor Doutor no curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Pelotas. amigodudu@yahoo.com.br.





singulares do urbanismo” a serem traduzidos em estratégias, parâmetros ou princípios, na construção de novos espaços públicos, revigorando, assim, o contato das pessoas com o meio urbano.

Estudar os espaços de orla, com ênfase nas questões urbanas e humanas, pode estabelecer um novo olhar para a prática, o planejamento e o uso dos espaços de contato imediato entre o meio urbano e a natureza. A contemporaneidade fomenta uma ampla discussão sobre os limites, as margens e as fronteiras, apontando para a necessidade de relacionar esses temas com as questões das cidades. Esta pesquisa, aliada a uma análise crítica de projetos urbanísticos contemporâneos, que buscaram a luz do seu tempo, proporcionar um melhor aproveitamento das margens das cidades, bem como transformar esses espaços para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, resulta em uma compilação de estratégias a serem aplicadas à concepção de novos projetos de espaços públicos em orlas ou até mesmo na leitura crítica de espaços construídos. A atual pesquisa sobre o urbanismo contemporâneo tem buscado ampliar a percepção sobre o próprio urbanismo, compreendido muitas vezes de forma restrita a partir de conceitos apriorístico, sem buscar o conhecimento na alteridade. A consideração de um repertório transversal oriundo de outros campos do conhecimento, tais como: paisagem, sustentabilidade, mobilidade, saúde, história, política, cultura e relações pessoais, é indispensável para situar a pesquisa em seu tempo, exprimindo o seu *Zeitgeist*.

A cada dia mais, a pesquisa sobre o urbanismo se faz propositiva, aponta maiores associações entre a teoria e a prática, e define parâmetros para as cidades e para os projetos urbanísticos, facilitando a adoção desses conceitos por mais pessoas, alcançando um público generalizado (FARR, 2013). O urbanismo contemporâneo se caracteriza pela complexa e multifacetada pesquisa, que tenta olhar as cidades, e principalmente, os espaços de convivência, com um olhar que *“privilegia os objetivos, os resultados a serem obtidos, e incentiva os atores públicos e privados a encontrar modalidades de realização desses objetivos, os mais eficientes para a coletividade e para o conjunto de agentes”* (ASCHER, 2010, p. 84). Manter a pesquisa sobre os princípios do urbanismo em consonância com a rápida transformação da sociedade contemporânea é fundamental para que as cidades possam se preparar para buscar uma harmonia com seu tempo, principalmente a pesquisa sobre a relação do homem com o seu sítio e a sua dimensão humana, tão esquecida e tratada a ermo por tantas décadas (GHEL, 2013).

O presente projeto de pesquisa, focado no urbanismo contemporâneo, adota como referência autores que desenvolveram métodos diversificados de análise crítica dos espaços das cidades, e muitas vezes, conseguiram formular ou indicar proposições para a melhoria da qualidade dos espaços públicos e da vida dos cidadãos. Propõe-se uma pesquisa que use a experiência acumulada destes autores que se dedicaram a escrever sobre as cidades, para formular um “Caderno de Anotações” a ser aplicado em “análises críticas” de projetos urbanos previamente selecionados, implantados em orlas em várias em contexto internacional. Esta





pesquisa pretende analisar espaços contemporâneos construídos em orlas, a partir da revisão crítica dos principais conceitos existentes em teorias dos pensadores acerca do urbanismo, propondo estratégias que qualifiquem os espaços urbanos em futuros projetos.

O trabalho pretende analisar alguns textos da história do urbanismo, escritos entre o final do século XIX até o século XXI, mais especificamente após a revolução industrial até o pós-modernismo, com o objetivo de identificar, nos conceitos de alguns autores, algumas estratégias de qualificação do espaço público, que possam ser transportadas hermeneuticamente para o urbanismo contemporâneo. Os autores a serem analisados, que versam sobre estratégias de qualificação dos espaços públicos, são os pensadores da segunda revolução urbana moderna que efetivamente criaram modelos e parâmetros para as novas cidades que adviriam com a revolução industrial, tais como Haussmann, Cerdá, Sitte, Howard e Corbusier (ASCHER, 2010). Os textos serão revisitados sob uma ótica contemporânea, tentando resgatar, dessa leitura do passado, estratégias que possam ser aplicadas em nosso tempo. A pesquisa usará o método analítico da hermenêutica para o estudo cuidadoso e sistemático dos textos escolhidos visando a interpretação do mesmo sob a ótica de cinco eixos importantes para a qualificação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas: (i) Espaço Físico, (ii) Espaço Natural, (iii) Espaço Móvel, (iv) Espaço Humano e (v) Espaço Histórico. A partir deste Caderno de Anotações a pesquisa passará a analisar alguns projetos urbanos contemporâneos executados em orla em grandes cidades. O projeto de urbanização da orla do rio Nervión em Bilbao com a implantação do Passeio de Uribitarte, a urbanização da antiga área portuária em Marselha com o museu *MuCem* ligado ao forte *Saint Jean* e a urbanização no antigo pier Mauá com a implantação do Museu do Amanhã na baía de Guanabara no Rio de Janeiro são alguns exemplos que servirão de base para a uma análise do espaço construído, sob uma ótica de investigação, tentando encontrar atributos que proporcionem uma qualificação do espaço urbano, e que estejam relacionados com os cinco eixos de investigação.

Esses cinco eixos serão subdivididos em outros critérios que definirão algumas particularidades urbanas, que possam ser mensuradas, e que promovam qualificações para a cidade. A análise desses espaços de orla servirá para o desenvolvimento de novas formas de ler e de escrever o urbanismo, usando métodos múltiplos, tais como: mapas temáticos, cartografia, imagens, diagramas, colagens, dentre outros.

Com os instrumentos tecnológicos atuais, é possível ampliar as possibilidades de leituras menos rígidas e focadas não apenas nas questões técnicas urbanísticas dos espaços públicos, mas atribuir um novo olhar focado nas efetivas relações dos cidadãos com os espaços públicos. A análise desses conceitos serão feitos a partir de uma abordagem que leva em conta a complexidade e a multiplicidade do fenômeno urbano e a possibilidade da compreensão a partir de uma análise multidisciplinar. Uma análise do conhecimento a cerca do fenômeno urbano sob a ótica de (LEFEBVRE, 1999) se faz necessária visto seu aprofundamento nesta ciência complexa que





ultrapassa os meios de conhecimento e os instrumentos da ação prática, evidenciada na “teoria da complexificação” (LEFEBVRE, 1999). Portanto esta pesquisa pretende desenvolver algumas análises críticas, estruturadas a partir de múltiplas abordagens gráficas, em projetos de orlas com características contemporâneas, construídos em várias partes do mundo, com diferentes escalas e distintas particularidades. Essas análises críticas serão compiladas em um “Caderno de Estratégias” que servirá de base para consulta, com leitura rápida e criativa para novos espaços urbanos e contemporâneos.

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento com a análise dos textos relevantes de autores tais como Georges-Eugène Haussmann e os “Planos de Paris” (1860), Ildefons Cerdà e a “Urbanização, e aplicação de seus princípios e doutrinas” (1867), Camillo Sitte e a “Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos” (1889), Ebenezer Howard e as “Cidade do amanhã” (1902) e Le corbusier e o “Urbanismo - A grande Cidade” (1925). Complementarmente, autores fundamentais do urbanismo contemporâneo também serão investigados, dentre os quais destacam-se: Kevin Lynch e a “Imagem das Cidades” (1997), François Ascher e ‘Os Novos Princípios do Urbanismo” (2010), Jan Ghel e a ‘Cidade para Pessoas” (2013) e Christopher Alexander e ‘Uma linguagem de Padrões” (2013).

Esta revisão dos textos dos pensadores pretende interpretar os clássicos do urbanismo, em um procedimento hermenêutico, revisitando seus conceitos a luz da contemporaneidade e gerando, como produto, um Caderno de Anotações.

A segunda etapa do trabalho, que compreende a análise e a investigação de projetos urbanos nas orlas mencionadas, à luz de critérios qualitativos, já foi desenvolvida parcialmente, a partir de visitas *em loco* já efetuadas e da seleção preliminar de imagens ilustrativas.

Ao fim deste trabalho, os dois produtos: Caderno de Anotações e Caderno de Estratégias, servirão para dar mais um passo, no longo caminho do aprofundamento da pesquisa do urbanismo contemporâneo, principalmente na questão da urbanização das orlas, pautado na multiplicidade do conhecimento, na importância do espaço público para a vida e na escala e dimensão humana.

REFERÊNCIAS:

- ASHER, François. **Os novos princípios do Urbanismo**. Tradução: Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- FARR, Douglas. **Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LEFEBVRE. Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.





A PERCEÇÃO DE CENTRALIDADES URBANAS PELOS USUÁRIOS REPRESENTADA ATRAVÉS DE MAPAS MENTAIS

Os casos de Aceguá/Acegua e Chuí/Chuy

Felipe Dotto de Moraes¹
Tanara Gomes da Costa²
Nirce Saffer Medvedovski³

Palavras-chave: Centralidades Urbanas; Mapa Mental; Cidades-gêmeas.

INTRODUÇÃO

Os espaços de fronteira são peculiares e podem apresentar o avanço de duas cidades, uma em direção à outra, em dois países diferentes, o que na fronteira entre Brasil e Uruguai é chamado de conurbação transnacional (BRAGA, 2013). Tal união interfere na formação dos centros de cada cidade, os quais podem assumir os seus pontos de maiores relações justamente na faixa de fronteira, estabelecendo uma interdependência que as levou a serem tratadas como cidades-gêmeas.

Apesar dessa interdependência, é raro que tais cidades apresentem unidade em seus investimentos públicos, constatação feita através da observação da malha urbana e implantação de equipamentos e infraestrutura ao longo dessa malha. Assim sendo, a identificação de áreas centrais de cidades-gêmeas situadas na fronteira entre Brasil e Uruguai e também dos investimentos públicos, são fundamentais para analisar e entender o porquê da desconexão de tais investimentos entre elas apesar dessa reciprocidade existente.

O objetivo é identificar a partir do método de aplicação de mapa mental desenvolvido por Kevin Lynch (1982), a percepção da(s) centralidade(s) urbana(s) das cidades-gêmeas Aceguá/Acegua e Chuí/Chuy. O trabalho tem como público alvo os integrantes da viagem promovida pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAURB/UFPEL) para a fronteira entre Brasil e Uruguai.

Tem-se como justificativa as apropriações dos espaços de fronteira em áreas urbanas conurbadas e como a inserção dos investimentos nestes territórios interfere em seus habitantes. Dessa forma, a fim de comprovar a necessidade de um plano de

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPEL). felipedotto1@gmail.com.

²Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPEL). tanaracosta@hotmail.com.

³Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (PROGRAU/UFPEL). nirce.sul@gmail.com.





Porém, por se tratar de uma técnica “à mão”, ou seja, os integrantes da pesquisa usam o desenho à mão livre, esta dificulta a sobreposição das informações para análises comparativas. Para superar essa dificuldade de análise está sendo desenvolvido o aplicativo MMENTal, por iniciativa do projeto de pesquisa SOCIOTIC/MORAR TS/FINEP, com o propósito de transpor esta técnica para interface digital. (GUIMARÃES et al. 2016). Conforme Tabela 1:

elemento x método	LYNCH			MMENTAL		
	maior	intermed.	menor	maior	intermed.	menor
CAMINHOS						
LIMITES						
NÓS						
MARCOS						

Tabela 1: Instrumentos de legibilidade urbana adaptados. Fonte: Guimarães et al., 2016.

ANÁLISES

A partir dos mapas transcritos para o aplicativo MMENTal (Figura 2), observa-se que nas duas fronteiras a via principal é marcante. Em Aceguá/Aceguia os alunos destacaram alguns vazios no perímetro urbano, mas predominantemente espaços edificadas, já em Chuí/Chuy os registros foram todos acerca de áreas urbanizadas.

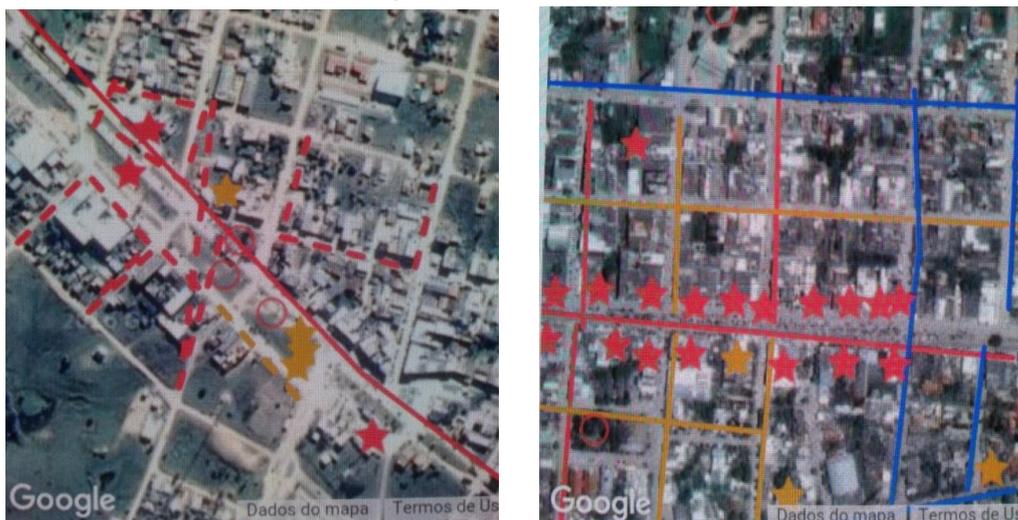


Figura 2: Mapas de Aceguá/Aceguia e Chuí/Chuy, respectivamente, transcritos com a simbologia indicada para o aplicativo MMENTal. Fonte: Acervo dos autores, 2016.





Em Aceguá/Acegua, os marcos e nós foram desenhados como pontos de comércio local e alguns *Free Shops*, mas também a avenida central foi bem destacada, pois possui um canteiro bem marcado com uma praça e com dois monumentos. Também foram destaques alguns vendedores ambulantes.

Em Chuí/Chuy, as vias secundárias aparecem em destaque, pois se tratam de cidades com quadras marcadas e traçado xadrez. Os *Free Shops* aparecem em todos os mapas e também uma praça afastada da avenida principal. Outro ponto que foi bem marcante para os estudantes foram manequins que aparecem em uma loja de esquina, assim como também foram ressaltados alguns vendedores ambulantes.

CONCLUSÕES

Podemos, portanto, observar nas duas fronteiras a centralidade urbana bem destacada, a partir de uma avenida principal com o comércio tanto local como de *Free Shops* ao seu entorno. Nos dois casos a fronteira internacional não é barreira, mas sim um dos eixos da conurbação espacial existente, um segmento de conexão. Em Chuí/Chuy a união das malhas harmoniza o dinamismo dos municípios e o limite territorial se apresenta como o eixo de maior integração. Já em Aceguá/Acegua as transformações não atingem as linhas que formam a malha urbana das cidades, mas mantém o limite territorial como principal elemento integrador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, A. C. **A espacialização de trocas multiculturais em conurbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguaí.** Porto Alegre, RS: PROPUR / UFRGS, tese de doutorado, orientador Prof. Dr. Décio Rigatti, 2013, 567p.

GUIMARÃES, E. S.; KERKHOFF, H. V.; CUMERLATO, V. B. F., MEDVEDOVSKI, N. S.; **A Interface Digital como Ferramenta de Leitura da Legibilidade Urbana Coletiva: Aplicativo M Mental.** Sessão Temática: Interfaces Urbanas. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016.

IBGE (2010) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso: 29 jul. 2016.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** (Tradução: Maria Cristina Tavares Afonso) São Paulo, SP: Arte e Comunicação, 1982.

PUCCI, A. S. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí.** Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

SOMMER, B.; SOMMER, R. **A practical guide to behavioral research: tools and techniques.** Nova York, NY-USA: Oxford University Press, 1997.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.





DA CIDADE AO BAIRRO: Análise da produção do espaço urbano do bairro Progresso em Erechim/RS

Fernanda Caroline Guasselli¹
Edison Kiyoshi Tsutsumi²

Resumo: O presente artigo se insere no âmbito do trabalho final de graduação intitulado Concebido e vivido: plano local participativo para o setor 7, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul. Objetivou-se compreender os processos e conflitos sociais, econômicos e políticos que culminaram na expansão urbana de Erechim para além da BR 153, ocupação e favelização do bairro Progresso. Desta forma, a partir da perspectiva lefebvriana buscou-se conduzir a pesquisa através do método regressivo-progressivo (1978), realizando análise estatística do censo demográfico de 2010, análise e sistematização de documentações históricas, entrevistas e periodização da evolução urbana da região que margeia a BR 153. Assim, identificou-se a coexistência de tempos históricos que trazem à tona memórias subterrâneas do processo de ocupação da população de baixa renda da referida região, destacando-se o bairro Progresso. Denota-se a articulação política e econômica entre poder público e iniciativa privada que culminou na segregação socioespacial através da rodovia como limite físico e de programas estatais para habitação de interesse social como: COHAB, PROMORAR e na última década o Minha Casa Minha Vida.

Palavras-chave: loteamentos sociais; expansão urbana; periferação; método regressivo-progressivo.

INTRODUÇÃO

Semelhante a diversas cidades do norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e Paraná, Erechim é fruto do projeto político de expansão e ocupação territorial do interior do Brasil do final do século XIX, que destinou as empresas colonizadoras o papel de efetivar o processo de ocupação. Nesse contexto, denota-se a influência positivista no plano urbano datado de 1914, que constituía-se por uma malha ortogonal com diagonais que conectam-se a eixos monumentais, a exemplo do traçado barroco (AVER, 2008). Segundo Zanin (2011) o plano urbano da colônia Erechim desenhado pelo Eng. Carlos Torres Gonçalves foi inicialmente funcional em decorrência do relevo relativamente plano da área central, entretanto, a partir da década de cinquenta o perímetro urbano expandiu-se alcançando áreas com alta declividade que descaracterizou o traçado original.

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo, UFFS campus Erechim/RS. E-mail: arq.guasselli@outlook.com

² Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, UFFS campus Erechim/RS. E-mail: edison.tsutsumi@uffs.edu.br





Analisando por outra perspectiva, política e econômica, os diversos decretos para expansão do perímetro urbano de Erechim mostram-se prematuros, pois nas primeiras décadas a urbanização do plano urbano de Torres Gonçalves ainda era rarefeita, com pouca densidade e lotes não ocupados. Entretanto, já na década de trinta presencia-se processos políticos de segregação da população de baixa renda, principalmente para as áreas periféricas de relevo acentuado, pois como afirma AVER (2008) neste período iniciou-se o processo de loteamentos populares ao sul da cidade, um deles denominado de “Chácara para indigentes”.

No âmbito das políticas públicas para habitação de interesse social, o município de Erechim efetivou alguns loteamentos denominados “sociais” já nas primeiras décadas da colônia, entretanto, de acordo com Psidonik (2004) foi a partir da década de 50 com a modernização da agricultura e 1970 com a industrialização que a cidade teve um *boom* populacional, principalmente por parte de pequenos agricultores que buscavam melhores condições de vida. Este contexto sociopolítico aliado a dois elementos construídos: Aeroporto Federal Comandante Kraemer em 1953 e Distrito Industrial em 1979, impulsionaram a ocupação de toda a região sul e leste de Erechim às margens da BR 153.

Nessa análise histórica percebe-se a constituição de um considerável déficit habitacional em Erechim, decorrente do grande contingente de migrantes de baixa renda, fazendo com que o poder público municipal investisse ao longo das décadas em loteamentos sociais na referida área através de fundos de programas estatais como: Cooperativa Habitacional do Estado (COHAB) em 1960; Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR) em 1980; Minha Casa Minha Vida a partir da década de 2000.

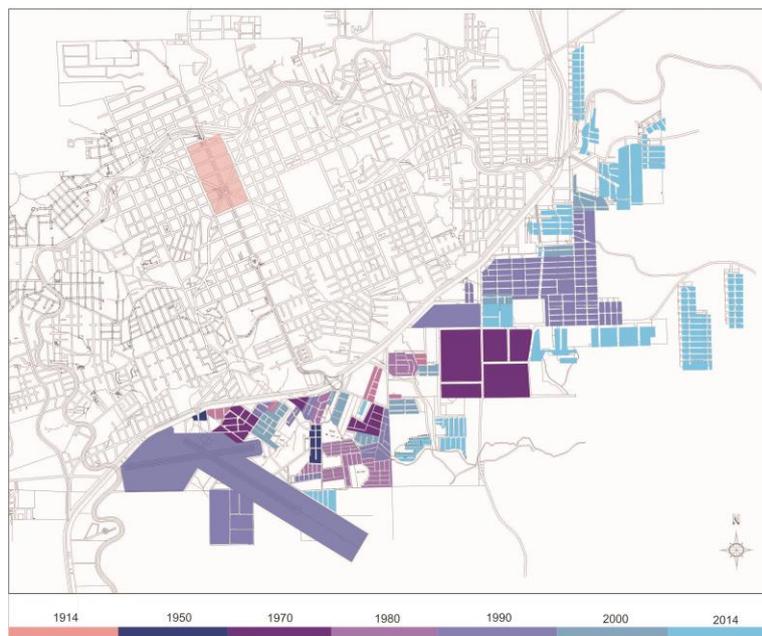


Figura 1: mapa de evolução urbana de Erechim para além da BR 153. Elaborado pelo autor.
Escala 1:50000





Tais ações compuseram um quadro socioeconômico desta região bem distinto das outras áreas de Erechim, pois os bairros que surgiram em decorrências dos loteamentos sociais possuem os piores indicadores de renda e densidade segundo dados do IBGE de 2010. Entretanto, percebe-se que o distrito industrial e aeroporto compõem dois limites físicos e também socioeconômicos, pois os bairros aos arredores do distrito possuem indicadores de renda mais elevados comparados aos bairros que localizam-se entre estes limites conhecido como “o grande progresso”, o qual possui setores censitários com renda média mensal entre 645,00 e 768,00 reais. No que se refere a densidade esta região também se sobressai, pois possui a maior densidade demográfica de Erechim, com setores censitários que contabilizam de 12,9 a 20,7 habitantes por metro quadrado, localizados respectivamente nos bairros Cristo Rei e Estevan Carraro.

METODOLOGIA

De acordo com Duarte (2006) o método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre objetiva compreender os elementos do presente através de uma análise estrutural do passado. Para tanto, considera-se duas dimensões que compõe a dialetização do método: sincrônica que se refere ao presente e diacrônica que se refere ao passado. A diferença desta análise consiste na superação da indução e dedução, configurando o que Lefebvre denominada de transdução.

Desta forma, buscou-se conduzir esta pesquisa através dos três passos descritos por Lefebvre (1978): 1) descritivo; 2) analítico-regressivo; 3) histórico-genético. Para tanto, realizou-se análise estatística por meio de indicadores socioeconômicos do censo demográfico de 2010, entrevistas, análise e sistematização de documentações históricas, periodização da evolução urbana da região ao sul e leste de Erechim as margens da BR 153, e sintetizando por meio de elaborações cartográficas.

À GUIA DE CONCLUSÕES

Erechim possui uma história que remonta uma memória oficial pautada no discurso de cidade planejada pelos ideais positivistas, morfologicamente, tal história se concretiza no plano urbano de 1914. Entretanto, este trabalho visa demonstrar através de uma análise dialética a coexistência de tempos históricos, demonstrando que logo nas primeiras décadas da colônia havia a construção de uma memória subterrânea - expressão cunhada pelo sociólogo Michael Pollack (1989) - para além da BR 153, pautada na articulação política e econômica que culminou na segregação socioespacial da população de baixa renda ao longo das décadas. Percebe-se que o traçado original foi de extrema importância para a especulação imobiliária, pois apontou os possíveis locais de expansão que seriam valorizados posteriormente.





Desta forma, o poder público fomentou a ocupação da região as margens da BR 153 através de loteamentos sociais, além de realizar a relocação de ocupações irregulares localizadas em trechos valorizados, como demonstra o caso da comunidade “cachorro sentado” descrito por Psidonik (2004). Portanto, foi possível identificar alguns processos, conflitos e contradições históricas que colaboram na compreensão das dinâmicas socioespaciais do presente.

REFERÊNCIAS

AVER, Ivana Karine. **Erechim, processo e projeto. Relações estruturais entre traçado viário e desenvolvimento urbano.** Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de arquitetura, 2008. 151p.:il.

DUARTE, C. F. A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço. In: Denise Barcellos Pinheiro Machado. (Org.). **Sobre urbanismo.** 1 ed. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / Ed. PROURB, 2006, v. 1, p. 27-3

LEFEBVRE, Henri. *De lo urbano a lo rural. **Bacelona, Península, 1978. 268p***

PSIDONIK, J.V: **Progresso: do outro lado da BR 153: história socioeconômica do grande bairro Progresso.** Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de História – Licenciatura da Universidade Regional Integrada, Erechim, 2004

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricas, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

ZANIN, Elisabete Maria. **Caracterização e diagnóstico ambiental da paisagem urbana de Erechim.** ed.Fapes, 2003. 20pag





PROJETANDO UM DESAFIO João BEM e os espaços de conviver

Flávia Pagnoncelli Galbiatti¹
Rodolfo Barbosa Ribeiro²
André de Oliveira Torres Carrasco³

Palavras-chave: espaços de convivências; autogestão; palavra-chave 3; educação; arquitetura.

O João de Barro Escritório Modelo (joãoBEM), configura-se como programa de extensão dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Atua em uma lógica de extensão universitária como comunicação, no sentido de troca mútua e constante de saberes entre a comunidade e a universidade. Projetando um Desafio é parte do projeto Espaços de Convivência deste programa de extensão.

O que importa, realmente, ao ajudar-se o homem é ajuda-lo a ajudar-se. É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É, repetamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas. O assistencialismo, ao contrário, é uma forma de ação que rouba ao homem condições à consecução de umas das necessidades fundamentais de sua alma – a responsabilidade. (FREIRE, Paulo, 1994)

O projeto Espaços de Convivência, dá-se em experiências realizadas na própria FAUrb, como também em outros espaços dentro e fora da universidade. Compõem-se por um conjunto de práticas que seguem uma metodologia simples – demanda de um movimento social organizado, captação das intenções e desejos, discussão de viabilização e, por fim, a intervenção – com objetivo de consolidação e melhorias de espaços coletivos passando pelo exercício de organização social, alternativas de atuação da arquitetura e construção de espaços de emancipação.

Atua-se primeiramente dentro da FAUrb, experimentando técnicas de construção de mobiliários e intervenções, propiciando a ocupação de espaços ociosos. Dão-se também ações em conjunto a outros cursos da UFPeL, realizando oficinas e intervenções – Encontro Regional da Agronomia, Semana Acadêmica do Design, entre

¹ Graduanda na Universidade Federal de Pelotas. flaviagalbiatti@hotmail.com

² Graduando na Universidade Federal de Pelotas. rodolfobribeiro@live.com

³ Professor na Universidade Federal de Pelotas. andre.o.t.carrasco@gmail.com





outros. Constatase a carência por espaços de convivência dentro da Universidade e nas relações com seu entorno.

Aproxima-se da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), que buscava formas de atuação no Campus Anglo. Chega-se a uma intervenção de caráter catalisador a realizar-se durante a I Semana Integrada de Ensino Pesquisa e Extensão (SIEPE), com objetivo de levantar demandas da comunidade acadêmica relacionadas a usos de espaços coletivos da universidade. A partir do material coletado, destacam-se as demandas do Projeto Desafio Curso Pré Vestibular, da Casa do Estudante Universitário e outros movimentos de luta estudantil.

Fortalece-se a relação com Desafio. Entendendo na educação a linguagem para uma atuação alternativa do arquiteto, percebeu-se nesse projeto uma oportunidade de estudo e aprendizado, a partir de um espaço de educação popular e inclusiva. O projeto Desafio, criado e coordenado por estudantes da UFPel, para além do acesso à Universidade, dá-se como ferramenta para a construção de um pensamento crítico, fomentando a autonomia dos educandos e educadores.

Propõe-se com o projeto a qualificação do espaço no Desafio, a partir dos desejos e de uma relação horizontal autogerida da comunidade do curso pré-vestibular. Pensa-se na apropriação da comunidade, construída a partir do processo, proporcionando também, um espaço de educação e emancipação, onde o usuário conhece a técnica e é também o produtor do espaço. E ainda, a intervenção é parte das iniciativas de incentivo a permanência dos estudantes, assim como a luta pela meia passagem e o movimento contra a precarização, dado o descaso da universidade ao curso.

Metodologicamente, propõe-se a atuação a partir de encontros periódicos que correspondem as etapas de construção direta da qualificação do espaço no Desafio e, ao mesmo tempo, provocando discussões de fundo – espaços de formação – no sentido de aproximações entre arquitetura, educação e processos de projeto.

Basicamente dá-se nas seguintes etapas: 1) Demanda de um coletivo organizado; 2) Coleta de desejos e intenções; 3) Leitura e espacialização das vontades; 4) Discussão de viabilização do projeto desejado; 5) Captação de recursos e materiais; 6) Intervenção; e, simultaneamente aos outros pontos, o registro através de fotografias, vídeos e redação das experiências.

A primeira visita ao espaço do Desafio e as conversas com a coordenação, foram fundamentais para a contextualização da realidade do Desafio, percebendo potencialidades e restrições do lugar e, portanto, a adaptação da metodologia proposta.

Como forma de aproximação aos estudantes e contribuição ao conteúdo programático do curso, pensou-se em conjunto aos professores de sociologia, filosofia e geografia, a realização do projeto Aulão Interdisciplinar, com a temática Espaço Social. Com objetivo de provocar discussão sobre a cidade – a produção dos espaços





públicos e privados, os agentes produtores e as relações entre centro e periferia, campo e cidade – e dar início às atividades.

Assim, faz-se o recorte sobre a ocupação dos espaços no Desafio e através de cartazes colaborativos, busca-se coletar os desejos e as inquietações da comunidade do curso. Propõe-se a formação de um grupo para analisar o material produzido e destacar as demandas e objetivos da intervenção.

Configuram-se dessa maneira os encontros, em caráter de oficinas temáticas que correspondem as etapas metodológicas inicialmente propostas, mas de conteúdo aberto e transformação constante visto a participação e o protagonismo do grupo. Também, são realizadas as oficinas de espacialização das demandas, levantamento dos espaços e zoneamento dos usos. Construindo assim, uma base importante para a realização da intervenção pretendida.

Realiza-se ainda um encontro com o objetivo de experimentar uma intervenção em menor escala para perceber o lugar, os materiais disponíveis e reorganizar os espaços. Dá-se principalmente pela relocação de mobiliários, correspondendo aos zoneamentos constatados e pequenas intervenções, com materiais simples e de sentido elucidativo – e cartazes representando possibilidades de atuação.

Contudo, as mudanças no espaço físico, causam impactos e reações, demonstrando resistências por partes da comunidade do curso, quanto as propostas de intervenção. Deve-se ressaltar o tensionamento provocado, que por sua vez, proporciona o desenvolvimento da capacidade de mobilização e articulação do grupo – espaços de formação.

O movimento de formação, de gestação da forma, é também movimento de elaboração progressiva do conteúdo. Forma é exteriorização de conteúdo. E formação, germinação do conteúdo. O projeto de um coletivo autodeterminado tem que ser, e ser somente, o registro da projeção coletiva, da ação projetiva comum durante a qual forma e conteúdo se interdeterminam no movimento de sua ação recíproca. (FERRO, Sergio, 2015)

Pensa-se a viabilização das ações – orçam-se valores e escalam-se as importâncias e as instâncias de autorização para as modificações. Evidencia-se a complexidade da realização do projeto, buscam-se formas de captação de recursos e materiais para a execução – como a venda de alimentos no intervalo, a realização de sessão de cinema, entre outros.

O projeto encontra-se nesta etapa de viabilização, buscando realizar a primeira parte da intervenção proposta. Para além da qualificação de umas das zonas previamente identificadas, a ação tem objetivo de externar o trabalho produzido à comunidade do curso, assim como a integração da mesma a partir dos processos de produção pretendidos para esse espaço.

Parcialmente é possível destacar sobre o processo um diálogo entre os objetivos pretendidos e os resultados obtidos e, com isso, a adaptação da metodologia





proposta, a partir de um grupo aberto e horizontal de formação livre, por aproximação de interesses.

O protagonismo do grupo no processo faz-se essencial diante das resistências apresentadas, articulando-se para a continuidade do projeto e pela autonomia conquistada. Pensando a viabilização do projeto, percebe-se a potência de ações coletivas no espaço do curso, mesmo em menor escala, para acercar-se à comunidade e reportar o trabalho produzido. Evidencia-se em uma das ações propostas pelo grupo – a sessão de cinema – que a resignificação não está diretamente ligada a intervenção física, mas às alternativas de uso desses espaços.

REFERÊNCIAS

- MARZIONI, G. **Hábitat popular: encuentro de saberes**. Buenos Aires: Nobuko, 2012.
- ARANTES, P.F. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CONSTANTE, P.; VILAÇA, I. (org.) **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2015.





A CRIANÇA E A CIDADE: As relações de uso e a produção do espaço

Flávia Pagnoncelli Galbiatti¹
Rodolfo Barbosa Ribeiro²
Eduardo Rocha³

Palavras-chave: criança; espaço público; cidade; arquitetura; educação.

Entende-se a recreação no espaço público como forma de desenvolvimento infantil e, a partir disso, a atividade consiste na interpretação do espaço habitado e das relações observadas, para entender o lugar da criança na cidade. Busca-se métodos participativos de produção projetual, como forma de inserção da criança na produção do próprio espaço.

Hoje uma parte das crianças vive num mundo do qual são isoladas por meio do vidro dos automóveis e das janelas de suas casas, dos muros dos condomínios, das paredes do shopping, das grades dos clubes e das escolas. É um mundo limitado e irreal, em que o espaço é composto por ilhas, como a ilha da casa, a ilha da escola. O que a cidade apresenta no interstício dessas ilhas permanece pouco reconhecido. (OLIVEIRA; Claudia, 2004)

Considerando a cidade como mais do que o intervalo entre lugares do cotidiano, quer-se entender as relações de uso do espaço pela criança na cidade. Deseja-se, com esse projeto, observar nos espaços estudados seu potencial cultural e pedagógico, analisando a relação do usuário com o objeto de intervenção. Além de intervir no espaço público, no sentido da experimentação, inserindo a criança de maneira lúdica e participativa na produção do próprio espaço, busca-se, a partir dessas relações sensíveis de produção do espaço, alternativas para a atuação do arquiteto.

A atividade vem se desenvolvendo a partir de cartografias que relatam experiências relacionadas com o tema. Há, na cartografia, a análise da relação da criança com a produção do espaço habitado, e mais, as contribuições do arquiteto (estudantes de arquitetura) num processo de projeto coletivo.

¹ Graduanda na Universidade Federal de Pelotas. flaviagalbiatti@hotmail.com

² Graduando na Universidade Federal de Pelotas. rodolfobribeiro@live.com

³ Professor na Universidade Federal de Pelotas. amigodudu@yahoo.com.br





Cartografar é pesquisar o acontecimento acontecimentalizando. Escrever, filmar, fotografar, dançar, encenar, pintar, pensar com o que acontece: dar corpo a um acontecimento se relacionando com este através da ciência, da arte e da filosofia. A linguagem ajudando a dizer aquilo que lhe ultrapassa, tratados sempre provisórios e frágeis de um “sempre em processo”, o inacabado de um como. Investiga-se como, produz-se com. (FONSECA, Tania Mara Gali, 2010)

As experiências são cartografadas a partir das seguintes etapas, havendo sobreposição temporal: 1) Coletas de dados e análise do cotidiano dos usuários do espaço: reconhecimento dos lugares, a partir da observação, produção de fotografias, vídeos, desenhos, relatos, etc; 2) Relação com o usuário do espaço: atividade de compreensão das necessidades e vontades; 3) Aproximação com métodos participativos de produção projetual; 4) Análise da relação do usuário com o objeto de intervenção. A redação das experiências acontece simultaneamente aos outros pontos. E além disso, desenvolve-se, também em paralelo, a revisão bibliográfica, buscando teóricos que contribuam com o pensar dessa pesquisa.

O objeto de estudo nessa pesquisa não é o resultado de intervenções, mas análise do processo de concepção de projetos coletivos. De maneira lúdica, pode-se, junto a criança, reafirmar a cidade como fundamental ao período da infância, tendo na rua um espaço que propicia o encontro, a diferença, a troca. Além de ser lugar do movimento do corpo e da provocação dos sentidos.

O relato de experiências de intervenção no espaço público, a partir de demanda coletiva e por meio de processo participativo, traz também a reflexão sobre a atuação do arquiteto na sociedade contemporânea. Ao contribuir com um processo projetual coletivamente, o arquiteto se desfaz de personagem protagonista do projeto, sendo mais uma ferramenta para materialização das ideias projetuais.

A partir do processo participativo, espera-se como resultado das atividades coletivas, mais do que a apropriação do usuário da intervenção, mas também, proporcionar a este, o conhecimento do processo de produção do próprio espaço. Assim, ressaltar a importância da produção do lugar com a criança na cidade para o seu desenvolvimento, como forma de expressão, experimentação e total liberdade criativa.

E para além da participação, pensa-se, a arquitetura como prática política como diz no texto *Processos de Projeto como Construção de Autonomia*: “Busca problematizar o projeto arquitetônico nos contextos de luta dos movimentos sociais, quando questões como autogestão, participação, direito à cidade e tecnologia entram em cena como um único processo” GUERREIRO, Isadora e LAZARINI, Kaya (2015). Entendendo que os espaços coletivos e as decisões tomadas em grupo geram potencial de articulação e fortalecimento dos movimentos sociais.

O relato da experiência desse projeto, também poderá ser publicado e seus resultados poderão contribuir para novas estratégias de planejamento dos espaços





públicos para as crianças e maneiras de pensar projeto coletivo, participativo e educador, entendendo a brincadeira como forma de participação da criança na vida da cidade.

REFERÊNCIAS

- CALVINO, I. **Cidades Invisíveis**. Itália: Teorema, 1972.
- DUARTE, V.G.. **A Narratividade e o campo da Arquitetura: a perspectiva de Paul Ricoeur e Walter Benjamin**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás.
- GEHL, J.. **City for people**. Estados Unidos: Island Press, 2009.
- GUERREIRO, I. e LAZARINI, K. **Processo de Projeto como Construção de Autonomia**. In: AYERBE, J.; VILAÇA, I. CONSTANTE, P. Usina: entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015. Cap 7, p.155-167.
- MARQUES, A. **A cidade e a criança: topo análise do imaginário infantil**. 2010. Tese – Programa de Pós-graduação, Faculdade de Educação da USP
- OLIVEIRA, C.M.A.S. **A formação da criança nas cidades**. 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Algre: Sulina: 2015





UMA GENEALOGIA DO ARQUITETO E URBANISTA CAMINHANTE

Gustavo de Oliveira Nunes¹
Carla Gonçalves Rodrigues²

Palavras-chave: Caminhar; Cidade; Urbanismo; Careri; Prática estética.

O trabalho trata do caminhar como forma de apreensão da cidade pelo arquiteto e urbanista, sendo tal prática potência para um pensamento acerca de uma ciência urbana que trata a realidade percebendo-a corporalmente. O recorte da pesquisa emerge da compreensão de que a “cidade pode ser descrita do ponto de vista estético-geométrico, mas também do ponto de vista estético-experencial” (CARERI, 2013, p.159), propondo pensar outras relações entre o arquiteto e o espaço em que ele atua. O problema surge em decorrência do afastamento do corpo desse profissional de seu principal objeto de estudo e intervenção: a própria cidade. Sabe-se que o urbanismo, enquanto ciência, surge com o nascimento do Estado moderno na Europa, que inicia processos de homogeneização e pacificação do território afim de unificar a economia e a política. Para isso, foi preciso a organização da vida e a docilização dos corpos (FOUCAULT, 1979), ignorando-se as múltiplas formas de existência e suas relações com o espaço. Assim, surge a questão: como produzir uma ciência que lide com a multiplicidade urbana e suas diferenças (DELEUZE, 1988), sem tentar discipliná-las ou esteticizá-las, mas afirmar suas existências?

Propomos o caminhar como uma prática de apreensão da diferença do meio urbano, entrando em relação com ele através da forma estética do percurso errático (CARERI, 2013). Justifica-se pelo fato de que a cidade contemporânea se desterritorializou, assim como o ser humano contemporâneo é fundamentalmente desterritorializado (GUATTARI, 2000), ou seja, vivemos hoje na era da simultaneidade, da justaposição, onde o espaço deixou de subordinar-se ao tempo, como ocorrera no século XIX (RAGO, 2015). Um exemplo disso é a existência de lugares hipertecnológicos co-existindo com situações precárias de existência. Assim, é importante pensar a cidade a partir de um olhar múltiplo, distanciando-se do discurso moderno que tende à homogeneização. Este ignora a trama de diferentes tempos, espaços, corpos e situações que compõe os territórios. Nessa perspectiva, o caminhar

¹ Arquiteto e Urbanista. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel. E-mail: gustavohnunes@msn.com.

² Psicóloga. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel. E-mail: cgrm@ufpel.edu.br





torna visível diferentes temporalidades na cidade, a partir de uma atenção diferenciada para o espaço.

Temos como método qualitativo a revisão bibliográfica, cujo objetivo é entender as forças que compuseram o profissional arquiteto e urbanista. Percorre-se a Modernidade, as vanguardas modernas, o movimento pós-moderno, chegando nas ideias de Careri (2013).

Encontram-se pistas acerca da emergência do urbanismo enquanto uma disciplina estatal, no texto O nascimento da medicina social (FOUCAULT, 1979). Na França, surge a medicina urbana para disciplinar o espaço, atingindo o ápice com a reforma de Paris em 1857, onde um traçado panóptico de boulevards é sobreposto sobre a malha urbana, envolvendo discursos estéticos, políticos, econômicos e militares, que desenham o novo profissional urbanista.

Em 1928, iniciam os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM, em que são escritas as cartas de Atenas, sintetizando o conteúdo do Urbanismo Racionalista (SCHERER, 1993). A mais conhecida, redigida por Le Corbusier e publicada 1941, visava alcançar um espaço adequado para um tipo de homem moderno utópico, com quatro necessidades básicas: habitar, trabalhar, recrear e circular (SCHERER, 1993). No primeiro pós-guerra, o urbanista era, então, aquele que apontaria os caminhos para o futuro.

No pós-guerra, houve discordâncias ao Modernismo, influenciadas pelo movimento Pós-moderno, que se baseava num discurso pluralista (NESBITT, 2013), criticando os ideais totalitários das vanguardas modernas. Porém, com a globalização e o neoliberalismo, o arquiteto e urbanista passa a contribuir com a espetacularização das cidades e aumento do turismo, onde até mesmo o caminhar é controlado por mapas turísticos.

Com Careri (2013), deslocam-se as teorias que se fixavam à um objeto, seja ele arquitetônico ou urbano, priorizando a experiência do corpo que caminha na cidade, enquanto uma prática estética, voltando-se para o que nos circunda ao invés de nos deslocarmos para um espaço e tempo imaginários (RAGO, 2015). Assim, pode-se potencializar uma apreensão diferenciada da complexidade urbana mais atenta ao presente e ao cotidiano, fugindo de um discurso estatal ou neoliberal.

Acreditamos que tais práticas estejam em conformidade com os estudos acerca dos processos de subjetivação que emergem na contemporaneidade, em que a experimentação pode colocar o corpo do arquiteto e urbanista em encontro com os corpos que compõe a cidade, fazendo passar afetos num movimento de alteridade urbana (JACQUES, 2014), que produz subjetividade. Assim, aumentar-se-á a potência de criação e diferenciação do pensamento que pensa a cidade, dando visibilidade e expressão ao que foge à ciência urbana moderna, presente até hoje no pensamento urbanístico, fazendo emergir outros territórios existenciais menos excludentes.





REFERÊNCIAS

- CARRERI, Francesco. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gilli, 2013.
- DELEUZE, Giles. **Diferença e Repetição**. RJ: Graal, 1988
- FOUCAUL, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 2012.
- JACQUES, Paola B. **Elogio aos Errantes**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- CORBUSIER, Le. **A carta de Atenas**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- RAGO, Margareth. **Inventar outros espaços, criar subjetividades libertárias**. São Paulo: Ecidade, 2015.
- SCHERER, Rebeca. Apresentação da Carta de Atenas. In: CORBUSIER, Le. **A carta de Atenas**. São Paulo: EDUSP, 1993.





AS INTER-RELAÇÕES ENTRE O “ESPAÇO DE HABITAR” O “MORADOR” E O “MOBILIÁRIO” EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Hélen Vanessa Kerkhoff¹
Liziane de Oliveira Jorge²
Nirce Saffer Medvedovski³

Palavras-chave: mobiliário; habitação de interesse social; conflitos; morador; espaço de habitar reduzido.

O ato de morar é um dos aspectos determinantes e o que mais influencia na qualidade de vida e no cotidiano do ser humano, tornando-se necessário oferecer parâmetros àqueles que projetam o espaço residencial, baseando-se na análise de funções e atividades que ali ocorrem (KENCHIAN, 2011). O presente trabalho trata do mobiliário para Habitação de Interesse Social (HIS), relativo aos conflitos espaciais que ocorrem na interação entre os “espaços de habitar” o “morador” e o “mobiliário”.

Segundo Villa et al. (2013), a tipologia habitacional, frequentemente ofertada para as habitações sociais, não é satisfatória à demanda habitacional no Brasil. A autora salienta que o problema habitacional não se limita apenas à ineficiência do “modelo mínimo”, que é replicado sob a justificativa de que se tenha alcançado um resultado projetual economicamente viável, mas sim, à dificuldade de se equipar e mobiliar esses ambientes com dimensões reduzidas.

Na maioria das vezes, as precárias condições financeiras dessa população influenciam na forma de aquisição do mobiliário, sendo mais frequentes as doações de parentes e vizinhos ou a aquisição dos móveis em lojas populares (OESCHELER, 2010). Porém, Folz (2002) salienta que o mobiliário popular disponível no mercado não é adequado às HIS, em consequência da inter-relação entre o mobiliário popular e o modelo mínimo com que as HIS são projetadas, podendo comprometer o desempenho dos usuários em suas atividades cotidianas.

Dentro deste contexto, a ergonomia se faz fundamental nesse trabalho, pois estabelece um diálogo entre o usuário, o objeto e o espaço. Para Círico (2001), a arquitetura envolvida diretamente com as contribuições ergonômicas traz relações

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPeL/PROGRAU). helenvkerkhoff@hotmail.com.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPeL/FAURb). lizianej@gmail.com.

³ Universidade Federal de Pelotas (UFPeL/PROGRAU). Nirce.sul@gmail.com.





positivas que permitem alcançar a melhor satisfação diante das necessidades do usuário referente aos mobiliários inseridos nos espaços de morar.

Portanto, devido às reduzidas dimensões das HIS, essa pesquisa coloca em discussão a problemática da inserção do mobiliário existente nas habitações sociais do estudo de caso, bem como adequá-los a esses espaços reduzidos. Surgem assim, as perguntas que norteiam esse trabalho: Quais os móveis existentes nas residências do estudo de caso e como foram adquiridos? Quais são os conflitos espaciais que ocorrem na relação entre o espaço de habitar, o mobiliário e o morador? Qual é a percepção e o grau de satisfação dos moradores referente ao mobiliário existente?

O objetivo central deste estudo é analisar os conflitos espaciais do mobiliário inserido nas Habitações de Interesse Social do estudo de caso, visando à melhoria da qualidade de vida dos usuários em HIS e sugerindo uma revisão no processo de projeto da habitação mínima através de diretrizes relacionadas à otimização do espaço com o mobiliário. Para atingir essa finalidade os objetivos específicos são: (i) analisar fatores ergonômicos funcionais básicos dos conflitos espaciais que ocorrem entre o mobiliário, o cômodo e o morador; (ii) identificar o mobiliário adotado pelos usuários, nas HIS do estudo de caso; e (iii) avaliar a percepção e a satisfação dos moradores com a situação atual.

O trabalho está inserido na área de estudo das relações de ambiente e comportamento e adota métodos e técnicas de Avaliação Pós-Ocupação. Segundo Gil (2007), quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada, ao propor o uso efetivo dos resultados, no sentido de disponibilizar um sistema para promover a requalificação de um contexto específico. A forma de abordagem caracteriza-se como qualitativa, sendo uma ciência prática.

A pesquisa é conduzida a partir de um estudo de caso: a comunidade residente no PAC – Anglo, localizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Para essa região foi prevista a construção de 90 casas para famílias em situação de risco. Esse foi selecionado como estudo de caso por (i) se tratar de uma ocupação destinada a Habitações de Interesse Social com renda de 0 a 3 salários mínimos, e (ii) encontrar-se em processo de requalificação urbana e construção de novas moradias através do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Para a seleção das habitações analisadas, foi aplicada a seleção por amostra estratificada. Sendo definida uma amostra de 30 unidades, das 90 casas construídas no estudo de caso. Os resultados apresentados a seguir são resultados parciais, que estão auxiliando em uma dissertação de mestrado, intitulada: “Mobiliário para Habitação de Interesse Social: conflitos, percepção e satisfação dos usuários”, a ser finalizada até março de 2017.

As casas do PAC-Anglo possuem área de 36,90m² sendo que a área de piso é de 32,70m², setorizada em quatro ambientes distintos: quarto de casal (8,37m²), quarto de solteiro (7,02m²), sala e cozinha conjugadas (14,79m²) e banheiro (2,52m²).





As habitações estudadas estão sendo analisadas a partir de parâmetros ergonômicos básicos que determinam dimensões mínimas de circulação e espaço de atividades. Os parâmetros antropométricos relativos ao espaço de atividades nesta pesquisa se darão através do estudo de Boueri (2008).

Por meio da análise ergonômica através dos espaços de atividades, relativas ao mobiliário inserido na habitação, foi possível analisar o maior índice de conflitos entre o espaço de atividade e o mobiliário, por cômodo. Até o momento o maior índice de conflitos se deu no quarto de casal com 31%, em seguida na cozinha com 27%, no quarto de solteiro com 24% e na sala com 18% (Figura 1). Esses dados estão sendo cruzados com as entrevistas e com os demais levantamentos de campo, para compreender o resultado dos conflitos de cada cômodo.

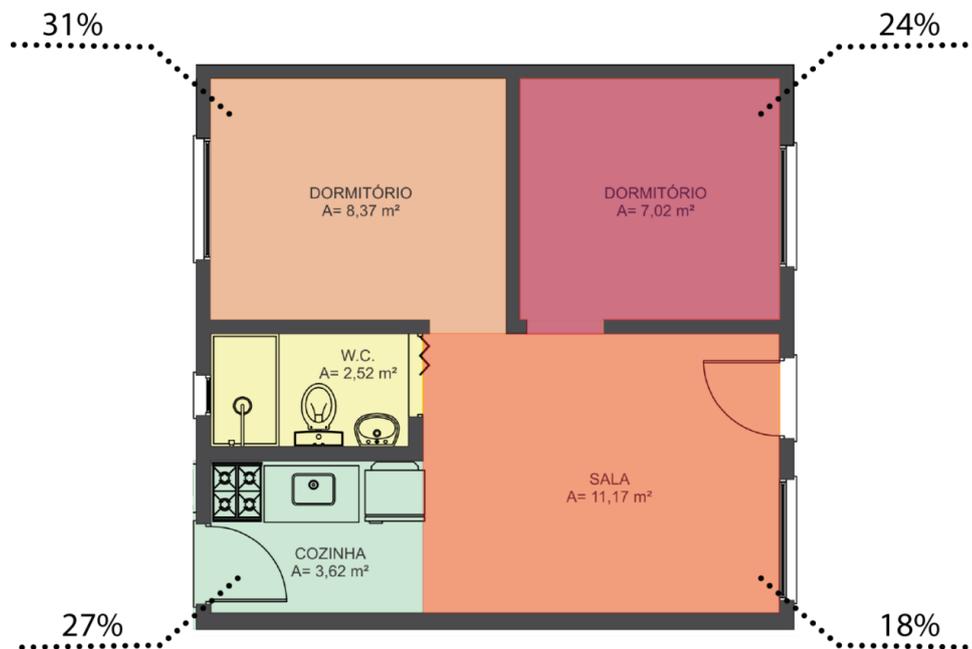


Figura 1: Maior índice de conflitos entre o espaço de atividade e o mobiliário, por cômodo.
Fonte: Acervo Autora, 2016.

Através das entrevistas, foi possível constatar o modo de aquisição do mobiliário existente nas habitações (a origem do mobiliário), obtendo os seguintes resultados: 50,98% dos entrevistados responderam que seu mobiliário foi adquirido por doações de vizinhos, parentes e amigos, 43,13% dos usuários enfatizaram que o mobiliário inserido nas suas residências foram comprados em lojas populares, sendo que, desses 43,13% que adquiriram os móveis em lojas populares, 33% dos moradores foram obrigados a adaptá-los no cômodo destinado, devido o modelo mínimo com que essas habitações sociais são projetadas. Foi possível identificar





também que, 5,89% dos usuários fazem seu próprio mobiliário, como cama, armários e prateleiras (com material que encontram na rua).

A entrevista estruturada serviu também, para compreender o grau de satisfação e percepção do morador referente ao mobiliário introduzido na habitação. Pode-se perceber até o momento que 50% dos moradores entrevistados consideram os móveis existentes na sua habitação como “bom” e os outros 50% consideraram o mobiliário “razoável”. Os usuários tiveram a mesma percepção relativa na inter-relação do mobiliário com os cômodos, eles salientaram que o mobiliário não está adequado à dimensão dos cômodos, não cumprindo todas as funções do móvel, devido à má otimização do espaço *versus* o mobiliário.

Espera-se que os futuros resultados dessa pesquisa possam auxiliar no progresso de estudos, na linha de percepção do ambiente pelo usuário, na área de habitações de interesse social. Fornecendo ferramentas que auxiliam arquitetos e designers a avaliarem os espaços de forma crítica, a fim de que, os resultados obtidos tragam melhorias no processo de projeto de arquitetura e design para o mobiliário dessas habitações sociais, visando à satisfação dos moradores.

REFERÊNCIAS

- BOUERI, J. **Projeto de dimensões dos espaços da habitação:** espaços de atividades. 1º ed. São Paulo: Estação das letras e cores editora, 2008.
- CÍRICO, L. A. **Por dentro do espaço habitável:** uma avaliação ergonômica de apartamentos e seus reflexos nos usuários. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2001.
- FOLZ, R. R. **Mobiliário na Habitação Popular.** São Carlos: Universidade de São Paulo: USP, 2002. Dissertação de Mestrado.
- KENCHIAN, A. **Qualidade funcional no programa e projeto da habitação.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, faculdade de arquitetura e urbanismo, 2011.
- OESCHLER, B. **Mobiliário para habitações populares:** O mobiliário planejado de acordo com as condições econômicas de famílias de habitações populares – Trabalho de Conclusão de curso - Universidade Regional de Blumenau, 2010.
- VILLA, S., B.; SARAMAGO, R. C. P.; BORTOLI, C. R.; PEDROSA, M. C. P. **A ineficiência de um modelo de morar mínimo:** análise pós-ocupacional em habitação de interesse social em Uberlândia-MG. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.5, n.14, p. 121-147, out. 2013.





O DESAFIO DA HOSPITALIDADE URBANA DE PELOTAS/RS

Igor Moraes Rodrigues¹
Sarah Marroni Minasi²

Palavras-chave: hospitalidade urbana; espaços públicos; relações sociais; apropriação

INTRODUÇÃO

Segundo o IBGE (2016), Pelotas possui uma população de aproximadamente 343 mil habitantes. Destes, uma parcela significativa é composta por universitários – de todos os lugares do Brasil e até mesmo do exterior – e em decorrência disso, a cidade é conhecida e titulada popularmente como cidade universitária. De acordo com uma reportagem da Zero Hora, a Universidade Federal (UFPEL) e a Universidade Católica (UCPel) de Pelotas representam, um dos principais polos universitários do Rio Grande do Sul e o maior da Região Sul, juntas as duas maiores instituições de ensino superior pelotenses têm mais de 24 mil estudantes matriculados em seus cursos de graduação (ZERO HORA, 2012).

Em meio a uma gama de pessoas, culturas, etnias e sotaques diferentes, Pelotas precisa encarar mais um desafio: a hospitalidade urbana. Como proceder para ser uma cidade acolhedora e hospitaleira a todos? É no âmbito do espaço público que é possível associar as questões da hospitalidade urbana, relações sociais e apropriação. É possível relacionar além das ações sob domínio do Estado até a convivência e trocas sociais que ocorrem nos espaços públicos.

Para elaboração desta pesquisa utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica na qual foram pesquisados livros e artigos com o tema hospitalidade urbana e priorizou-se por trabalhos os quais abordassem os subtemas: apropriação; espaços públicos; hospitalidade urbana e relações sociais.

HOSPITALIDADE, HOSPITALIDADE URBANA E ESPAÇO PÚBLICO

Considerada um fenômeno social que se manifesta em contexto doméstico, comercial, virtual ou público, a hospitalidade é o ato humano de receber, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu habitat (Camargo (2003). Sendo assim, pode-se dizer que a hospitalidade é uma forma essencial de interação social a qual todas as pessoas estão sujeitas a praticar na vida – seja oferecendo ou recebendo-a.

A hospitalidade urbana não deve ser pensada como apenas prestações de serviços (Grinover (2007, p. 17) “mas enquanto virtude (...), princípio orientador de ações baseadas no respeito e no reconhecimento do outro”. Portanto, segundo Camargo (2004) a hospitalidade pode ser compreendida a partir de uma discussão

¹ Universidade Federal de Pelotas. igormoraes2@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas. sarahminasi@gmail.com





sobre as relações humanas. A cidade deixa de ser um conceito estritamente geográfico, para transformar-se em uma representação complexa e testemunho da experiência humana.

O espaço da hospitalidade urbana é, predominantemente, o espaço público. Porém, não se deseja que os espaços públicos sejam apenas acessíveis fisicamente, mas sim que sejam lugares de encontro, tolerância, de mistura e agradáveis, pois segundo Grinover (2007, p.17) “antes mesmo que as pessoas, é o próprio espaço público que nos recebe e transmite a atmosfera do lugar”. Porque é isto que faz com que a cidade seja cidade, o local de encontro, é o espaço tradicional de trocas, convivência e apropriação do hóspede urbano, seja ele turista ou morador.

Sobre espaço público é necessário compreendê-lo com base nas relações sociais que ali se desenvolvem, como coloca Lefebvre (2001) o espaço público pode ser analisado como um produto possibilitador das relações sociais. Nesse sentido, entende-se que o espaço público é visto como

uma área de sociabilidade e lazer indispensável à vida nas cidades, e muitas vezes, agregando valores da natureza, está em oposição ao restante do urbano, com o concreto em demasia, sistemas econômicos de produção etc. Assim, os espaços públicos caracterizados pela circulação, comunicação, lazer e sociabilidade têm sido alvos de intervenções do planejamento urbano, do lazer e do turismo das cidades, geralmente com a premissa de proporcionar qualidade de vida à população. (FIGUEIREDO, 2008, p. 81)

São esses espaços que potencializam a hospitalidade urbana tornando-os importantes espaços de encontros e acolhimento. Isso incrementa os espaços urbanos que são marcados pela convivência de diferentes universos e diferentes origens socioculturais.

RELAÇÕES SOCIAIS, APROPRIAÇÃO, EVENTOS

Atualmente, vivemos em um mundo em que as relações sociais, infelizmente, são fragmentadas e efêmeras. Característica desenvolvida a partir do intenso movimento de urbanização e migração para os centros urbanos. Nesse contexto, surge a necessidade de ações sociais que incentivem que as relações tenham um caráter mais cooperativo, associativo e duradouro. É com base no aumento populacional sofrido pelo espaço urbano que atualmente, houve uma perda no significado da cidade enquanto local de acolhimento e de estreitamento do vínculo social.

Os moradores de Pelotas são beneficiados por uma série de ações sociais – como o Piquenique Cultural e o Sofá na Rua – que proporcionam a inclusão e interação dos universitários que vem de fora – juntamente com os moradores de Pelotas – visando que os mesmos se sintam acolhidos e pertencentes à cidade.

Nesse sentido, Pelotas é conhecida, hoje, pelas diversas opções de eventos culturais independentes os quais acolhem a todos os tipos de públicos. Estes eventos são organizados por moradores alicerçados na ideia de que a hospitalidade urbana não é apenas uma forma de desenvolvimento da cidade, mas também como desenvolvimento humano, pessoal e social, pois para Boff (2005) a hospitalidade é antes de mais nada uma disposição da alma, aberta e irrestrita.

Como traço comum, esses eventos são ambientados em espaços públicos como ruas e praças salientando a percepção que estas ações sociais (eventos) proporcionam uma atmosfera de interação entre seus participantes, os hóspedes urbanos. Vive-se em um mundo em que o individualismo se sobressai em relação à





preocupação para com o próximo e nestes tempos complexos e frágeis segundo Baptista (2002) a hospitalidade aponta para um modelo de relação, a ser resgatado, no qual se compartilha cuidados e conhecimentos, na qual se aguarda e atenta para o outro.

A vinda para uma nova cidade pode, a princípio, causar um certo estranhamento, uma vez que Grinover (2007, p. 16) “cada um de nós sabe o que é chegar repleto de esperança e ao mesmo tempo de receio em uma cidade desconhecida, ser recebido por estranhos, reconhecer o traçado, entender a lógica e o significado dos fluxos”.

Cidades hospitaleiras convidam o outro e o acolhe com respeito e reconhecimento do objetivo comum implícito nessa relação, o desenvolvimento de ambos tendo como base a qualidade de vida, pensando a hospitalidade urbana como uma virtude e valor moral comum a todos que estão interligados em uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que – diante de diversas definições – hospitalidade é uma qualidade social antes de ser uma qualidade individual. A hospitalidade urbana vai muito além de estruturas e aplicações físicas, mas sim que se refere ao acolhimento, pois Grinover (2007, p.125) “acolher é permitir, sob certas condições, a inclusão do outro no próprio espaço”.

Com isto, é possível perceber que Pelotas encaminha-se para encarar este desafio que é a hospitalidade urbana, uma vez que a cidade proporciona que os universitários e turistas em geral se sintam mais apropriados do espaço urbano. É claro que Pelotas ainda tem muito a melhorar neste quesito, principalmente no que diz respeito a forma como a hospitalidade urbana irá se concretizar para com as pessoas que visitam, moram e se mudam para nossa cidade.

É importante ressaltar que Pelotas precisa estender estas melhorias também aos moradores da cidade, respeitando a valorização da qualidade de vida em todos seus aspectos a todos que coabitam o espaço urbano. Para isso, uma cidade deve ser primeiramente boa para se viver, para conseqüentemente ser boa para se visitar. E não o caminho inverso.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA I. Lugares de Hospitalidade. In DIAS, C. (ORG) **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.
- BOFF, L. **Virtudes para um outro mundo possível, vol I: Hospitalidade: direito e dever de todos**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.
- CAMARGO, Luiz O. Os domínios da hospitalidade. In DENCKER, A.; BUENO, M. (orgs). **Hospitalidade: Cenários e Oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- FIGUEIREDO, Silvio. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.
- GRINOVER, Lucio. **A Hospitalidade, a cidade e o Turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.
- ZERO HORA. **Estrutura das universidades faz de Pelotas um polo de ensino na Região Sul**. Reportagem do dia 05 de julho de 2012. Disponível em: <<http://am.zerohora.com.br/amp/3812969/estrutura-das-universidades-faz-de-pelotas-um-polo-de-ensino-na-regiao-sul>> Acesso em: 27 de setembro de 2016.





OLHARES SOBRE A FRONTEIRA

Práticas da Carto/Foto/Graphia na pesquisa em Fotografia e Educação

Ítalo Franco Costa¹
Cláudia Mariza Mattos Brandão²

Palavras-chave: Carto/Foto/Graphia; Fotografia; Deriva; Fronteira.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época acelerada na qual cada minuto é precioso, cada segundo é contado. As pessoas são parte integrante da cidade e pulsam na dinâmica acelerada da vida urbana, sem se dar conta de suas rotinas e caminhos. Elas não têm conhecimento dos monumentos que ornam suas praças e avenidas, ou seus prédios históricos; nem mesmo percebem os transeuntes que cruzam seus caminhos, pois:

O caminhante percorre suas trilhas sem olhar para a cidade, mergulhado em seu mundo particular, entrincheirado nos ônibus ou automóveis, ele não tem mais tempo para perceber a cidade a partir de experiências sensoriais permitidas pelas *derivas* participativas que constroem e reconstróem a cidade permanentemente. Submetido ao rolo compressor homogeneizante da cidade espetacular, os passantes tornam-se agentes passivos em lugares nos quais o fato deveria se fundir à imaginação, fruto de relações particulares estabelecidas entre os indivíduos e os objetos através da interação criativa que deve configurar a vida urbana (BRANDÃO, 2013, p.4).

Este texto tem como objetivo discutir a ação artística realizada através do caminhar, a carto/foto/graphia – praticada e desenvolvida no Photographein Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPEL/CNPQ), desde 2010, do qual sou membro. Tal ação reescreve em imagens a experiência da *deriva*, conceito trazido pelo movimento situacionista liderado por Guy Debord, entre as décadas de 1950 e 1960, o qual pode ser definido como “(...) Uma técnica do andar sem rumo sob a influência dos cenários, na qual a observação ativa da urbe produziria a “arte total”, em relação direta com a cidade e com a vida urbana em geral” (BRANDÃO, 2013, p. 1).

¹ Acadêmico do curso de Artes Visuais – Licenciatura (Centro de Artes/UFPEL), pesquisador do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPEL/CNPQ). italofrancocosta@gmail.com

² Doutora em Educação, professora adjunta do Centro de Artes (UFPEL)/Artes Visuais – licenciatura, coordenadora do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação (UFPEL/CNPQ). attos@vetorial.net





Sendo assim a carto/foto/graphia, diferente da prática da cartografia (KASTRUP, 2009), recebe o papel de fixar/transmitir em imagens/sínteses simbólicas o vivido. Imagens essas, que nos permitem ler nas entrelinhas das (re)apresentações do mundo, detalhes que muitas vezes passam despercebidos devido à nossa rotina acelerada.

E este foi o método empregado pelos quatro pesquisadores do PhotoGraphein que participaram da viagem de estudos do projeto “Para-Formal na Fronteira Brasil – Uruguaçu”, em março de 2016, que oportunizou vivermos mais intensamente a prática de *derivas* carto/foto/graphicas a fim de reconstituir o espaço-fronteira para além do visível, traduzido em sínteses simbólicas grafadas pela luz e pelas experiências individuais. Isso, pois assim como Gaston Bachelard (1993) não percebemos o espaço como uma categoria física ou matemática, mas sim, como lugar da experiência e da emoção, que pode ser reconstituído simbolicamente em imagens.

METODOLOGIA

A carto/foto/graphia como metodologia de pesquisa, tem como dados para análise os resultados de exercícios fotográficos estético-reflexivos angariados durante *derivas*, como no caso da viagem realizada. Tais imagens resultam de *processos idiossincráticos* (conceito desenvolvido em tese de doutoramento pela professora Cláudia Brandão) instauradores de suportes simbólicos criativos e reflexivos, caracterizados como narrativas autobiográficas metafóricas que, para além da qualidade estética, destacam-se como frutos de práticas reflexivas. A sua importância repousa na potencialidade oferecida para o desenvolvimento de múltiplas aprendizagens decorrentes da ponderação crítica sobre as próprias vivências, possibilitando a transformação do vivido em experiências (trans)formadoras.

As imagens são analisadas segundo dois eixos principais: o eixo da sintaxe, que prioriza as questões formais relativas à linguagem; e o eixo da semântica, que busca aprofundar os significados manifestados simbolicamente. O processo de análise está sendo encaminhado por cada um dos pesquisadores com relação a seus acervos. Posteriormente as imagens serão reunidas num grande conjunto que possibilitará ao grupo ter um panorama mais amplo acerca das experiências particulares no território da fronteira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A que lugar eu pertencço? A globalização nos leva a re-imaginar a nossa localização geográfica e geocultural. As cidades, e, sobretudo as mega-cidades, são lugares onde essa questão se torna intrigante. Ou seja, espaços onde se apaga e se torna incerto o que antes se entendia por “lugar”. Não são áreas delimitadas e homogêneas, mas espaços de interação em que as identidades e os sentimentos de pertencimento são formados com recursos materiais e simbólicos de origem local, nacional e transnacional (CANCLINI, 2003, p.153).

Se aplicarmos o pensamento de Canclini às cidades localizadas em regiões fronteiriças a questão ganha novos contornos. Isso, pois tais espaços já trazem em si





a complexidade das múltiplas misturas étnicas que aí se encontram, formando um caldo cultural ímpar. E foi na busca de desvelar novas significações desses espaços, procurando outros modos de entender o mundo, que os pesquisadores do PhotoGraphein buscaram a apreensão dos contextos sociais pela via do olhar estético-crítico. Isso, como um meio para a construção de um repertório de conhecimentos significativos, capazes de tornar os envolvidos no processo em sujeitos conscientes da complexa realidade desses territórios e suas territorialidades.

Durante a estada em cada uma das cidades visitadas Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas, Jaguarão-Rio Branco, Barra do Quaraí-Bella Unión, Chuí-Chuy e Aceguá-Aceguá, buscamos a compreensão dessas regiões fronteiriças, analisando-as como expressões das diferentes dinâmicas organizacionais de tais espaços. Isso, na consideração da complexidade dessas regiões, cujas identidades culturais na atualidade são forjadas a partir da presença de indígenas, brasileiros, uruguaios, espanhóis e outros estrangeiros das mais variadas nacionalidades.



Figura 1: Ítalo Costa. *A Motociclista*, fotografia, Chuí, 2016.



Figura 2: Ítalo Franco, *Senhora Sentada*, fotografia, Rio Branco, 2016.

Sendo assim, trago neste trabalho, como exemplo das práticas desenvolvidas e da metodologia empregada, a análise inicial das minhas observações e registros focados na observação dos ritmos de cada espaço no cotidiano urbano, ou seja, o quanto uma cidade pode falar ao expectador sobre ela, através de suas atividades que, como discutido anteriormente, são vistas primeiramente como banais ao olhar desatento. A primeira fotografia (Figura 1), registrada no Chuí brasileiro, mostra uma





mulher com um capacete, montada em uma motocicleta, e a segunda (Figura 2), outra mulher, desta feita sentada em um banco na Praça Artigas de Rio Branco (Uruguai), mexendo em sua bolsa. Através dessas imagens nós podemos identificar os diferentes ritmos desses espaços.

A primeira de duas fronteiras com trânsito intenso, separadas apenas por uma avenida, o Chui/Chuy tem uma rotina diurna movimentada pelo comércio dos free shops, envolvendo seus moradores de todas as faixas etárias. A dignidade no olhar da mulher (Figura 1) e sua atividade em horário de pico me fazem crer que essa foto é uma síntese simbólica das minhas percepções quando ali estive. Já a segunda foto retrata um ritmo mais lento. Rio Branco, por sua vez, é distante de Jaguarão, sendo que as duas são separadas por um rio. Longe da zona dos free shops, a cidade é muito tranquila, com poucas pessoas nas ruas. A posição relaxada da mulher sentada (Figura 2), vasculhando sua bolsa como se possuísse todo o tempo do mundo contrasta com o outro registro, de uma rotina acelerada.

CONCLUSÃO

Concluimos que, com a viagem para a fronteira Brasil x Uruguai, mergulhamos no trajeto antropológico daqueles espaços, através da história dos seus monumentos, da presença de escritas urbanas, da constituição de seus solos e da observação da vida cotidiana. Reconstituímos uma fronteira para além do visível, (re)apresentando simbolicamente em imagens tais espaços e suas peculiaridades. Comprovamos a importância da utilização de uma metodologia que possibilita a geração de dados humanamente encarnados, fruto de processos representativos que não são miméticos, ao contrário, eles são instituidores de realidades. Nessa perspectiva, ao revelar o não-percebido no âmbito do cotidiano, a fotografia se coloca como um meio fecundo para o desenvolvimento de uma reflexão crítica a respeito do mundo, quando considerado em suas múltiplas relações.

No fim, o que vemos não é nem a fotografia em sua fixidez, nem a realidade aprisionada no plano do papel sensível, é, sim, a imagem fotográfica resultante de práticas traduzidas nos termos da própria experiência. Portanto, ela está entre o que lembramos e o que aprendemos, entre o vocabulário comum e um feito por símbolos, entre a luz e as sombras das percepções que constroem a história da fronteira Brasil - Uruguai.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
BRANDÃO, C.M.M. Das derivas do graffiti às (de)marcações urbanas do imaginário. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional**. 2013.
CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.
KASTRUP, Virgínia. PASSOS, Eduardo. ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do Método da Cartografia**. 4º Reimpressão. Editora Sulina, 2015.





FUELLES EN LA FRONTERA: Narrativas de acordeonistas y bandoneonistas del interior de Uruguay

José A. Curbelo¹

Resumen: Como resultado de varios viajes de investigación a ciudades de la frontera uruguaya en el año 2016, el autor realizó más de 30 entrevistas con tocadores de acordeón y bandoneón, locutores de radio y otros informantes. Analizando sus narrativas, se ha podido identificar diversos significados del concepto "frontera" en relación a la música de acordeón y bandoneón del interior uruguayo. "Frontera" figura como un lugar de intercambio material y comercial, de colaboración musical y aprendizaje, de mestizaje, de buscar "lo ajeno", de *performance* de identidades, de marcar diferencia con "lo otro", y también de imponer discursos identitarios, entre otros.

Palavras-chave: acordeón; Argentina; bandoneón; Brasil; frontera; Uruguay.

La República Oriental del Uruguay comparte más de 1,100 km de frontera terrestre, fluvial y lacustre con el estado brasileño de Rio Grande do Sul². Su frontera oeste está delimitada por el Río Uruguay sobre el cual comparte 500 km de frontera fluvial con la República Argentina, más específicamente con las provincias litoraleñas de Corrientes y Entre Ríos³. A lo largo del siglo XX y actualmente en el siglo XXI, hay elementos humanos y de difusión mediática que sobrepasan dichos límites políticos y geográficos de una manera importante.

Respecto al ámbito músico-cultural, las palabras del gran etnomusicólogo uruguayo Lauro Ayestarán (1997, p.19) son pertinentes: "Los grandes cancioneros cabalgan por encima de la geografía [...] Todos los países de América comparten con sus vecinos sus especies populares. El folklore se ríe de la geografía." A la vez, Dominzain et al. descubrieron en su estudio de consumo cultural en la frontera uruguaya en 2011 que:

Especialmente se notó en las ciudades de frontera donde se pudo verificar que lo local/global interactúa visiblemente en el consumo de música [...] Estas zonas fronterizas dan cuenta de peculiares entramados socioculturales donde los países entran en contacto. (DOMINZAIN, 2011, p.5)

Como parte de la investigación de su tesis de maestría, "La música tradicional de acordeón y bandoneón del norte del Uruguay", el autor, Curbelo, realizó más de 30 entrevistas con tocadores de acordeón y bandoneón, locutores de radio y otros

¹ Universidade Federal de Pelotas– curbelo@gwu.edu

² Servicio Geográfico Militar del Uruguay

³ Comisión Administradora del Río Uruguay





informantes en varias ciudades de frontera en el Uruguay en 2016. Entre las ciudades figuran: Artigas, Rivera, Río Branco, y otras. Analizando las diversas narrativas de los informantes, se pudo identificar diversos significados del concepto "frontera" en relación a la música de acordeón y bandoneón del interior uruguayo. "Frontera" figura como un lugar de intercambio material y comercial, de colaboración musical y aprendizaje, de mestizaje, de buscar "lo ajeno", de *performance* de identidades, de marcar diferencia con "lo otro", y también de imponer discursos identitarios.

Lejos de ser experiencias uniformes, las vivencias y situaciones contadas por los informantes en las distintas localidades reflejan las realidades diversas de la frontera uruguaya. Por un lado tenemos el ejemplo de la preponderancia del contacto músico-cultural por medio de radiodifusión con la vecina orilla de Argentina en Bella Unión, Artigas por carecer de un puente y contar con servicio precario de transporte fluvial que conecte a los dos países (ANTUNES et al., 2016). En el otro lado tenemos el ejemplo de la ciudad de Aceguá, ubicada en una región de frontera terrestre pampeana donde el idioma, los lazos familiares, y la música se entremezcla, con una fuerte dominancia de la cultura *gaúcha* brasileña. Este artículo pretende explorar los grandes temas presentes en las narrativas de estos "fuelles de la frontera".



Figura 1: Ernesto Farias (Río Branco, Cerro Largo, R.O.U.) Foto: José A. Curbelo

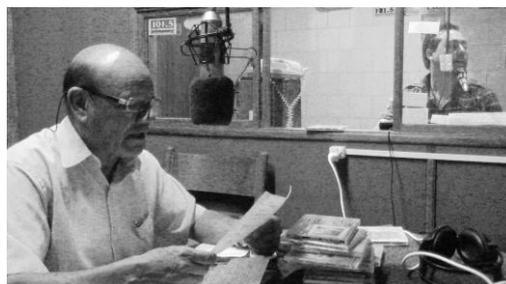
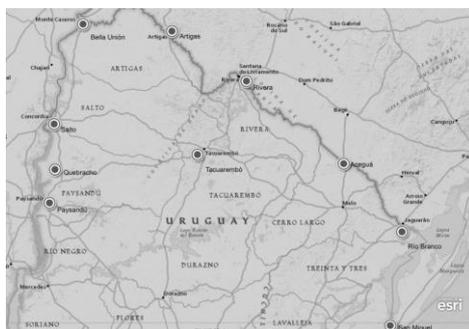


Figura 2: Reovaldo Rodrigues (Aceguá, Cerro Largo, R.O.U.) Foto: José A. Curbelo





Figura 3: Carlos María Silva / Armando Antúnez (Bella Unión, Artigas, R.O.U.) Foto: José A. Curbelo



Mapa 1: Fuente: <http://mapmaker.nationalgeographic.org/>

REFERÊNCIAS

- ANGIONI, O. et al. **Omar Angioni et al.:** Entrevista [Jul. 2016] Entrevistador: J.Curbelo. Quebracho, Paysandú, Uruguay. 1 archivo digital. Entrevista concedida como parte de la investigación para Tesis de Maestría del Programa de Pos-Graduación de Memoria Social y Patrimonio Cultural de la Universidad Federal de Pelotas
- ANTÚNEZ, A. **Armando Antúnez et al.:** Entrevista [Mar. 2016] Entrevistador: J.Curbelo. Bella Unión, Artigas, Uruguay. 1 archivo digital. Entrevista concedida como parte del proyecto *Paraformal na Fronteira* del Laboratorio de Urbanismo de la Universidad Federal de Pelotas
- AYESTARÁN, L. **El folklore musical uruguayo.** Montevideo: Arca Editorial, 1997.
- DOMINZAIN, S. et al. **Música y audiovisuales en ciudades de fronteras.** Montevideo: FHUCE-MEC-AECID, 2011.
- DUTRA, J. **Julián Dutra:** Entrevista [Mar. 2016] Entrevistador: J.Curbelo. Rivera, Rivera, Uruguay. 1 archivo digital. Entrevista concedida como parte del proyecto *Paraformal na Fronteira* del Laboratorio de Urbanismo de la Universidad Federal de Pelotas
- FAGÚNDEZ, M. **Marcelo Fagúndez:** Entrevista [Jul. 2016] Entrevistador: J.Curbelo. Paysandú, Paysandú, Uruguay. 1 archivo digital. Entrevista concedida como parte de la investigación para Tesis de Maestría del Programa de Pos-Graduación de Memoria Social y Patrimonio Cultural UFPEL
- FARIAS, E. et al. **Ernesto Farias et al.:** Entrevista [Mar. 2016] Entrevistador: J.Curbelo. Río Branco, Cerro Largo, Uruguay. 1 archivo digital. Entrevista concedida como parte del proyecto *Paraformal na Fronteira* del Laboratorio de Urbanismo de la Universidad Federal de Pelotas
- FORNARO, M. **El "Cancionero Norteño": Música Tradicional Y Popular De Influencia Brasileña En El Uruguay.** Montevideo: Instituto Nacional Del Libro, Ministerio De Educación Y Cultura, 1994.





TELURICA

Territórios de Experimentação em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em coexistências autorias

Prof. Dr. José Ricardo Kreutz¹

Palavras-chave: limiares; fronteiras; ética; estética; in(ter)venção.

O objetivo deste trabalho é apresentar o grupo de pesquisa TELURICA (Territórios de Experimentação em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em coexistências autorias) da UFPel em especial o projeto de pesquisa "Problematizações Limiares Psicossociais no Ensino, Pesquisa e Extensão da Psicologia e áreas afins na UFPel" inscrito sobre o nº 2311 aprovado no COCEPE dia 22/09/2016 cujo cronograma está compreendido entre agosto de 2016 e agosto de 2018. A ideia de limiar conversa com a ideia da plasticidade da fronteira. Portanto o limiar é o lugar de produção intercessores que vizibilizem e falem de seres de sentido que irrompem destas não-linhas. Segundo Deleuze e Guattari (1992) os intercessores são aqueles personagens amigos dos conceitos no plano de imanência. O convite da leitura é que possamos subverter a dicotomia urbano/rural ao traçar um novo plano onde o urbano e o rural subsistem em prol de novas obras de saber e de vida na cidade.

A provocação telúrica do 5ª Encontro Internacional Cidade, Contemporaneidade e Morfologia Urbana especificamente sobre a questão "fronteiras" nos provoca pensarmos a produção de subjetividade nestes limiares. Para entendermos melhor o problema de pesquisa enunciamos o seguinte: Considerando que os saberes nos contextos psicossociais da psicologia e áreas afins, têm passagem numa consistência ética e numa composição estética em fronteiras transdisciplinares, quais os limiares que a experimentação dos diversos territórios (urbanos e rurais) interrogados pelos pesquisadores/acadêmicos nos permitem pensar? Destacamos com esta problemática a necessidade dos estudantes da graduação perceberem uma potência de fronteira nos limiares entre pesquisa-ensino-extensão projetando seus estudos para a sua prática profissional. Para isso definimos como objetivos do projeto onze possibilidades fronteiriças. A saber: (1) Investigar e construir o conceito de limiar dos movimentos de resistência social tais como mulheres, negros, quilombolas, via campesina e cultura hip-hop; (2) Investigar e construir o conceito de limiar de vida no campo; (3) Investigar e construir o conceito de limiar de vida na cidade; (4) Investigar e construir o conceito de limiar do trabalho,

¹ Professor do Curso de Psicologia da UFPel. jrkreutz@gmail.com.





economia e consumo; (5) Investigar e construir o conceito de limiar na educação; (6) Investigar e construir o conceito de limiar nas tensões geopolíticas e do terror; (7) Investigar e construir o conceito de limiar na sexualidade contemporânea; (8) Investigar e construir o conceito de limiar em processos clínicos; (9) Investigar e construir o conceito de limiar em processos de saúde; (10) Investigar e construir o conceito de limiar em processos institucionais e políticos; (11) Investigar e construir o conceito de limiar nas múltiplas linguagens e expressividades. A ideia é que os alunos da graduação da UFPel possam apropriar-se dos objetivos que mais lhe aprouverem para construir suas próprias questões de pesquisa.

Apesar de percebermos uma grande abertura nos limiares psicossociais para além do propósito deste evento, nos parece que há um diálogo especialmente profícuo da plasticidade da cidade com os objetivos (1); (3); (4); (10) e (11). Por hora temos algo mais sistematizado em (11) e apresentaremos um trabalho que considera a pixação como um destes intercessores fronteiros que nos impõem pensar novas experimentações de cidade distintas dos modelos identitários previamente determinados e mapeados.

A esta altura o leitor deve estar se perguntando qual a relação entre “limiar” e “fronteira”? A resposta pode ser elucidada quando examinamos a ideia de que o campo psicossocial na cidade pretende afirmar estes limiares/fronteiras invisibilizados e essurdecidos na sua potência de Zonas de Experiência intensiva tanto de matérias de expressão como modos de vida tal como sugere a proposta do evento. Para que nossos sentidos estejam abertos a esta experiência, proponho uma imagem que nos inspire a continuidade da reflexão. Trata-se do filme “A linha imaginária: Um documentário sobre a fronteira Brasil-Uruguay” realizado por Moviola Filmes e dirigidos por Cíntia Langie e Rafael Andreazza. Em dado momento um dos entrevistados do documentário nos relata o seguinte:

"Bom, o que é a fronteira? É o lugar onde as águas se mesclam... a água do mar com a água doce e cria esta zona onde crescem... um estuário, onde crescem coisas que não crescem nem na água salgada nem na água doce. Estamos citando a Carmen Galusso que um dia falou da fronteira como um estuário e aqui está a coisa misturada onde brotam e crescem espécies que não crescem nos outros lados... nós somos estas espécies" (sic)

Misturas que são puras experimentações inventivas, in(ter)venções limiares, diálogos intercessores amigos de outros conceitos. Penso que as amizades ao limiar se dão muito em aproximações das perspectivas teóricas que discutem (a) transdisciplinariedade, a qual, conforme Passos & Barros, (2000, p.77) referem como sendo rupturas disciplinares nomadizando suas “fronteiras, torná-las instáveis. Caotizar os campos, desestabilizando-os ao ponto de fazer deles planos de criação de outros objetos-sujeitos” que ultrapassam as disciplinas em relação a novos saberes;





ou ainda, que estas (b) fronteiras, como nos sugere Duarte (2005, p.18), são os próprios “sítios da exacerbação e do excesso, onde limites são ultrapassados, novas dimensões descobertas, e reordenamentos encaminhados. Por isto, são espaços de ruptura e conflito: ambientes de extremidade, crista e culminação.” Nomadismo singular presente no que estamos conceituando aqui como uma espécie de faixa limiar, fronteira entre as disciplinas, onde na mesma medida em que cria saberes, instala o caos, onde os sentidos deslizam desordenadamente, também convoca uma atitude de pesquisa que trate de construir alguns planos de consistência, parece-nos que suavemente se avizinha a necessidade (c) ética. Considera-se ética, para fins deste estudo, uma primazia do (d) pensamento sobre a consciência. Pensamento este que opera no corpo e, segundo Espinosa, que percebe a ética em todas as coisas (Deus sive in Natura). Nesse sentido o corpo pensa agenciando encontros através dos afetos, produtos de ações e paixões (DELEUZE, 2002). Ao invés da briga moral entre o bem e o mal, abre-se a possibilidade de uma ética dos bons e maus encontros, uma ética das ações e paixões alegres e/ou tristes (idem). Entende-se ainda que esta ética tem sua passagem garantida num certo plano de consistência do limiar e é através da implicação do pesquisador e sua transformação em objeto-sujeito que nesse processo ético dá passagem aos planos de referência que são nosso objetivo científico para estas experimentações limiares. Por fim o limiar precisa ser amigo da (d) estética, pois esta se produz como um plano de composição onde a matéria prima são blocos de afectos e perceptos capazes de manter a criação em pé sozinha (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p.214).

Por fim entendemos que as amizades em zonas fronteiriças não se dão de forma pacífica. São amigos mas “pelejam”. Não há harmonia na fronteira. A in(ter)venção deve levar em consideração a transgressão. Ainda em “A linha imaginária: Um documentário sobre a fronteira Brasil-Uruguay” temos o seguinte depoimento:

"Uma vez eu fui tocar numa rádio e o primeiro que me perguntam... 'Ah, estamos com Ernesto de Artigas... ah, da fronteira? Bom, vou te fazer uma pergunta: que pensas de contrabando?' É o primeiro que me perguntam. E eu disse: 'O contrabando? Eu, na minha vida intrauterina já fui feito com matéria sintetizada contrabandeada, que minha mãe ingeria. Eu não gosto de falar de mim... sou contrabando, somos assim'." (sic)

Contrabandeando, inventando, arrombando novos sulcos nos limiares do campo e da cidade nos territórios e nas expressões é a melhor alternativa de construirmos mapas distintos da cidade. Acredito que essa é a ideia de uma morfologia urbana é esta a contribuição que a Psicologia Social pode oferecer. Sem grandes pretensões é assim que TELURICA se apresenta para amizades possíveis com o mundo da arquitetura.





REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: Referenciais e dispositivos em análise. *Psicol. Cienc. Prof.* [online]. v.27, 2007, n.4, p. 648-663.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DUARTE, Luis Sérgio. **O Conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy**. In *Textos de História*, v. 13, n. 1/2, 2005.
- LANGIE, C.; ANDREAZZA, R. **A linha imaginária: Um documentário sobre a fronteira Brasil-Uruguay**. Moviola Filmes, 2014.
- PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benenvides de. **A construção do Plano da Clínica e o conceito de Transdisciplinaridade**. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 16, 2000, n. 1, p. 71-79.





FORMA URBANA E ROTAS DE PEDESTRES Método e Estudo Exploratório

Júlio Celso Borello Vargas¹

Palavras-chave: caminhabilidade, pedestres, escolha de rota, forma urbana, modelos de escolha.

As caminhadas sempre foram um modo de transporte relativamente importante na divisão modal das cidades, uma opção simples e barata de realização dos deslocamentos urbanos. Em Porto alegre, dados do início da década de 2000 apontam para um percentual de 28% de utilização do modo a pé, enquanto no Brasil como um todo ele é de 24%. Este número varia conforme o porte da cidade e a condição socioeconômica dos indivíduos, o que mostra um provável desprestígio do modal no contexto das grandes cidades brasileiras, sujeitas às recentes tendências de estímulo ao consumo e fabricação de automóveis e simultaneamente, de explosão da urbanização.

Nos países desenvolvidos, por outro lado, o estímulo ao transporte não motorizado já é uma política bem estabelecida desde que os efeitos nocivos do uso indiscriminado de veículos automotores foi associado a uma série de prejuízos concretos. Congestionamentos, atrasos e emissões de gases produzem não apenas impacto sobre o clima do planeta e *stress*, mas também afetam objetivamente a produtividade da economia e a própria saúde dos habitantes das cidades, expostos à poluição, dependentes do veículo particular e com tendência ao sedentarismo.

Para incrementar a participação dos modos ativos de viagem, políticas sociais e econômicas têm sido utilizadas nesses países, mas a grande estratégia para viabilizar esse objetivo parecem ser as modificações nos padrões de desenvolvimento urbano, revertendo tendências de espalhamento e urbanização esparsa (*urban sprawl*) que estão associadas aos padrões insustentáveis de utilização de veículos motorizados. Essa estratégia está baseada em evidências de que o ambiente construído exerce clara influência sobre o comportamento de viagens, pois a forma e os usos do solo de uma cidade podem dificultar ou facilitar a adoção dos diversos modais. Ela pode favorecer a caminhada ao aproximar origens e destinos residenciais, empregos e o lazer ou, pelo contrário, impor o uso do automóvel ao afastá-los.

Porém, para consolidar o modo a pé como opção consistente e viável de viagem, não bastam apenas essas condições gerais, pois as características agregadas impactam basicamente sobre a demanda, ou seja, sobre a potencial *geração* de viagens. Tão importante quanto isso é entender “por onde vão os

¹ Departamento de Urbanismo, Laboratório de Sistemas de Transportes / UFRGS





pedestres” - quais as rotas que serão utilizadas pelas viagens geradas nesses ambientes densos, mistos e bem conectados. Na busca por esse entendimento, este estudo deu atenção ao problema da *escolha de rota* na escala geográfica da rede viária urbana, onde as caminhadas entre origens e destinos levam os pedestres a tomar decisões que necessariamente devem considerar a forma urbana. Nessa escala de análise são os efeitos do somatório atributos dos *links* e nós que efetivamente parecem importar. É nela que os edifícios e os elementos do sistema viário exercem impacto direto sobre as escolhas de rota dos viajantes a pé.

Aparentemente, a falta de interesse da academia sobre as viagens a pé na escala da rede deve-se à relativamente pequena participação das viagens utilitárias no total de deslocamentos a pé. Essas viagens que vencem distâncias relativamente grandes respondem por um pequeno percentual do total: em Porto Alegre 95% têm abaixo de 2 km, número semelhante ao encontrado neste estudo, com a média desse tipo de viagem ficando em 680 metros, o 85º percentil um pouco acima de 800m (equivalente a meia milha) e o máximo em 3,5 km.

Porém, se forem incluídas as caminhadas diárias para compras e para alcançar amenidades e serviços outros que não o trabalho ou a escola, as quais têm em torno dos 800m (10 minutos aproximadamente), têm-se um conjunto de viagens com grande possibilidade de contribuir para a substituição dos modais motorizados e para a realização de atividade física em níveis suficientes para a promoção da saúde. Percebendo essas lacunas no conhecimento e o potencial de contribuição que o entendimento das escolhas de rota tem para as políticas de mobilidade sustentável, este estudo propôs uma estrutura metodológica para modelar comportamento de viagem incorporando a forma urbana.

O estudo de caso desenvolvido trouxe resultados que indicam que os pedestres efetivamente consideram diversos fatores do ambiente em suas escolhas de rota, não se fixando apenas a critérios de custo ou esforço como a distância ou as declividades. A configuração do sistema viário, representada pelo tamanho dos trechos e quantidade de intersecções (cruzamentos), juntamente com a hierarquia das vias (grau de “pedestrialidade”) e as características dos edifícios, especialmente seu arranjo ao longo das quadras, são os fatores que mais se destacaram nos modelos estimados.

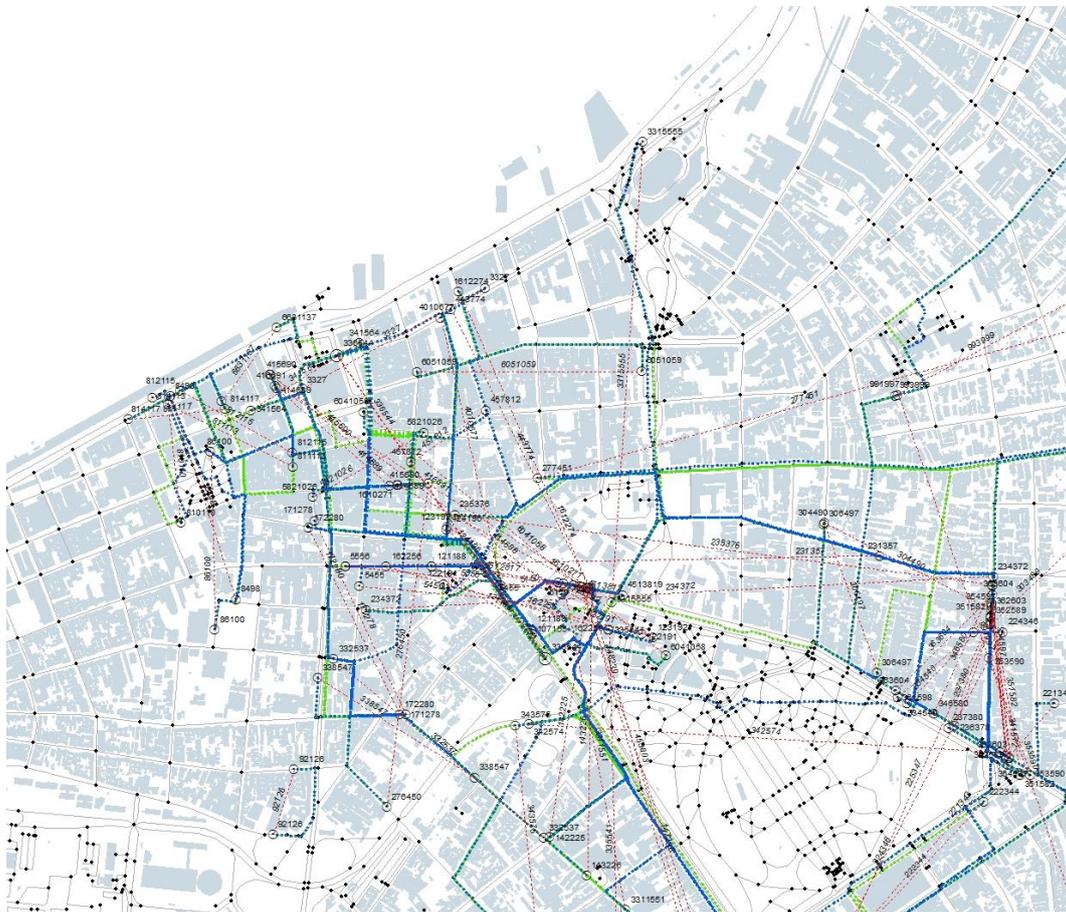
Trechos mais longos e poucas travessias foram fatores percebidos como positivos para a escolha de uma rota, enquanto a presença de prédios especiais e a maior densidade de edifícios nos trechos revelaram-se atributos negativos. As características socioeconômicas dos indivíduos não se mostraram significativos para as escolhas, revelando certa indistinção de preferências no âmbito da amostra. Apenas a condição de usuário habitual do modo a pé mostrou ser um atributo individual relevante, interagindo significativamente com a hierarquia viária e





demonstrando que as pessoas que utilizam mais o modal são mais sensíveis ao grau de pedestrialidade das vias.

O exercício de construção metodológica com alguma exploração de resultados que compõe esse trabalho mostrou-se promissor, mas requer aprofundamento. Monitorar indivíduos com dispositivos de posicionamento via satélite e modelar suas escolhas com um conjunto de atributos que representa as diferentes dimensões do ambiente da cidade - rede, vias e forma urbana - produziu resultados satisfatórios apesar das deficiências técnicas e operacionais encontradas. Ao comparar os atributos das rotas e as escolhas, foi possível estimar a utilidade percebida dos componentes do sistema de circulação e da forma urbana.



Mapa 1: detalhe das rotas a pé na área central de Porto Alegre





REFERÊNCIAS

- ADKINS, A.; DILL, J.; LUHR, G.; NEAL, M. Unpacking Walkability: Testing the Influence of Urban Design Features on Perceptions of Walking Environment Attractiveness. **Journal of Urban Design**, v. 17, n. 4, p. 499–510. doi: 10.1080/13574809.2012.706365, 2012.
- BANISTER, D. The sustainable mobility paradigm. **Transport Policy**, v. 15, n. 2, p. 73–80. doi: 10.1016/j.tranpol.2007.10.005, 2008.
- CAMPOLI, J.; LINCOLN INSTITUTE OF LAND POLICY. **Made for walking: density and neighborhood form**. Cambridge, Mass: Lincoln Institute of Land Policy, 2012.
- EPTC; MAGNA ENGENHARIA; ITS. **EDOM 2003 - Pesquisa de Origem e Destino de Porto Alegre - Entrevista Domiciliar**. Porto Alegre, RS, 2004.
- EWING, R.; CERVERO, R. Travel and the built environment: a synthesis. **Transportation Research Record: Journal of the Transportation Research Board**, v. 1780, n. 1, p. 87–114. Recuperado fevereiro 14, 2015, , 2001.
- DE FARIA, A. P. N.; KRAFTA, R. Representing urban cognitive structure through spatial differentiation. 4th International Space Syntax Symposium, London. **Anais... .** Recuperado fevereiro 4, 2015, de <http://www.spacesyntax.net/symposia-archive/SSS4/fullpapers/53FariaKraftpaper.pdf>, 2003.
- FIorenzo-CATALANO, M. S. **Choice set generation in multi-modal transportation networks**. Delft, The Netherlands: Netherlands TRAIL Research School, 2007.
- HOSMER, D. W. **Applied logistic regression**, Wiley series in probability and statistics. Third edition ed. Hoboken, New Jersey: Wiley, 2013.
- MOUDON, A. V. **Built for change: neighborhood architecture in San Francisco**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1986.
- Open Street Map. **Open Street Maps**. Recuperado dezembro 12, 2013, de <https://www.openstreetmap.org>.
- TRAIN, K. **Discrete choice methods with simulation**. 2nd ed ed. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2009.





CAPELAS DE MADEIRA DO ALTO URUGUAI GAÚCHO Testemunhos de liberdade paraformal nas fronteiras do RS

Karolyne Viebrantz¹
Marcela Álvares Maciel²
Guilherme Rodrigues Bruno³

Palavras-chave: capelas; colonização; paraformal; arquitetura; religião.

Este artigo propõe uma chave interpretativa ao conceito transfronteiriço de espaço paraformal, elaborado a partir do estudo de caso da construção de templos religiosos durante etapa do processo de configuração morfológica do território colonial do Alto Uruguai gaúcho. Para tanto, emprega como metodologia a historiografia cultural e das mentalidades, e como aporte teórico hermenêutico a crítica das religiões empreendida por pensadores como Zizek, Ricoeur, Mumford e Weber.

Ampla bibliografia historiciza o tema da imigração europeia na América, não sendo pretensão dessa modesta pesquisa fazer uma revisão que enseje profundo interesse historiográfico. Como arquitetos urbanistas, o interesse dos autores deverá ser no que o jargão profissional denomina como “morfológico”, ou seja, a conformação processual física do território, donde o recorte, ora definido em “templos religiosos em madeira, situados na zona rural”, parece constituir um elemento central no processo de formação da paisagem humana do Alto Uruguai gaúcho.

Segundo o historiador, filósofo e teólogo Luis de Boni (1975) os imigrantes pioneiros vinham da Itália expulsos por uma espécie de “gentrificação rural”, onde o encarecimento das terras tornava a produção agrícola economicamente insustentável, mas, para além dessa motivação essencialmente materialista, o sonho de enriquecer “fazendo a América” era encorajado como um ato de devoção religiosa, destinado aos “escolhidos” por suas demonstrações de fé.

Esse fator, sob o referencial das interpretações materialistas, que situam os aspectos subjetivos como subsidiários aos condicionantes macroestruturadores, pode ser tratado como um detalhe menor, no entanto, dentro da historiografia das mentalidades ou da nova história cultural, sua influência pode ser entendida como um elemento que alterou a disposição dos primeiros desbravadores frente a uma condição natural totalmente adversa. A utopia, religiosa ou não, conforme problematizado por Paul Ricoeur, possui funções tanto desagregadoras quanto integradoras, não sendo

¹ Bolsista PIBIC Edital 294/UFS/2015. karolyneviebrantz@hotmail.com.

² Professora Adjunta do Curso de Arquitetura da UFS. marcela.maciel@uffs.edu.br

³ Professor Assistente do Curso de Arquitetura da UFS. guilherme.bruno@uffs.edu.br





possível classificar as decisões sob sua orientação, a priori, como consequências de estados mentais incongruentes com a realidade.

Todas as figuras da não-congruência devem ser parte de nosso pertencimento à sociedade. Isso me parece a tal ponto verdadeiro que a imaginação social é constitutiva da realidade social. Assim tudo se passa como se a imaginação social, ou a imaginação cultural, operando simultaneamente de maneira construtiva e de maneira destrutiva, fosse simultaneamente uma confirmação e uma contestação da situação presente. (RICOEUR, 2015, p. 17)

Importante mencionar que a situação do imigrante no sul do Brasil era substancialmente diferente do imigrante chegado a São Paulo, pois seu trabalho era para adquirir o lote onde estava assentado, e não para auferir lucros ao dono de uma fazenda. Essa característica forjou um sentido de religiosidade católica diferente: ao invés de um “teologia da culpa”¹, destinada a formar o indivíduo dócil requerido pelo capital, uma “teologia da libertação”.

Em termos bastante práticos, as capelas funcionavam como equipamentos de coesão sócio-existencial, inclusive organizando a passagem do tempo, através do toque diário dos sinos, a missa semanal, o festejo sazonal e a romaria anual, dentre outros eventos e rituais. O badalar dos sinos era, ainda mais que um marcador do tempo e dos compromissos litúrgicos, um referencial topológico: o tamanho, a aproximação e o distanciamento de cada comunidade podia ser medido pelo ouvido.

Os campanários, em estrutura metálica padronizada, indicam que o ressoar sincronizado nas diferentes localidades era como uma mensagem virtual contra a solidão de famílias inteiras de imigrantes, que de repente se viam em terra estrangeira, encobertas por uma mata densa nunca antes vista nos seus países de origem. O sino era como a antena, ou o modem da época, e sua presença sonora costurava diariamente a “rede social” dos grupos imigrantes.

No isolamento solitário da selva, o sino proporcionava uma experiência de complementaridade absoluta entre o espaço social e o espaço pessoal (HALL, 1994), que aproxima as pessoas, até o ponto em que essa mesma proximidade origina aldeias e cidades:

O primeiro germe da cidade é, pois, o ponto de encontro cerimonial, que serve de meta para a peregrinação: sítio ao qual a família ou os grupos de clã são atraídos, a intervalos determinados e regulares, por concentrar, além de quais quer vantagens naturais que possa ter, certas faculdades “espirituais” ou sobrenaturais, faculdades de potência mais elevada e maior

¹ Até mesmo os tiranos se espantavam com a forma como os homens podem suportar um homem que lhes faz mal; utilizavam por isso o disfarce da religião e, se possível, tomavam o aspecto de certas divindades, disso se servindo para protegerem a má vida que levavam. (BOÉTIE, 2010, p. 22).





duração, de significado cósmico mais amplo do que os processos ordinários da vida. (MUMFORD, 2001, p. 09 e 15)

No entanto, a própria cidade aos poucos desconstrói essa sagrada aproximação entre os moradores. Nesse momento, a vida no campo volta a ser um referente para a comunhão entre os homens. Entendendo o inchaço das cidades europeias, à época das levas colonialistas, como um estado limite irrevogável, muitos desses novos moradores vinham ao Novo Mundo com o sonho de refundar sua utopia religiosa, num movimento de regresso a sua condição natural, exigido à sobrevivência das doutrinas pela vida moderna.

Considerar o camponês, justamente, como o tipo específico do homem pio e que agrada a Deus é um fenômeno inteiramente moderno.

(...) Para o cristianismo primitivo o pagão chama-se, simplesmente, homem do campo (paganus). No fundo, as Igrejas medievais, na sua doutrina oficial (S. Tomás de Aquino), ainda tratam o camponês como um cristão de categoria inferior, ou, em todo caso, com muito pouco apreço. A glorificação religiosa do camponês e a crença no valor bem específico da sua devoção são produtos somente de uma evolução muito moderna.

(...) Em todos os casos se trata, portanto, em grande medida de reações contra o desenvolvimento do racionalismo moderno, de que as cidades passam por ser os sustentáculos. Em completo contraste com isso, no passado a cidade era considerada como sede da devoção. (WEBER, 2006, p. 127-128)

A partir da análise do conjunto de capelas de madeira da zona rural do Alto Uruguai, portanto um elemento arquitetônico bastante singelo, este trabalho introduz o conceito de fronteiras em dimensões outras, para além do processo físico e temporal, no qual disputas, acordos e contratos sociais teceram as tramas da história. Primeiramente, revela o quanto o processo de configuração morfológica do território pode ser definido também pelo imaginário social e não exclusivamente o contrário. Ao ser jogado no meio natural (experiência dificilmente reproduzível em laboratório) o que essas famílias fizeram, com mais esmero e pressa que suas próprias casas, foram esses elementos de ancoragem ao transcendente. Por um lado, diversos arquitetos, desde a Renascença (ou antes) tentaram, inutilmente, criar uma arquitetura metafísica, que representasse a transcendência do Ser supremo. Mas é na singeleza de pequenas capelas esquecidas no meio do mato que se encontra algo ainda mais precioso, qual seja, não uma arquitetura metafísica, mas uma metafísica da arquitetura. Ou seja, uma forma de falar a respeito dessa arte e apreender o seu





caráter holístico, para além das avaliações morfológicas monistas usualmente empregadas.

O colono desbravador de terras e matas virgens estava ao mesmo tempo livre de muitas obrigações formais, impostas pela lógica econômica macroestrutural, mas igualmente impedido de exercer uma falsa liberdade, baseada no ato inconsequente, pois isso poderia significar sua morte frente as ameaças naturais. Restava-lhe, portanto, assumir e agraciar a liberdade paraformal de sua circunstância, no imaginário utópico de suas crenças em perfeita sinergia com suas necessidades materiais.

Ela é fundamentalmente a escolha de “assumir livremente” o destino imposto. Esse paradoxo – necessário caso se queira evitar a ideia liberal banal de liberdade de escolha – indica a problemática teológica da *predestinação* e da *Graça*: uma verdadeira decisão/escolha (não uma escolha entre uma série de objetos que deixa minha subjetividade intacta, mas a escolha fundamental pela qual eu “me escolho”) pressupõe que eu assumo uma atitude passiva de “deixar-me ser escolhido” – em suma, *livre escolha e Graça são estritamente equivalentes*, ou, como posto por Deleuze, escolhemos verdadeiramente apenas quando somos escolhidos. (ZIZEK, 2016, p. 138-139)

O caso oferece, portanto, uma chave interpretativa ao próprio conceito fronteiriço de espaço paraformal, onde o mesmo não é visto como uma ruptura inconsequente, nem tampouco uma obediência autodestrutiva. Trata-se da liberdade autêntica, que consiste em reconhecer e assumir sua própria circunstância. No caso do processo de colonização ora em foco, o encontro das crenças religiosas com imposições da natureza selvagem levaram à apropriação, disputa e formação do território, com suas fronteiras físicas e metafísicas.

REFERÊNCIAS

- BONI, L. A. **Pioneiros às margens do Uruguai**. Porto Alegre: EST, 1975.
BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Martin Claret, 2010.
HALL, E. **A linguagem silenciosa**. Lisboa: Relógio D'Água, 1994.
MUMFORD, L. **A cidade na história**. São Paulo: Martin, 2001.
RICOEUR, P. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
WEBER, M. **Sociologia das religiões e consideração intermediária**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.
ZIZEK, S. **O sujeito incômodo**. São Paulo: Boitempo, 2016.





FRONTEIRAS URBANAS: O CASO DO ASSENTAMENTO PRÉCARIO SERRA DA SANTA CRUZ NA CIDADE DE TAQUARANA – AL.

Laini de Souza Santos¹

Palavras-chave: Assentamentos Precários; Fronteiras Urbanas, Taquarana; Exclusão.

INTRODUÇÃO

O crescimento populacional brasileiro nos grandes centros urbanos teve origem, a partir da industrialização, mais precisamente na segunda metade do século XX, processo este que “caracterizou a cidade moderna” (LEFEBVRE, 1901, p.03). A explosão de novidades advindas do mundo contemporâneo, não só transformou as grandes malhas urbanas, mas também o pensamento da população rural, pois esta massa passou a enxergar no ambiente urbano a resolução de inúmeros problemas existentes no campo, sobretudo a falta de informação e oportunidades.

Este processo migratório encarado no Brasil teve acentuação nos anos 1960, onde a taxa de urbanização nesta época era equivalente a 44,7% versus 55,3% da zona rural. Atualmente esses dados se invertem e dobrou, a população urbana está estimada em 84,8% (IBGE 2010). Tal crescimento acelerado possibilitou o desenvolvimento de problemas urbanos, sobretudo no que concerne a estrutura das cidades, que se concretizou embasada em dois modelos dominantes: a alta centralização de terra nas mãos de um pequeno grupo e a ocupação irregular, principalmente nas áreas centrais, por parte dos mais carentes, estabelecendo desta forma os tipos de moradias conhecidas como cortiços, pois eram habitações acessíveis à população baixa renda, devido os baixos custos de manutenção e aluguéis – convém mencionar ainda que a maioria destes espaços tomados não dispunha de nenhuma condição mínima de sobrevivência, isto é, “as populações se amontoam atingido densidades inquietantes (por unidade de superfície ou habitacional)” (LEFEBVRE, 1901, p.10). A cidade moderna passa então a ser “o espaço onde os fracos podem existir” (SANTOS, 1926, p. 322).

Com essa nova formatação, as cidades abraçam as ideologias do desenvolvimento industrial e a política de urbanização, assim, os centros urbanos passaram por uma limpeza e embelezamento, especialmente nos espaços ocupados pela população mais carente. “A carga mais pesada da modernidade é suportada pelos pobres, os que estão abaixo na escala dos salários e os que estão sem emprego” (SANTOS, 1926, p. 193). Essa massa foi levada para zonas distantes do

¹ Discente em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: Laine.souza20@gmail.com





seu habitual e se agrupou em locais periféricos. “Em consequência disso, à medida que cresce e se desenvolve a metrópole aumenta os contrastes em seu seio, com a fuga e a segregação das camadas mais abastadas em áreas residenciais privilegiadas e a concentração dos pobres na periferia” (RATTNER, 1979, p. 44).

Este agrupamento de indivíduos de baixa renda em áreas periféricas resulta em ilegalidade, destacada por Rolnik (2006, p.199) como “uma das marcas da cidade brasileira”. Esta representação não é encontrada apenas em metrópoles, mas em todo território nacional, a autora citada lança ainda que “no vasto e diverso universo de 5.564 municipalidades, são raras as cidades que não têm uma parte significativa de sua população vivendo em assentamentos precários” (ROLNIK, 2006, p. 199).

Em tese, este tipo de padrão acabou gerando o quadro atual disposto no cenário urbano da maioria das cidades brasileiras: pobreza, segregação territorial, falta de saneamento básico, déficit habitacional e consequentemente o surgimento de assentamentos precários e uma onda de exclusão com várias dimensões, “[...] as cidades, crescentemente inigualitárias, tendem a abrigar, ao mesmo tempo uma cultura de massa e uma cultura popular que colabora e se atritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem num jogo dialético sem fim” (SANTOS, 1926, p. 327).

A cidade de Taquarana, foco deste trabalho, esta localizada no interior de Alagoas, sua população segundo o (IBGE, 2010) consiste em 19.020 habitantes distribuídos em 166 km², não possui subdivisão urbana, isto é, só dispõe de um bairro, sendo este definido como centro e uma extensa área rural e tem um exemplo desses assentamentos irregulares, chamado "Serra da Santa Cruz" ou "Cidade Alta" (figura 1) como toda população costuma denominar. Este assentamento surgiu por volta da década de 1950, através da ocupação de um terreno de domínio público. O mesmo cresceu as margens da malha urbana do município e atualmente é morada de mais 150 famílias, todas de baixa renda. A situação atual da Serra de Santa Cruz é: Desarticulação do sistema viário, dificultando o acesso de ônibus, ambulâncias, viaturas policiais e caminhões de coleta de lixo, formação ausente de espaços públicos, equipamentos de saúde, educação, lazer e segurança. (figura 2).

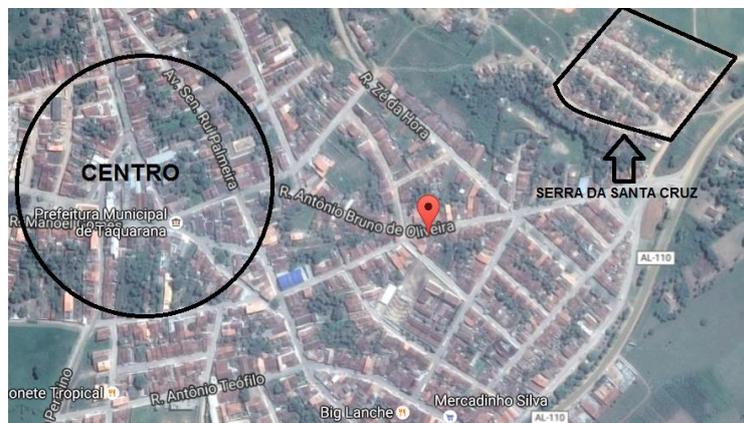


Figura 7: Assentamento Precário Serra da Santa Cruz versus Centro da cidade de Taquarana – AL. **Fonte:** Google Earth, 2016.





Figura 8: Espaço Público e Habitação do Assentamento Precário Serra da Santa Cruz, na cidade de Taquarana – AL. **Fonte:** Própria.

Uma comunidade marcada por condições habitacionais inadequadas e que visivelmente, dispõe de condições mínimas e precárias de sobrevivência, certamente desperta interesse, pois o pensamento é possível ser ponderado e modificado a partir da proposta da psicologia social para uma mudança social positiva na vida desses sujeitos. É um espaço que denuncia o contraste social que permeia nossa sociedade entre assentamentos precários *versus* malhas urbanas, especialmente de cidades pequenas, criando uma fronteira entre os residentes de ambos os espaços.

Este estudo foi produto resultante de uma intervenção ocorrida no espaço, por meio da Prefeitura Municipal através de um projeto de levar água ao espaço e teve como objetivo sopesar a dialética da exclusão social no sentido atribuído ao pertencer a uma comunidade construída as margens de tantas mazelas e o quanto isso influencia no desenvolvimento pessoal de cada indivíduo. Logo, este trabalho será tratado por meio das ideias de “pertencimento” “inclusão x exclusão” atendendo as principais necessidades apontadas nesse estudo com base em revisão de literatura, pesquisa bibliográfica e documental a respeito do objeto; entrevistas com a população e análise do discurso.

METODOLOGIA

Para se chegar aos resultados desejados inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema; posteriormente foram realizadas entrevistas com a população e análise das mesmas.

ENTREVISTAS

O tipo de entrevista aplicada foi a semi estruturada, onde 20 moradores de ambos os sexos e idades entre 18 a 73 anos, escolhidos com base na disposição para responderem a pergunta, expuseram suas opiniões a respeito do que é se sentir incluído. A entrevista foi definida com apenas 1 pergunta aberta e elaborada para atender o tipo de dificuldade e avaliação do entrevistado, abrindo espaços para sugestões e melhorias.





RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir da metodologia empregada, pode concluir que a exclusão social está presente não apenas em países pobres, mas, em todos os países, percorrendo toda a esfera social. Essa desigualdade social é apresentada devido às transformações ocorrida no mundo aonde o capitalismo vem ser o maior gerador da desigualdade e, conseqüentemente da exclusão dos sujeitos. Algumas pessoas como pobres, mendigos e outros, são pessoas estigmatizadas socialmente e sofrem diante da exclusão ou até mesmo da inclusão perversa que são submetidos por serem inseridos perversamente no mercado do consumo para assim movimentar e contribuir para o crescimento do capitalismo. Coloca-se como gerador dessa exclusão social o processo de urbanização mal feito, onde uns possuem acesso à qualidade de serviços e outros não, ou quando os tem é de péssima qualidade. Da mesma forma a modernização, onde são feitos os produtos ao mesmo tempo em que a mídia tem o poder de divulgar os mesmo como necessários para sua vida, dessa forma, mesmo que o sujeito não tenha condições de comprá-lo, você vai trabalhar em função de obter esse objeto e assim se ver "incluído" (inclusão perversa) dentro dessa sociedade e padrões estabelecidos pela mídia. Em síntese, "a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte construtiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros." (Sawaia, 2009, p.09).

O assentamento Serra da Santa Cruz tem como finalidade incluir os sujeitos excluídos socialmente, por viverem em péssimas condições de vida, pobreza, privação de alimentos, moradia, entre outros aspectos excludentes. A inclusão constitui no processo de incluir o sujeito como igual na sociedade, possibilitando mais acesso e igualdade ao mesmo. No entanto, o que presenciamos no processo de inclusão, na maioria das vezes, e neste caso na Serra da Santa Cruz é uma inclusão perversa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LEFEBVRE, Henry (1901). **O direito à cidade**. São Paulo. Centauro. 2001.
- RATTNER, Henrique. (1979). **Planejamento e bem estar - social**. São Paulo. Editora Perspectiva. 1979.
- ROLNIK, Raquel. (2006). A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – Avanços e desafios. **IPEA**, políticas sociais, acompanhamento e análise, 12, 2006.
- SANTOS, Milton. (1926 – 2001). **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2012.
- SANTOS, Milton. (1926 – 2001). **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana em espaços subdesenvolvidos**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2012.
- VERAS, Maura. Exclusão Social – um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Editora Vozes: Petrópolis, 2001.





FLEXIBILIDADE NA HABITAÇÃO CONTEMPORÂNEA Estratégias projetuais

Liziane de Oliveira Jorge¹
Nirce Saffer Medvedovski²
Hélen Vanessa Kerkhoff³

Palavras-chave: Flexibilidade, adaptabilidade, habitação contemporânea, modos de vida, novos arranjos familiares.

A moradia contemporânea, consagrada pela profusão do modelo habitacional em massa, absorve um protagonismo no desenvolvimento dos centros urbanos, condição motivada por quesitos econômicos que associam o valor da terra, o consumo do território e, em muitos casos, a renovação urbana indispensável para ceder lugar aos edifícios de apartamento, tipologia preferida pelo mercado imobiliário.

O legado da modernidade na produção de edifícios de apartamento pode ser apontado como um álibi influente para justificar a política habitacional obtusa da atualidade, que impõe ao usuário um modo de vida institucionalizado, controlado e prescritivo. Apesar dos avanços incontestáveis do modernismo aos desafios urbanos e arquitetônicos do início do século XX, a normatização excessiva, a previsibilidade de funções e a margem mínima para adaptação do espaço físico, são mandamentos que comprometem o atendimento de suas necessidades mutantes ao longo do ciclo de vida familiar, bem como a liberdade de uso, a espontaneidade e o bem-estar do usuário.

Esse artigo tem por objetivo discutir estratégias projetuais na habitação, buscando alternativas de enfrentamento à obsolescência programada pelo mercado, bem como refletir sobre a necessária superação do modelo modernista de habitação mínima baseada num suposto “homem ideal”.

A superação da funcionalidade permanente, restrita e controlada, é uma necessidade emergente da sociedade contemporânea, constituída por tipos familiares heterogêneos, por novos papéis a serem distribuídos, nos afazeres domésticos, pelos avanços tecnológicos que se traduzem em novas atividades, hábitos e equipamentos; pela individualidade dos moradores; e, ainda, pela mobilidade espacial, acentuada especialmente pelas oportunidades no mercado de trabalho e estudo. A flexibilidade, recurso promissor de conciliação do usuário com o espaço físico, pode ser um instrumento essencial para equilibrar as necessidades dos indivíduos e conduzir à

¹Universidade Federal de Pelotas. lizianej@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas. nirce.sul@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas. helenvkerkhoff@hotmail.com





modificação de uso, condição indispensável à realidade doméstica atual e à natureza humana.

É unanimidade afirmar que a habitação coletiva, bem material mais desejado pela instituição familiar, é produzida e comercializada principalmente pelo setor privado, movimentando uma economia complexa, que envolve inúmeros agentes: proprietários de terras, empreiteiras, incorporadores, construtores, arquitetos, engenheiros, fabricantes, fornecedores, trabalhadores especializados e outros. Essa colossal indústria da construção, setor que movimenta a economia e gera inúmeros empregos, necessita de uma constante demanda para manter-se em atividade. O estado de obsolescência e *inflexibilidade*, segundo Till e Schneider (2007), é uma condição inevitável para alimentar o ciclo do mercado habitacional e reforçar a tendência reducionista de pensar a habitação como um produto de consumo em constante substituição. Perturbar essa ordem requer uma ampla revisão, no setor econômico, social e cultural, começando pela conscientização perante o espaço urbano, os recursos naturais, os custos envolvidos e os impactos no território.

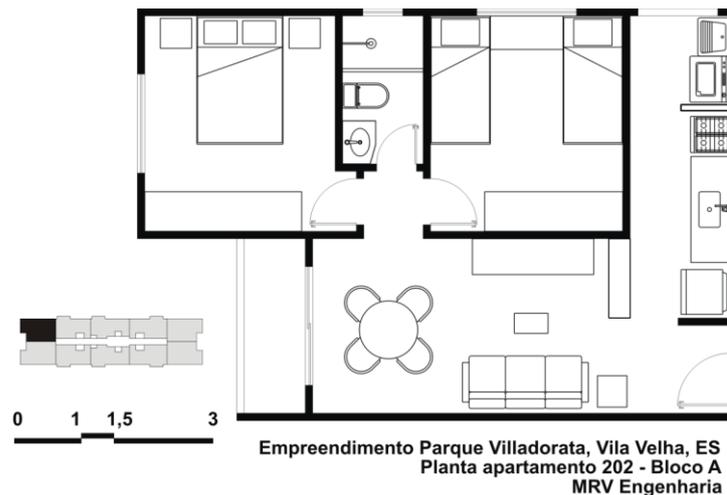


Figura 1 - Empreendimento Parque Villadorata, Vila Velha, ES, MRV Engenharia, 2011. Exemplo típico que adota os preceitos do *existenzminimum*. Fonte: Planta adaptada de folheto publicitário, com reprodução da sugestão de layout proposta pela construtora.

A discussão acerca dos benefícios proporcionados pela flexibilidade é de extrema importância para alçar a habitação como um bem material que deve ser capaz de manter o equilíbrio funcional e emocional dos moradores por um longo período de tempo. A substituição de uma posição de imediatismo e controle arquitetônico para uma durabilidade habitacional satisfatória acontecerá apenas se o morador conseguir adequar a habitação às suas necessidades. O grau de flexibilidade que a habitação precisa alcançar é inversamente proporcional à área disponível das unidades, ou seja, quanto menor for o espaço da habitação, mais necessária é a necessidade de dotá-las de múltiplos instrumentos de flexibilidade.





Muito mais do que um mero instrumento de manutenção, a flexibilidade pode assegurar a durabilidade da habitação e a satisfação do morador, com instrumentos variados que atuam, no espaço interior, na envolvente exterior, na inserção de comodidades, de novos usos e de significados. Alguns instrumentos, como a ampliação, a remodelagem e a adaptabilidade, destacam-se por alargar a vida útil do edifício. A remodelagem, pode incluir a atualização de fachadas e acabamentos, atuando nas qualidades estéticas e na possibilidade de personalização do edifício; a adaptabilidade do espaço interno das unidades deve considerar o deslocamento de divisórias e a reconfiguração de ambientes, entretanto, é mais difícil se o espaço interior apresenta alvenarias estruturais, solução usual adotado pelas construtoras. Em se tratando de equipamentos mecânicos, a previsão de acréscimos de elevadores em intervenções futuras, a partir de uma visão prospectiva, orientada às necessidades de uma sociedade em vias de envelhecimento, é indispensável para proporcionar mais comodidade ao cotidiano; quanto à ampliação do edifício, é possível pensá-la tanto na posição vertical quanto na horizontal; no caso de acréscimos verticais, podem-se evitar gastos e transtornos se a estrutura original for pensada de maneira a aceitar pisos adicionais sem sobrecarga estrutural, e que os elevadores, escadas e sistemas mecânicos tenham sido pensados desde o princípio para servir à expansão (ALLEN, 2008, p. 234).

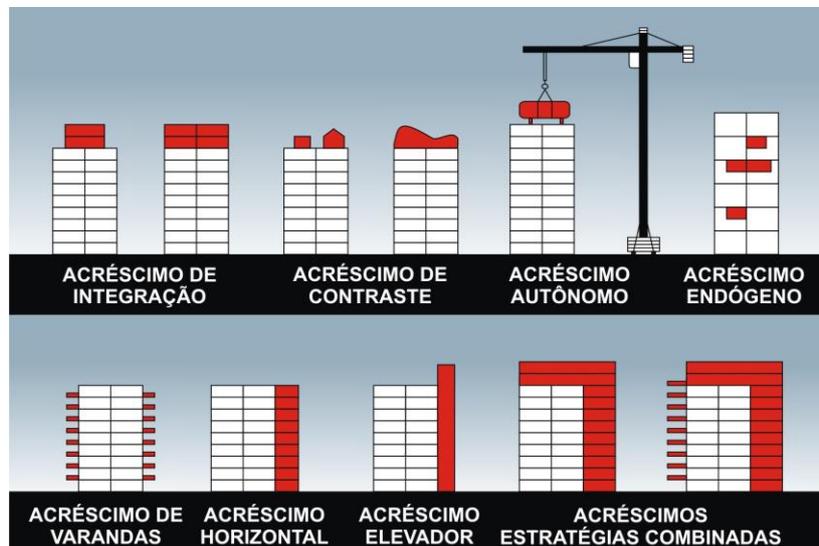


Figura 2 - Esquemas de flexibilidade em edifícios coletivos, com ênfase no acréscimo de área útil, equipamentos mecânicos e varandas. Adições verticais, horizontais, espontâneas ou programadas. Corpos parasitários, complementações harmônicas e interferência na paisagem urbana. Fonte: JORGE (2012).

As estratégias de flexibilidade estabelecem relação em dois gêneros de atuação, evidenciando ações de domínio pontual ou territorial: na renovação de edifícios existentes, com a manutenção da função original; ou na transformação de





edifícios com inclusão de novas funcionalidades e modificação da função original. Em termos urbanísticos, as transformações podem atingir grandes dimensões, que correspondem à complexidade de operações urbanas e requalificação de zonas ociosas, subutilizadas ou mesmo deterioradas, sendo recorrentes na reconversão de antigas áreas industriais e na recuperação de centros urbanos autênticos. O esvaziamento e o abandono dessas áreas, destituídas de suas funções econômicas e político-administrativas, acaba por corroer os edifícios, que podem permanecer abandonados e ociosos por décadas. No caso de alterações funcionais, a absorção do uso residencial em edifícios não residenciais é favorecida pela configuração da planta neutra, com poucas subdivisões verticais ou pela modulação, soluções típicas adotadas para edifícios de escritório; ou pelo aproveitamento de grandes estruturas que incentivam a refuncionalização.

Alguns instrumentos procedem de uma revisão, nas abordagens conceituais da habitação, como o reconhecimento da fusão de múltiplas atividades em um único espaço multifuncional que permita a sobreposição de atividades de lazer, entretenimento, descanso, trabalho; ou o desaparecimento de cômodos especializados, que não condizem mais com a realidade doméstica atual.

Segundo Ascher (2010), o sujeito contemporâneo é complexo e plural: além de ser influenciado pelas mídias, pelos modismos, pelas novas telecomunicações e tecnologias, permanece inserido em uma família plural, que já não pode mais aceitar um presente desprovido de adaptabilidade constante. Ciente da natureza individual e diversa dos diferentes atores sociais, a cidade e o *habitat* devem ser capazes de aceitar a instabilidade vigente, a incerteza, e abandonar a previsibilidade, a repetição e a prescrição, e o espaço de moradia, deve ser capaz de responder a essa dinâmica. Em novas edificações, a flexibilidade planejada impulsiona a capacidade da habitação em absorver novos conteúdos, significados e comportamentos, e o potencial de regeneração necessário à dinâmica contemporânea. O objetivo máximo é a satisfação do morador, condição necessária para garantir a sua permanência, na unidade, bem como promover uma durabilidade prolongada ao edifício.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Edward. **Cómo funciona um edifício. Principios elementales.** Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo.** Trad. Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- JORGE, Liziane de Oliveira. **Estratégias de flexibilidade na habitação multifamiliar.** Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2012.
- SCHNEIDER, Tatjana; TILL, Jeremy. **Flexible housing.** Oxford: Architectural Press, 2007.





CARTOGRAFIA DA FRONTEIRA EM CIDADES PEQUENAS: O CASO DE ACEGUÁ/BR E ACEGUA/UY

Luana Pavan Detoni¹
Eduardo Rocha²

Palavras-chave: Cartografia; Fronteira; Cidade pequena.

INTRODUÇÃO

Este ensaio versa sobre uma experiência da cartografia sentimental (ROLNIK, 1989) – metodologia de pesquisa e intervenção – que se atém em acompanhar os processos de subjetivação (FOUCAULT, 1995) constituídos nas pequenas cidades Aceguá - Acegua, território de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Desde a aproximação entre as teorias do urbanismo contemporâneo e da filosofia da diferença, busca-se abordar as adversidades da arquitetura e urbanismo, quanto à apreensão da fronteira no território das cidades pequenas.

Para Gilles Deleuze (1997), o sentido está na fronteira, em vez de nas alturas ou nas profundidades; importa a superfície de contato. Por meio da fronteira a dicotomia se estende e dissemina as partes. O conceito de fronteira, sentido mais denso, como coexistência e correspondência, estados-de-vida-em-aberto-e-em-potência, foi agenciado na própria fronteira geográfica entre os dois países e também na dicotomia que acompanha as cidades pequenas, como por exemplo o limite entre campo e cidade, rural e urbano. Além dos sentidos comuns de cidade pequena e fronteira, avessos aos receptáculos de padrões, interessam os acontecimentos, a potência da diferença e o devir urbano.

A apreensão das cidades pequenas da fronteira, a partir da cartografia sentimental das cidades Aceguá - Acegua, foi traçada por processos rizomáticos (DELEUZE e GUATTARI, 1995), numa experiência de pedagogia da viagem, quando um grupo multidisciplinar percorreu as cidades da fronteira Brasil-Uruguai durante seis dias consecutivos. Os viajantes-nômades-pesquisadores, nesse percurso pela fronteira, puderam vivenciar o entre e as frestas nas cidades, através de uma experiência corporal que provocou marcas tanto em si quanto no corpo desse território.

¹ Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ UFPel. E-mail luanadetoni@gmail.com

² Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ UFPel. E-mail amigodudu@yahoo.com.br





Na ordem da complexidade e das multiplicidades, ocasionalmente puderam se expressar relações menores, provocando outros modos de vida; sendo estes, modos de subjetivação, compreendidos pela escolha estética e política que acolhe um determinado tipo de existência. As fronteiras concebidas na contemporaneidade como territórios de transformação, regidos pela multiplicidade, zona de experiência, lugar-não-lugar-comum de experimentação, são territórios resultantes do contágio entre heterogêneos.

CARTOGRAFIA DA FRONTEIRA

A fronteira vista pela lógica da multiplicidade não existe em outro plano que não seja o dos processos rizomáticos. Segundo o princípio de cartografia de Deleuze e Guattari (1995), o rizoma não possui uma estrutura passível de reprodução ou decalque. Aveso à busca de respostas ou motivos, definição e representação, não é possível delinear eixos genéricos ou estruturas gerativas. Acompanhar os processos requer um mapa, desenho movente que possui entradas múltiplas e diversidade de forma; pode se apresentar como desenho, escrita, obra de arte, ação política. A cartografia é sempre desmontável, reversível, conectável em qualquer uma de suas dimensões e pode ser produzida por um indivíduo, um grupo ou uma formação social.

A cartografia da fronteira foi traçada a partir de uma experiência da pedagogia da viagem. Através do projeto “O Para-formal na fronteira Brasil-Uruguay: controvérsias e mediações no espaço público”, financiado pelo Edital Universal CNPQ 2014, um grupo de 22 viajantes-nômades-pesquisadores (estudantes, professores e profissionais) de diversas áreas do conhecimento (arquitetura, urbanismo, artes visuais, engenharia, nutrição, geologia, sociologia, letras, música e história) percorreu o território da fronteira Brasil - Uruguai. Partindo da cidade de Pelotas rumo às cidades gêmeas Chuí - Chuy, Jaguarão - Rio Branco, Santana do Livramento - Rivera, Quaraí - Artigas, Barra do Quaraí - Bella Unión e Aceguá – Acegua, durante seis dias os pesquisadores foram estrangeiros e errantes, seguindo uma (i)lógica contínua.

A viagem cria possibilidades de apreender a vida, a ciência e a educação além do pensamento dicotômico, cujos termos permitem somente dois extremos como por exemplo o claro e o escuro, visto na pedagogia tradicional das escolas. A pedagogia da viagem, baseada em Popkewitz (2001), aconselha a busca por perguntas, uma vez que as respostas não as extinguem ou reduzem. Esta pedagogia da experiência do entre, da fresta nas cidades, da ordem da complexidade e das multiplicidades, ocasionalmente pode expressar relações menores, desterritorializantes, provocando encontros, acontecimentos e outros modos de vida.





ACEGUÁ/ACEGUA, CIDADE PEQUENA NA FRONTEIRA

A origem das cidades é um tema obscuro, várias são as histórias contadas. O início do núcleo urbano das cidades gêmeas Aceguá - Acegua, não diferente desse contexto, atesta várias anunciações. Conforme seu topônimo, na língua tupi-guarani, significa "local de descanso eterno" (MOURA, 2010), o que provavelmente indica o local de um cemitério indígena, sendo os primeiros habitantes desse território os índios charruas, guenoas e minuanos. Lewis Mumford (1961) afirma que a cidade dos mortos antecedeu a cidade dos vivos. Os mortos foram os primeiros a se fixar e deram origem à propriedade da terra, que cultuada pelos ritos dos vivos estabeleceu umas das primeiras constituições sociais sobre o espaço, as necrópoles.

Nos contos populares da região aparece outra elucidação da origem desse aglomerado urbano, também acerca do seu topônimo, em razão dos contrabandistas uruguaios e brasileiros que circulavam com mercadorias pelos caminhos rurais para fugir da fiscalização, "*El Camino de Los Quileros*". Eles, ao passar pelos cerros, escutavam o uivo dos lobos da pequena espécie denominada Guará ou Sorro, e diziam: "*Hay um bicho que hace guá*".

A dicotomia presente nos sentidos desse território: Aceguá - Acegua, campo - cidade, também aparece nos contos de sua origem: repouso - movimento, parada - passagem. A fronteira transborda os limites, enquanto movimento, potência, dormência, ebulição, e os ressignifica. Embora, a maior parte dos dados históricos e geográficos sejam a respeito do território brasileiro, a leitura dessas cidades pode ser vista de forma diluída, destaca-se que o importante é a superfície, o contato. Sem um limite físico perceptível (Figura 1), ao caminhar pelas cidades não é possível distinguir o território pelos países que o compõe. Uma vez que os limites visuais são mais perceptíveis entre as paisagens urbanas, ainda que com caráter rural: ruas de chão batido e as paisagens de campo, do horizonte pampeano. A experiência da pedagogia da viagem em Aceguá - Acegua remete a uma cidade única, repleta de singularidades.



Figura 1: Linha de fronteira Aceguá-BR/Acegua-UY. Fonte: Gustavo Reginato, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse ensaio abre as fronteiras para uma metodologia da diferença, que não desfaz os estudos existentes, mas cria um novo olhar sobre os territórios das cidades





pequenas. O território sendo uma noção geográfica, mas antes uma noção de poder, designa as relações de força e de resistência que permeiam um determinado espaço e tempo. Essas relações de subjetividades são matéria-prima para qualquer produção. Contudo, o que é produzido em uma sociedade tem sentido para determinado sujeito e para a sua cultura, enquanto em outro contexto é apenas um objeto estranho.

O sujeito, ao mesmo tempo em que se subjetiva ao fazer a experiência de si, também é subjetivado conforme as condições externas de possibilidade de seu tempo e de cultura, fato que questiona uma suposta autonomia e liberdade dentro da responsabilização individual, afinal o sujeito só existe nas relações, como na relação com a cidade que habita. Os modos de subjetivação e de objetivação não são independentes uns dos outros, seu desenvolvimento é mútuo.

A experiência cartográfica da pedagogia da viagem nas pequenas cidades da fronteira Aceguá - Acegua expõe um território único e repleto de singularidades, que transborda os limites. Resignificando a cidade pequena como fronteira, movimento, potência, dormência e ebulição.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MOURA FILHO, José Luiz de. **Multiterritorialidade em regiões transfronteiriças: estudo de duas cidades gêmeas na fronteira Brasil/Uruguai**. Tese de Doutorado. Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UNISC. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/384/1/JoseMFilho.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2016 (2010).

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

POPKEWITZ, Thomas S. **Lutando em defesa da alma**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.





SOBRE O CONCEITO DE TIPO E O ESTUDO DE TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

Lucas Boeira Bittencout¹
Sylvio Arnoldo Dick Jantzen²

Palavras-chave: Arquitetura; Tipo; Fronteira.

INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte do projeto de extensão *Preservação de patrimônio edificado na fronteira Brasil-Uruguai*, (Proext 2016) desenvolvido entre o NEAB (Núcleo de estudos de arquitetura brasileira) e o LABURB (Laboratório de urbanismo) da FAURB - UFPel. O projeto contemplará as cidades de Jaguarão (BR) e Rio Branco (UY), Chuí (BR) e Chuy (UY). O texto consiste nos estudos dedicados a um subprojeto deste edital. Trata de tipologias arquitetônicas, o conceito de tipo na teoria da arquitetura, e sua aplicação no estudo da paisagem cultural de cidades da fronteira sul do Brasil.

A pesquisa no campo tipológico admite etapas em seu processo, a saber: identificação, análise, classificação de tipologias arquitetônicas tradicionais (eruditas e vernaculares), e um desdobramento desta teoria em uma prática de projeto. Operar projetualmente com tipos é uma etapa posterior às categorias de identificação e classificação, porém é fundamental. Esta pesquisa espera definir além de classificações tipológicas, alguns procedimentos que funcionem como prática de projeto em cidades históricas.

Além dos tipos tradicionais há ainda a “questão” dos tipos não tradicionais, tipos construtivos próprios da contemporaneidade nas cidades, e que trazem o seguinte questionamento no âmbito do estudo da paisagem da cidade: como classificar a arquitetura, e, principalmente, como classificar a arquitetura do nosso tempo? Além disso, como intervir em centros urbanos históricos, seja na escala do edifício como na escala da cidade? Não se pretende responder sumariamente a todas essas questões, ou então solucionar o problema da preservação patrimonial em cidades de interesse histórico. Porém algumas soluções deverão ser apontadas, e o método tipológico servirá para elucidar essas questões.

¹Faculdade de Arquitetura e Urbanismo —UFPel.lucas.faurb@gmail.com

²Faculdade de Arquitetura e Urbanismo —UFPel.mundo.dick@gmail.com





NOÇÕES PRELIMINARES DO CONCEITO DE TIPO NA ARQUITETURA

A questão tipológica faz parte do desenvolvimento da arquitetura através do tempo. Os tipos primitivos de construções humanas foram sendo adaptados e ajustados ao longo dos anos, decorrentes de diferentes configurações formais e necessidades sociais. Tipologia é um dos conceitos estruturais da teoria da arquitetura. Resultou em diferentes investidas teóricas ao longo da história, e também em uma ampla aplicação prática no projeto de arquitetura. O conceito de tipo, em si, vem da filosofia clássica. Para Platão tipo é uma forma de a mente organizar a si mesma e ao mundo. Uma ideia que tem características próprias. Assim, identificando-se características próprias se dá lugar a um tipo.

Em arquitetura o conceito de tipo já havia sido discutido pelos arquitetos do Renascimento nos séculos XV e XVI, porém tratava-se de um conceito pouco operativo nas práticas projetuais e teóricas da época. Este conceito só veio a ser objetivamente definido por Quatremère de Quincy (1755—1849), teórico francês da arquitetura, durante o Iluminismo. O tipo em si é uma abstração formal. Um esquema ordenador da forma arquitetônica, presente ao longo do curso da história da arquitetura, desde suas formas primitivas até suas construções mais complexas. (QUINCY, 1985).

A ideia de tipo na arquitetura estaria também ligada a sua essência, numa tentativa de orientar o sentido da arquitetura. Sobre esta não haveria muito consenso, porém Nesbitt estabelece três elementos indissociáveis: tipo, função e tectônica, que poderiam estar relacionados à tríade vitruviana: prazer (beleza ou forma ideal), comodidade (utilidade ou adequação) e firmeza (durabilidade). Sobre o tipo: pode ser associado aos seguintes termos: a função quando trata de tipos baseados no uso; à tectônica, quando se refere a sistemas estruturais; ou como um “catálogo” de soluções gerais pré-definidas para problemas arquitetônicos. Essa última associação estaria mais ligada a forma. Definido desse modo, tipo estaria ligado a uma ideia de estrutura profunda da linguagem, ou o que Derrida chamou de “arquitetura da arquitetura”. (NESBITT, 2008).

Tipo e tipologia nesse caso sempre admitem uma aproximação com as teorias da linguagem, por se tratar de uma tentativa de definição do problema essencial da disciplina: fazer sentido, através da expressão forma-conteúdo. Nesse caso também é atribuída ao tipo a capacidade de comunicação de significado, devido ao seu caráter predominante, a forma.

Outra questão do estudo de tipos em arquitetura é sua relação com a história. Percebido consciente ou inconsciente o tipo cria uma relação de continuidade com a história, conferindo inteligibilidade a edifícios ou cidades. Apesar disso os tipos são genéricos demais para a imitação, sendo inclusive destituídos de estilo. Portanto a





invenção sempre assume um campo maior no processo projetual. Tipo então definido como a estrutura interior de uma forma, um princípio que assume infinita possibilidade de variação formal e de eventual modificação da estrutura do tipo em si mesma. (NESBITT, 2008).

O modernismo desejava uma ruptura radical com a história da disciplina. O Movimento Moderno não deu o devido interesse as questões das tipologias no projeto de arquitetura. Nas cidades da América Latina, no Brasil, por exemplo, o que se vê atualmente é um panorama urbano confuso em termos tipológicos. Não se soube preservar os centros históricos, nem consolidar as proposições formais do Movimento Moderno em sua totalidade. O resultado é a confusão formal, e também tipológica, de nossas cidades.

As tendências da pós-modernidade no campo da arquitetura estiveram motivadas a superar esta teoria modernista. Há uma *crise desentido* na disciplina, como um todo, e a ampla abertura para diferentes paradigmas críticos, dentre eles a teoria tipológica, que objetivaram essa crítica. Isso ocorreu a partir dos anos 1960. (NESBITT, 2008).

Alguns arquitetos e teóricos da arquitetura aderiram segmento à investigação sobre a aplicabilidade deste conceito. Para o espanhol Rafael Moneo (1937—), tipo seria uma estrutura profunda da forma, que admitiria variações. Uma maneira de se pensar em grupos, basicamente. (MONEO, 1975).

Para Aldo Rossi (1931—1997) o estudo dos tipos em arquitetura deve estar alinhado ao estudo dos tipos urbanos que compõe a cidade. Tipologia se converte em processo de projeto que adota analogias formais, no caso com as formas tradicionais da estrutura da cidade. Analogia para Rossi é basicamente se pensar em tipos do passado, porém em um processo que admite acordos e correções da forma, inventivamente, pelo arquiteto. (ROSSI, 2010).

ARQUITETURA E PROCESSO COGNITIVO

Os tipos arquitetônicos resultam do esforço do homem em tornar inteligível a estrutura e organização do mundo, essencialmente o mundo das formas. (ARÍS, 1993).

Sobre a forma: é a maneira como aparece ao sujeito receptor o “mundo” dos objetos. O arquiteto argentino Alfonso Corona Martínez (1935—2013) estabelece para esse mecanismo de apreensão dois objetos paralelos: aparência e estrutura formal. A primeira está na apreensão do objeto, sua forma, e as coordenações da visão, que orientará os demais sentidos. A segunda nas relações de explicação e descrição do objeto, que seriam uma etapa posterior do processo. É a estrutura formal um objeto paralelo, uma abstração, produto da reflexão sobre aquilo que se está a contemplar. O primeiro conhecimento oriundo do objeto arquitetônico vem de sua percepção. É a primeira captação do significado do edifício. O segundo é a subjetividade que funciona





como um filtro perceptivo do mundo que nos cerca, e admite níveis distintos entre cada indivíduo. O processo perceptivo é a interação entre sujeito e objeto. Sendo a percepção um processo constante de reinterpretação do mundo. (MARTÍNEZ, 1969).

A semiologia tem parte nos processos de percepção e leitura da cidade no período pós-moderno. Roland Barthes (1915—1980) sugere uma leitura da cidade como um texto. Aplica um modelo linguístico que deriva das relações de significado entre objetos da cidade. Apesar da erosão na noção do léxico (a ruptura da cidade tradicional pela cidade modernista), para Barthes a cidade continuará sempre a significar. (NESBITT, 2008).

“Toda cidade é construída, feita por nós, um pouco a imagem do navio Argo, cujos pedaços foram sendo substituídos com o passar do tempo, mas que permaneceu para sempre o Argo, isto é, um conjunto de significados bem legíveis e identificáveis.” (NESBITT, 2008apud. BARTHES, 1967).

RESULTADOS PRÉVIOS E CONCLUSÃO

Foram realizadas visitas exploratórias às cidades, com registros fotográficos e anotações gráficas em cadernetas e blocos. Em campo houve uma apreensão subjetiva do ambiente da cidade. Esta metodologia de apreensão da cidade funciona como um processo cognitivo. A fotografia e o desenho são as ferramentas para isso. Um filtro que demonstra características específicas do ambiente urbano, a partir do movimento de cada envolvido no processo. O aspecto importante deste estudo é a descrição de uma paisagem cultural arquitetônica própria da fronteira Brasil-Uruguaí. Podem-se observar tipos arquitetônicos específicos desta paisagem, como é o caso da tipologia denominada “cachorro-sentado”, e que foi percebida nas quatro cidades de estudo deste projeto. A inclusão da fronteira Brasil-Uruguaí e seu caráter cultural evidencia a presença de tipos arquitetônicos próprios desta paisagem, e é, sobretudo, um avanço importante nos estudos de tipologias arquitetônicas no sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARÍS, Carlos Martí. **Las variaciones de la identidad: ensayo sobre el tipo enarquitectura**. Barcelona, Ediciones del Serbal, 1993.

MARTÍNEZ, Alfonso Corona. **Notas sobre el problema de la expresión enarquitectura**. Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1969.

MONEO, Rafael. **Ontology**. *Oppositions*. New York, v.13, p.22-44. 1978.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica**. São Paulo, Cosac&Naify, 2008.

QUINCY, Quatremère de. **Dizionario storico di architettura**. Venezia, Marsilio Editori, 1985.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo Martins Fontes, 2010.





O LAZER E A CIDADE: Notas para uma abordagem em geografia

Luis Henrique Ferreira Dias¹
Giovana Mendes de Oliveira²

Palavras-chave: Lazer; Cidade; Espaço público; Geografia.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é problematizar a prática do lazer como evento projetado e regulado pelo encontro entre distintos grupos sociais sobre o espaço público. Assim, postula-se que a proximidade física entre atores socialmente distantes não redunde na integração das diferenças, mas encerra modos de agir fragmentados e individualmente reconhecidos pelos protagonistas da atividade lúdica.

Espera-se, pois, fundamentar uma perspectiva teórica com a qual a prática do lazer possa ser afrontada como campo de ocorrência de um poder que articula tempo e espaço, e inflige dinâmicas específicas no tecido da cidade. Nesses termos, embora não se discuta quaisquer dados obtidos em campo, estes escritos não deixam de ter o *concreto vivido* como referente.

Explorar este universo temático se justifica no entendimento de que a geografia tem a dizer sobre uma prática espacial potencialmente realizável por todo habitante da cidade, porém poluída pela superficialidade de estigmas ditados pelo capital. Portanto, em virtude da configuração espacial que podem expressar, as vicissitudes do encontro se fazem objeto de interesse da geografia.

Em linhas gerais, a intenção é ensaiar um acordo conceitual com as categorias espaço público, tempo disponível e cidade, tendo na hegemonia do capital o pano de fundo que tanto envolve como é tencionado pela prática do lazer. Visando a atender o proposto, recorre-se à pertinência analítica da variável tempo-espaço-território, a qual Saquet (2013) aludira como possibilidade de “orientação inicial para uma pesquisa da ciência geográfica”. E notadamente, acrescenta-se: no espaço socialmente percebido como público.

¹ Universidade Federal de Pelotas. l.enrique@r7.com

² Universidade Federal de Pelotas. geoliveira.ufpel@gmail.com





O LAZER E A CIDADE

Refletir sobre a lógica espacial dos encontros constitui-se em um desafio, “não só para geografia, mas também para todas as ciências e filosofias que se pretendam políticas e ativas”. (SERPA, 2011, p. 09) Deve-se analisar, então, a interdependência de dois aspectos: a dimensão material dos espaços públicos e a diversidade de teores das práticas sociais inscritas sobre os mesmos.

Em termos específicos, o lazer é “um conjunto de ocupações para as quais o indivíduo pode integrar-se de livre vontade”. (DUMAZEDIER, 1980, p.19) E ainda que se possa (e se deva) ampliar o entendimento acerca dessa *liberdade* ante a busca do lazer na cidade, o fato é que o exercício das atividades lúdicas é regido por escolhas pessoais mais ou menos requeridas por tendências sociais, o que implica no tempo disponível e o diferencia frontalmente do tempo coercitivo do trabalho.

Encarado como conteúdo de lazer, o encontro denota contradições que tendem a demarcar territórios no urbano ao contrapor uma dimensão simbólica à materialidade do espaço. Por outras palavras, o agir social em público conclama certas estéticas que dificilmente se encerram em si, mas que invariavelmente “exprimem sempre a posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social, a lógica da distinção”. (BOURDIEU, 2003, p. 17)

Tal aspecto é corroborado por Harvey (2006, p. 210), se “as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais, porque sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social”; desse modo, a prática do lazer na cidade suscita atitudes que indicam a sujeição das condutas coletivas aos ditames do capital.

Isso porque a cidade afirma a reprodução cotidiana de diversos grupos, classes e frações de classe, e ainda que as atuais questões urbanas pouco tenham a ver com as clássicas lutas operárias, a cidade constitui-se em campo privilegiado para tensões sociais refundadas pelo constante imiscuir das novas necessidades de consumo e de lazer.

E nesse contexto, “as necessidades já não são mais claras e fortes como eram nas sociedades rural e industrial, mas passaram a ser constituídas por um mosaico de pequenas necessidades”; (DE MASI, 2000, p. 212) assim, a racionalidade hegemônica parece surgir como um elemento molecular que redefine os embates sociais, ao tempo que dissimula a existência dos mesmos.

Resta, pois, a cidade como locus de um jogo entre necessidades econômicas e existenciais; nela os espíritos humanos estão potencialmente oprimidos pelo espectro do trabalho remunerado e do lazer como atividade social que a princípio não contribui para a conquista do dinheiro.





Ou seja, o sistema de valores da modernidade, que estrutura a atual sociedade urbana, tende a estigmatizar as possibilidades humanas dentro do tempo desobrigado das atividades consideradas economicamente produtivas.

Portanto, Carlos (2011, p. 12), é categórica ao afirmar que “as cidades de hoje pertencem ao capital”, enfatizando o postulado por meio de interessante analogia com a catedral, que, apesar de construída pelo homem, seria de propriedade divina. Pois a cidade, igualmente uma criação humana, é para a autora um espaço dominado pelo poder econômico, onde “a subjugação do homem às necessidades de reprodução do capital” é o dogma central a ser mantido, inclusive no lazer.

O tempo e o espaço na cidade estão imbricados por este mecanismo em que o sistema totalizante do capital coloniza as horas de lazer, seja preenchendo o tempo com o consumo de mercadorias ou de entretenimentos. Sendo assim, as pessoas tendem a buscar momentos consagrados a um reconhecimento público regulado pelo dinheiro. Esses momentos podem estar ligados a determinados espaços da cidade, em especial onde a territorialidade indique um modo ou estilo de vida economicamente superior.

A cidade pode assim ser pensada como um espaço para o exercício intenso da complexa arte de viver em sociedade, contra ou a favor de diferenças, na pluralidade individual passada em revista através do procedimento discursivo instaurado sobre a rua como tempo de permuta social. Isso referenda a importância crucial dos espaços públicos para materializar a perspectiva dos encontros, originando uma prática coletiva a partir de manifestações individuais.

Dessa maneira, o espaço urbano não é um palco passivo das atuações sociais, mas em verdade pode instituir o esquema territorial das ações desenroladas sobre o espaço durante um tempo socialmente determinado. Segundo Milton Santos,

essa é uma visão renovada da dialética concreta, e abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, desse modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade. Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos. (SANTOS, 2008, p.126)

Pelo exposto, é possível depreender a preocupação em torno do caráter ativo da materialidade do espaço sobre o movimento social. Pensando o espaço enquanto condição qualificadora da história, Santos (2008) postula que o mesmo desempenha um papel central na vida diária, pois o cotidiano é o recinto da verdade histórica; se a história de uma cidade pudesse ser submetida às lentes de algum microscópio, aquele hipotético observador estaria diante do cotidiano urbano e toda a diversidade de teores das práticas sociais que ele expressa.





E o ato do lazer, por seu turno, denota as condições mais gerais que delimitam territórios sobre os espaços públicos, pois pressupõe a presença de grupos distintos em um espaço e tempo socialmente reconhecidos e reafirmados por quem participa do encontro social.

CONCLUSÕES

Este texto procurou discorrer sobre o fato de o encontro ser por si um conteúdo de lazer na cidade. A partir disso, o encontro resta mediado por condições concretas e abstratas que configuram o espaço no tempo da ação.

Defendeu-se que o espaço público pode-se tornar um campo privilegiado para a aparição de constrangimentos, regras e condutas propícias a fragmentar o encontro por dentro, pois a apropriação espacial da cidade suscita tensões sociais calcadas nos imperativos individualizantes do capital.

E como o lazer é uma prática que pressupõe a livre reunião das pessoas sobre um mesmo espaço temporalmente apropriado, exercê-lo pode reproduzir verdadeiras muralhas simbólicas ao nível das relações sociais.

E por fim, concluiu-se que compartilhar de um espaço não significa neutralizar o imbricado cortejo da segmentação social e espacial dos encontros, pois o que torna o espaço um ente social é sempre uma relação de poder que poderá ou não se tornar territórios; de qualquer modo, na prática do lazer estão postas as condições capazes de dinamizar o espaço público da cidade.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. SP: SESC, 1980 (Série Lazer).
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.





A DESCARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO ATRAVÉS DE TRANSFORMAÇÕES URBANAS

O entorno como fronteira ao patrimônio histórico

Luise Tainá Dalla Libera¹

Isadora Roman Marsiglio²

Evanisa Fátima Reginato Quevedo Melo³

Palavras-chave: descaracterização; urbano; patrimônio; transformação; expansão.

INTRODUÇÃO

O crescimento urbano ocorrido no Brasil e no Rio Grande do Sul nas últimas décadas de forma acelerada e sem planejamento implica diretamente no potencial econômico e na construção do espaço urbano. De acordo com Grostein, 2001,

“O processo de urbanização brasileiro, na segunda metade do século XX, conduziu à formação de 12 regiões metropolitanas e 37 aglomerações urbanas não-metropolitanas, que concentram 47% da população do país. [...] Esses complexos metropolitanos compreendem municípios com funções complementares, gestão independente e capacidade financeira desigual. Estas características dificultam e condicionam o atendimento das demandas sociais e de infra-estrutura urbana que, na maioria dos casos, surgem da relação funcional entre municípios e dependem de soluções que extrapolam seus limites político-administrativos, equacionando-se na escala regional. [...]”

É possível perceber que o crescimento das áreas urbanas não está apenas condicionado ao incremento populacional, mas também vem sendo identificado como um processo autônomo e capaz de se manter independentemente da dinâmica de crescimento dos agentes sociais envolvidos, ou seja, a produção espacial constitui um processo produtivo e econômico em si, onde a alocação de recursos e invenção de novos lugares estão vinculadas à busca de lucro proveniente do aproveitamento de vantagens locacionais (SARAIVA, 2014).

A cidade de Passo Fundo, localizada ao norte do Rio Grande do Sul, também conhecida como capital do planalto médio sofreu um processo de urbanização muito intenso em um curto período de tempo, o que implicou em grandes modificações no

¹ Universidade de Passo Fundo. Isadora.roman@hotmail.com

² Universidade de Passo Fundo. luise_tdl@hotmail.com

³ Universidade de Passo Fundo. evanisa@upf.br





espaço urbano. A crescente urbanização tem modificado a paisagem das cidades pelo aumento das áreas construídas, adensamento populacional e intenso processo de migração. Nesse contexto o município de Passo Fundo tem estudos sobre a questão social e a expansão urbana (KALIL et al., 1998), demonstrando que a cidade precisa evoluir no estudo do Plano Diretor. Observa-se a influencia diretamente na qualidade dos espaços e na preservação de patrimônio histórico: com a emergente expansão, pontos que formam a identidade local dão lugar a empreendimentos mais lucrativos e a cidade sofre a perda das suas características.

A área de análise localiza-se no centro da cidade, entre as ruas Quinze de Novembro e Teixeira Soares, em proximidade à Avenida Brasil, principal via articuladora de fluxos da cidade, em sua parte mais antiga. O local abriga alguns dos prédios históricos de Passo Fundo, sendo eles o atual Teatro Municipal Múcio de Castro, o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, o Museu Histórico Regional e a Academia Passo-fundense de Letras, que compõem o Espaço Cultural Roseli DoléskiPretto. Quando os prédios foram construídos, no fim do século XIX e metade inicial do século XX, o entorno e cidade eram muito diferentes da época posterior à explosão urbana que ocorreu nos últimos quarenta anos. As edificações haviam sido inicialmente construídas para ser sede da Intendência Municipal e do Poder Judiciário e eram parte de um contexto urbano de época, conformando-se em uma cidade muito mais humana da que se observa atualmente.

Porém, nos últimos anos, a área sofreu um intenso processo de transformação. Muitas edificações antigas deram lugar a outras novas, em sua maioria em altura, modificando por completo a paisagem desta região da cidade. Permanecem até hoje os prédios previamente citados, relativamente descaracterizados pelas mudanças ocorridas no entorno. No ano de dois mil e dezesseis foi executado o projeto de revitalização do Espaço Cultural Roseli DoléskiPretto, introduzindo significantes melhorias na área quanto a seu caráter histórico, entretanto, a intervenção só foi realizada nos espaços públicos, sendo os privados os principais responsáveis pela perda de identidade da cidade. O estudo tem objetivo de esclarecer como as mudanças do entorno de uma área histórica da cidade a descaracterizam e ofuscam a área histórica e patrimonial e definir suas consequências aos usuários do espaço.

METODOLOGIA

Para análise da área de estudo foram utilizadas as informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo em seu *site* oficial, bem como consulta ao Arquivo Histórico de Passo Fundo. Os demais dados foram coletadas com visitas ao local, bem como uso de imagens do Google, realizando medições e levantamentos da atual situação da área.





RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao identificar a problemática da transformação extrema do entorno e o ofuscamento que realiza na área histórica da cidade, foi iniciado o levantamento da área em questão e seus estudos. A Figura 1 ilustra a transformação que a área sofreu com a expansão urbana. A maioria dos prédios existentes na área de estudo possui altura acima de quatro pavimentos, ou seja, tratam-se de edificações novas em altura que encobrem os três prédios históricos e lhes descontextualizam. De acordo com Romero (2006), a degradação do espaço urbano ocorre por vários motivos, entre eles a alteração extrema dos partidos urbanísticos, que se tornam totalmente descaracterizados, alteração das relações pública-privada e consequentemente a supressão da escala semipública, entre outros aspectos.

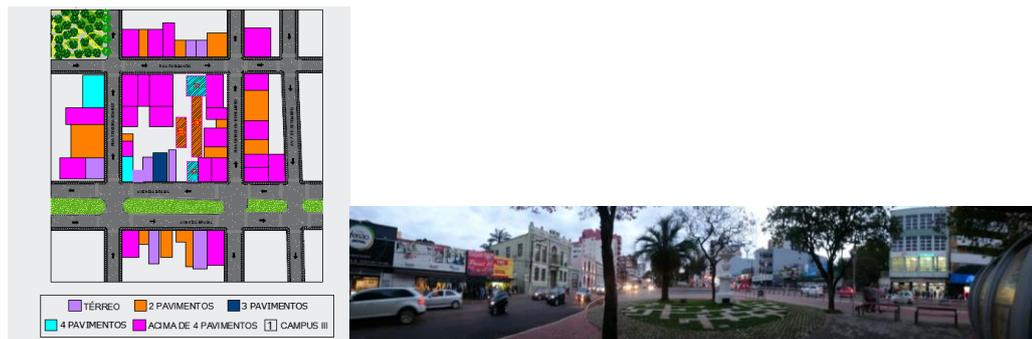


Figura 9: Identificação das alturas das edificações na área de estudo.

O aspecto gerado pela inserção dessas edificações em altura é de enclausuramento, muitas vezes ocultando e segregando uma área que serve como atração cultural à comunidade passo-fundense. Assim, a população perde contato com suas raízes e passa a fazer parte de um espaço urbano cada vez mais descaracterizado e desumano, negligenciando a dimensão humana (Jah Gehl, 2014). Considerando que o espaço público, segundo Romero (2006), deveria possibilitar a integração e coesão social, o que resultaria em uma cidade mais democrática e na preservação de sua memória e cultura, percebe-se que, na realidade, a transformação urbana em si compõe uma fronteira ao patrimônio histórico e ao seu relacionamento com a população. O que ocorreu no centro de Passo Fundo nas últimas décadas, apesar de representar seu crescimento econômico, compõe uma realidade de perda de memória e degradação do espaço urbano.

O desenho urbano deve considerar a escala, que relaciona espaço edificado e ambiente com o homem e suas necessidades. A escala deve seguir essa relação como parâmetro, para ser possível a existência de uma cidade sustentável e participativa (SILVA E ROMERO, 2011). É, portanto, questionável como as transformações morfológicas de Passo Fundo relacionam-se com a escala humana e





a memória da cidade, procurando encontrar padrões morfológicos na conformação urbana decorrentes da forma que a cidade vem assumindo a partir do seu crescimento espacial e econômico.

CONCLUSÕES

Viver em uma cidade vai além de percepções visuais e físicas: o espaço urbano agrega memórias e história e desperta sensações além das percebidas pelos órgãos sensoriais, tratando-se da percepção de segurança, conforto, pertencimento. Considerando esse aspecto, não seria indulgente ignorar as necessidades pessoais dos habitantes e continuar construindo espaços separadores, sem qualidade e sem preocupação de vivência? Segregar áreas representativas da cidade, considerando que a expansão urbana da cidade culminou na destruição de muitos locais representativos de sua própria cultura, traz interferências na vida da comunidade que deixa de perceber o espaço como parte de sua identidade própria. As mudanças urbanas recorrentes atualmente distanciam ainda mais a cidade de intenções sustentáveis e integradoras e contribuem cada vez menos com os ideais de cidade pensada para as pessoas.

REFERÊNCIAS

- GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis"**. São Paulo em Perspectiva, v.15, n.1, 2001, São Paulo.
- GHEL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- KALIL, R. (et al.). Migração e urbanização: o caso da região de Passo Fundo. In: DALMORO, S. M. (Org) **Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1998.
- ROMERO, M. A. B. **O desafio da construção de cidades**. AU – Arquitetura e Urbanismo, ed. 142, 2006.
- SARAIVA, M. **Simulação de crescimento urbano em espaços celulares com a medida de acessibilidade: método e estudo de caso em cidades do sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado UFPEL PROGRAU. Pelotas. 2013.
- SILVA, G. J. A.; ROMERO, M. A. B. **O urbanismo sustentável no Brasil: a revisão de conceitos urbanos para o século XXI**. Arquitectos, ano 11, 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/11.129/3499>>. Acesso em: 29 de set. de 2016.





MURO BRANCO, POVO MUDO Um olhar cartográfico sobre a Pixação

Luiza Caetano Affonso¹
Monique Navarro Souza²

Palavras-chave: Pixação; Cartografia; Pixo; Muro; Cidade.

O presente texto refere-se ao resumo do artigo que intenta investigar o fenômeno da pixação³ e seus desdobramentos psicossociais, éticos e políticos. A pesquisa situa-se na área da Psicologia Social e tem no método cartográfico possibilidades de adentrar o universo da pixação com diferentes entradas e saídas, e acompanhando a multiplicidade dessa manifestação urbana. Rompendo com uma ideia de pesquisador-objeto dissociados um do outro, a cartografia abre passagem para as implicações e para “às estratégias de formações do desejo no campo social” (ROLNIK, 2006). A psicoterapeuta e autora do livro *‘Cartografia Sentimental - Transformações contemporâneas do desejo’* Suely Rolnik, em relação a prática do cartógrafo, afirma: “todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas” (ROLNIK, 2006). Dessa forma, a pixação pode ser entendida como um limiar potente para a experimentação e de forte capacidade problematizadora do campo social. A investigação encontra-se em andamento e está vinculada ao grupo de pesquisa “TELURICA - Territórios de Experimentação em Limiares Urbanos e Rurais: In(ter)venções em Coexistências Autorais sob a orientação do professor de Psicologia Social e Doutor em Educação José Ricardo Kreutz.

Dentre as diversas questões que a pixação levanta na sociedade contemporânea brasileira, talvez a mais pontual seja referente ao espaço urbano e nossa percepção sobre o mesmo. Esse questionamento se desdobra em uma rede de linhas com bifurcações que permitem investigar as estratégias de invenção de vida e produção de subjetividade presentes na cultura do pixo. Nesse sentido, uma linha de entrada é a observação dos muros e fachadas e a escuta do que eles têm a dizer historicamente no país.

¹Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas. luiza.affonso@hotmail.com.

²Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas. moniquenavarro0410@gmail.com.

³Irei utilizar neste artigo a grafia da palavra pixação, com “x”, e não com “ch”, conforme rege a ortografia oficial, em respeito ao modo como os pixadores escrevem o termo que designa sua prática. Diferenciando-se, assim, do sentido comum atribuído pela norma culta e mantendo o seu caráter transgressor e autônomo.





O limiar da pixação propõe uma reflexão acerca daquilo que é entendido enquanto atividade ilegal, crime ou vandalismo, e o que pode ser interpretado como manifesto, arte de rua, ou potência de resistência e criação que reside na desordem e possibilita uma rede de relações que podem estabelecer um nexos entre elementos heterogêneos da realidade. No Brasil, desde a censura imposta pela ditadura militar, o picho de cunho político ressignifica os muros da cidade, transformando-a em uma espécie de mídia alternativa. Essa linha nos abre uma pergunta que pode ser um novo caminho de inserção: “qual pixação não é política?”. Sobre essa questão, a filósofa e pesquisadora Marcia Tiburi afirma:

Uma leitura da pixação que veja nela a mera ofensa ao branco perderá de vista a negação filosófica do branco que é exercida pela pixação. A pixação eleva o muro a campo de experiência, faz dele algo mais do que parede separadora de territórios. Mais do que propriedade invadida é a própria questão da propriedade quanto ao que se vê que é posta em xeque. (TIBURI, 2010)

De acordo com o pixador, documentarista e integrante do MAPU (Movimento Artístico Periférico Urbano), Djanlvson “o picho não inutiliza uma parede, um muro. O muro continua apto a cumprir sua função. Mas seu significado muda”. Nessa perspectiva, a linguagem dos muros brancos também fala, da mesma maneira que uma cidade sem pixação tem muito a dizer. Compreender o significado dos muros – brancos ou não – nesse processo seria um dos pontos de partida e conseqüentemente um dos pontos de conexão. Qual seria então a finalidade dos muros? A ideia de segurança foi alimentada por décadas e gerou um novo modo de morar, porém, a segregação gerada pelos muros significa também silenciamento, exclusão e negação do direito à cidade. A professora e urbanista Raquel Rolnik, afirma que os muros são uma forma de não resolver conflitos e completa:

Há muitos outros exemplos que mostram como os muros são, na verdade, formas típicas de não resolução de conflitos. O muro que separa a fronteira dos EUA com o México, para evitar que os latinoamericanos entrem ilegalmente nos EUA, ou o muro que Israel vem construindo na Cisjordânia desde 2002 para evitar que os palestinos circulem nesse território, são alguns exemplos. Os dois casos envolvem questões com implicações em termos étnicos, políticos e sociais. O fato é que, em vez de se trabalhar a questão e de se buscar soluções para ela, constrói-se um muro (ROLNIK, 2011)

Para o filósofo, psicanalista e militante Félix Guattari (2012), as cidades são imensas máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva na trama urbanística do contemporâneo, onde o que menos conta são os equipamentos





materiais e imateriais, e sim a existência humana sob todos os aspectos em que se queira considera-las. O pixo surge no cenário urbano como uma forma de expressão encontrada nos mais diversos espaços da cidade e, em sua maioria, com mensagens que se contrapõe ao pensamento hegemônico da sociedade. Dessa forma, a pixação age como arma problematizadora de discursos naturalizados, operando como desestabilizador de sentidos prontos, e como uma potente crítica em relação ao espaço onde opera. Ao ser escancarada nas superfícies, proporciona a visibilidade de fluxos existenciais e de territórios, dando passagem paravozes muitas vezes caladas pelas máquinas tecnocratas (GUATTARI, 2012). Ao tomar os centros metropolitanos, a arte de rua libertária através da pixação não pede por espaço, ela simplesmente o ocupa. Tem pixador que risca apenas muros, outros preferem janelas e portas, os mais novos e destemidos preferem os pixos de escalada, e tem os que fazem todos os tipos. Independente da modalidade, a pixação denuncia as contradições e hipocrisias colocadas pelo poder público e pelo Estado, quebrando com a relação saber-poder imposta e expressa através da estética da fachada como muro branco.

Ao compreender os tipos de pixação, suas modalidades e intenções, encontramos atravessamentos que produzem subjetividade e criam territórios existenciais. Nesse momento, a pesquisa adentra o território produzido na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul e busca cartografar suas diferentes expressões e movimentos dentro do contexto vivido na cidade. É notável o crescimento da cultura do pixo nos últimos cinco anos em Pelotas e a sua relação com o aumento da desigualdade, descaso do poder público com as comunidades periféricas e principalmente com o aumento da violência. Isso pode ser visto tanto nos dados e estatísticas - que apontaram em 2014 a cidade como a quinta mais violenta dentro de um ranking do jornal Zero Hora - ou nas pixações encontradas pelas ruas e avenidas.



Figura 1: “Por quê tanta violência?” Pixo encontrado no centro da cidade, na rua Voluntários da Pátria.





O pixo, sendo um disparador e transgressor dos sentidos prontos, é uma peça da engrenagem urbanística, devendo ser tratado como um catalisador de afectos e perceptos e, antes de tudo, produtor de subjetividades. Além disso, pode ser interpretado como um sistema autopoético (GUATTARI, 2012), e o que caracteriza essa ação do pixo é o fato de que ele não procede de uma discursividade concernente a conjuntos bem delimitados, mas antes por agregação de territórios existenciais. O pixo atua enquanto uma prática de ressingularização das finalidades das atividades humanas, fazendo reconquistar o nomadismo existencial intenso dentro do espaço urbano e resistindo à invisibilidade e a exclusão a partir da retomada desses espaços e através de uma criação expressiva e autêntica.

Estes estudos ainda são preliminares, mas fazem parte de um projeto de pesquisa maior intitulado "Problematizações Limiares Psicossociais no Ensino, Pesquisa e Extensão da Psicologia e áreas afins na UFPel" inscrito sobre o nº 2311 aprovado no COCEPE dia 22/09/2016 cujo cronograma está compreendido entre agosto de 2016 e agosto de 2018. Portanto "MURO BRANCO, POVO MUDO Um olhar cartográfico sobre a Pixação" será um subprojeto da pesquisa supracitada que pretende atender um objetivo nº 11 que se enuncia como "Investigar e construir o conceito de limiar nas múltiplas linguagens e expressividades".

REFERÊNCIAS

- FÉLIX, Guattari. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 2012. São Paulo, Editora 34.
- ROLNIK, Raquel. "Não sabe como resolver um conflito? Construa um muro!" 2011. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/08/18/nao-sabe-como-resolver-um-conflito-construa-um-muro/> Acesso em 29 set. 2016
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.
- TIBURI, Marcia. **Pensamento PiXação**. Revista Cult, 2010. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pensamento-pixacao/> Acesso em 30 set. 2016.





ENCONTRAR-SE EM VIAGEM: Atravessamentos de uma ocupação poética do entre

Mariana Danuza Corteze¹
Angela Raffin Pohlmann²
Eduardo Rocha³

Palavras-chave: viagem; ocupação poética; lambe lambe; fronteira Brasil-Uruguay; para-formal.

Este breve escrito é fruto de um projeto selecionado mediante ao Edital Universal CNPq 2014 “O para-formal na fronteira Brasil-Uruguay: controvérsias e mediações do espaço público”⁴ por meio do Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. O mesmo realizou experiência *in loco* na fronteira Brasil e Uruguai dos dias 14 a 19 de abril de 2016, contando com práticas de artistas, urbanistas, arquitetos, geólogos e tantas outras explorações que ultrapassam demarcações delimitadas por campos disciplinares. São diversas formas de ver, sentir e estar no mundo. Dentre elas, trago aqui, atravessamentos de uma viagem que propõe uma alternativa de como ocupar a cidade contemporânea poética e artisticamente, pensando-a como potência capaz de criar espaços e construir afetos.

O plano: percorrer cinco mil quilômetros de toda extensão da fronteira Brasil-Uruguay. O método: pesquisa-intervenção. O propósito: explorar a linha fronteira na vontade de expandir o fazer artístico para espaços outros, desenvolvendo uma poética que sobreponha tempos, presenças e percursos. Os apetrechos: mochila, cola, trincha, lambe lambe⁵. A rota: Chuí-Chuy, Jaguarão-Rio Branco, Santana do Livramento-Riveira, Quaraí-Artigas, Barra do Quaraí-Bella Unión, Aceguá-Aceguá.

Estrangeira até nesta página branca, oriento-me aqui, através de um relato de um tempo vivido, de um espaço indistinto, de uma viagem na margem. É como se vivê-la não bastasse, e assim, necessito contá-la, compartilhá-la. Por consequência, construo essa trajetória não ligada à expectativa da chegada, mas ao simples fato de estar em movimento, em fluxo de transformação. É exercitar uma prática espacial, sensível, simbólica, estética e quiçá política. Onde quem sabe, sejamos aqui, uma

¹ PPGAV Universidade Federal de Pelotas. maricorteze@hotmail.com

² PPGAV Universidade Federal de Pelotas. angelapohlmann@gmail.com

³ PROGRAU Universidade Federal de Pelotas. amigodudu@yahoo.com.br

⁴ O projeto visa relacionar as cidades de fronteira Brasil-Uruguay com aproximações as para-formalidades e aos usos dos espaços públicos. O objetivo de tal, é reunir uma série de propostas de disciplinas diversas, que necessitam da experiência *in loco* com as cidades da fronteira, propondo para isso uma viagem de uma semana [ininterruptamente] por essas comunidades. Mais informações sobre o itinerário e desdobramentos: <http://www.paraformalnafronteira.com/>

⁵ Cartazes de rua, fixados com cola artesanal.





experimentação de nós mesmos, pois querer a viagem é descobrir aquilo que já se é portador, tal como indica o filósofo francês Michel Onfray (2009):

Nós mesmos, eis a grande questão da viagem. Nós mesmos e nada mais. Ou pouco mais. Certamente há muitos pretextos, ocasiões e justificativas, mas em realidade só pegamos a estrada movidos pelo desejo de partir em nossa própria busca com o propósito, muito hipotético, de nos reencontrarmos ou, quem sabe, de nos encontrarmos. A volta ao planeta nem sempre é suficiente para obter esse encontro. Tampouco, uma existência inteira, às vezes. Quantos desvios, e por quantos lugares, antes de nos sabermos em presença do que levanta um pouco o véu do ser! (ONFRAY, 2009, p. 75)

Carregando tais pressupostos na mala, mergulho no emaranhado disperso e cotidiano das cidades da fronteira Brasil-Uruguay, onde a (re)territorialização se dá por meio da arte, abarcando uma prática artística que anseia alargar os sentidos para construir cidades mais poeticamente vividas. A proposição surge de modo a intervir nas cidades fronteiriças, sugerindo seu espaço como um lugar de troca, que necessita ser percebido, habitado e partilhado. Mas que lugar é esse? De que maneira intervir na margem? Como habitar/ocupar/pensar a fronteira a partir de uma intervenção artística? Como dialogar com seu entorno? Como criar desvios? Como provocar impulsos de desaceleração?

A estratégia é singela: intervir no espaço urbano da fronteira por meio da colagem de lambes artísticos, entendendo estes, como pequenas frestas de respiro ordinário. A ocupação dessas fendas, desses sulcos, é a forma que encontrei para deslocar estruturas congeladas à ínfimas ebulições. São movimentos lentos, ondulatórios, que gritam silenciosamente sua urgência de percepção. É deste modo, uma proposta que se encontra no meio, entre as coisas, compondo uma conjuntura que contém forças para sacudir e desenraizar o verbo ser.



Figura 1: Fixação de instantes (2016) Mariana Corteze

Com tal característica, procuro descobrir para a vida cotidiana, nas suas múltiplas sensibilidades e formas de expressão, fazendo sobreviver um refúgio poético que olhe a cidade e as ruas em que se vive, com a intenção de despertar uma sensibilidade para a vida mesma, consoante ao dia a dia. Desta maneira, a intervenção é um experimento que busca dar visualidade ao corpo urbano, mediante a





uma prática que dá volume, evidencia camadas carnis, abre feridas, e às vezes, as deixa exposta, fazendo pulsas suas sobrevivências. É o instante, o minuto, o segundo, onde a arte é capaz de afectar, sendo força geradora de caminhos outros.



Figura 2: Ser resistência (2016) Mariana Corteze

A partir do momento em que incorporo o lambe nas fissuras das cidades fronteiriças, ela recebe a condição de vir ativar temporariamente os espaços que ocupa, provocar sentidos em que transitoriamente perpassa. É uma potência de ser, ou de não ser. É desse jeito, um objeto de estudo que movimenta o pensamento, articulando uma cidade em fluxo e não uma cidade fixa, que cruza singulares universos, cultivando em si a diferença entre aquele que faz dele potência ou não.

Nesse sentido, torna-se valioso aproximar tal intervenção artística à concepção de para-formal¹, sendo este, um espaço de cruzamento, em que as atividades exercidas e o ambiente geram descontinuidades, e as vezes, fugas na própria cidade.

Estamos usando el neologismo “para-formal”, artificial y provisorio, algo relativo a la forma pero que no es ella misma. Evitamos tomar lo formal y lo informal como adjetivos o atributos fijos; intentamos introducir alternativas locales y especificas, adentrándonos en los más “reales” procesos de formación, transformación, deformación, información. (...) Lo formal y lo informal son sólo polos ideales de una actividad menos delimitable, de una acción mixta y heterogénea, que llamamos para-formal. Lo para-formal es el lugar de cruce de lo formal o formado y lo informal o en formación. Lo para-formal es el lugar de cruce de lo previsible y lo imprevisible. (GPA, 2010, p. 18)

O para-formal é aqui, a busca de experimentação das frestas, dos interstícios, explorando o campo do meio, do entre: a fronteira. Cidade em formação, em prolongamento, degradação, processos e conflitos. Logo, a prática artística volta-se para espaços não regulados, produzindo acontecimentos que subvertem (mesmo que minimamente) a construção do desenho original urbano, instigando transformações na maneira de como pensar, e sobretudo, como estar na cidade.

¹ Para-formal é um conceito criado pelo grupo de pesquisa Gris Público Americano: grupo de pesquisa da Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo da Universidade de Buenos Aires). Ações que se encontram na travessia entre o formal (que é formado) e o informal (em formação).





Figura 3: Rastro do toque (2016) Eduardo Rocha e Lorena Maia

No momento em que o lambe (enquanto dispositivo para-formal) atravessa uma rotina qualquer, pode vir a produzir estranhamento, lentidão, deslocamento sem programação. É provocação que palpita a modificação na experiência do transeunte com os espaços de passagem, com os lugares do entre, com infinitos instantes lúdicos que abram uma relação de coisas que lidam com o infraordinário, com miudezas do mundo. Quando pregado em um muro, o lambe conversa com os espaços circundantes, se transforma a medida em tem contato, rasgo, estrago, apagamento.



Figura 4: Atravessando rotinas do entre (2016) Mariana Corteze

Ao se preocupar em inventar uma estratégia expansiva dos espaços não vistos, de vias latentes que resgatam uma ocupação sensível urbana, sua ocupação poética depende de um sistema de reverberações de trocas, constituindo uma região que será sempre transformada, em lances progressivos. Arte que questiona limites, deslocar fronteiras, provocar situações inconstantes. Construir passagens produtivas, viagens repletas de percepções pulsantes que desaguam em trocar e relações cheias daquilo que nos faz. Creio que no fim dessa viagem, mais firmemente do que antes, juntos construímos um só plural. Uma multiplicidade rara de ser. E agora, já não sou eu mesma: *soy nosotros*.

REFERÊNCIAS

- CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: O Globo, 2003.
DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
_____. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2**. São Paulo; Editora 34, 2012.
GPA: GRIS PÚBLICO AMERICANO. **Para-formal: ecologias urbanas**. Buenos Aires: Bisman Ediciones; CCEBA Apuntes, 2010.
ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem: poética da geografia**. Porto Alegre: L&M, 2009.





MUTAÇÕES DO PERCEBER: Profanações e Errâncias.

Mariane Simões¹
Luana Pavan Detoni²
Carolina Mesquita Clasen³

Palavras-chave: mulheres; rua; história; lambe-lambe; corpo;

A pesquisa/obra/experiência dita desta forma por ser um objeto intrínseco ao corpo da pesquisadora, um corpo errante e feminino, propõe sobretudo a desconstrução do discurso hegemônico que oculta, omite e romantiza a imagem da mulher. Essa mesma relação atravessa campos sociais: ela pode ser encontrada em lugares e espacialidades capazes de convergir socialmente os diferentes. Sendo mais profunda que as diferenças e a restrição das interações, o que garante a possibilidade ontológica de situações de urbanidade e de processo de integração social efetiva.

O processo explorou a técnica de lambe-lambe no projeto "Profanando-e-Resistindo", enunciando mulheres e sua história. Entre elas a Frida Kahlo, as mulheres zapatistas, Malala Yousafzai, Diana Di Prima, Katiele Fischer e sua filha Anny e as sufragistas. A realização de impressões de imagens públicas dessas mulheres, tem a intenção de expurgá-las do academicismo, propondo diálogo direto com a rua. Com lambes em tamanho real. Como mulheres políticas expostas, com sua imagem e história. Causando assim uma intervenção na paisagem urbana, que é componente ativo no olhar do indivíduo.

Na videoarte "Se7e" é explorada a técnica do áudio-visual, um registro de um passeio errático da artista. A referencialidade entre ato e espaço na geração da vida urbana vai além do amparo cognitivo e corporal a trocas linguísticas ou a trajetória de artefatos. Ela produz um senso de inteligibilidade e entendimento do mundo social e material; um senso de estrutura e de possibilidades de relações, importantes para nossa atuação, e o senso de que podemos fazer (Vinicius Netto, 2012). Encontrando em ambos os projetos uma experiência errática da cidade, como

¹ Bolsista no Laboratório de Urbanismo da FURB, orientada pelo professor Eduardo Rocha. E-mail: marianesimoes204@gmail.com;

² PROGRAU Ufpel, orientada pelo professor Eduardo Rocha. E-mail: luanadetoni@gmail.com; ³ PROGRAU Ufpel orientada pelo professor Eduardo Rocha. E-mail: carolina.mescla@gmail.com;





possibilidade de experiência da alteridade urbana, e as narrativas errantes, como sua forma de transmissão, podem operar como um potente desestabilizador das partilhas hegemônicas do sensível e das atuais configurações anestesiadas dos desejos (Jacques, 2004).

A metodologia do projeto Profanando-e-Resistindo foi delineada em quatro processos principais. Partindo primeiro da escolha das mulheres. Foi realizado uma pesquisa biográfica sobre as mulheres, contendo histórias e registros fotográficos sobre suas experiências. O registro fotográfico foi escolhido para a exposição e apresentação da imagem daquela mulher no meio urbano. O conteúdo escrito, seria acrescentado junto ao registro fotográfico da intervenção urbana em um blog na internet, no tumblr, seguindo com o nome do projeto, (profanando-e-resistindo.tumblr.com). Estendendo a proposta do lambe-lambe como uma arte efêmera para um registro processual do trabalho.

O lambe-lambe, cujo nome surgiu no século XXI, tem no cartaz o seu precursor, mas sua função o diferencia deste, pois está relacionado a um movimento com viés crítico e propõe uma ideia ou reflexão contrária a conduta social e as desigualdades, ou é resultado do trabalho de artistas e grupos de artistas que ocupam o espaço público com o objetivo de espalhar suas criações. Os conteúdos do lambe-lambe expressam posições alternativas à política dominante, ampliando o poder de reverberação dos sujeitos que estão inseridos na luta contra a privatização do espaço público. Essa foi a técnica de ação direta, proposta para a execução do projeto. Sendo complementada com os adesivos, para explorar a intervenção visual no macro e no micro olhar.

Estas corpografias urbanas de resistência, que são estas cartografias da vida urbana não espetacular inscritas no corpo do próprio habitante, revelam ou denunciam o que o projeto urbano exclui, pois mostram tudo o que escapa ao projeto espetacular, explicitando as micro práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pelas disciplinas urbanísticas mais hegemônicas, preocupadas demais com projetos, projeções a priori, e pouco com os desvios a posteriori, mas que não estão, ou melhor, não deveriam estar, fora do seu campo de ação (Jacques, 2008).

A pesquisa começa quando a pesquisadora distribuiu alguns adesivos impressos para colegas, amigos e conhecidos. Nessa etapa, foi comunicado um pouco sobre o projeto e a ideia de espalhar essas mulheres pelos arredores do Centro de Artes e pelo concreto da cidade. Com o fim de uma ruptura no próprio olhar, o compartilhamento das ideias do projeto se deu para que, horizontalmente, o espectador também fosse inserido no ato da criação. Assim, os resultados que se apresentavam para mim além do diálogo com o cinza urbano pregresso à escolha dos lugares, eram perceptos (Deleuze, 1992). Isso possibilitou perspectivas heterogêneas de uma narrativa que salta do muro para contar ao passante da contemporaneidade





ainda mais sobre os percursos históricos que estão recheados de mulheres e discursos femininos ocultados.

Neste momento, que é posterior às intervenções, diálogos com amigos e revisão bibliográfica, buscou-se outra forma de expor os lambes assumindo a identificação do outro no processo “eu mesmo”. O artista, que enuncia a obra de arte, recebe durante o tempo de exposição uma quantidade imensurável de outros. Resultado desse entendimento na pesquisa é a profanação, que nada tem haver com a esfera religiosa, mas sim com a experiência artística sendo restituída ao uso comum das pessoas, do espaço da arte elitista para a partilha direta com o espaço público. Isso gerou o convite para expor o trabalho do "Profanado-e-Resistindo" em uma exposição na Secretária de Cultura na 43ª Feira do Livro de Pelotas que, por conseguinte, transformou esse suporte levando a confecção de um terceiro momento da obra, que ainda reverbera. A exposição “Lugares-livro” que sugere a questão: “Como fazer o movimento inverso e carregar o espaço público para dentro dos limites arquitetônicos”?

Nos próximos meses experimentei corpograficamente a abordagem errante da contemplação da paisagem no vídeoarte apresentando uma questão sobre a declaração de princípios sobre liberdade de expressão. As intervenções na arquitetura da cidade, as manifestações, as cores que já estão incorporadas na urbanidade, despertam afectos (DELEUZE, 1992) da estética da pichação em sua junção com a paisagem particular da região do Porto de Pelotas.

Recentemente, adentra para a bolsa do laboratório de urbanismo da FAURB, para acompanhar o percurso do mestrado da Luana Detoni e Carol Clasen, ambas orientadas pelo professor Eduardo Rocha, o qual também se torna orientador da artista. Mostrando a experiência das intervenções urbanas, ocorreu uma troca e citações de autores que pudessem referenciar a reflexão do trabalho a partir do meio urbano. Conhecendo textos que trazem a vivência do caminhar ou o teorizar o profanar pela experiência do sistema atual.

O percurso da pesquisa/obra/experiência instiga o agenciamento de narrativas corpográficas buscando por meio das errâncias um diálogo com a cidade de modo que se expanda a apreensão da arte para além dos limites arquitetônicos. Instigando a percepção do olhar, buscando nos projetos respectivamente abordar além da paisagem urbana, gênero e questões sobre liberdade de expressão, em uma vivência reflexiva, em que busca questões sobre o que presencia.





Figura 1: Última intervenção na rua com os lambe-lambe em dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles. **Filosofia da viagem**. Sabedoria Prática v.2. Curitiba: Editora Champagnat, 2013.
- JACQUES, Paola. **Corpografias Urbanas**, 2008. Disponível em: (www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165). Último acesso dia 14 de Setembro de 2015.
- JACQUES, Paola. **Elogio aos errantes. Breve histórico das errâncias urbanas**, 2004. Disponível em: (www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/536). Último acesso dia 14 de Setembro de 2015.
- OLIVEIRA, Diogo. **Lambe-lambe. Resistência à verticalização do Baixo Augusta**, 2015. Trabalho de pós-graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos sob orientação da Profa. Dra. Bernardete Toneto. Disponível em: (myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/lambe-lambe_-_final_corrigido.pdf). Último acesso dia 10 de Setembro de 2015.
- NETTO, Vinicius. **A urbanidade como dever do urbano**, 2013. Disponível em: (www.pucpr.br/arquivosUpload/5386881511376657104.pdf). Último acesso dia 10 de Setembro de 2015.





(DES)ACESSIBILIDADE GEOMÉTRICA DE BORDA, EXCLUSÃO E AUTOEXCLUSÃO

Maurício Couto Polidori¹
Otávio Martins Peres²
Fernanda Tomiello³

Palavras-chave: acessibilidade; borda; exclusão; morfologia urbana; modelagem urbana.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um estudo exploratório que utiliza a medida de acessibilidade geométrica para identificar bodas da cidade e as relacionar com processos de exclusão de autoexclusão socioespacial. Na esteira sugere o uso da palavra (des)acessibilidade para identificar extratos urbanos de menor acessibilidade, onde coexistem as chamadas urbanizações periféricas, que têm sido denominadas de periferias urbanas, com loteamentos para população de renda mais elevada, os quais podem ser denominados genericamente de urbanizações fechadas. Adiante estão apresentados estudos com quatro cidades de porte médio brasileiras, com as principais observações ao final.

ACESSIBILIDADE E (DES)ACESSIBILIDADE

Investigações sobre a definição de acessibilidade e uma forma de mensurá-la datam dos anos 1960 e início da década de 1970, com os estudos pioneiros de Kansky (1963), Haggett e Chorley (1970) e Ingram (1971). De modo simples, acessibilidade pode ser definida como a propriedade de determinado componente de uma rede de estar mais próximo de todos os demais elementos, considerando caminhos mínimos (ou preferenciais) entre eles. A medida de acessibilidade tem-se mostrado muito útil na análise tanto do espaço urbanizado quanto da paisagem natural. As análises podem ser feitas tanto do ponto de vista dos fluxos existentes quanto da própria estrutura do espaço. Exemplos dessas possibilidades são encontrados na área da morfologia e modelagem urbana, bem como de ecologia de paisagem.

¹ UFPel, FAUrb, LabUrb. mauricio.polidori@gmail.com.

² UFPel, FAUrb, LabUrb. otmoeres@gmail.com.

³ UCPel, Curso de Arquitetura e Urbanismo. fernandatomiello@gmail.com.





Neste trabalho está proposto um modo simplificado para medir a acessibilidade, através da representação da cidade pelas suas ruas, desenhadas como linhas bidimensionais e secantes. Considerando o tamanho geométrico de cada linha e suas conexões, está utilizado o programa de computador UrbanMetrics 2.2 (Polidori e Saraiva, 2016), disponível em wp.ufpel.edu.br/urbanmetrics, mediante a grandeza que pode ser chamada de acessibilidade geométrica, calculadas pelas distâncias de cada rua em relação a todas as outras e depois pelo somatório dessas distâncias, restando um valor para cada rua ou linha. A equações 1 e 2, abaixo, são as utilizadas neste trabalho:

$$A_{li} = [\text{mín}]d_{pq}^{-1} \quad (\text{equação 1})$$

$$A_{Ai} = \sum_{i=1}^{ij} A_{li} \quad (\text{equação 2})$$

Sendo deste modo, a cidade pode ser desenhada através de linhas, que representam suas ruas, sendo gerada uma diferenciação espacial dessas ruas pela acessibilidade que se agrega a cada uma delas, resultando num conjunto hierárquico de maiores a menores valores de acessibilidade geométrica. São justamente esses valores menores que, neste trabalho, estão denominados de (des)acessibilidade, o que interessa particularmente nas bordas da cidade, cunhando a expressão completa de "(des)acessibilidade geométrica de borda", a qual aparece no título deste artigo. A figura 1, adiante, demonstra como ficam os resultados para um traçado hipotético quadrado, quadriculado e homogêneo, sendo as diferenças entre 1b) e 1c) apenas de expressão gráfica.

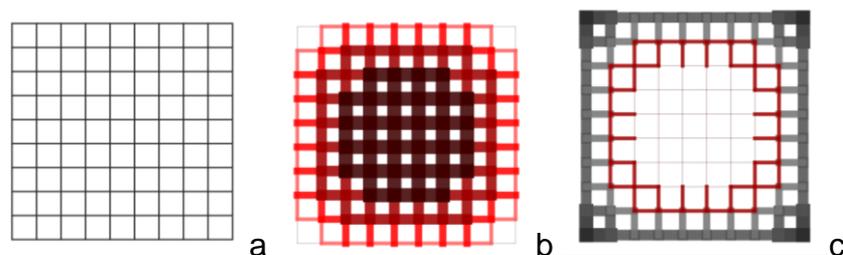


Figura 1: a) representação genérica de um traçado urbano quadrado e quadriculado; b) representação destacando os maiores valores de acessibilidade, em vermelho mais espesso; c) representação destacando os menores valores de acessibilidade, em cinza mais espesso, denominados neste trabalho de (des)acessibilidade. Fonte: modelagem do autor (2016).

Mencionados os conceitos de acessibilidade e (des)acessibilidade geométrica de borda, foram realizados estudos com quatro cidades de porte médio brasileiras, extraídas da dissertação de Paim (2016), cujos resultados podem ser encontrados no artigo completo. A escolha das cidades seguiu os seguintes critérios: a) três cidades tomadas ao acaso (Bauru, SP; Cascavel, PR; Rio Branco, AC); b) mais a cidade de Pelotas, RS, por ser onde se realiza o 5 Encontro Internacional Cidade,





Contemporaneidade e Morfologia Urbana, para o qual se destina este artigo. Os tipos de ocupação estão identificados por observação do tecido urbano, em imagens de satélite do GoogleEarth, diretamente no computador. As figuras 2, 3 e 4, adiante, apresentam os resultados, capturados de telas do programa de computador UrbanMetrics.

CONCLUSÕES E CONTINUIDADE DO TRABALHO

O estudo exploratório com a medida de acessibilidade geométrica realizado para este trabalho permite realizar observações principais, que servem como conclusões:

- a) os valores de menor acessibilidade geométrica podem ser usados como descritores de uma faixa de borda externa nas cidades, carregando informações morfológicas e socioespaciais;
- b) do ponto de vista exclusivamente geométrico, o resultado alcançado é o esperado, pois numa forma qualquer os lugares extremos (ou de borda externa) estarão mais distantes de todos os outros;
- c) a borda da cidade parece conter dois tipos de apropriação, contraditoriamente integradas: c1) em lugares de menor acessibilidade podem ser encontradas as chamadas periferias urbanas, típicas das cidades brasileiras e de países que concentram populações pobres, que ocupam esses lugares por não conseguirem consumir espaços com maior qualidade urbana; c2) nesses lugares de menor acessibilidade também podem ser encontrados loteamentos para população de renda mais elevada, que deliberadamente escolhe esses lugares como alternativa de localização para morar na cidade, de modo a evitar os centros urbanos, frequentemente poluídos, com problemas de mobilidade e de limiares de infraestrutura; essa opção de morar mais distante dos demais pontos da cidade, frequentemente em urbanizações fechadas, é que está denominada de autoexclusão socioespacial, neste trabalho;
- d) assumindo que a questão da morfologia urbana está eivada do processo social, pode ser observado ou confirmado que a forma da cidade permite associar seu desenho com exclusão socioespacial e, no caso do enfoque deste trabalho, também com o que foi chamado de autoexclusão socioespacial.

Certamente o que está apresentado aqui tem valor provisório, demandando continuidade e aprofundamento, sendo desde já indicados as seguintes possibilidades:

- a) desenvolver o método de escolha das cidades e o restante do esforço de pesquisa, incluindo outros tamanhos e outros tipos de traçado urbano;





- b) revisar as descrições das cidades por linhas, verificando resultados com linhas agregadas (polilinhas), pontos e áreas;
- c) testar variações de uso do solo, quer por intensidades, quer por tipos de funções;
- d) introduzir componentes de mobilidade e estrutura viária nas medições das distâncias;
- e) testar outras classificações da medida de acessibilidade, para além da normalização de 1 a 100, 5 classes e intervalos naturais;
- f) relacionar os resultados com outros fatores urbanos, encontrando nexos na estrutura e forma urbana que permitam entender melhor as questões levantadas neste trabalho;
- g) avançar nos métodos e técnicas de identificações dos tipos de ocupações ou apropriações do solo urbano, aqui limitados à observação e heurística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAGGETT, P.; CHORLEY, R. **Network analysis in geography**. [S.l.]: St. Martins Press, 1970. 348 p.

INGRAM, D. R. The concept of accessibility: a search for an operational form. **Regional Studies**, 5, 1971. 101-107.

KANSKY, K. Structure of transport networks: relationships between network geometry and regional characteristics. **Research Paper n 84**, Chicago, 1963.

PAIM, Daniel. **Comportamento agregado da medida de acessibilidade na descrição da morfologia urbana**. Dissertação de Mestrado. Pelotas: PROGRAU, FAUrb, UFPEL, 2015.

POLIDORI, Maurício; SARAIVA, Marcus. **Software UrbanMetrics versão 2.2**. Disponível em <http://wp.ufpel.edu.br/urbanmetrics/>. Pelotas: Laboratório de Urbanismo, FAUrb, UFPEL, 2016.





PRAÇA VIVA

Vivência coletiva na Praça Santo Antônio – Cachoeira do Sul/RS

Michelle Campos Morais¹

Ananda Dias da Cunha²

Carlos Alexandre de Souza Gonçalves³

Luana Mendes da Silva⁴

Pablo Ceolin Dallagnol⁵

Rhaíssa Mix Porto⁶

Palavras-chave: praça, cidade, comunidade, coletivo.

A busca pelo desenvolvimento e transformação das cidades devem partir da valorização e da conscientização da sua importância por parte da população. A falta de maior participação popular contribui para a existência de ambientes urbanos que não se mostram devidamente apropriados e explorados na ampla possibilidade de suas potencialidades arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas. De acordo com Jane Jacobs (2009), “Muito mais do que um espaço urbano fechado, recortado por ruas e avenidas, construído com blocos de concreto e lajes de aço... a dominar todas as paisagens, a cidade é... um território de relações no qual cada cidadão/cidadã busca satisfazer suas necessidades e realizar seus quereres. (...) É uma realidade viva, pulsante. Ela é composta e compõe uma rede de fluxos de pessoas, mercadorias, matérias... energias em constante movimento”. Merece também destaque algumas referências brasileiras em relação aos estudos sobre as cidades, como Ana Carla Fonseca Reis e Paola Jacques e, do teórico dinamarquês Jan Gehl, através de sua obra “Cidades para pessoas”, que busca a cidade criada para as pessoas, para o convívio ao nível dos olhos, para a qualidade de vida e pela escala humana.

¹ Professora Assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul (UFSM). michelle.morais@ufsm.br.

² Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul (UFSM). nandacunha@hotmail.com.br.

³ Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul (UFSM). carlosxanderg@hotmail.com.

⁴ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul (UFSM). luanam1990@gmail.com.

⁵ Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul (UFSM). dallagnol97@gmail.com.

⁶ Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria - Campus Cachoeira do Sul (UFSM). rhaissaporto@gmail.com.





As praças públicas, levando-se em conta os diversos aspectos que as envolvem, como definição, concepção e função, sofreram significativas mudanças ao longo dos tempos. No que tange ao uso, em sua trajetória histórica, as praças eram locais de encontro e convivência, para difundir e trocar conhecimentos e bens, e que permitiam discussões políticas e cotidianas. Lamas (1993), fala da praça como algo mais do que um espaço envolto de infraestruturas e focalizando-se na sua funcionalidade, definindo a praça como o lugar público intencional de permanência, encontro, comércio e circulação, funcionando ainda como palco para acontecimentos festivos, comemorações e manifestações. Kevin Lynch (1981), sugere que a praça deve ser entendida como um foco de atividade no coração de uma área urbana.

Na atualidade muito disso se perdeu, e muitas vezes as praças são abandonadas e evitadas pela comunidade. Todavia, é consenso que, a despeito das transformações impostas pelo tempo, as praças ainda representam um espaço público de grande importância no cotidiano urbano, sendo primordial a revitalização deste tipo de espaço público, que costuma ter importância vital para a dinâmica das cidades.

Em Cachoeira do Sul/RS, a Praça Floriano Neves da Fontoura, ou Praça Santo Antônio (30°02'37"S; 52°53'57"W), que leva esse nome devido a Igreja Matriz de Santo Antônio, apresenta-se como um local de passagem, não sendo apropriado pela comunidade em seu dia-a-dia. De modo a contribuir com tal demanda é que o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Cachoeira do Sul, através do vivaCIDADE – Núcleo de Estudos Criativos da Cidade, propôs o Projeto Praça Viva, com o objetivo da realização de um evento de ocupação temporária, de vivência coletiva e de revitalização das relações junto à referida praça, de modo a estimular a ampliação da vida comunitária no bairro Santo Antônio através da utilização da praça como espaço de lazer e convivência, bem como sensibilizar a comunidade a respeito da sua revitalização.

O processo metodológico do evento Praça Viva consistiu em três eixos, de forma a melhor estruturar a realização do evento, sendo o primeiro eixo o Pré-evento, com atividades de planejamento, estabelecimento de parcerias, desenvolvimento de material gráfico e divulgação em diversos meios de comunicação; o segundo eixo é o próprio Evento, com atividades de montagem das instalações temporárias e a realização da cobertura e registro do evento; e o terceiro eixo é o Pós-evento, contemplando a pesquisa de satisfação dos participantes, análise e apresentação dos resultados obtidos, bem como a prestação de contas e encerramento do projeto.



FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016



PRAÇA VIVA



Figura 2: Material de divulgação. Fonte: Equipe vivaCIDADE, 2016.

O evento ocorreu no dia vinte e um deste ano, tendo como público presente os moradores do bairro e comunidade circulante no local, sendo aproximadamente cento e vinte pessoas entre crianças, jovens, adultos e idosos. O evento atraiu praticantes de capoeira, slackline, futebol, ciclistas, músicos, comerciantes e grupos confraternizando em rodas de chimarrão.



Figura 3: Realização do evento. Fonte: Equipe vivaCIDADE, 2016.

Praça Viva contemplou o aspecto da inovação no modo de envolver a temática das cidades como direito e patrimônio das pessoas, no âmbito das relações humanas

FAURB/UFPEL
BENJAMIN CONSTANT, 1359
PORTO, PELOTAS / RS - BR
INFORMA ES: UFPEL.EDU.GOV.BR

20 e 21
OUTUBRO
2016





com a cidade no sentido de pertencimento que levam à apropriação do meio urbano, das ruas e dos espaços. O evento reforçou o sentimento de pertencimento, partindo-se do pressuposto da utilização do evento como meio para a conscientização, a valorização, a reabilitação dessa área urbana e para gerar impacto positivo na comunidade local, mostrando-se eficaz para a construção de uma abordagem mais ampla sobre a temática e contribuindo para a formação de cidadãos críticos e atuantes no cenário da revitalização das cidades.

REFERÊNCIAS

- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo. Editora Perspectiva, 2013.
- JACOBS, Janes. **Morte e vida de grandes cidades**. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- JACQUES, Paola. **Elogio aos errantes: breve histórico das errâncias urbanas**. Arqtextos, São Paulo, 053.04, São Paulo, *Vitruvius*, out. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/05.053/536>>. Acesso ago/ 2016.
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. **Cidades Criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de soluções, 2011.





CAMPI UNIVERSITÁRIOS DESCENTRALIZADOS: Processo Orientacional e Seus Usuários

Moana Bellotti¹
Adriana Portella²

Palavras-chave: campi universitário descentralizado; *wayfinding*; orientação espacial; cognição; percepção.

Este trabalho é desenvolvido na linha de pesquisa ambiente-comportamento, a qual considera questões relacionadas as características estéticas e funcionais da orientação espacial do usuário em espaços públicos e ao grau de satisfação desses com o lugar, tendo como pressuposto que o ambiente urbano influencia a qualidade de vida das pessoas.

Dessa forma, esta pesquisa entende, a partir do marco teórico, que o usuário ao ter uma experiência negativa ao se deslocar e se orientar na cidade, por meio, por exemplo, da ambiguidade de caminhos, falta de legibilidade e de informações, pode responder com frustração e stress, prejudicando o significado representativo do lugar.

No livro “*Wayfinding: People, Signs and Architecture*” de Paul Arthur e Romedi Passini (1992) a definição do termo *wayfinding* é descrita como o “modo pelo qual os usuários chegam a um destino, situam-se no espaço, englobando processos perceptuais, cognitivos e comportamentais envolvidos no alcance do destino”. De outro modo, a desorientação ou ‘perder-se’ remete a não saber onde se está, ou como chegar onde se precisa ir. Assim, um espaço é caracterizado pela facilidade de orientação espacial, quando sua estrutura é claramente entendida (PASSINI, 1996).

O processo de um sistema de *wayfinding* envolve todas as características do ambiente construído, a circulação proposital do usuário e sua capacidade de situar-se em um ambiente, o que compreende o desenho do espaço, as características arquitetônicas do ambiente e recursos gráficos, incluindo até suportes sonoros ou táteis (PASSINI, 1996).

O problema de pesquisa deste estudo consiste na forma como vêm sendo conduzidos os projetos de *wayfinding* em campi universitários descentralizados no Brasil: sem levar em consideração a percepção e as expectativas dos usuários do lugar, apenas considerando os critérios técnicos ou de custos. Assim, é investigada a seguinte pergunta: quais fatores devem ser considerados em um sistema de

¹ Universidade Federal de Pelotas. moanabellotti@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas. adrianaportella@yahoo.com.br





wayfinding por uma Universidade com campi universitários descentralizados? Dessa forma, o objetivo geral consiste na sugestão de uma metodologia que fundamente ou auxilie os projetos de *wayfinding* em Universidades com campi universitários descentralizados a partir da percepção do usuário.

Os objetivos específicos podem ser descritos como os seguintes: (i) investigar a percepção dos estudantes quanto a sinalização dos prédios e a imagem da Universidade, (ii) reconhecer quais elementos urbanos influenciam a orientação espacial dos estudantes nos seus trajetos até suas faculdades (iii) identificar as diferenças e similaridades entre as percepções dos usuários a partir da familiaridade com o local e do gênero.

Com base na revisão de literatura foram levantadas as seguintes hipóteses: (i) os estudantes que tiveram alguma experiência negativa com relação à orientação espacial possuem uma avaliação negativa sobre a cidade ou Universidade; (ii) a presença de sinalização da Universidade dissipada pela cidade melhoraria a imagem que o estudante possui sobre a instituição; (iii) a configuração, os tipos de atividades e os níveis de integração presentes no traçado urbano interferem na escolha dos trajetos dos usuários independente da presença dos recursos de sinalização; e, (iv) não existe diferenças com relação a orientação espacial entre as percepções dos usuários de diferentes gênero.

A investigação aplica métodos utilizados na área ambiente-comportamento, a qual avalia o ambiente construído através da percepção do usuário, e relaciona as características físicas do ambiente, sua configuração espacial, com as atitudes e com o comportamento dos usuários dos lugares.

Essa investigação procura responder a pergunta de pesquisa e contribuir para o debate acerca do *wayfinding* em campi universitários descentralizados, visando promover a importância de percepção dos usuários no planejamento de sistemas de *wayfinding* e, portanto, contribuir positivamente para a qualidade desses sistemas em cidades do Brasil com características semelhantes a do estudo de caso.

Segundo SOMMER & SOMMER (2002, p. 193), o estudo de caso, método utilizado no presente estudo, tem a tendência de conservar a integridade do todo sobre as várias inter-relações. Os autores concebem que o entendimento aumenta quando se considera a entidade como um todo e não de uma forma fragmentada.

Nesse âmbito, para atender aos objetivos propostos e testar as hipóteses investigadas escolheu-se como estudo de caso uma Universidade caracterizada por possuir campi universitários descentralizados. Sobre a Universidade cabe ressaltar que ela abrange tanto a área central da cidade quanto a periferia e que teve um processo de expansão significativo nos últimos anos.

A utilização de diferentes métodos para a coleta de dados permite cruzar informações e validar resultados, dando uma maior credibilidade (SOMMER & SOMMER, 2002; LAY & REIS, 2005), uma vez que minimiza as distorções dos





resultados finais da pesquisa (LAY e REIS, 1995). Assim, com o objetivo de responder ao problema de pesquisa e as hipóteses levantadas, foram selecionados cinco métodos de coleta de dados, todos decorrentes do desenvolvimento de estudos investigativos acerca dos efeitos do meio ambiente sobre o comportamento e vice-versa (LAY e REIS, 1995). São eles: (i) observação das características físicas; (ii) entrevistas com servidores do setor de comunicação visual da Universidade; (iii) mapas mentais com estudantes de campi universitários descentralizados; (iv) análise sintática; e, (v) questionários com estudantes de campi universitários descentralizados. Até o presente momento foram aplicados todos os métodos pretendidos que estão em fase de análise.

Até o presente momento, os resultados parciais encontrados a partir dos questionários aplicados com os alunos da Universidade são analisados e apresentados os resultados referentes à investigação das hipóteses e dos aspectos relacionados a essas. Através da aplicação de testes estatísticos não foi possível identificar relação entre o fato dos estudantes que tiveram alguma experiência negativa com relação à orientação espacial possuírem uma avaliação negativa sobre a cidade ou universidade. A maioria dos respondentes já sentiu falta ou muita falta de elementos de orientação nas ruas para se localizarem até suas faculdades (63,6%) mas gosta ou gosta muito de Pelotas (60,0%) e acha fácil ou muito fácil se localizar na cidade (51,9%). Porém, quando solicitado aos respondentes a primeira imagem que vem a sua cabeça quando pensam na UFPEL 29,7% citaram alguma imagem com referências negativas, 52,5% citaram alguma imagem neutra e 17,8% mencionaram alguma imagem com referências positivas.

Através da aplicação de testes estatísticos foi possível identificar que não existe diferença com relação a orientação espacial entre as percepções dos usuários de diferentes gêneros. A maioria dos respondentes do gênero feminino classificou como fácil ou muito fácil se localizar em Pelotas (44,1%), ou nem fácil e nem difícil (35,6%) e a maioria dos respondentes do gênero masculino classificou como fácil ou muito fácil (62,0%) ou nem fácil e nem difícil (26,0%). Porém, a maioria dos respondentes do gênero feminino sentiram falta ou muita falta de elementos de orientação nas ruas para se localizarem até suas faculdades (61,1%), e a maioria dos respondentes do gênero masculino também sentiram falta ou muita falta de elementos de orientação nas ruas para se localizarem até suas faculdades (66,0%).

Os resultados parciais obtidos até o momento indicam que apesar dos usuários sentirem falta de elementos que os auxiliem a se locomover pela cidade, não possuem imagem negativa da cidade. No entanto, quando lembram da universidade, a minoria possui uma imagem positiva.

As análises também confirmam as teorias de autores estudados (PASSINI, 1996; LOCATELLI, 2007; KOZLOWSKI e BRYANT, 1977; VANDERBERG, 1985;





PINGEL e SCHINAZI, 2014) demonstram que não existe diferença com relação a orientação espacial as percepções dos usuários de diferentes gêneros.

A pesquisa propõe contribuir com os debates referentes à orientação espacial e percepção do usuário por meio da análise bibliográfica e das metodologias relacionadas à percepção ambiental. A investigação também pretende gerar subsídios teóricos que contribuam para os estudos relacionados ao *wayfinding* a partir de uma abordagem perceptiva e cognitiva. Para os estudos científicos na área de Arquitetura e Urbanismo, a pesquisa é de extrema relevância uma vez que pretende gerar informações sobre a percepção dos usuários na cidade e nos campi universitários descentralizados, de modo a colaborar para as intervenções nos espaços. A justificativa se dá no fato de que a orientação espacial pode influenciar negativamente na representação simbólica para os usuários e, visando melhorar essa questão, intervenções com vistas à ordenação do espaço e a melhoraria da qualidade de vida dos cidadãos pode ser feita por meio da análise da percepção dos usuários.

Nesse sentido, a presente pesquisa pretende auxiliar o projeto de *wayfinding* em campi universitários descentralizados, a fim de criar espaços com ordenamento visual adequado e não somente sinalizações que solucionam problemas específicos.

REFERÊNCIAS

KOZLOWSKI, L. T. & BRYANT, K. J. **Sense of direction, spatial orientation, and cognitive maps.** *Journal of Experimental Psychology*, 3, 1977.

LAY, Maria Cristina Dias; REIS, Antônio Tarcísio. **Análise quantitativa na área de estudos ambiente-comportamento.** *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2005.

LOCATELLI, Luciana. **Orientação espacial e características urbanas.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PASSINI, Romedi. **Spatial representation, a wayfinding perspective.** *Journal of Environmental Psychology*, 1984.

PASSINI, Romedi; NASA. **Wayfinding in Architecture.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1992.

PINGEL, Thomas; SCHINAZI, Victor R. **The Relationship Between Scale and Strategy in Search-Based Wayfinding.** *Cartographic Perspectives*, 77, New York, 2014.

SOMMER, R.; SOMMER, B. **A practical guide to behavioral research: Tools and techniques.** Oxford: Fifth Edition, 2002.

VANDERBERG, S. G., KUSE, A. R. & Vogler, G. P. **Searching for correlates of spatial ability.** *Perceptual and Motor Skills*, 60, 1985.





APOIO AO ENSINO DO SIG E AS DIFERENTES ABORDAGENS A PARTIR DA FAURB – UFPEL

Nadiane Fontes Castro¹
Otávio Martins Peres²

Palavras-chave: Georreferenciamento; SIG; Ensino; Geoprocessamento; Urbanismo.

INTRODUÇÃO

Segundo Buzai (2004), atualmente é difícil não relacionar qualquer atividade social e cultural com procedimentos computacionais, onde o uso das geotecnologias são ferramentas que permitem representações geográficas de forma que possam ser manipuladas e estudadas. Nesse contexto, é possível dizer que são produtoras de soluções sócio-espaciais e que, com o tempo, deixam de ser apenas ferramentas de análises espaciais e se convertem para uma interface com uma grande carga teórica. O uso de SIG (Sistemas de Informações Geográficas) são plataformas computacionais que permitem a integração eficaz de dados de natureza distinta, que permitem o tratamento, sistematização, visualização e análise de dados geográficos em termo das geotecnologias.

A utilização de um SIG na arquitetura e no urbanismo é de extrema importância, visto que, segundo Gilberto Câmara (1996), um SIG possibilita a integração e a sobreposição de dados georreferenciados, e, ainda, permite a recuperação e visualização dos mesmos. O uso de geotecnologias envolve a manipulação e obtenção dos dados, a partir do uso de softwares de geoprocessamento como QGis, Global Mapper, AutoCAD Map, entre outros, onde o conhecimento técnico na área de planejamento urbano e urbanismo tem facilitado o a sistematização e o acesso a dados sobre a realidade das cidades.

O Projeto de Ensino de "Introdução ao SIG: geolocalização, análises da paisagem e base de dados de atributos urbanos" tem como objetivo geral o ensino do uso das geotecnologias a partir do contexto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, possibilitando aos alunos da instituição a prática com os ambientes computacionais e o trabalho com dados de estudos reais, que vêm sendo desenvolvido nos diversos projetos do Laboratório de Urbanismo da FAUrb. No entanto, o projeto de ensino auxilia os alunos do laboratório, de maneira que possam

¹ Universidade Federal de Pelotas. E-mail: castronadiane@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas. E-mail: otmperes@gmail.com





solucionar possíveis dúvidas decorrentes ao longo do desenvolvimento de seus projetos específicos.

Segundo Bolfe (2004), os cursos de graduação que envolvem áreas de geotecnologias tendem dar cada vez mais espaço a novas formas de relacionamento entre a teoria e a prática, uma vez que a prática com recursos de SIG permite aos alunos uma diferente visão sobre a realidade. Acrescenta-se a isso que, segundo Dewey (1976), a atividade prática é de extrema importância para o aprendizado. Deste modo, o projeto apresenta o uso de diferentes procedimentos de ensino: oficinas presenciais, produção de documentos tutoriais e disponibilização vídeo aulas, garantindo assim que os alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UFPEL possam por em prática e construir conhecimento sobre o uso das geotecnologias e, com isso, solucionar desenvolver possibilidades para abordagem acadêmicas do SIG sobre o ambiente urbano.

METODOLOGIA

A metodologia do projeto de ensino é baseada em um conjunto de procedimentos de ensino, que envolvem a organização de oficinas presenciais, produção de documentos tutoriais e disponibilização vídeo aulas na internet.

As oficinas presenciais são realizadas com temas pré-estabelecidos e possibilitam um primeiro contato de alguns alunos com os softwares utilizados para análises na área de planejamento urbano e urbanismo. Estas oficinas são realizadas sempre por um monitor responsável que coordena as atividades em um computador, sempre visíveis por todos por um projetor, as quais são seguidas pelos alunos em seus computadores individuais. Durante a realização das oficinas, são efetuadas pausas para levantar dúvidas e desenvolver explicações, de modo a garantir o melhor entendimento e compreensão dos alunos sobre o que esta sendo realizado. O intuito das oficinas é passar aos alunos tanto conhecimentos práticos e teóricos sobre o uso das geotecnologias, a realização de determinados procedimentos nos softwares e as possibilidades analíticas da manipulação dos dados.

Acrescenta-se como parte deste projeto a realização de documentos tutoriais, com conteúdo escrito e imagens do passo a passo das atividades, com breves explicações sobre os procedimentos que devem ser realizados, auxiliando os alunos na replicação das respectivas lições das geotecnologias. Esses documentos tutoriais estão organizados com os mesmos temas abordados nas oficinas, contendo os mesmos métodos e procedimentos praticados, para que os alunos possam replicar e fixar todos os conhecimentos desenvolvidos nas oficinas.

Em adição a isso, serão produzidas e publicadas vídeo aulas que apresentarão apoio ao uso de SIG de forma dinâmica, uma vez que permite o aluno realizar os procedimentos enquanto as acompanha. Serão disponibilizados para os alunos vídeos





curtos com os temas definidos, apresentando o passo a passo, com narração de um monitor, e tudo que acontece ao longo das atividades propostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente projeto tem como conteúdo o ensino: a) Georreferenciamento de Imagens a partir dos softwares Google Earth, AutoCAD Raster, Global Mapper e QGis; b) Vetorização de atributos georreferenciados utilizando os softwares: AutoCAD Raster e QGis c) Modelagem de paisagem hidrográfica utilizando o software Global Mapper; d) Simbologia e classificação de dados, atribuição de banco de dados e configurações de impressão utilizando o software Quantum Gis; e) Aplicação de análises no software Quantum Gis, como: Análise de Buffer, Mapas de Calor, Triangulação de Delaunay e Diagrama de Voronoi.

Com base nesses conteúdos foram organizadas duas oficinas, a primeira, realizada dia 06/06/2016, apresentada na imagem 1, dando início com uma introdução ao SIG com base no software QGis e suas interfaces computacionais e possibilidades de uso, além de explicações sobre diferentes formatos de dados que podem ser utilizadas, como camadas vetoriais e camadas raster. Posterior a isso foi realizada a segunda oficina, tendo enfoque em vetorização de atributos georreferenciados, ou seja realização de tarefas de construção de dados, onde especificamente foram geradas camadas vetoriais com base em imagens de satélite, também utilizando o software livre QuantumGis.



Imagem 1: Imagem de Oficina do Projeto (06/06/2016). Fonte: Elaborada pelo autor

Além das oficinas, documentos tutoriais também foram desenvolvidos com base nesses conteúdos, como um modo alternativo de ensino que apresenta o passo a passo dos procedimentos a serem realizados pelos alunos (exemplo na Imagem 2). No entanto, até o presente momento foram desenvolvidos tutoriais sobre como salvar imagens de satélite do Google Earth e prepará-las para georeferenciamento, como





realizar o georreferenciamento das mesmas com os softwares como AutoCad Raster, QuantumGis e Global Mapper, além de como realizar uma modelagem de paisagem hidrográfica utilizando o software Global Mapper.

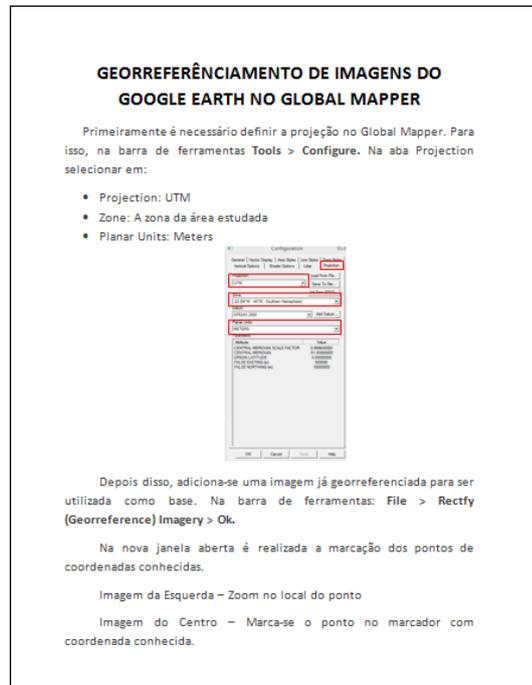


Imagem 2: Visualização de uma página de um Documento Tutorial. Fonte: Elaborada pelo autor

Como resultado deste projeto, tem-se também o ensino aplicado a projetos específicos do Laboratório de Urbanismo como, por exemplo: o ensino de vetorização de atributos georreferenciados que é usado no mapeamento de percursos e destinos dos empréstimos de bicicletas do projeto CicloUFPel e também no ensino de modelagem hidrográfica no software Global Mapper utilizada em análises do planejamento urbano para projetos que envolvem estudos sobre as cidades fronteiriças entre Brasil e Uruguai.

A proposta para o segundo semestre deste ano é dar seguimento as oficinas focando em temas como aquisição de dados raster (imagens de satélite) através do software Google Earth e o georreferenciamento das mesmas em outros softwares como AutoCad Raster, QuantumGis e Global Mapper. Além disso, Modelagem de paisagem hidrográfica utilizando o software Global Mapper. E em adição a isso, pretende-se dar continuidade ao projeto com a realização de oficinas e tutoriais para que os alunos aprendam sobre configurações de impressão, simbologia e classificação de dados, atribuição de banco de dados e aplicação de análises, como: Análise de Buffer, Mapas de Calor, Triangulação de Delaunay e Diagrama de Voronoi utilizando o software QuantumGis.





Com as vídeo-aula, espera-se que os alunos possam realizar os procedimentos de forma dinâmica e similar a ocorrida nas oficinas e tendo assim, conhecimento sobre o uso das geotecnologias.

AVALIAÇÃO E CONSIDERAÇÕES

A avaliação dos procedimentos de ensino aplicados no projeto foi dividida de duas formas. Inicialmente, no desenvolvimento das oficinas e disponibilização dos documentos tutoriais, tem sido realizada avaliação mediante o retorno dos alunos envolvidos, na capacidade de desenvolver as atividades de modo autônomo e em observações empíricas dos monitores do projeto.

Uma segunda forma de avaliação prevista, a ser aplicada ao final do ano letivo, é a realização de um questionário online onde os alunos possam responder como as metodologias desenvolvidas no projeto puderam auxiliar na realização das suas atividades específicas, sempre procurando a fortalecer a prática complementar entre as diferentes metodologias desenvolvidas: oficinas, tutoriais e vídeo aulas.

A partir dos objetivos propostos ao projeto de ensino em geotecnologias, considera-se que este trabalho tem contribuído fortemente para o de todos os outros projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no Laboratório de Urbanismo (LabUrb), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e demais cursos da UFPEL, visto que tem apoiado diversas atividades que envolvem representação e análises sobre dados geográficos e urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLFE, E. L. Educação Em Geotecnologias: Realidade E Desafios. Aracaju, SE. 2004

BUZAI, G. D. Geografia Global. 1ª ed Buenos Aires: Ed. Lugar, 2004.

CÂMARA, G. Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica. Rio de Janeiro, RJ. 1996

DEWEY, J. Experiência e Educação. 2ª ed São Paulo: Ed. Nacional , 1976.





SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E MORFOLOGIA URBANA

Análise sobre a formação e estruturação da Região Metropolitana de Goiânia

Pedro Henryque Melo de Oliveira¹
Glauco de Paula Coccozza²

Palavras-chave: segregação socioespacial; morfologia urbana; Região Metropolitana de Goiânia.

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento³ que pretende analisar com o arcabouço da morfologia urbana o processo de segregação socioespacial⁴ na escala metropolitana, mais especificamente, na Região Metropolitana de Goiânia – RMG. As origens do processo de metropolização remontam à década de 1980 quando o Aglomerado Urbano de Goiânia era composto por 10 municípios (ARRAIS et al, 2013). Apesar de atualmente a RMG ser constituída por 20 municípios, o objeto de estudo se restringe ao espaço intrametropolitano que engloba Goiânia e os 4 municípios conurbados à capital: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e Goianira. A pesquisa se dividirá em três partes principais: a primeira em precisar o conceito de segregação socioespacial utilizado e escolher a metodologia, ou os métodos adequados para desenvolver a pesquisa. A segunda parte será aplicar a metodologia ou os métodos escolhidos na área de estudo, e a terceira analisar os resultados obtidos.

Conforme colocado como ponto de partida para a pesquisa, aborda-se, neste resumo, somente uma breve discussão sobre o conceito e o significado de segregação socioespacial que se pretende estudar e por conseguinte as abordagens da morfologia urbana que poderão auxiliar a análise da área em questão.

Discorrer sobre segregação socioespacial é uma tarefa ampla, pois o termo aparece em distintas concepções conceituais, visto de diferentes prismas e áreas do

¹ Mestrando em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Uberlândia - UFU. pedrohenryque@hotmail.com.

² Professor Adjunto da UFU, Doutor em Arquitetura e Urbanismo. glauco_coccozza@yahoo.com.br.

³ Pesquisa do mestrado em fase inicial, finalização prevista para o primeiro semestre de 2018.

⁴ A delimitação do conceito de segregação será abordada posteriormente, mas quanto ao termo socioespacial se refere “às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (levando em conta a articulação dialética de ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um)” (VASCONCELOS et al. p.15, 2013).





conhecimento¹, até em uso menos rigoroso, em linguagem comum, conforme Marcelo Lopes de Souza cita canções de músicos brasileiros que se apropriaram da palavra segregação (SOUZA, 2013). Apesar de um conceito polêmico e polissêmico, a pesquisa parte de um pressuposto de que a segregação socioespacial não é um estado, mas um processo, um fenômeno dinâmico (NETTO, 2015; CARLOS, 2013; VASCONCELOS et al., 2013; VILLAÇA, 2001). Segundo Flávio Villaça (2001) a segregação é “uma transformação lenta” que coloca em evidência, ou materializa, a dominação social por meio do espaço urbano, transparecendo na estruturação urbana a distribuição desigual de vantagens e desvantagens. Próxima a essa concepção, Ana Fani Carlos escreve sobre a segregação “vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade)”. (CARLOS, p. 97, 2013) Para Vinicius Netto, a segregação entendida principalmente como “restrição da interação” não é somente produzida mas reproduzida, sendo preciso entender também “como a segregação impregna nossas atuações urbanas, e como a diferenciação social gera a distância cotidiana entre os diferentes” (NETTO, p.63, 2014). Com esses autores é possível sintetizar que a segregação além de um processo, algo dinâmico, é uma construção social calcada na desigualdade e injustiça que constituem a sociedade, marcando a estruturação e produção do espaço intraurbano.

A estrutura intraurbana de Goiânia está articulada, relacionada com os municípios conurbados de tal modo, que podem ser analisados como uma só cidade, conforme escreve Villaça, os espaços metropolitanos são,

compartimentos territoriais estruturados pelos deslocamentos dos seres humanos enquanto consumidores ou portadores da mercadoria força de trabalho; são, por isso, cidades – por maior e mais importantes e globais que sejam, e por mais que incluam vários municípios. São um tipo particular de cidade, mas são cidades. Não são regiões. (VILLAÇA, p.26, 2001)

O “tipo particular de cidade” que Goiânia e os municípios de seu entorno se tornaram, é o que motiva a pesquisa a abordar o polo² da RMG, um espaço que passou por transformações nas últimas duas décadas que modificaram os territórios e suas dinâmicas existentes anteriormente. Esse processo de metropolização goiana é o processo geral que precisará ser entendido para se atingir o objetivo da pesquisa: analisar a segregação socioespacial presente na formação e estruturação do espaço intrametropolitano (Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade e

¹ As leituras realizadas sobre o tema (VILLAÇA, 2001; VASCONCELOS et. Al. 2013; NETTO, 2014) evidenciam a variedade de abordagens a respeito, passando pela Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Geografia, História, Sociologia, Economia, Direito e Filosofia. Não há um consenso sobre seu significado e sua abrangência, ainda que se possa começar por sua etimologia ou pelas primeiras pesquisas e classificações sociais que trabalharam com o termo segregação.

² Conforme o estudo (ARRAIS et al. p.121, 2013) a RMG trata-se de uma região polarizada, assimétrica com relação às distribuições de investimentos, receitas públicas, infraestrutura urbana e serviços.





Goianira). Para ajudar a sistematizar o estudo desse processo geral de metropolização, baseia-se na pesquisa que reconheceu neste processo diferentes “padrões de conurbação” (PINTO, 2009). Esses padrões descrevem “distintos momentos da dinâmica demográfica e, por consequência, do uso do solo urbano, especialmente para moradia.” (ARRAIS et al, p.18, 2013) As alterações de uso e ocupação do solo, da dinâmica demográfica, produzem transformações no espaço que podem ser estudadas por um viés da morfologia urbana, nos estudos de M. R. G. Conzen o “desenvolvimento urbano é descrito por meio dos períodos morfológicos e nestes são apresentados as questões econômicas e sociais que caracterizam” (COSTA e NETTO, p.54, 2015). A análise das transformações da paisagem urbana enquanto produtos sociais, realizada pela abordagem histórico-geográfica de Conzen (COSTA e NETTO, 2015) pode ser vista como um caminho de se utilizar a morfologia urbana para se analisar a segregação socioespacial. Importante destacar que existem trabalhos que por proximidade temática, serão referências¹ para desenvolver a pesquisa.

Como foi citado, a abordagem conzeana será de grande valia para a pesquisa, para sistematizar o estudo do processo de metropolização, seja em identificar períodos morfológicos e regiões morfológicas, quanto ao entendimento e desdobramentos do desenvolvimento urbano. É a partir de seus estudos, que pretende-se utilizar uma ferramenta desenvolvida para aferir o “grau de urbanidade”, a Morpho (OLIVEIRA e SILVA, 2013; OLIVEIRA e MEDEIROS, 2016). Nas palavras dos autores, “a *Morpho* é uma metodologia de avaliação concebida para ser utilizada na investigação morfológica e na prática de planejamento.” (OLIVEIRA e SILVA, 2013) Sua utilização na escala de cidade, demonstrou seu alcance em descrever, analisar e inclusive servir para planejar intervenções urbanas. Pretende-se alterar os critérios que levam a medir urbanidade, para se conseguir aferir a segregação. Explorando esse viés de antecipação, ou predição que a morfologia urbana desenvolve nos estudos de modelagem computacional, pretende-se investigar ainda, a estrutura intraurbana, a partir do Modelo de Centralidade Valorada de Rômulo Krafta. Derivado deste modelo, há o modelo de oportunidade espacial que mede o “privilegio locacional de uma residência em relação a um determinado serviço ou grupo de serviços existentes no sistema urbano” (KRAFTA, p.214, 2014) Esse modelo em uma escala metropolitana, poderá evidenciar a desigualdade, desequilíbrio entre cidades, ou como se espera chegar, na compreensão da segregação na estrutura intraurbana do polo da RMG. A soma dessas abordagens, uma para análise do processo de formação e configuração, e outro para identificar a estruturação do espaço, será o desafio do

¹ Entre os estudos elencados, ressalta-se a tese de doutorado de Patrick di Almeida “Sobre a dimensão espacial da desigualdade socioeconômica urbana. Um estudo sobre cinco cidades brasileiras”. (2014) orientada por Frederico de Holanda, em que a sintaxe espacial é o suporte para demonstrar a dimensão espacial da desigualdade econômica e uma dissertação de Alexandre Pereira Santos, orientada pelo professor Maurício Polidori, que estuda “O Lugar dos pobres na cidade (2015)” o crescimento urbano e a localização da baixa renda vista através da modelagem por agentes.





trabalho de construir uma metodologia que avalie de modo dinâmico o processo de segregação socioespacial em escala intrametropolitana.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, T. A. [et al]. **Atlas das receitas públicas municipais da Região Metropolitana de Goiânia**. Goiânia: FUNAPE / IESA, 2013.
- CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS et. al. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95 – 110.
- COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- KRAFTA, R. **Notas de aula de morfologia urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.
- NETTO, V. M. **Cidade e sociedade – as tramas da prática e seus espaços**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.
- OLIVEIRA, V.; SILVA, M. **Morpho: investigação morfológica e prática de planejamento**. Revista de Morfologia Urbana, v.1, Rede Portuguesa de Morfologia Urbana, p. 31- 44, Portugal, 2013
- OLIVEIRA, V.; MEDEIROS, V. **Morpho: Combining morphological measures**. Environment and Planning B: Planning and Design, p.1- 21, UK, 2016
- PINTO, J. V. C. **Fragmentação da metrópole: constituição da Região Metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- SOUZA, M. L. Semântica Urbana e Segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS et. al. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127 – 146
- VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.





FEIRA DAS PULGAS

Cartografia do para-formal na contemporaneidade

Rafaela Barros de Pinho¹
Eduardo Rocha²

Palavras-chave: cartografia; feiras das pulgas; urbanismo contemporâneo.

INTRODUÇÃO

As feiras são espaços emergentes de atuação, são formadas muitas vezes pelas relações estabelecidas por pequenos grupos, são mutáveis, transcorrem caminhos permeados por contradições e são um universo cheio de cores, sabores, cheiros e sociabilidades, elas sempre tiveram uma importância muito grande, não só no papel comercial das cidades, mas também em questões de espaço, cultura e trocas sociais. As feiras das pulgas são, portanto, reuniões para a venda de objetos e antiguidades diversas, em dias e horários pré-determinados, ao ar livre no espaço público das cidades. Essas feiras das pulgas despertam interesse enquanto um enorme complexo de fatores – econômicos, jurídicos, políticos e estéticos – que interagem e produzem sentidos.

Essa pesquisa dedica-se a descobrir os aspectos socioculturais e as intervenções no espaço público dessas feiras das pulgas, que ocupam de forma efêmera e atemporal a cidade, fazendo com que, além da atividade de comércio, se destinem a troca de culturas, memórias e histórias.

As feiras são uma espécie de cartão de intervenção urbana, sendo uma ferramenta fundamental na variedade, movimento e experiência das cidades. O universo das feiras não é apenas um ambiente favorável ao comércio, uma feira é, antes de mais nada, um local de encontro. Essas feiras das pulgas podem ser atividades compreendidas a partir de cenas urbanas que ocupam o espaço público paralelamente as atividades formais, modificando suas características e desenho urbano projetado. Os espaços vão muito além de pontos de compra e venda de mercadorias, são lugares privilegiados, muitas vezes, pontos de encontro tradicionais de amigos ou de conhecidos, locais escolhidos para os mais variados atos da vida social.

¹ Arquiteta e Urbanista. Mestranda PROGRAU – UFPEL. rafaelaapinho@gmail.com

² Doutor Arquiteto e Urbanista. Docente PROGRAU – UFPEL. amigodudu@yahoo.com.br





Analisando-se alguns processos de apropriação dos lugares que, pelos usos e pela construção da experiência urbana, conformam resistências ao contexto de desintegração da vida urbana contemporânea¹, simbolizando a luta pelo “direito à cidade”. As feiras de antiguidades podem ser consideradas espaços de vitalidade - entendidos aqui como a espontaneidade, a imprevisibilidade e a diversidade do encontro, como também a pluralidade e heterogeneidade de atividades e de pessoas, que quebram o cotidiano da cidade.

As feiras das pulgas, portanto, podem revelar em meio aos seus rizomas², relações econômicas, políticas e sociais, nos levando as direções onde encontramos histórias de vida, de resistência e de variadas culturas, contendo dentro de si ecos das cidades, de seus habitantes e seus sentimentos também sendo sinônimo de arte, cultura e representação. A partir de tais constatações, o **objetivo geral** desta pesquisa é cartografar a inserção de Feiras das Pulgas e demonstrar como ela modifica e/ou interfere no desenho urbano existente, no espaço da cidade e no cotidiano das pessoas.

METODOLOGIA

Principal método utilizado nesse processo de pesquisa é a Cartografia, conceito trazido pelos filósofos da diferença Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997). Esse método procura percorrer a cidade em busca da diferença, de cenários não marcados no mapa habitual das cidades, como as feiras das pulgas; a cartografia não se configura como um método tradicional, é uma maneira de proceder que pode admitir as modificações temporais no espaço e busca mediar a experiência corporal do pesquisador, usuários com as feiras das pulgas. Um método dinâmico, constituído de infinitas linhas que se cruzam, de dobras, desdobras, de territórios, desterritórios e reterritórios (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

A cartografia é um método de mapear as dinâmicas da contemporaneidade, é possível construir mapas que nos falem de muitas cidades não visíveis, que convivem com as nossas cidades, mapas que nos falem da vida cotidiana em que vivemos, dos caminhos, dos eventos urbanos, daquilo que não é só estático, que não está cheio, do simultâneo, do híbrido, do que pode estar à margem, do que não é central, de tudo que está soterrado, abandonado nos lugares físicos e espaciais nas cidades em que vivemos.

¹Contemporâneo, para Agamben (2009), é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro, onde o presente não é outra coisa senão a parte não vivida em todo o vivido e justamente a atenção dirigida a esse não-vivido é a vida do contemporâneo.

² O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos. Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. Há o melhor e o pior no rizoma: a batata e a grama, a erva-daninha (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 15).





Se busca a perspectiva contemporânea de experimentar um lugar, com olhares laterais, pelas frestas, que tendem a diminuir a distância entre o observador e o observado, habilitando, assim, uma espécie de mediação subjetiva e circunstancial durante a aproximação ao território cartografado.

Os procedimentos metodológicos escolhidos para o processo de investigação nas feiras das pulgas são: revisão bibliográfica (referencial teórico), entrevistas cartográficas, registros fotográficos, experimentações in loco (viagens), observações em diário de campo e produção de mapas.

Foram experimentadas feiras das pulgas localizadas no sul da América do Sul – duas brasileiras, uma uruguaia e uma argentina – das seguintes cidades: Porto Alegre e Curitiba, no Brasil ; Buenos Aires, na Argentina e; Montevidéu, no Uruguai (fig. 1). Tendo em comum suas mercadorias (bens antigos, usados, artísticos e de fabricação artesanal), sua ocupação em espaços públicos, a periodicidade de montagem (dias específicos da semana e horários) e já fazem parte da identidade cultural das cidades estudadas.

AFECTOS INICIAIS

A cidade contemporânea é um lugar de fronteira, de ruptura, uma cidade troca, onde proliferam zonas abandonadas, baldias e, ao mesmo tempo, surgem novas culturas e subculturas, tais como as feiras, as quais são manifestações cotidianas da cidade. A cidade contemporânea é o caos, é a coexistência de diversos tipos de pessoas, de diferentes classes econômicas, que buscam modos de vida diferentes. A cidade contemporânea é a diversidade.

As experiências nas feiras das pulgas foram realizadas pela autora, usuários, feiras, turistas e etc; durante viagem pelas cidades de Buenos Aires, Montevideo, Porto Alegre e Curitiba, entre os meses de setembro de 2015 e abril de 2016, que duraram tempo de montagem, permanência e desmontagem da feira, com todas as variações, dificuldades, peculiaridades e diversidades que cada caso carrega. Para cada caso foram feitos registros divididos em: “histórico da feira”, “viagem à feira” e “dia de feira”.

A pesquisa ainda está em andamento, porém alguns afectos iniciais já podem ser citados: A vida urbana e cotidiana contemporânea confere grande diversidade e riqueza de possibilidades de apropriação do território urbano. Busca-se estabelecer as relações entre os sentidos dos lugares dos mercados e a sua dinâmica social, de modo a investigar e fazer uma análise de relações com os lugares e da atualização de tradições e a negociação dos usos do espaço. Busca-se também analisar processos de apropriação dos lugares que, pelos usos e pela construção da experiência urbana, que conformam resistências ao contexto de desintegração da vida urbana contemporânea, simbolizando a luta pelo “direito à cidade”.

As feiras das pulgas podem ser consideradas espaços de vitalidade - entendida aqui como a espontaneidade, a imprevisibilidade e a diversidade do encontro, como





também a pluralidade e heterogeneidade de atividades e de pessoas. Assim, nas feiras em estudo, as pessoas têm conhecimento das últimas notícias, são feitos os anúncios de utilidade pública e as manifestações coletivas se expõem. Manifestações geralmente ocorrem em dia de feira, assim como espetáculos artísticos, desenvolvem-se nas feiras como forma de entretenimento, apresentando riqueza e a experiência da memória.



Fig 2: Fotografias das feiras das pulgas (Buenos Aires, Montevideo, Porto Alegre e Curitiba).
Fonte: acervo da autora

A importância e o dinamismo que as feiras das pulgas ainda conservam fundam-se, sobretudo, na sua localização e na sua capacidade de preservar práticas tradicionais. No que diz respeito à sua relação com a estrutura urbana, essas regiões, são áreas de articulação da cidade e o nó da circulação urbana, onde se concentram sobretudo de atividades para-formais. É possível afirmar que o público que frequenta tais feiras é heterogêneo, varia de jovens a idosos, ricos e pobres, moradores e turistas; existe uma grande diversidade, própria da contemporaneidade, uma mistura de atividades e comportamentos num mesmo espaço público. Convivendo para-formal e formal, numa certa sensação de docilidade e inclusão. Feira das Pulgas é marcado pela diversidade e informalidade; sobrevivência de outros espaços e tempos; lugar de mistura e abundância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALLEMAND, Debora Souto; ROCHA, Eduardo; PINHO, Rafaela Barros de. **Descobrimo a cidade "Para-formal": controvérsias e mediações no espaço público**. Revista Virus, 2014.
- DELEUZE, Gilles. **A imagem-tempo**. São Paulo. Brasiliense. 2005.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Feliz. **O anti-édipo**. São Paulo: Ed. 34. 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. V.1**. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre. Editora Sulina, 2012





PANORÂMICAS IMERSIVAS 360° X 180° Cidades da Fronteira Brasil-Uruguai

Sarah Juliane Dorneles da Silva¹
Otávio Martins Peres²

Palavras-chave: fotografia; fronteira; espaço público; áreas verdes; digital.

Nos últimos anos foram iniciados, no Laboratório de Urbanismo (LabUrb), alguns projetos pioneiros no levantamento de dados e envolvimento com cidades da fronteira entre Brasil e Uruguai. O meio geográfico em escala local que melhor caracteriza essa zona de fronteira é aquele formado pelas cidades-gêmeas, as quais são caracterizadas por formarem adensamentos populacionais contínuos, porém divididos pela linha limítrofe de fronteira (BRASIL, 2005). Na fronteira entre o Brasil e o Uruguai são definidas seis cidades-gêmeas: Chuí - Chuy, Jaguarão - Río Branco, Aceguá - Acegua, Santana do Livramento - Rivera, Quaraí - Artigas e Barra do Quaraí - Bella Unión (PUCI, 2010). A fim de dar continuidade ao estudo desenvolvido pelo LabUrb e proporcionar o contato do público interessado (estudantes, pesquisadores, viajantes, etc.) com a região da fronteira, fez-se relevante o registro visual das cidades estudadas. Este trabalho visa apresentar o registro fotográfico, através de panorâmicas imersivas, realizado nas cidades-gêmeas.

As panorâmicas, desde seu formato essencial, têm sido utilizadas como formas de representação do ambiente urbano. Para Mondenard (1999, p.108), a vista panorâmica “[...] permite ampliar o campo de visão e logo vislumbrar a cidade no seu conjunto”. Com o desenvolvimento de tecnologias digitais da informação e da internet, a fotografia panorâmica potencializou-se e tomou um caráter experimental imersivo, trazendo o observador para dentro do espaço fotografado. A ampla utilização das panorâmicas 360°x180° consolidada-se recentemente a partir da associação das informações visuais com o recurso de geolocalização da informação no espaço (georeferenciamento). Segundo Leitão (2014, p.5), “Os Panoramas foram criados para possibilitar uma experiência espacial, sem precisar estar fisicamente naquele espaço representado”. Integrados com sistemas de georeferenciamento, podem ser utilizados como ferramenta de visualização das cidades a partir de um lugar específico e permitem um passeio virtual do ambiente urbano de modo facilitado e acessível.

¹Universidade Federal de Pelotas.sarahjdorneles@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas. otmperes@gmail.com.





Embora o espaço urbano das cidades-gêmeas da fronteira entre o Brasil e o Uruguai possuam mapeamento fotográfico com panorâmicas 360°x180° a partir do sistema viário, disponibilizado pelos recursos da plataforma Google Earth, os espaços públicos de convívio, como praças, parque e outros ambientes simbólicos dessas cidades não possuem essa representação visual imersiva. Constatando isso, as panorâmicas 360°x180° apresentadas neste trabalho se propõem a representar os principais espaços públicos das cidades-gêmeas, contribuindo, assim, para experimentação e reconhecimento dessa região.

Os procedimentos necessários para a composição das fotografias panorâmicas imersivas incluíram: visita ao local, contato com a população, captura das imagens, edição das imagens e disponibilização do material na internet.

A captura das imagens para a composição da panorâmica exigiu a visita presencial às cidades-gêmeas, proporcionada por uma expedição organizada pela equipe do LabUrb que reuniu 22 pesquisadores vinculados aos mais variados temas de pesquisa, todos relacionados ao estudo da fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Ao todo foram visitadas seis cidades-gêmeas, ao longo de sete dias de expedição, onde a escolha dos locais para a captura das fotografias envolveu uma consulta à população local sobre os espaços públicos mais vivenciados e significativos das cidades.

As fotografias panorâmicas 360°x180° foram concebidas através de montagens que agrupam várias fotografias, as quais juntas abrangem toda a superfície da esfera visual. As lentes utilizadas para captura das perspectivas são côncavas, no formato olho-de-peixe, para simular a abertura angular do campo visual esférico. Para adequada montagem das fotografias, durante a captura, o eixo da lente foi mantido fixo sob um ponto no espaço, as imagens foram obtidas com o giro da câmera fixada neste ponto. Na Figura 1, abaixo, está apresentado o conjunto de imagens capturadas para a composição da panorâmica da Praça Internacional, localizada linha divisória entre Santana do Livramento-BR e Rivera-UY.



Figura 1: imagens capturadas para a composição da panorâmica da Praça Internacional, Santana do Livramento/Rivera.

Para a fase de edição das fotografias foi necessária a utilização do *software* gráfico PT.Gui, o qual realiza tarefas importantes que facilitam a montagem das panorâmicas imersivas como: (a) identificação dos pontos comuns entre as imagens (Figura 2); (b) sobreposição e distorção das imagens para compatibilização da imagem





final; (c) correção à exposição da luz, se entre as imagens forem discrepantes; (d) recorte das imagens e unificação, obtendo uma fotografia panorâmica 360°x180° equiretangular (Figura 3).

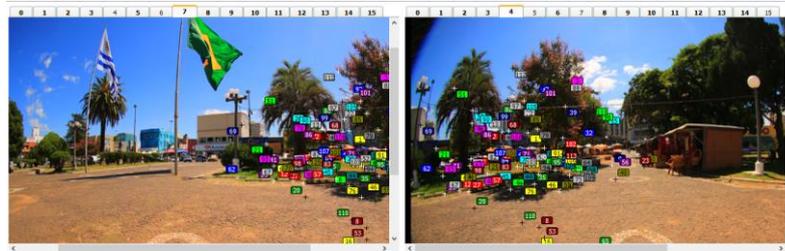


Figura 2: identificação de pontos comuns entre duas imagens no software PTGui.



Figura 3: Panorâmica 360°x180° equiretangular obtida no software PTGui.

Por fim, para que a panorâmica obtida após a edição das fotografias possa ser visualizada de forma a criar um ambiente interativo e imersivo é necessário um aplicativo de compartilhamento e visualização. Diante dessa demanda, as imagens foram disponibilizadas na plataforma digital do *site* 360cities.net, que permite armazenamento, o compartilhamento e a visualização das imagens.

Com a disponibilização das fotografias dos ambientes urbanos na plataforma virtual, as panorâmicas 360°x180° das cidades da fronteira Brasil-Uruguai passam a fazer parte de um contexto definido como da geografia digital, também definido por Eisner, 2006, como da Neogeografia. A Neogeografia trata-se de uma construção coletiva de ambientes virtuais, através de sistemas que espelham o mundo real, sempre atrelados a uma localização geográfica (SMITH, 2008, p.6). Nesse contexto, os panoramas imersivos desenvolvidos para as cidades-gêmeas Brasil e Uruguai oferecem aos usuários da *web* a possibilidade de percorrer os espaços públicos da região da fronteira e ainda contribuir para o compartilhamento através do *link* disponibilizado pelo 360cities.

Em síntese, as panorâmicas imersivas proporcionam a simulação computacional da vivência dos espaços públicos da zona fronteira entre o Brasil e o Uruguai de modo facilitado, acessível e interativo. O compartilhamento das imagens permite o alcance global do trabalho e promove um espaço de divulgação da região fronteira entre Brasil e Uruguai.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

EISNER, D. (2006). **Neogeography.** Disponível em:
<http://platial.typepad.com/news/2006/05/what_is_neogeog.html> Acesso em:
06/08/2016.

LEITÃO, T. Panoramas urbanos: a representação da cidade em 360°. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**, 3., São Paulo, 2014, **Anais...** São Paulo: ANPARQ, 2014. 1-11.

MONDENARD, A. **A Emergência de um Novo Olhar sobre a Cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1919.** São Paulo: Projeto História, 1999.

PUCI, A. S. **O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguaí.** Brasília: FUNAG, 2010. SMITH, A. H. **Digital Geography: Geographic Visualisation for Urban Environments.** Londres: Centre for Advanced Spatial Analysis University College London, 2008.





TURISMO: UMA PRÁTICA DE APROPRIAÇÃO, DOMINAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA

Sarah Marroni Minasi¹

Palavras-chave: turismo; espaço urbano; segregação socioespacial.

INTRODUÇÃO

No momento atual, com a influência da globalização nos mais diversos níveis, o turismo atua como um fenômeno que possibilita intensas transformações socioespaciais, políticas, culturais e econômicas nos territórios em que está inserida. É na contraposição entre global e regional alavancada pelo turismo que surgem novas formas da organização socioespacial urbana.

Ao pensar o turismo enquanto fator de desenvolvimento seja ele urbano ou regional pondera-se sobre a importância de contemplar uma distribuição espacial mais eficiente e justa dos recursos e das atividades econômicas derivadas. O turismo também está intimamente associado à questão da distribuição de renda decorrente da atividade, argumentam Gastal e Moesch (2007).

Ao compreender a importância e a intensa relação estabelecida entre o turismo e o contexto urbano, torna-se elementar buscar reconhecer os principais entraves dessa relação turismo – espaço urbanos.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática da ocorrência do turismo no meio urbano e a problemática da segregação socioespacial gerada pelas atividades turísticas em espaços urbanos.

AS PARTICULARIDADES DA ATIVIDADE TURÍSTICA

A chamada urbanização turística consiste em uma espécie de movimento de (des)construção e (re)construção do espaço, sem ficar isento das repercussões de crises e processos de descontinuidades resultado do modo de apropriação e consumo da atividade turística.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Universidade de Santa Cruz do Sul. Professora do Curso de Bacharelado em Turismo – FAT/UFPEL. E-mail: sarahminasi@gmail.com





De acordo com Mascarenhas (2004) existem algumas características fundamentais no processo de urbanização turística, são elas: o consumo prevalece sobre as atividades produtivas; altas taxas de crescimento demográfico; fluxos migratórios na busca por empregos; empregos de baixa remuneração; contraste entre tipos de habitação e de consumo supérfluos em zonas turísticas.

Portanto, observa-se que o processo de reorganização espacial das cidades é intimamente influenciado pelo desenvolvimento de novas atividades econômicas, destacando aqui o turismo. Não obstante, resulta em mudanças substanciais, introduzindo novas particularidades territoriais e reorientando o uso com novos modos de acesso, interferindo, assim, na formação de novas centralidades ao produzir polos de atração (CARLOS, 2001). Essa dinâmica produz a banalização do território, agora explorado e com crescentes possibilidades de ocupação pela dominação. Uma ocupação redirecionada e voltada para um verdadeiro leilão de fragmentos de territórios. É nesse contexto que o turismo se apropria de maneira perversa, com o intuito de usá-lo de acordo com a lógica que lhe é própria, isto é, modifica a paisagem criando novas formas e refuncionalizando o território. É o que Knafou (1999) se refere como o processo denominado “turistificação dos lugares”. A turistificação consiste na utilização diferente do lugar, até subvertê-lo e ao mesmo tempo ampliá-lo.

Devido à sua forma de organização o turismo torna-se consumidor do território, e nessa dinâmica alguns cuidados são requeridos. À medida que novas formações socioespaciais vão se (re)apropriando do território sob uma organização já estabelecida, as dinâmicas de concorrência pelas novas formas de ordenamento territorial desencadeiam e acentuam os conflitos. Cada formação socioespacial impõe a sua própria lógica de ordenação territorial.

Por esse motivo que se torna custoso extrair a atividade turística das demais atividades econômicas desenvolvidas nos centros urbanos. De mesma forma que caracterizar as infraestruturas turísticas e de apoio utilizadas por turistas e pela sociedade local também se torna uma tarefa repleta de ambiguidades. É possível compreender a atividade turística como somente mais uma das demais atividades econômicas em desenvolvimento em determinado território urbano, contudo, cabe não negligenciar o fato de contribuir para a (re)configuração dos territórios.

A LÓGICA DO TURISMO NO ESPAÇO URBANO

É a partir dos anos de 1970 que a temática da segregação é mais reconhecida em sua complexidade, o que torna mais evidente o debate em relação a vida cotidiana. E Santos (1996) afirma que o cotidiano não existe sem espaços e tempos apropriados, mas sim nos territórios de uso. A segregação urbana é apenas uma das faces da exclusão social e uma dinâmica capaz de induzir a reprodução de





desigualdades, sejam elas em relação ao acesso aos serviços e infraestrutura urbana, ao seletivo acesso ao lazer, entre outras tantas situações.

Pensar o processo de urbanização turística, identifica-se o que Mullins (1991) descreve como formação de territórios turísticos dentro dos limites do território urbano, como “redutos espaciais de consumo hedonista”. É o lugar do consumo e produção da atividade turística. Logo, o turista não pode ser perturbado pela (co)presença e usos que não integrem o imaginário da fantasia do consumo. Assim, o turismo é responsável por materializar na formação urbana bolhas de consumo turístico (URRY, 2001).

O turismo, como qualquer outra atividade econômica, principalmente no modo de produção capitalista, instala-se onde existem as condições mais favoráveis ao seu desempenho. Nesse caso a condição favorável é a presença de atrativos turísticos, a matéria-prima do turismo. A partir disso, o território do turismo se configura de acordo com as necessidades da atividade. (MINASI, 2015) O turismo é apontado como atividade que consome elementarmente o território. Segundo Cruz (2002, p.12), a nova organização socioespacial estabelecida pelo uso turístico do território dá-se sobre uma organização socioespacial preexistente e seria um engano crer que não há embates decorrentes do encontro dessas diferentes temporalidades. Os nexos antigos assimilam novidades, mas forçam, no limite a coexistência. Essa dinâmica dialética do território é entendida por Santos (1996) como resultado da confrontação ou invasão dos objetos novos sobre os objetos antigos ou rugosidades, imprimindo uma lógica ao espaço que lhe é própria por meio de ações direcionadas e alienantes alicerçadas nos discursos hegemônicos.

O turismo apresenta duas faces, uma voltada a expectativa de lucro e vocação para a concentração de riqueza e renda; por outro lado, a sua face enquanto criadora de oportunidades de ganhos e melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos e lugares mais pobres (CORIOLANO 2006). É na contradição do que destrói e beneficia que o turismo acontece, isto é, “o turismo se desenvolve à medida que o capitalismo se consolida, vivendo, no entanto, momento de transformação graças às novas concepções que se inserem no mundo do trabalho”, afirma Magalhães, (2008, p.96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de territórios que expressão distinção sociopolítica está diretamente relacionada com o turismo urbano e a geografia das cidades. Esses enclaves atuam na regulação e controle do uso dos espaços urbanos, o que resulta na (re)produção e manutenção das condições desiguais de acesso aos espaços urbanos. Nesse sentido, os lugares articulam-se de maneira fragmentada para atender aos interesses impostos por uma atividade econômica, aqui expressa pelo turismo.





É preciso ver o turismo, enquanto atividade produtiva moderna que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, na apropriação do território para seu uso, expressa contradições e relações de poder.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana F.A. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, A.L.; SEABRA, O. (Orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.
- CORIOLOANO, Luiza Neide M.T. **Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios**. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges; ARROYO, Mônica e SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Clasco, 2006.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GASTAL, Suzana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, educação e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.
- KNAFOU, R. Turismo e território. Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. B. *et al.* (Org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio De Janeiro, v. 8, n. 2, p.95-104, 2008.
- MASCARENHAS, G. **Cenários contemporâneos da urbanização turística**. Caderno Virtual de Turismo, v. 4, n. 4, 2004, p. 1-11.
- MINASI, Sarah Marroni. A perspectiva territorial no planejamento e gestão do turismo. In: VII Seminário Sobre Desenvolvimento Regional – Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território. **Anais...** Santa Cruz do Sul: 2015
- MULLINS, Patrick. **Tourism urbanization**. International Journal of Urban Regional Research, v.15, n. 3, 1991 p. 326-342.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- URRY, J. **O Olhar do Turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel, Sesc, 2001.





MOBILIDADE E FUNCIONALIDADE ECOSISTÊMICA GLOBAL DA PAISAGEM PARA O MUNICÍPIO DE JAGUARI-RS

Estudos em Macro Escala

Silvia Farias¹

Luis Guilherme Aita Pippi²

Palavras-chave: paisagismo; mobilidade global; planejamento; macro escala; Jaguari.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado faz parte de um estudo mais aprofundado realizado pelos autores na elaboração de um projeto de parque no município de Jaguari, desenvolvido para um trabalho final de graduação em arquitetura. O presente estudo aplica os conceitos e princípios do planejamento ecológico da paisagem de forma a ressaltar a preservação e conservação do patrimônio paisagístico e valorização da paisagem na cidade, tomando o município de Jaguari como modelo, cidade localizada na mesorregião Centro Ocidental do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A proposta em Escala Macro para o município de Jaguari foi desenvolvida após estudos e diagnósticos preliminares da área através dos princípios da Ecologia da Paisagem, que consistem na aplicação e espacialização das áreas de Matrizes, Corredores e Fragmentos, aliada ao conceito de conectividade do projeto, onde a Paisagem e seus ecossistemas constituintes são planejados e interconectados pela integração de suas unidades e dos diferentes sistemas e tipos de espaços livres, resultando num projeto de paisagismo com Mobilidade e Funcionalidade Ecosistêmica Global da Paisagem. Ao aplicar estes princípios tanto no diagnóstico, como na proposição e diretrizes projetuais iniciais, foram estudadas referências-base de apoio na paisagística, com assuntos semelhantes aos aplicados na proposta, a fim de embasar e justificar as soluções tomadas. O sistema estruturado pela Mobilidade e Funcionalidade Ecosistêmica Global da Paisagem para o município de Jaguari, contribui para a conexão dos ecossistemas e diferentes espaços livres: pessoas, fauna, flora, solo e recurso hídrico, tanto pela integração ecológica como mobilidade, o que contribui para

¹ Arquiteta e Urbanista, graduada pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFSM, Brasil. E-mail: sisilviafarias@gmail.com

² Professor adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Brasil. E-mail: guiamy@hotmail.com





propiciar a qualidade de vida urbana e natural da cidade, além de propiciar benefícios individuais, sociais, ambientais, culturais, ecológicos e econômicos. Ao fim deste estudo é apresentado um zoneamento para o município de Jaguari e região, através do Mapa de Plano de Recuperação Paisagístico-ambiental, resultando num paisagismo com Mobilidade e Funcionalidade Ecológica Global da Paisagem.

A PROPOSTA

O Planejamento Ecológico da Paisagem pensado para a área trabalhada é um estudo, através de planos e ações, com o intuito de recuperar, controlar e conservar o ambiente natural. Esse planejamento se utiliza de dinâmicas ambientais locais, bem como as características e elementos da região para a sua constituição, e configura-se como uma ferramenta de gestão. Assim, para elaborar os planos e ações da Mobilidade e Funcionalidade Ecológica Global da Paisagem a ser empregado no município de Jaguari, foram caracterizadas e identificadas as distintas estruturas que compõem a paisagem, na fase de diagnóstico do trabalho, tornando-se necessário o estudo de Paisagem e de Unidades de Paisagem, bem como os conceitos de Matriz, Fragmento e Corredor. A proposta para o município de Jaguari, 673,401km² de área e população de 11.631 habitantes, utiliza de conceitos de Ecologia da Paisagem e Planejamento Urbano, semelhante às adotadas por Pellegrino (*et all*, 2006), em sua pesquisa “A Paisagem da Borda: uma estratégia para a condução das águas, da biodiversidade e das pessoas”, onde são adotados, sempre que necessário e possível, soluções sustentáveis, inovadoras e viáveis economicamente. A proposta em Escala Macro para a cidade de Jaguari caracteriza-se por qualificações da paisagem e infraestruturas verdes estruturadas como um sistema de parque linear ribeirinho e sistemas de espaços livres e paisagens interligadas a sistemas de drenagem e tratamentos naturais das águas recolhidas no perímetro urbano do município. Aliado a isso, também foram considerados os espaços livres de edificações, além dos demais espaços residuais das quadras edificadas. Ao fim da proposta elaborada no presente trabalho, espera-se a transformação dos espaços públicos do município através de uma nova paisagem urbana estruturada e capaz de qualificar e reorganizar a área de estudo.

METODOLOGIA DE INSERÇÃO

Para a definição das áreas mais adequadas para cada tipo de uso, empregou-se alguns dos métodos de Pellegrino (*et all*, 2006), onde a metodologia aplicada estipula valores intrínsecos e específicos a cada tipo de terra, de modo que certos tipos não se adequam à urbanização, outros tipos de terra são intrinsecamente adequados. Somado a metodologia de valor intrínseco de cada local, também foram





utilizados conceitos da Ecologia da Paisagem, onde a paisagem é formada por um conjunto de matrizes, corredores e fragmentos. Essa metodologia apresenta uma visão mais pragmática e estuda os processos de conectividade e fragmentação dos ecossistemas naturais, avaliando a influência humana sobre os processos ecológicos. Como exemplo de aplicação desses conceitos metodológicos, foram selecionadas áreas-modelo para se adotar o método na etapa de estudo e diagnóstico do município de Jaguarí. Em seguida, buscou-se pontos de conexão entre os três princípios e posterior a isso, sentiu-se a necessidade de expandir a área a fim de tornar mais completo o estudo para a proposta dos Sistemas de Espaços Livres e Mobilidade Global. Para seleção da área mais ampla a ser estudada, buscou-se na história do município de Jaguarí, no livro “Jaguarí 350 Anos de História 1632 – 1982” de Otto Gampert, onde conta-se história de que a colônia foi dividida em linhas que demarcavam os lotes, na época da colonização. As linhas são ao total de 10, distam 1km entre si e sua nomenclatura é até hoje usada como referência pelos moradores. Para o referente trabalho, a Escala Macro adotada para as aplicações dos conceitos do texto utilizou-se a área entre as linhas L5 e L10, totalizando 2320,2 ha, onde se localiza a concentração urbana de Jaguarí e seu interior rural.



Figura 01: Área de estudo, sem escala. Elaborada por Sílvia Farias. 2015.

Foram adotadas, nessa área, os conceitos de Pellegrino (*et all*, 2006) para assegurar a continuidade dos espaços vegetados e tornar possível a conexão entre fragmentos, corredores e matrizes com a malha urbana, gerando a proposta de um planejado Sistema de Espaços Livres e de Mobilidade Global.

RESULTADOS DO ESTUDO E DISCUSSÃO

As áreas de transição entre mata e área urbana no município de Jaguarí – RS, objetivam fazer uma gradação entre as porções a serem recuperadas, implantadas e conectadas, gerando um importante corredor ecológico e urbano que conectará ecossistemas na área de estudo.



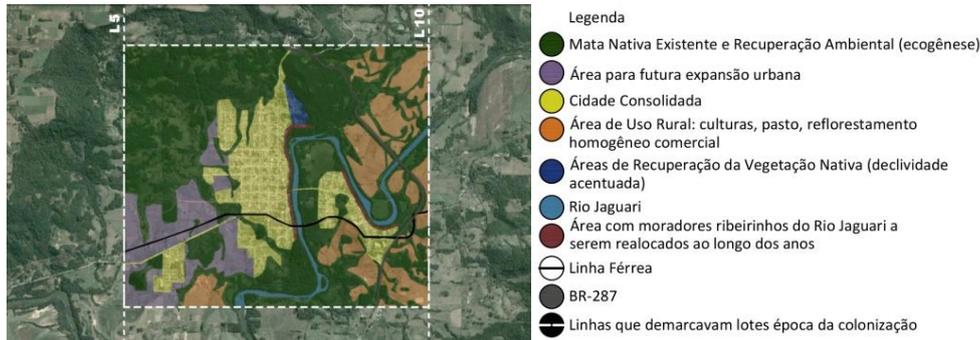


Figura 02: Mapa com o Plano de Recuperação Paisagístico-ambiental (Paisagem), sem escala. Elaborada por Silvia Farias. 2015.

O planejamento do Sistema de Espaços Livres permite, no âmbito municipal de Jaguari, garantir a integração do traçado viário, recuos, passeios com a arborização e soluções de infraestrutura verde para a drenagem urbana eficiente, por exemplo, garantindo assim maiores índices de absorção das águas das chuvas, além de direcionar a vazão da água, de controlar sua velocidade e prevenir o risco de enchentes. O planejamento total da área do município de Jaguari, através de um Sistema de Espaços Livres, transforma a localidade em um sistema integrado a paisagem, onde as características naturais prevalecem, permitindo conectividade de ecossistemas e transformando o meio urbano.

CONCLUSÕES

Nas fases de diagnósticos e primeiros estudos para a elaboração desta análise e proposta para o município de Jaguari notou-se que a cidade apresentava problemas de enchentes, falta de valorização de suas riquezas naturais e de conscientização da importância da preservação de seus recursos naturais, o que acarretaram um desenvolvimento da urbanização sem planejamento, e por consequência o desequilíbrio de ecossistemas, o que se fez necessário propostas de reintegração entre a cidade e a natureza, através do planejamento ecológico da paisagem.

Visando uma linha ética de desenvolvimento,

O planejamento ambiental fundamenta-se na integração dos sistemas que compõem o ambiente. Tem o papel de estabelecer as relações entre sistemas ecológicos e os processos da sociedade, das necessidades socioculturais e atividades de interesse econômico, a fim de manter a máxima integridade possível dos seus elementos componentes. (WEISS, 2009, p.13).

Ao fim, todos esses estudos, no grande Sistema de Espaços Livres proposto para o município de Jaguari, busca-se, de maneira integrada, resolver problemas de enchentes e drenagem, sem transferi-las de lugar, além de proporcionar uma rede estrutural interconectada entre paisagem, espaços livres e área ribeirinha ao Rio





Jaguari, dando maior qualidade de vida a população da cidade e preservação de ecossistemas. O Rio Jaguari torna-se o ponto central do município, agregando funções multifuncionais e educacionais, dando uma nova perspectiva aos moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PELLEGRINO, *et all* 2006. A Paisagem da Borda: uma estratégia para a condução das águas, da biodiversidade e das pessoas. In COSTA, Lucia M. S. A. (org.) **Rios e Paisagem Urbana em Cidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora/Editora PROURB. pg. 57-76.

WEISS, Raquel 2009. **Planejamento Ambiental e Ecoturístico para o Distrito de Boa Vista - Santa Cruz do Sul**. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, UFSM, Santa Maria.





METODOLOGIAS DE ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA ÁREAS VERDES Um Estudo de Caso para Jaguari - RS

Silvia Farias¹

Luis Guilherme Aita Pippi²

Palavras-chave: área de estudo; paisagismo; metodologias; paisagem; Jaguari.

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido é parte de um estudo realizado para um trabalho de conclusão de curso em Arquitetura e Urbanismo, e configura-se como a veiculação do potencial paisagístico local do município de Jaguari, cidade localizada na mesorregião Centro Ocidental do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, através de análises por metodologias aplicadas. Os estudos realizados objetivam ressaltar a preservação e a importância do planejamento urbano nos limites circundantes as áreas de APP (área de preservação ambiental) na cidade de Jaguari, para qualidade de vida urbana nas áreas e para conservação das áreas naturais próximas. As metodologias aplicadas ao trabalho são compostas de análises e diagnósticos sistematizados em três etapas e estruturados em três grandes grupos de diagnóstico: por Metodologias de Análise da Paisagem, Potencialidades e Fragilidades Segundo os Moradores e Visitantes de Jaguari, Potencialidades e Fragilidades segundo os autores. Ao fim do trabalho, são elaboradas diretrizes projetuais responsáveis por auxiliar futuros projetos de intervenção no município, além de demonstrar e valorizar os belíssimos recursos naturais não explorados da costa do rio, despertando a consciência ecológica dos moradores e valorizando a área até hoje não explorada.

OBJETIVOS

- Acentuar a importância da preservação dos recursos hídricos localizados no interior das cidades, por parte dos moradores e poder público;
- Ressaltar a preservação e a importância do planejamento urbano nos limites circundantes as áreas de APP (área de preservação ambiental), na cidade de Jaguari, para qualidade de vida nas áreas urbanas e naturais próximas;
- Desenvolver a valorização das riquezas naturais do município de Jaguari, por parte dos moradores, através de uma análise de imagens do local estudado;

¹ Arquiteta e Urbanista, graduada pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFSM, Brasil. E-mail: sisilviafarias@gmail.com

² Professor adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Brasil. E-mail: guiamy@hotmail.com





-Elencar potencialidades e fragilidades na área estudada, para ao fim do trabalho, elaborar diretrizes projetuais a serem seguidas que auxiliam na elaboração de projetos para a área estudada em Jaguari.

JUSTIFICATIVA

A temática da água, muito abordada nos últimos anos por escolas e pela mídia, tem como principal assunto a deterioração dos recursos hídricos, onde o crescimento desordenado das cidades causa problemas de falta de água potável devido ao despejo de lixo e esgoto em mananciais e, ligado a isso, o crescimento dos índices de alagamentos. Visto os problemas citados, a cidade de Jaguari, na porção do Balneário Fernando Schilling, banhado pelo Rio Jaguari, não apresenta barreiras de poluição, bem como despejo de lixo. Porém, a localidade está subutilizada, necessitando de projetos para a melhor utilização do rio, que em consequência, apresenta um potencial de melhoria urbana, motivando e desenvolvendo funções sociais nas proximidades e costas do curso d'água. O estudo realizado tem o intuito de exaltar as potencialidades do município para o próprio poder público, moradores, visitantes e futuros investidores, além de auxiliar futuros projetos para a área através de diretrizes projetuais para o local.

METODOLOGIA EMPREGADA

A análise e diagnósticos realizados são compostos de três etapas, a fim de ressaltar diferentes pontos relacionados ao assunto, estruturado em três grandes grupos de diagnóstico: por Metodologias, Potencialidades e Fragilidades Segundo os Moradores e Visitantes de Jaguari, e Potencialidades e Fragilidades Segundo os Pesquisadores.

ANÁLISES E DIAGNÓSTICOS POR METODOLOGIAS

A análise e diagnóstico por metodologias é realizado através do Planejamento Ecológico da Paisagem, composto por um estudo, através de planos e ações, com o intuito de recuperar, controlar e conservar o ambiente natural. Esse planejamento se utiliza de dinâmicas ambientais locais, bem como as características e elementos da região para a sua constituição. No presente trabalho, foram feitos estudos relacionados aos seguintes temas: Paisagem, Unidades de Paisagem e Subunidades de Paisagem, Aplicação do conceito de Matriz, Corredor e Fragmento na área de estudo; Quantificação dos Componentes da Paisagem e Caracterização dos Elementos da Paisagem da área de estudo. Esses estudos realizados reforçam o grande potencial que o município de Jaguari apresenta, para a implantação de um parque linear, bem como a subutilização do espaço, mostrando-se necessário o uso de medidas para valorização e preservação da área, expandindo para áreas verdes no interior da cidade, como um grande sistema de áreas verdes.





POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES SEGUNDO OS MORADORES E VISITANTES DE JAGUARI

A análise feita pelos moradores e visitantes de Jaguari foi realizada de forma anônima e sistematizada através de uma plataforma online, com a apresentação de imagens feitas pela autora de pontos visuais significativos da área de intervenção. A partir disso, o respondente deveria elencar seis imagens, das quais três delas que mais o agradassem e três que mais o desagradassem, e explicar o porquê de tais escolhas. O objetivo dessa metodologia é instigar o senso crítico dos respondentes, para que, a partir das imagens feitas pelos autores, refletissem a respeito do local. Além disso, tal processo ainda propicia diferentes opiniões, para que o diagnóstico geral realizado na referente pesquisa, não fosse somente de leitura da paisagem e análise dos autores, o que resultaria em um diagnóstico unilateral.

Optou-se por permitir a votação de pessoas que nunca visitaram a cidade como uma forma de divulgá-la, bem como por considerá-los eventuais usuários do possível projeto paisagístico tratado no referente estudo. No cálculo e análise dos votos foi possível perceber apontamentos de potencialidades e fragilidades semelhantes aos dos autores. Onde em síntese, a população se mostra muito receptiva com a ideia de intervenção paisagística na área do Balneário Fernando Shilling e Morro do Monumento Obelisco, no município de Jaguari. Os itens mais citados nas imagens que mais agradam e desagradam os votantes são:



Figura 1: À esquerda, ciranda de palavras com as opiniões que mais agradam os votantes. E à direita, ciranda de palavras com as opiniões que mais desagradam os votantes. Fonte: Elaborado por Autora (2015).

POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES SEGUNDO OS PESQUISADORES

Para a análise dos pesquisadores foram consideradas as análises de paisagem e a análise de público para a caracterização e diagnóstico das áreas. O presente diagnóstico foi organizado em um quadro de estudo, onde de acordo com cada tema, foram apresentadas potencialidades e conflitos identificados na área. O quadro elaborado é de extrema importância para a elaboração de diretrizes para um projeto de parque para o município de Jaguari, pois aponta forças e fraquezas de diversos tópicos da área de estudo, os quais devem ser pensados e tratados nas propostas.

RESULTADOS DO ESTUDO E DISCUSSÃO

Posterior as três etapas de análise e diagnóstico, estruturado em três grandes grupos (por Metodologias, Potencialidades e Fragilidades Segundo os Moradores e Visitantes de Jaguari, e Potencialidades e Fragilidades Segundo os Pesquisadores,





como resultado obteve-se um quadro de diretrizes projetuais para a implantação de um parque linear no município de Jaguari, que se trata da continuação desse estudo em um trabalho final de graduação.

Paisagem	Unidades de Paisagem	Subunidades de Paisagem	
		Diretrizes	Palavras Chave
Paisagem Natural	Sistema Natural	-Conectar unidades de paisagem por meio de áreas de transição de atividades; -Conectar as áreas de matrizes com corredores de forma a mitigar os corredores interrompidos e os fragmentos da paisagem; -Qualificar e conectar espaços verdes para se conformar um sistema de espaços livres.	-Áreas de Transição -Áreas Semelhantes -Sistemas

Quadro 1: Segmento do quadro de diretrizes elaborado após as análises. Fonte: Elaborado por Autora (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho, formado por diagnósticos e análises, foi possível identificar e caracterizar carências e potencialidades para a área do Balneário Fernando Schilling, no município de Jaguari. Atualmente a região do Balneário Fernando Schilling encontra-se em total estado de descaso, indo em contraponto com as belezas naturais do local. A análise da área de intervenção realizada para o município de Jaguari é fundamental pelo estudo e diagnóstico da área, onde foram aplicadas diversas metodologias. Tais metodologias tiveram três áreas de abordagem, através do Planejamento Ecológico da Paisagem, questionário aos moradores, ex-moradores e visitantes da cidade de Jaguari e o diagnóstico dos autores. Com isso, os resultados obtidos, pela forma de diretrizes projetuais, subsidiados pelas análises e diagnósticos, apontam critérios a serem valorizados para um futuro projeto de parque linear para o município de Jaguari. A criação de um parque, com espaços públicos adequados na área estudada, além de valorizar o município e suas belezas naturais, proporciona um convívio coletivo, juntamente com a certeza da perpetuação das espécies, somado a preservação da mata ciliar local, culminando em um espaço adequado de lazer e recreação, somado a atividades educativas para os moradores locais e visitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GATTI, Simone. **Espaços Públicos: diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo. 2013.
- GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e Cidades: Ruptura e Reconciliação**. São Paulo: SENAC, 2010.
- SANTOS, Emmanuel Antonio dos. **Planejamento e Paisagem**. São Paulo: FAU-USP, 2004.
- TÂNGARI, Vera Regina; SCHLEE, Monica Bahia; ANDRADE, Rubens de (Org.). **Águas Urbanas: Uma contribuição para a regeneração ambiental como campo disciplinar integrado**. Rio de Janeiro: Proarq, 2007.





OCUPAÇÕES EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Dano e Ônus Ambiental no Território em Disputa.

Taiana Pitrez Tagliani¹
Maurício Couto Polidori²

Palavras-chave: APP; ocupação; segregação socioespacial; morfologia urbana; marginalização.

A expansão atual do território urbano, seja pelos pobres, ocupando áreas periféricas e ambientalmente frágeis, seja pelas classes média e alta, em condomínios nas margens de rios e orlas, é uma situação recorrente nas cidades brasileiras. Tratadas com distinção, embora ambas signifiquem danos ambientais sob à luz da legislação ambiental vigente, via de regra, as ocupações de baixa renda são culpabilizadas e, muitas vezes, sofrem deslocalização a pretexto da preservação ambiental.

Com o aspecto da informalidade mais latente ao olhar de senso comum do que o da ilegalidade (este observado tanto em ocupações de baixa como de alta renda), a ocupação pelos pobres sobre o território é caracterizada, em grande parte, pela precariedade dos assentamentos, onde os problemas ambientais estão relacionados com a falta de infraestrutura pública – falta de esgotamento sanitário, de recolhimento de lixo – e não somente com o lócus da ocupação propriamente. Porém, quando se trata de dano ambiental, outros fatores presentes nas ocupações de média e alta renda são tão ou mais prejudiciais, como a impermeabilização excessiva do solo, a privatização do acesso público, etc. Além disso, mesmo estando em APPs, muitas dessas áreas acabam por ser regularizadas pelo poder público.

A partir da possibilidade de regularização fundiária inaugurada pelo Estatuto da Cidade, como legislação de referência para as questões urbanas, as ocupações de baixa renda passam a contar com a possibilidade de regularização fundiária. Neste sentido, é estabelecido um conflito que coloca em oposição as ações de remoção dessas ocupações, até então praticadas e justificadas através de regulamentações ambientais; e os direitos à cidade e à moradia digna respaldados pelo Estatuto. Além disso, fica evidente a ausência de ação do Estado em relação às ocupações ilegais de média e alta renda nos ambientes de APP, que tendem a não sofrer deslocalização compulsória (MORAIS, 2011).

¹ PROGRAU - Universidade Federal de Pelotas. taianatagliani@gmail.com

² PROGRAU - Universidade Federal de Pelotas. mauricio.polidori@gmail.com





Algumas das questões que permeiam esse conflito dizem respeito a: (1) um padrão de urbanização segregador e marginalizador, que reproduz desigualdades; (2) o ônus ambiental absorvido pelas populações pobres ocupantes de APPs; (3) disputa pela apropriação do território, em distintas territorialidades associadas, de um lado, às ocupações e suas territorialidades construídas a partir do uso do território como moradia e, de outro, o mesmo território demarcado pelo Estado com base na eleição e fixação de parâmetros da área biológica para a determinação de APPs; e (4) relação entre os tipos de APPs e as ocupações correspondentes.

De acordo com alguns autores, a condição de pobreza nas cidades implica na existência e na reprodução de um padrão de ocupação informal, cujas características principais são a insalubridade, a insegurança da ilegalidade (FERNANDES, 2001), a marginalização (PERLMAN, 1977; MARTINS, 1997). Ocupações onde a ausência do estado determina um isolamento social, criando ilhas de pobreza em meio à cidade dita “legal” (FERNANDES, 2001; KAZTMAN, 2001).

A despeito da determinação legal, as APPs são ocupadas pelas classes baixas como efeito da injustiça ambiental. Corroborando com Acselrad (*et al.*, 2009), o desenvolvimento econômico gera um ônus ambiental, cuja distribuição recai desproporcionalmente sobre os mais pobres e grupos étnicos desprovidos de poder. Para os casos de ocupações em APPs urbanas, conforme o autor, a injustiça ambiental também se manifesta através do cumprimento desigual das leis. O tratamento desigual é dispensado no sentido dos processos de deslocalização compulsória de pessoas ocupantes pelos quais passam, em geral, apenas os ocupantes ilegais informais pobres.

As APPs foram e são ocupadas de formas diferenciadas, com distintos usos e propósitos, por grupos que se diferenciam socialmente, seja em termos raciais e étnicos, seja no que concerne às trajetórias e experiências de vida ou ao lugar onde viveram antes da ocupação, seja quanto à classe social de que provêm ou à renda monetária que auferem. O que não confere diferenciação sobre a condição atual de ilegalidade das ocupações, pois o fator de ilegalidade, hoje, está dado pela legislação brasileira, tanto ambiental quanto urbanística. Mas, o que emerge nesses casos é uma disputa de legitimidade em relação ao uso e apropriação do território.

Não está posto aqui, e não será feita a discussão sobre o que deve prevalecer como regra para o uso de uma determinada área. Todavia, o que deve ficar claro é que se trata de um território cuja apropriação está em disputa. Nesse tabuleiro estão em jogo a preservação ambiental, o direito à moradia, a apropriação do território e seus significados. As regras, por hora, são estabelecidas através dos espaços legitimados de decisão garantidos pelo Estado e, igualmente, pela fixação de pontos de vista junto à sociedade civil organizada, e são, dentro da dinâmica das relações de poder, flexibilizadas conforme as circunstâncias. (ACSELRAD, 2009; MARICATO, 2008).





Nesse processo de disputa, há uma série de variáveis a serem consideradas. Portanto, o trabalho apresenta e debate o território de forma inter-relacionada com duas variáveis: (1) como instrumento de preservação ambiental e (2) como solução de moradia para população de baixa renda. Além disso, integra as questões do território como mercadoria, entendendo-o como parte de uma dinâmica especulativa que, em muito, contribui para os diferentes processos de segregação: socioespacial, ambiental e marginalização social (HAESBART, 2009; ACSELRAD, 2009; MARTINS, 1997).

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; et.al. (orgs.). **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- FERNANDES, Edesio. **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil**, (org). Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. **Novas territorialidades**. Módulo: Geografia na contemporaneidade. Curadoria de Antonio Carlos Robert Moraes. Palestra: 2009. Disponível em <http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/07/14/integra-novas-territorialidades-rogerio-haesbaert-da-costa/>
- KAZTMAN, Rúben. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.75, p.171-189. Dez. 2001.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MARTINS, José de Souza Martins. **Exclusão Social e a nova desigualdade**. 3.ed. São Paulo: Paulos, 1997.
- MORAIS, Ecléa. **Ocupação urbana contemporânea em áreas de proteção ambiental: o caso da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre/RS**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2011.
- PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.





A SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA Desigualdade Ambiental e a invisibilidade

Tayná Corrêa de Oliveira¹
Francine Marques²

Palavras-chave: Desigualdade ambiental; Segregação; Função Social; Invisibilidade;

INTRODUÇÃO

A pesquisa visa analisar a segregação do espaço urbano como uma manifestação da questão social, acompanhando uma comunidade da periferia da cidade de Pelotas que resiste há mais de 20 (vinte) anos como posseiros.

Registrando a invisibilidade destas famílias frente ao poder público, que não possibilita as mínimas condições de vida, não atendendo as necessidades básicas de sobrevivência humana.

A proposta é de trazer a oportunidade de despertar o debate sobre as questões que perpassam as questões sociais e o direito à posse. Abordamos a importância da reforma urbana para a existência digna destas famílias, focalizando no loteamento Santa Cecília, localizado no município de Pelotas, que materializa toda a forma de exclusão e violação de direitos que ocorre nas periferias das cidades brasileiras.

Vamos priorizar o fato de que grande parte de nossas cidades é construída pelos próprios moradores em áreas ocupadas – muitas delas ambientalmente frágeis. Para a construção desses bairros não há contribuição de arquitetos ou engenheiros, tampouco os olhos da prefeitura local com a sua legislação urbanística ou qualquer outra lei que vise preocupação com a vida destas famílias.

METODOLOGIA

A proposta metodológica utilizada neste estudo visa desenvolver uma pesquisa qualitativa sendo ela de campo, documental e bibliográfica, para produção e análise dos dados, bem como, utilizar a observação cartográfica no sentido de acompanhar os processos coletivos vivenciados pelas famílias. O estudo documental é conhecer e

¹ Estudante do 2º semestre do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, bolsista BIC/UCPEL, vinculada ao Grupo de Pesquisa em Reforma Agrária, Urbana e Ambiental.

² Estudante do 6º semestre do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, bolsista CNPq, vinculada ao Grupo de Pesquisa em Reforma Agrária, Urbana e Ambiental.





analisar historicamente a ocupação, seus registros, a forma com que foi construída a ocupação no loteamento Santa Cecília.

A pesquisa bibliográfica ocorre a partir de cinco categorias de análise, definida como orientadora para a fundamentação deste projeto: A função social da posse da terra/território e sua relação com os direitos humanos; o Direito à Cidade; Justiça ambiental e sua relação com as desigualdades; Políticas Públicas Sociais e Questão Social. Fizemos o acompanhamento destas famílias por intermédio da observação cartográfica, com instrumentos de registros, transcrições de áudio e diário de campo. Registrando o modo de vida das famílias envolvidas, seus desafios cotidianos, lutas e práticas de resistências coletivas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na cidade de Pelotas no ano de 2015 havia registrado na prefeitura cento e sessenta e uma (161) áreas públicas ocupadas há décadas. A exemplo de outras cidades, um terço da população local vive em áreas irregulares, ou seja, são mais de cem mil pessoas. Pelo grande interesse imobiliário, não é dos dias de hoje que a população mais vulnerável vem sendo afastada dos grandes centros, a mesma população que exerce seu direito a trabalho, não pode morar nas zonas mais centrais das cidades.

A globalização e a guinada para o neoliberalismo, ao invés de diminuir, enfatizaram as desigualdades sociais. No sistema capitalista nossas cidades são divididas entre o grande número de trabalhadores de baixa renda, que acaba se fundindo com os marginalizados e desempregados e as elites financeiras. Elites essas que são beneficiárias de todos os serviços básicos dividindo espaço com ocupações irregulares que raríssimos são aqueles que possuem luz e água, saneamento básico, ruas que possibilitem a entrada de bombeiros e ambulâncias. A negação diária ao direito a vida dessas famílias, de direito a terra, sendo ela um bem necessário para suprir as necessidades básicas, é extremamente preocupante.

A importância da reforma urbana deve continuar sendo debatida, porém devemos buscar os resultados, que passados todos esses anos ainda são raríssimos. Conscientizar a classe trabalhadora de seus direitos e buscar o trabalho coletivo centralizado para atingir suas metas, é um ponto de extrema importância para diminuir a forte opressão que esses trabalhadores recebem diariamente.

Observamos no Loteamento Santa Cecília, que se localiza no bairro Três Vendas no município de Pelotas/RS o total descaso com a saúde e a segurança dos moradores, um lugar que por interesses da classe dominante que domina o poder público, se vê totalmente invisível.

As famílias residem na área há mais de 20 anos. Trata-se de famílias de trabalhadores, que na sua maioria ganham a vida na informalidade, alguns oriundos





do bairro Santa Terezinha, que faz divisa com a localidade. Os primeiros ocupantes da localidade residiam em casas cedidas ou alugadas que, sem condições de manter suas moradias, enxergaram na área desabitada um meio de viver.

As áreas de ocupação são aquelas abandonadas, esquecidas, impróprias para o mercado imobiliário. Na maioria das vezes com restrição a ocupação, áreas de desmoração, alagadiças, sem infra-estrutura urbana, como é esse caso. A situação em que vivem as famílias do Loteamento é de total vulnerabilidade, a área é totalmente precária, consequência da própria dinâmica do modelo de produção capitalista, que visa precarizar áreas populares, para que dificulte o acesso da população.

O loteamento Santa Cecília encontra-se no entorno da Sanga das Três Vendas, que é um braço hídrico do canal Santa Bárbara e atualmente recebe quase todo o esgoto doméstico tornando o local extremamente poluído. Esse curso hídrico corta a cidade e serve como escoadouro das águas pluviais e esgoto, o que expõe a comunidade a graves problemas de saúde, a riscos ambientais, doenças de vinculação hídrica, entre outras. A estrutura é falha, a ponte que liga o bairro Santa Terezinha a comunidade está a ponto de cair, colocando em risco a vida das crianças que residem no local, além do restante da comunidade. Por residirem em uma área de ocupação a prefeitura não disponibiliza saneamento adequado.

O direito a cidade se dá através de políticas públicas que sejam executadas de maneira eficaz, deve ser garantido o acesso à terra urbanizada, serviços públicos essenciais com qualidade, condições de habitações dignas, acesso universal a iluminação, saneamento, água potável, transportes públicos, acessibilidade e mobilidade. Contudo, no loteamento Santa Cecília, identificamos que nem mesmo a Política de Assistência Social/PNAS, não está sendo assegurada, já que o Centro de Referência de Assistência Social/CRAS Três Vendas não consegue atender as demandas das famílias, desta forma não garantindo direitos como Bolsa Família que por falta de comunicação e interesse da prefeitura, muitas vezes não chegam ao conhecimento das famílias.

CONCLUSÕES

Por se tratar de uma pesquisa que ainda está em fase de andamento, não conseguiremos expor um quadro fechado da realidade observada. Portanto, cabe salientar que o objeto dessa pesquisa é a discussão e a reflexão da realidade que vivem as famílias em condições de vulnerabilidade social, bem como, tentar criar alianças e práticas capazes de combater a reprodução da desigualdade social. Pesquisar a função social da terra, deixando claro que não há espaço para o dogmatismo positivista, é de grande importância para investigar o processo de urbanização histórica que passou todo um contingente populacional, reconhecer o conflito de classes que por fatores econômicos interfere diretamente na política e na





geografia das cidades. Tornando a pesquisa um forte instrumento para estudar o resultado da urbanização caótica, analisando suas condições de vida, a desproteção social e a invisibilidade pública, pautando os direitos sociais e humanos não garantidos na formação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos 1992;

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998

HARVEY, David. **A Liberdade da Cidade**. 2013, (p. 47-60)





PLANEJAMENTO URBANO NA FRONTEIRA BRASIL - URUGUAY: MORFOLOGIA URBANA E HIDROGRAFIA

Thays França Afonso¹
Ana P. Costa Vieira²
Maurício Couto Polidori³
Otávio Martins Peres⁴

Palavras-chave: Fronteira, Morfologia Urbana, Hidrografia.

1. INTRODUÇÃO

O Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (LabUrb) tem aplicado esforços para trabalhar os temas do planejamento urbano em parceria com diversas prefeituras municipais, do Estado do Rio Grande do Sul, desenvolvendo diversos projetos relacionados ao planejamento urbano, desde a década de noventa, articulando iniciativas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

A partir dessas inúmeras experiências de interação entre universidade e municipalidades, nos últimos cinco anos as atividades do LabUrb estiveram voltadas para a integração binacional entre o Brasil e o Uruguai, a partir das cidades de fronteira e do reconhecimento dos aspectos de uma paisagem cultural comum, configurada pela integração de uma rede de cidades e pelo contexto do bioma Pampa. A partir desses trabalhos, uma série de estudos tem procurado abordar de modo integrado aspectos da paisagem natural, do ambiente urbano, da sociedade, com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca das cidades localizadas na faixa de fronteira.

Como parte dessa série de estudos, o presente trabalho objetiva apresentar um conjunto de dados de levantamento e análises sobre a morfologia urbana e a hidrografia natural, para o conjunto de cidades localizadas na faixa de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, de modo a disponibilizar o conjunto de informações de interesse ao

¹ Universidade Federal de Pelotas. thaysafonso@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas. anape.vieira@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas. mauricio.polidori@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas. otmperes@gmail.com





planejamento urbano e ambiental, bem como construindo bases para o reconhecimento das características comuns da urbanização neste contexto comum da paisagem cultural do Pampa.

2. RECURSOS TEÓRICOS

O Brasil e o Uruguai estão contidos em uma faixa de fronteira definida pelo Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguay que corresponde ao Arco de Fronteira Sul, na Sub-Região XVII, conhecida como Pampa (Puci, 2010). Esta faixa está caracterizada por uma área de 150 km além da linha limítrofe da fronteira binacional, para ambos os lados, incluindo uma ampla rede de cidades e aglomerados urbanos, de pequenos e médios portes, com economias voltadas nas relações entre os setores primários e terciários. Ao longo da faixa de fronteira Brasil – Uruguai existem seis pares de cidades gêmeas, as quais estão justapostas a uma distância máxima de 20 km, sendo elas: Chuí - Chuy, Jaguarão - Rio Branco, Aceguá - Acegua, Santana do Livramento - Rivera, Quaraí - Artigas e Barra do Quaraí - Bella Unión.

Essa zona fronteira transpõe o marco político territorial entre os Estados Nacionais (limites físicos), abrangendo o espaço cultural e ambiental dentro das cidades (Ferrari, 2013). Esses espaços, de acordo com os conceitos propostos por Rossi (1964) e Lamas (1992), a respeito da morfologia urbana e do desenho das cidades, são resultantes de fatores socioeconômicos, políticos e culturais, de modo que, a forma urbana seja uma estrutura física em um ambiente humanizado e funcional.

Um modo de harmonizar o ambiente natural com o crescimento urbano é fazer um planejamento binacional integrado a partir das cidades gêmeas de fronteira, onde ocorrem trocas intensas entre ambas as culturas urbanas (Ferreira, 2008). Contudo, alternativamente, alguns autores convergem à ideia de ampliar a abordagem mediante cidades gêmeas, definindo uma faixa de fronteira que amplia a área de abrangência além da linha limítrofe, permitindo assim uma abordagem verdadeiramente regional (Puci, 2010; Ferreira, 2008).

3. RECURSOS INSTRUMENTAIS

Para a abordagem empírica, o trabalho está apoiado na construção de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), de modo a criar uma adequada organização dos dados e na construção de mapas. Para tanto as etapas de trabalhos estão divididas nos seguintes tópicos: I-Revisão bibliográfica; II-Levantamento da geolocalização das cidades contidas na faixa de fronteira Brasil-Uruguai; III-Levantamento da hidrografia (dados topográficos, delineamento de bacias hidrográficas, linhas de drenagens, áreas alagáveis - modelo HAND); IV-Levantamento da morfologia urbana (construção de mapas axiais, área efetivamente urbanizada,





análises de centralidade); V-Gerenciamento dos dados em ambiente de Sistemas de Informações Geográficas SIG e agrupamento dos dados em pastas.

A revisão bibliográfica está sendo feita através de documentações diretas como artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e afins, por meio digital. Esses estudos embasaram a composição das etapas II - III - IV - V para a delimitação das cidades que compõem a faixa de fronteira, assim como os levantamentos necessários. Os dados estão sendo organizados em pastas dispostas por grupos de cidades de acordo com cada par de cidades gêmeas, e para cada grupo foram levadas em consideração, as cidades mais próximas a cada eixo. Em cada cidade os dados foram agrupados em subpastas por temas, conforme a Figura 1-A mostra um dos processos de organização dos dados para a cidade de Castillos, do Eixo G1 das cidades gêmeas Chuí-Chuy da fronteira Brasil-Uruguaí.

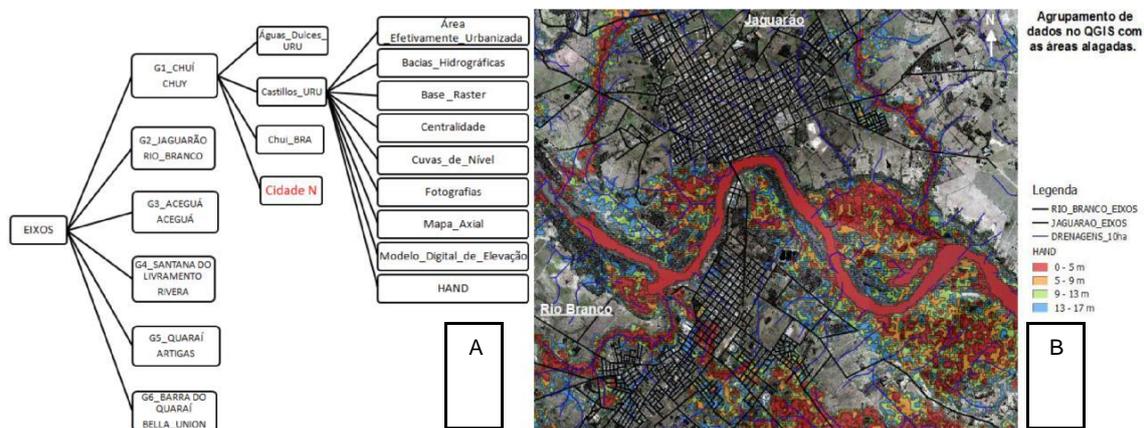


Figura 1: A- Fluxograma com a sistematização dos dados para a cidade de Castillos do Eixo G1 das cidades gêmeas Chuí-Chuy da fronteira Brasil-Uruguaí. **B-** Sistematização das informações das cidades de Jaguarão e Rio Branco, com sobreposição das linhas de drenagens (em azul), eixos viários (em preto), HAND (cotas de alagamentos). **Fonte:** Elaborada pelo autor.

A exemplificação deste conjunto de dados e possibilidade de análise em ambiente SIG está representada na Figura 1-B, que mostra um mapa das cidades de Jaguarão-BRA e Rio Branco-URY, com a sobreposição dos dados axiais (mapa de eixos), linhas de drenagens e o modelo de simulação de áreas alagáveis HAND (*Height Above the Neareast Drainage*), mostrando em escala de cores para o intervalo de cotas a partir das linhas de drenagens, consideradas cota zero, até a cota de 17 metros.

Nota-se que as áreas baixas junto às linhas de drenagem tendem a alagarem inicialmente para as cotas de até cinco metros, enquanto os terraços elevados, junto aos divisores de água são onde ocorrem os eixos viários das cidades. Essa relação entre os diferentes componentes do meio físico e ambiental no ambiente urbano aproxima a diversidade de atributos e complexidade do ambiente natural e urbano, de





onde é possível abordar o contexto urbano pelos espaços estratégicos nas cidades considerando as relações com a geomorfologia e a presença de atributos naturais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo para o planejamento urbano integrado na faixa de fronteira entre o Brasil-Uruguai que está em desenvolvimento pelo Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel, vem contribuir para o ensino, pesquisa e extensão universitária, através de estudos que compreendem uma sistematização de dados que auxiliam de tomada de decisão por parte dos representantes legais de cada cidade ou aglomerados urbanos, permitindo análises tais como: expansão urbana, áreas passíveis à alagamentos, usos do solo, dentre outros, que contribuem para um planejamento urbano nas cidades de fronteira entre o Brasil-Uruguai.

Para as oitenta e oito cidades da faixa de fronteira já foram abordadas cerca de setenta por cento dos dados dos municípios e considerando a importância desses estudos o trabalho possibilita uma melhor compreensão das cidades da faixa de fronteira entre o Brasil-Uruguai, já que, o conjunto de informações sistematizadas em ambiente SIG permite a direta apropriação dos dados possibilitando a distribuição e publicação à comunidade acadêmica em geral dedicada a trabalhar de modo conjunto e integrado a rede urbana das cidades de fronteira Brasil-Uruguai.

REFERÊNCIAS

- FERRARI, Maristela. **Territorialidades transfronteiriças na zona da fronteira seca internacional Brasil-Argentina**. In: DIAS, Leila C. e FERRARI, Maristela. (Org.). Territorialidades humanas e redes. 2ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- FERREIRA, A. C. **Caracterização do comércio exterior no Arco Sul da Faixa de Fronteira brasileira**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ – monografia. 2008.
- LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e o desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1992.
- PUCI, A. S. **O Estatuto da Fronteira Brasil – Uruguai**. Brasília: FUNAG, 2010.
- ROSSI, Aldo. Consideraciones sobre La morfologia urbana y la tipologia constructiva. In: **Aspetti e problemi della tipologia edilizia**. Venezia: Cluva, 1964. p.127-137





PARA-FORMAL NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY: Configuração e desconfiguração do espaço público.

Thomaz Dufau Pereira da Silva ¹
Lorena Resende Maia ²
Thais Ribeiro ³
Gabriel Fischer Garcia ⁴
Eduardo Rocha ⁵

Palavras-chave: para-formal; fronteira; espaço público; errâncias urbanas; cartografia urbana.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho permeia entre questões de configuração e desconfiguração dos conceitos urbanos políticos e técnicos de atividades comerciais, culturais e até mesmo relacionadas à moradia que encontram-se em espaços públicos da cidade onde, a primeiro plano, não estariam organizados e/ou implantados. Tendo como ponto de partida o termo criado pelo grupo argentino GPA (2010)⁶, entende-se por atividade para-formal ou paraformalidade, um conceito de fronteira que contraria a dualidade entre formal e informal trabalhado em áreas do conhecimento como urbanismo e economia, buscando um modelo de investigação entre categorias, além de alternativas para o alcance das zonas intermediárias e de cruzamento, relacionados a cenas urbanas que hoje estão plenamente inseridas no convívio diário.

Destacam-se e observam-se, neste momento, os aspectos acima abordados nas chamadas cidades gêmeas da fronteira entre o Brasil e o Uruguai (Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas, Jaguarão-Rio Branco, Barra do Quaraí-Bella Union, Chui-Chuy e Aceguá-Acegua), que através de viagem realizada do grupo “Para-formal na fronteira Brasil-Uruguai”, do Laboratório de Urbanismo (LabUrb), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) tiveram suas realidades e paraformalidades estudadas e documentadas.

A partir disso, tem-se como objetivo uma série de ações de divulgação e disponibilização de tais informações, por meio de uma página da web (<http://paraformalnafronteira.com/>), organização de acervo digital e exposição do levantamento fotográfico, digitalização dos diários de viagem, além da promoção de

¹ FAUrb/UFPEl. thomazdufaups@gmail.com

² FAUrb/UFPEl. E-mail do Segundo Autor

³ FAUrb/UFPEl. thaisifsul@gmail.com

⁴ FAUrb/UFPEl. gabriel.fischer@gmail.com

⁵ FAUrb/UFPEl. amigodudu@yahoo.com.br

⁶ O grupo Gris Público Americano (GPA) é um coletivo independente, formado por um grupo de arquitetos argentinos com sede em Buenos Aires, integrado por Mauricio Corbalán, Paola Salaberry, Pío Torroja, Adriana Vázquez, Daniel Wepfer e Norberto Nenner [https://www.facebook.com/grispublicoamericano.gpa]. Propõe investigações que tem como ponto central as situações de controvérsias urbanas, polémicas e/ou complexas.





palestras e seminários sobre os levantamentos das cidades fronteiriças, realizando intercâmbios com outros grupos de pesquisa da UFPel e em diferentes universidades.

METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa tem como ponto de partida os estudos sobre o caminhar no centro das cidades. O caminhar do errante, aquele que sai sem rumo, não tem um ponto de partida e nem de chegada fixos. Caminha perdido por dentro um território urbano conhecido e ignorado ao mesmo tempo.

Ao caminhar esse corpo (usuário, turista, planejador, etc.) cria mapas, deixa marcas e rastros – cartografias urbanas – que podem nos auxiliar a compor um novo universo sobre a cidade na contemporaneidade (DELEUZE & GUATTARI, 1995; JACQUES, 2012).

Os procedimentos metodológicos – qualitativos – adotados para o trabalho dividem-se em três planos: teórico, prático e projetual, assim como os processos, estão previstos para acontecer também em três níveis: introdução, desenvolvimento e conclusão, as quais correspondem aos objetivos específicos do projeto.

Os procedimentos metodológicos dividem-se na prática nas seguintes etapas:

- a) Viagem de estudos para a fronteira Brasil-Uruguay;
- b) Sistematização e do material produzido na viagem;
- c) Desenvolvimento de acervo fotográfico para exposição;
- d) Criação, publicação e interação em website;
- e) Comunicação com as prefeituras das cidades de fronteira;
- f) Organização e divulgação de seminário sobre a fronteira;
- g) Reuniões de avaliação das ações e;
- h) Produção de escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e o debate produzidos até o momento no projeto de ensino são, quanto a:

- a) Viagem de estudos para a fronteira Brasil-Uruguay

O percurso pelas cidades gêmeas ocorreu entre os dias 14 e 19 de março de 2016, tendo como participantes 22 (vinte e dois) viajantes-nômades-pesquisadores (estudantes, professores e profissionais) de diversas áreas do conhecimento (arquitetura, urbanismo, artes visuais, engenharia, nutrição, geologia, sociologia, letras, música e história) percorrendo e documentando o território em seis dias consecutivos como estrangeiros e errantes, em uma (i)lógica contínua. A partir dessa atividade de contato direto com um ambiente exterior ao acadêmico e seus protagonistas, seguiu-se ao encontro das cenas paraformais possíveis e pelos corpos-caminhantes, produzindo-se através dos percursos não programados, cadernos de campo e registros fotográficos.

- b) Sistematização e do material produzido na viagem

Foram produzidos materiais (escritos e imagéticos) durante a viagem referente as diversas temáticas relacionadas durante a busca aos recortes paraformais <<http://www.paraformalnafronteira.com/>>. Até o momento estão sendo sistematizadas as imagens e escaneados os cadernos de campo, que serão disponibilizados em *website*.





c) Desenvolvimento de acervo fotográfico para exposição

A partir dos registros fotográficos realizados, selecionou-se e organizou-se em arquivo digital as imagens de potencial característico das atividades paraformais, que em seguida serão classificadas quanto ao seu tipo, porte, mobilidade e instalações, tendo como objetivo a disponibilidade à comunidade em geral através de futura exposição itinerante. Analisam-se também as cenas paraformais quanto as relações dos corpos com os equipamentos e a influência de elementos urbano/climáticos que poderiam modificar ou ainda possibilitar as atividades, como o clima, a estação do ano, calçadas, marquises, etc.

d) Criação, publicação e interação em website

Foi criado um website (paraformalnafronteira.com) no período de preparação da viagem, com a intenção de publicar todo o processo do projeto, com as seguintes informações principais: gêneses, para-formal?, o projeto, notícias, roteiro, viajantes, viagem e contato (Fig. 1).



Figura 1: Website (paraformalnafronteira.com).
Fonte: projeto Para-formal na Fronteira, 2016.

e) Comunicação com as prefeituras das cidades de fronteira

Visando levantamento de dados geográficos e estatísticos que ajudem na compreensão das realidades das cidades fronteiriças, realizou-se contato com alguns dos órgãos administradores públicos uruguaios por meio virtual.

f) Organização e divulgação de seminário sobre a fronteira

O seminário está em fase de organização e divulgação, previsto para os dias 20 e 21 de outubro de 2016, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel e, contará com a presença de convidados nacionais e internacionais, especialistas na temática da fronteira.

g) Reuniões de avaliação das ações:

Realização de reuniões de avaliação mensais e periódicas para discutir as ações tomadas até o momento e as propostas.

h) Produção de escrita:

Paralelamente estão sendo produzidos relatórios e artigos científicos, além de estar projetada uma futura publicação de livro sobre a temática das cidades da fronteira Brasil-Uruguay.





CONCLUSÕES

Tendo em vista a realidade de cruzamento existente nas zonas analisadas, seguindo como base o Segundo o Estatuto da Fronteira (PUCCI, 2010) que considera a fronteira Brasil-Uruguay como o limite é a linha que separa o território de dois estados, a fronteira é a região ao redor do limite de onde se pretende traçar semelhanças/diferenças entre as possíveis cenas de paraformalidade.

Ate o presente momento, com a pesquisa em andamento pode-se apontar as seguintes observações: o para-formal é carregado de costumes e identidade entendida como forma de pertencer e participar, nos ensinando novas soluções para a cidade na contemporaneidade, assim como anima, ensina, vive e experimenta a cidade; o desenho urbano existente (legal) acomoda-se às cenas para-formais e vice-versa; ele também polui várias cenas, atrapalha e violenta a cidade e o cidadão. Por fim, o para-formal denuncia a ausência de equipamentos urbanos, principalmente os bicicletários, que nessas três cidades de estudo muitas vezes foram vistos placas de sinalização, postes, grades servindo de apoio para as bicicletas.

Por fim, metodologicamente,, compreende-se a importância das errâncias urbanas como forma de construção da cidade, abrindo espaço para discussões e pensamentos a respeito do lugar do ser humano, interferido diretamente na dinâmica da vida urbana e urbana e trazendo novas formas de pensar a cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRIS PUBLICO AMERICANO. **Para-formal: ecologias urbanas**. Buenos Aires: Bisman Ediciones/CCEBA Apuntes, 2010.
- DELEZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- GHEL, Jan. **Cidades para as pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GHEL, Jan; SVARRE, Birgitte. **How to study public space**. Londres: Island Press, 2013.
- JACQUES, P. B. [org.]. **Elogio aos Errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.





SEGREGAÇÃO E REDES DE SOCIABILIDADE As mulheres da pobreza

Tuize Rovere Hoff¹

Palavras-chave: segregação; pobreza; gênero; redes; mulheres.

A segregação urbana (VILLAÇA, 2001) surge como fator importante na dificuldade de acesso dos indivíduos aos serviços, estruturas públicas e políticas sociais. Esta dificuldade resulta e é resultado da situação de pobreza, onde ela leva a segregação, o que por sua vez, leva ao aprofundamento da pobreza. Assim, a localização dentro do espaço urbano pode ter papel definidor da qualidade de vida dos indivíduos:

a segregação espacial urbana atua através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades e dificuldades de locomoção no espaço urbano. Uns tem os equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis, outros, menos acessíveis, entendendo-se acessibilidade em termos de tempo e custo de deslocamento no espaço urbano. (VILLAÇA, 2003, p. 2)

A partir deste processo de segregação, as pessoas pobres acabam por terem o local de suas moradias estabelecidos por forças externas a sua escolha. Esta imposição, seja por meio de políticas públicas, seja pela falta de condições de compra ou aluguel, é consequência do preço da terra urbana (VILLAÇA, 2001).

A pobreza tem diversas dimensões, além dos possíveis indicadores quantitativos de renda:

pobre no lo es solamentela persona, la familia o el grupo que dispone de una renta y de um patrimônio exíguo, sino también quien de hecho no dispone, nisiquiera potencialmente, de la posibilidad de disfrutar de algunos bienes y servicios esenciales para la supervivencia, como por ejemplo la atención médica: que no tiene acceso a las instituciones o la asistencia social en sus diversas formas y cuyo capital espacial excluye de los más elementales derechos de ciudadanía; que es estigmatizada y “etiquetada” em función de su lugar de residencia. (SECCHI, 2013, p.31)

Neste contexto, a situação espacial em que estes indivíduos se encontram pode ser tomada como sendo condicionante de sua qualidade de vida e possibilidade de inserção na esfera produtiva e social, além de influenciar na possibilidade de acesso aos direitos básicos de cidadania e estado de bem-estar. A esta condição de pobreza, não quantificada por índices de renda mas por condições de fragilidade frente a situações adversas, Marques (2007) chama de “vulnerabilidade”.

A dificuldade de acesso aos serviços e a infraestrutura necessários para que a situação de vulnerabilidade possa ser amenizada, além da falta de alcance de políticas

¹Arquiteta e Urbanista, especialista em Gestão Ambiental, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, bolsista CAPES. tuize.hoff@gmail.com





públicas sociais, fazem com que diferentes locais da cidade tenham situações de maior precariedade e consequente vulnerabilidade do que outros:

a pobreza é considerada como multidimensional e a sua produção como influenciada por diversos processos sociais ligados à inserção dos indivíduos em estruturas de oportunidades. O acesso a essas estruturas é mediado, entre outras coisas, pela localização dos indivíduos no espaço urbano e pelas redes sociais em que estão incluídos. (MARQUES, 2007, p. 14)

A localização dentro do espaço urbano funciona assim como elemento de promoção ou afastamento do estado de bem-estar dos indivíduos. A materialização deste afastamento é a pobreza e a vulnerabilidade social e urbana. Os lugares ocupados pelos indivíduos em vulnerabilidade são os menos atendidos por infraestrutura e serviços urbanos e por consequência os menos valorizados e mais baratos, ficando os mais pobres, segundo Villaça (2003, p. 3), com as “piores localizações e de pior acessibilidade”.

Nas piores condições, a segregação espacial pode transformar-se em segregação social ou relativo isolamento, reforçando a condição de pobreza e vulnerabilidade (MARQUES, 2007). Este isolamento social se refere a dificuldade de relacionamento com camadas detentoras de melhores condições dentro do espaço urbano, criando certa homogeneidade nas relações interpessoais. Assim, segundo Marques (2007) ao mesmo tempo em que a segregação caracteriza acesso desigual à cidade, o acesso desigual também caracteriza a segregação, ou seja, o acesso aos serviços e infraestruturas urbanas não necessariamente desconstitui a segregação social e espacial.

Dentro deste processo, a criação e manutenção de vínculos entre indivíduos surge como uma possibilidade de ajuda mútua e reação aos processos de segregação e isolamento.

A criação ou manutenção de relações e vínculos sociais pode funcionar como meio de mudança e manutenção de melhor qualidade de vida, proporcionando acesso a direitos subtraídos pela própria condição em que vivem. A estas relações individuais ou de grupos chama-se redes sociais ou redes de sociabilidade.

As redes de sociabilidade dos indivíduos podem apresentar diferentes graus de homogeneidade. A segregação, fenômeno vinculado ao espaço e às relações sociais (VILLAÇA, 2001) pode ser profundamente influenciada pela constituição de redes de sociabilidade individuais. O grau de interferência destas redes vai variar conforme o alcance e o uso que cada indivíduo é capaz de fazer delas (MARQUES, 2007):

os atores sociais (indivíduos, organizações) são entendidos a partir de sua inserção em uma estrutura de rede social. O desenho dessa rede posicionará esse ator em um ambiente social, o que resultará em trajetórias biográficas particularizadas decorrentes de sua posição, na estrutura social, e das experiências por ele vivenciadas. (FONTES e EICHNER, 2004, p. 8)

Se por um lado o processo de segregação inibe a mobilidade urbana por falta de recursos financeiros ou estruturais, levando os indivíduos a se relacionarem de forma mais restrita com o território (FONTES e EICHNER, 2004), por outro, as redes sociais criariam a possibilidade deste indivíduo relacionar-se “por sobre o território” (MARQUES, CASTELLO e BICHER, 2012, p. 35), combatendo o efeito de isolamento resultante do processo de segregação.

Assumindo o papel social de cuidadoras dos mais vulneráveis e responsáveis pelo trabalho doméstico (DRAIBE, 2002), as mulheres em situação de pobreza são





aquelas que necessitam mais intensamente dos serviços públicos, infraestruturas e ainda de equipamentos urbanos. Também são as mulheres que fazem os trajetos mais complexos dentro da cidade (MADARIAGA, 2004), utilizando-se do transporte público.

Assim, as mulheres afetadas pelos processos de segregação urbana, tem o seu trabalho social e reprodutivo dificultado pela falta de mobilidade. Ao mesmo tempo, as mulheres assumem a condição de cuidadoras e exercem suas capacidades de criar e manter vínculos afetivos através da família e outras relações sociais.

Apesar das relações familiares patriarcais atuarem como um fator de redução nas redes de sociabilidade femininas (MARQUES, 2007), é crescente o número de famílias de baixa renda chefiadas por mulheres¹: segundo o relatório Unifem/Ipea sobre desigualdades no Brasil, de 1995 a 2009, a proporção de mulheres chefes de família aumentou de 22,9% para 35,2%. Essas mulheres, acabam muitas vezes por assumir também a atribuição de mantenedoras ao desvencilharem-se do cônjuge.

Sendo assim, estas mulheres exercem papéis importantes na modificação de suas condições de vida através da vivência de suas redes, contando com este apoio no cuidado com os filhos e idosos, ajuda nos serviços domésticos e inserção no mercado de trabalho.

Não mais como sujeito passivo das mudanças sociais e espaciais a que se submetem a partir da segregação, as mulheres surgem como agentes, protagonistas de mudanças na sua situação de vida. Por outro lado, para a compreensão das mudanças promovidas a partir das redes de sociabilidade, é necessário o estudo do contexto em que os indivíduos se encontram e os constrangimentos sociais, econômicos e políticos a que são submetidos:

a adoção de uma perspectiva relacional não pretende negar a importância das chamadas condições econômicas objetivas nem das estratégias e dos comportamentos individuais, ambos absolutamente essenciais para a compreensão do fenômeno. No entanto, a integração da sociabilidade e das redes aos constrangimentos econômicos mais amplos e as escolhas individuais permite avançar para a superação da dicotomia entre estrutura e ação que marca a maior parte das interpretações sobre o tema. (MARQUES, 2009, p. 472-3).

A partir deste pressuposto, estudar as redes de sociabilidade e a maneira como elas influenciam nas condições de bem-estar das mulheres em situação de pobreza, segregação e vulnerabilidade, tornam-se elementos chave para a compreensão destes processos e futura elaboração de medidas mitigatórias destas condições a partir de instrumentos públicos de geração de equidade social.

REFERÊNCIAS

- DRAIBE, Sônia M. **Brasil 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis**. In: Taller inter-regional. PNUD/UN, Santiago, Chile, 2002. Disponível em http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fProtecao_e_Inseguranca_social_em_tempos_dificeis.pdf. Consultado em 20/09/2016.
- FONTES, Breno Augusto; EICHNER, Klaus. **A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda**. In: REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales. Vol. 7, N° 2, outubro/novembro, 2004. Disponível em http://revista-redes.rediris.es/html-vol7/vol7_2.htm. Consultado em 20/09/2016.

¹ Dados do relatório Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - UNIFEM e Ipea.





MADARIAGA, Inés Sánchez. **Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida.** Disponível em <http://cerro.cpd.uva.es/bitstream/10324/10265/1/CIUDADES-2004-8-INFRAESTRUCTURAS.pdf>. Consultado em 10/11/2015.

MARQUES, Eduardo. **As redes sociais importam para a pobreza?** Revista Dados, V. 52, N° 2, Rio de Janeiro, junho de 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200006. Consultado em 28/09/2016.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHR, Renata M. **Redes pessoais e vulnerabilidade social em São Paulo e Salvador.** In: Revista USP, N°92, p. 32-45, São Paulo, dezembro/fevereiro 2011-2012. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34881/37617>. Consultado em 18/08/2016.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo.** Tese de livre docência. São Paulo, USP, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **A segregação urbana e a justiça.** In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, Ano 11, N° 44, p. 341-346, julho/setembro de 2003. Disponível em <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>. Consultado em 20/09/2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2001.





HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL, GEOTECNOLOGIA E MODELAGEM URBANA

Uma exploração no estudo da evolução urbana de
Jaguarão - RS

Vanessa Forneck¹
Maurício Couto Polidori²
Otávio Martins Peres³

Palavras-chave: modelagem urbana; simulação de crescimento; historiografia; evolução urbana.

As representações do ambiente urbano são dadas a partir de modelos urbanos, onde através da captura de uma determinada realidade, o fenômeno urbano pode ser reproduzido e explorado. Nesse caminho avançam práticas recentes de simulação de crescimento, mecanismos que possibilitam à ciência urbana testar teorias especulares sobre cenários ainda não concretizados da realidade urbana, como, por exemplo, o futuro. O presente trabalho busca aproximar a historiografia urbana tradicional às teorias de sistemas, modelagem urbana e geotecnologias, o que facilita a obtenção de séries históricas do crescimento com maior desagregação espaço-temporal, e permite ganhos analíticos e representativos à ciência urbana, para compreender melhor o processo de evolução das cidades. O estudo é aplicado à cidade de Jaguarão, RS, cidade que faz fronteira com o Uruguai. Os dados obtidos estão disponíveis e podem ser considerados consistentes, pois fazem parte de um projeto desenvolvido pelo Laboratório de Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas com a Prefeitura Municipal de Jaguarão, os quais vêm coletando materiais, desenvolvendo pesquisas e estudos ao longo de anos de parceria.

A fonte principal dos dados baseia-se na revisão bibliográfica da tese de doutorado de Martins (2001) e no livro “Origens de Jaguarão 1790-1833” de Franco (2007). O material dispõe de informações sobre a evolução da cidade de Jaguarão, sendo complementados com imagens aerofotogramétricas e imagens de satélite. As fontes primárias utilizadas na tese foram as atas da Câmara Municipal de Jaguarão, como também, a documentação no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul e no Arquivo Público do Estado (Martins, 2001).

Os dados obtidos na historiografia tradicional foram mapeados e analisados em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), mediante uso de um *software*

¹ Universidade Federal de Pelotas – vanessaforneck@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Pelotas – mauricio.polidori@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – otmperes@gmail.com





livre chamado QGIS (*Quantum Geographic Information System*). Segundo Silva (2001), o uso do SIG é caracterizado por comportar estruturas de captura, exibição e análise, permitindo relações taxonômicas e espaciais entre variáveis ambientais, em uma base atualizável de dados georreferenciados.

Para a realização da modelagem do crescimento urbano utilizou-se o CityCell, *software* com capacidade de representar os atributos da forma urbana de modo integrado às variáveis da paisagem natural, simulando a dinâmica do crescimento urbano em ambiente celular, com apoio de técnicas de geoprocessamento com grids e da lógica dos autômatos celulares (Polidori, 2004; Detoni, 2016). A descrição do espaço é feita através de uma matriz de células iguais, sendo o estado de cada célula determinado a partir do estado das células vizinhas no tempo anterior e por um conjunto definido de regras de transição (Saraiva, 2015).

Como premissa foi desenvolvida a revisão bibliográfica com a abordagem na origem da cidade de Jaguarão. De acordo com MARTINS (2001), o núcleo inicial da cidade ocorreu no período de 1801 – 1815, originalmente com função militar. Esse período foi considerado um momento de paz, a economia baseava-se, principalmente, nas labutas pastoris e comerciais, foi uma época que prosperavam grandes fazendas na área recém conquistada (FRANCO, 2007). O período de 1870 a 1920 foi a fase áurea de desenvolvimento local, tendo sua praça central como articuladora do conjunto de ruas e quarteirões e os corredores de acesso à cidade como vetores deste crescimento. A figura 1 apresenta os mapas da evolução urbana de Jaguarão.

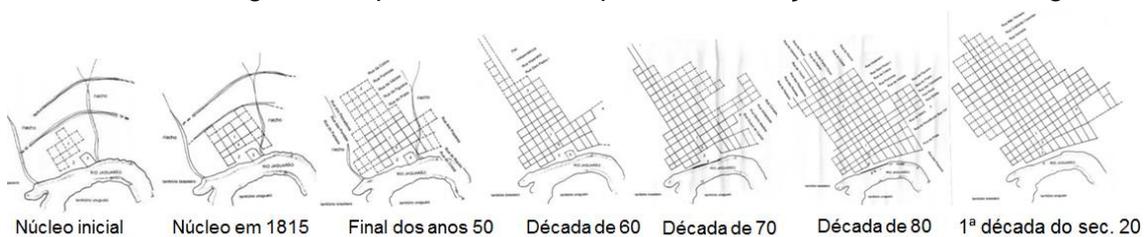


Figura 1: Mapas da evolução urbana de Jaguarão. Fonte: Martins, 2001.

A historiografia tradicional baseia-se no registro de fatos e acontecimentos, normalmente baseados em fontes diretas como documentos, mapas, desenhos, fotos, relatos de pessoas. Segundo Jansen (2001), a pesquisa histórica consiste em ir atrás de fatos e fazer afirmações individuais sobre esses acontecimentos numa narrativa histórica e que tais informações podem ser calibradas de acordo com as suas veracidades.

Com base na fundamentação teórica da evolução urbana de Jaguarão, foi realizada uma primeira análise do trabalho em recursos de SIG. A figura 2 apresenta a evolução da cidade, representada por polígonos gerados no QGIS sobre a imagem de satélite Base QuickBird 2013. A partir da análise comparativa dos polígonos da





evolução urbana é possível realizar o cálculo das áreas urbanizadas e as taxas de crescimento espacial para os respectivos períodos da história.

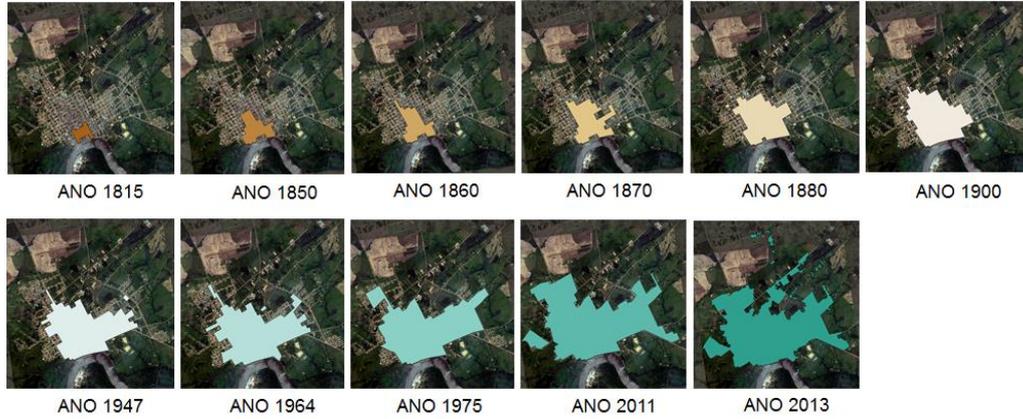


Figura 2: Evolução urbana de Jaguarão. Fonte: Autora e Detoni, 2016.

Uma terceira abordagem são estudos exploratórios de modelagem de crescimento urbano no CityCell, onde o modelo permite a inclusão de variáveis ou atributos (com pesos e intensidades distintas), que podem ser dos tipos urbano, natural ou institucional, os quais podem assumir o papel de atração ou resistência à urbanização. A figura 3 (a,b,c) apresenta os resultados com uma sequência de iterações entre os anos de 1964 (iteração 0) até o ano de 2013 (iteração 49), para as cidades de Jaguarão (na parte superior das imagens) e Rio Branco (na parte inferior das imagens).

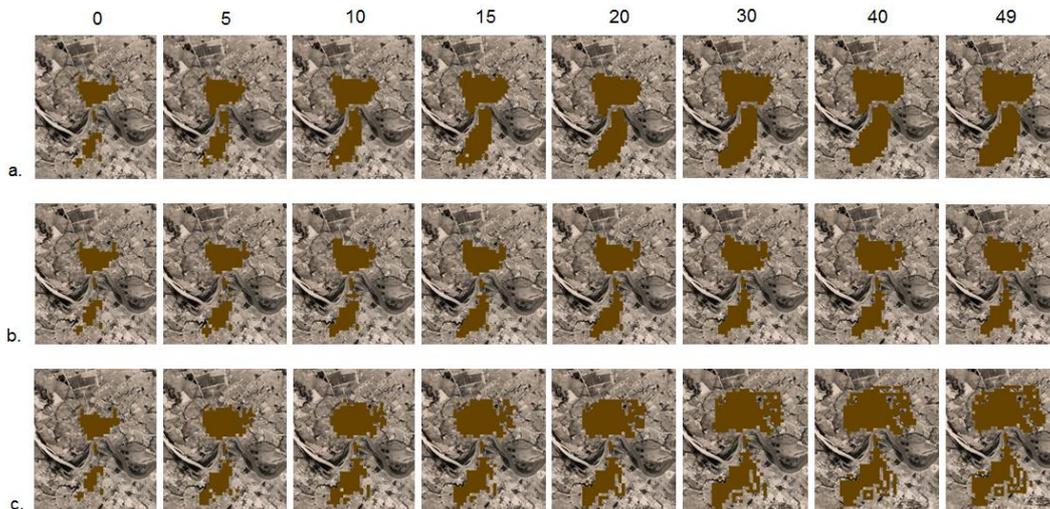


Figura 3: Modelagem urbana em CityCell nos cenários a,b,c. Fonte: Autora, 2016.

Posteriormente às abordagens distintas, porém mutuamente apoiadas, reforça-se a capacidade de aproximação no processo de crescimento urbano construído pela historiografia tradicional, através da exploração sobre a configuração urbana a partir do uso de sistemas computacionais e modelagem urbana. Neste caso, com o uso de





geotecnologias é possível que o estudo da forma urbana do passado possa ser aprofundado, mediante análises espaciais e correlacionado com diversos outros temas e variáveis, como da paisagem natural, da arqueologia, de dados socioeconômicos do IBGE, ampliando significativamente as possibilidades de estudos da historiografia urbana.

Ainda, considera-se que a abordagem complementar entre a historiografia tradicional e recursos de geotecnologias pode servir de apoio para a análise em outros casos de estudo, inclusive para cidades que não ocorram estudos aprofundados de historiografia ou que não existam fontes de dados históricos conhecidas. Assim sendo, a pesquisa possibilita uma melhor aproximação das práticas do planejamento urbano e do urbanismo à cenários do passado, permitindo uma melhor compreensão e entendimento dos processos e da dinâmica de crescimento da cidade.

REFERÊNCIAS

DETONI, L. P.; FORNECK, V.; POLIDORI, M. C.; PERES, O. M. Horizonte urbano no pampa: morfologia, modelagem e simulação de crescimento para revisão do perímetro urbano de Jaguarão-BR e Rio Branco-UY. In: **PLURIS – 7º CONGRESSO LUSOBRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. CONTRASTES, CONTRADIÇÕES E COMPLEXIDADES.** Maceió, 2016.

FRANCO, S. C. Origens de Jaguarão 1790-1833. Porto Alegre: Evangraf, 2ª edição, 2007.

JANSEN, H. **The Construction of na Urban Past: Narrative and System in Urban History.** New York: Oxford, 2001.

MARTINS, R. D. **A ocupação do espaço na fronteira BrasilUruguay: a construção da cidade de Jaguarão.** 2001. Tese de Doutorado em Histórias Especializadas - Escola Técnica Superior de Arquitetura, Universidade Politécnica da Catalunha.

POLIDORI, M. C. **Crescimento urbano e ambiente: um estudo exploratório sobre as transformações e o futuro da cidade.** 2004. Tese de Doutorado – PPGECO, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SARAIVA, M.; POLIDORI, M. C. **CityCell 4.2 Curupira Software.** Acessado em 10 jun. 2015. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/citycell/>

SILVA, J.X. **A digital model of the environment: an effective approach to areal analysis.** Anais da Conferência Regional Latinoamericana, Rio de Janeiro: IBGE, 1982.





APP+SAÚDE

Sistema georreferenciado e comunitário para gestão,
mobilidade e acessibilidade a saúde.

Vinícius Dias de Paula¹

Natália Lohmann D' Ávila²

Jéssica Helena P. Castro³

Glauco Roberto Munsberg dos Santos⁴

Eduardo Rocha⁵

Palavras-chave: Sistema de Saúde; Cartografia social; Urbanismo; Políticas Públicas.

Visando a melhoria e o aprimoramento do acesso a saúde pública para as pessoas que residem em áreas rurais e em bairros com situação de vulnerabilidade social, se buscou desenvolver um sistema tecnológico com suporte web, e de fácil acesso, que auxiliasse a gestão da atenção sanitária pública, e que levasse em consideração a acessibilidade e mobilidade dos usuários pelos espaços públicos. Sendo assim desenvolveu-se o App+Saúde, um aplicativo, para celular e tablet, utilizado principalmente por agentes de saúde com o objetivo de reunir diversas informações sobre a moradia, a saúde e informações pessoais de cada família e indivíduo que vive nessas áreas. O aplicativo reúne de forma georeferenciada todos esses dados e pode posteriormente apresentar essas informações de diversas formas, como gerar estatísticas das informações obtidas ou gerar mapas temáticos, resultando assim em um conhecimento maior sobre uma determinada população e sua carência. A partir da busca pela aproximação e discussão sobre a temática da Saúde Pública em áreas isoladas com visões distintas, o projeto vem sendo desenvolvido inicialmente em duas localidades: a cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil e Comodoro Rivadavia em Chubut, Argentina respectivamente entre a Universidade Federal de Pelotas e a Universidad Nacional de la Patagônia San Juan Bosco (UNPSJB), que realiza a sete anos estudos na área do uso de programas e técnicas de georreferenciamento (TETAMANTI, 2014) que auxiliam a saúde pública local e portanto poderá fornecer informações de forma a complementar o desenvolvimento de tal projeto. A proposta apresenta também uma interdisciplinaridade pois conecta

¹ Universidade Federal de Pelotas. vinciusdias-rs@hotmail.com.

² Universidade Federal de Pelotas. nathyloh@hotmail.com.

³ Universidade Federal de Pelotas. jessicahelenapeixoto@hotmail.com.

⁴ Universidade Federal de Pelotas. glaucomunsberg@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Pelotas. amigodudu@yahoo.com.br





diversos cursos, como arquitetura e urbanismo, geografia, engenharia de computação e gestão ambiental com o objetivo de gerar um produto singular regional que futuramente seja replicado a nível estadual ou nacional.

No projeto apresentado, o trabalho metodológico se deu a partir das seguintes etapas:

1) Formação de uma equipe interdisciplinar que realizou uma revisão bibliográfica onde buscou-se pesquisar trabalhos dirigidos ao uso de georreferenciamento em contribuição e benefício à saúde pública, como o trabalho de Uso de SIGs para a construção do mapa da saúde da cidade de Santos Andrade, na cidade de Curitiba/Paraná (MANOEL, 2010), ou o trabalho intitulado “Georreferenciamento como instrumento de gestão em unidade de saúde da família” (LISBOA MULLER, CUBAS e CORDEIRO, 2010), que tem como objetivo geoprocessar dados de interesse para a saúde, ordenando uma base de dados voltados a uma unidade na cidade de Curitiba, para ser utilizada em um sistema de geoprocessamento e geração de mapas temáticos, a partir de Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

2) Estudos de casos do trabalho em andamento realizado pelo Instituto de Investigaciones Geográficas de la Patagonia em orientação com o Prof. Dr. Juan Manuel Diez Tetamanti.

3) Reconhecimento de sistemas de visualização e manipulação de mapas georreferenciados disponíveis como APP (abreviação de application no inglês), software desenvolvido para ser instalado em dispositivos eletrônicos, de caráter interativo, colaborativo e online.

4) Desenvolvimento do software tipo APP de fácil manuseio, de caráter interativo, com uma linguagem simples, colaborativo e online que permitisse uma fácil sincronização de dados na rede e gerasse materiais e gráficos que auxiliariam o armazenamento de informações de uma determinada região e facilitasse a logística local de saúde pública

5) Aplicação e primeiro teste piloto na cidade de Pelotas, RS, Brasil e na cidade de Comodoro Rivadavia, em Chubut na Argentina e a comparação entre o uso do mesmo nas diferentes regiões.

6) Com a análise desses testes realizados em ambas regiões a equipe realizará tutorias para exemplificar melhor o funcionamento do aplicativo para agentes de saúde e também para a comunidade, e posteriormente se buscará transferir o desenvolvimento para a área de gestão estatal da saúde, propondo um programa de replicabilidade e expansão do projeto no nível territorial.

Desde o conhecimento e estudo, a partir do processo realizado até o momento, sobre a disponibilização de recursos oferecidos, de um determinado local, pelos órgãos de saúde pública notou-se evidente a importância do uso e da geração de um sistema de acompanhamento georreferenciado dinâmico, que possua conexões com





outros elementos como um aplicativo para celular e tablet e o subsídio da cartografia social, sendo assim uma ferramenta de fácil acesso para a população, e não só se mantendo da porção de dados de um SIG.

Por ser um projeto que integra diversas áreas, essas mesmas podem atuar de diferentes maneiras dentro do projeto. Logo o aplicativo desenvolvido, APP+SAÚDE, e as informações geradas com o seu uso resultam em um instrumento que contém inovação social, pois além de estabelecer uma ideia maior sobre uma população definida e sua carência, usa também uma ferramenta tecnológica contemporânea para responder um tema social da população relativo à saúde e habitação, existindo assim uma inovação na realização da tecnologia efetiva.

O aplicativo já se encontra disponível para download (no link <http://appsaude.glaucmunenberg.com/>), porém ainda em fases de testes. A estimativa do projeto é de que a fase de testes ocorra até ano que vem, 2017, e então o aplicativo poderá ser utilizado em ambas as regiões.

Conclui-se que a criação do APP+SAÚDE a partir de um acompanhamento georreferenciado, concentra-se na possibilidade de gerar um sistema integral de monitoramento de saúde pública híbrido, no sentido de sua utilização ser tanto popular como profissional, podendo facilitar os processos de gestão e atenção, o controle de rotinas, a prevenção e análise de eventos sanitários em tempo real.

Desse modo, o sistema não somente servirá para usos fechados do próprio sistema sanitário, como também será uma ferramenta útil para conceder e intercambiar informações entre a população que vive em comunidades isoladas ou de difícil acesso, assim como a população que vive em áreas urbanas rurais, em ambas as regiões de trabalho, pois o projeto gerará novos mapas temáticos que incluem mapeamentos de áreas de influência, trajetos de transporte coletivo, aspectos físicos, setores censitários e edificações, propondo uma solução na mobilidade e acessibilidade da população urbana e rural ao sistema de saúde público.

Considera-se também que outra contribuição do projeto se faz presente na possibilidade de se reproduzir a experiência em outras localidades de trabalho, de modo a gerar uma situação de produto sistêmico e adaptável a diversos territórios, tanto brasileiro, como latino-americano fortalecendo assim as universidades como núcleos de produção tecnológica e social, na busca de soluções à problemáticas sócio territoriais da América Latina.

REFERÊNCIAS

LISBOA MÜLLER I, CUBAS I, CORDEIRO BASTOS. Georreferenciamento como instrumento. Georreferenciamento de gestão em unidade de saúde da família. **En: Rev. Bras. Enferm.** , Brasília, 2010 nov-dez; 6





MANOEL, A. F. Uso de geotecnologia para construção do mapa da área 600 da unidade de saúde. Santos Andrade em Curitiba (PR). Em Anais da **VI Semana Acadêmica de Geografia da UFPR**, 2010.

TETAMANTI, J. M. D. **Hacia una geografía comunitaria : abordajes desde cartografía social y sistemas de información geográfica**. Comodoro Rivadavia : Universitaria de la Patagonia -EDUPA, 2014

CASTRO, J.H.P.; SANTOS, G.R.M.; ROCHA, E. Uso de sistemas geo referenciados e comunitários para a gestão, mobilidade e acessibilidade a saúde. In: **CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA - UFPEL**, Pelotas, 2015, Anais do II Congresso de Extensão e Cultura da UFPel. Pelotas: Ed. da UFPel, 2015. V.5 p.80.

